UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI
VICE-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM CIÊNCIA JURÍDICA – PPCJ
CURSO DE DOUTORADO EM CIÊNCIA JURÍDICA – CDCJ
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: CONSTITUCIONALIDADE, TRANSNACIONALIDADE E PRODUÇÃO DO DIREITO
LINHA DE PESQUISA: ESTADO, TRANSNACIONALIDADE E SUSTENTABILIDADE

TESE DE DOUTORADO

A "GUERRA AO TERROR" PROPOSTA APÓS OS ATENTADOS TERRORISTAS TRANSNACIONAIS DE 11 DE SETEMBRO DE 2001 COLOCA O MUNDO EM (IN)SEGURANÇA GLOBAL

JORGE HECTOR MORELLA JUNIOR

Itajaí-SC

Outubro/ 2018

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI
VICE-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM CIÊNCIA JURÍDICA – PPCJ
CURSO DE DOUTORADO EM CIÊNCIA JURÍDICA – CDCJ
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: CONSTITUCIONALIDADE, TRANSNACIONALIDADE E PRODUÇÃO DO DIREITO
LINHA DE PESQUISA: ESTADO, TRANSNACIONALIDADE E SUSTENTABILIDADE

TESE DE DOUTORADO

A "GUERRA AO TERROR" PROPOSTA APÓS OS ATENTADOS TERRORISTAS TRANSNACIONAIS DE 11 DE SETEMBRO DE 2001 COLOCA O MUNDO EM (IN)SEGURANÇA GLOBAL

JORGE HECTOR MORELLA JUNIOR

Tese submetida ao Curso de Doutorado em Ciência Jurídica da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, como requisito final à obtenção do título de Doutor em Ciência Jurídica.

Orientadora: Professora Doutora Maria Cláudia da Silva Antunes de Souza

Itajaí-SC

Outubro/2018

AGRADECIMENTOS

A gratidão é motor fundamental para que possamos desenvolver a Humildade e a Simplicidade, na observância de que fazemos parte de uma grande teia de relacionamentos e que somos, na maior parte das vezes, dependentes de nosso próximo.

Assim, sou grato a todos(as) aqueles(as) que direta ou indiretamente, discretamente ou não, auxiliaram-me para que eu pudesse concluir mais essa etapa em minha vida. Agradeço especialmente a:

DEUS, Pai, Amigo, Senhor, que compreendendo nossas limitações deixa à nossa disposição Guias e Anjos de Guarda, como ouvintes e auxiliares em nosso processo evolutivo;

Minha amada ESPOSA PATRÍCIA, Companheira e Parceira insubstituível a qual agradeço a presença em minha vida e cujo sorriso preenche meu dia e ilumina minha caminhada. Com Patrícia aprendi que a caminhada em parceria tem o mesmo tamanho, porém, torna-se mais doce e suave.

Meus FILHOS, MARIA ANTÔNIA e JORGE NETO, cuja chegada respondeu três perguntas recorrentes: “De onde viemos?”, “Para onde vamos?” e principalmente “Porque estamos aqui?”. A todas essas perguntas uma única resposta, O Meu Amor transborda.

Meus PAIS, VALDETE e JORGE HECTOR, que foram os melhores espelhos para minhas ações junto aos meus filhos. A Eles, toda a minha Gratidão por sua constante e infinita Devoção e Amor.

Minhas IRMÃS, Amanda, Anny e Ana Victória, Presenças Constantes, Fundamentais e Grandes Amigas, cujas risadas sempre foram presentes em nossas vidas.

Meus AMIGOS e AMIGAS pela Presença em minha vida.

Minha ORIENTADORA, Profa. Dra. MARIA CLÁUDIA, por sua amizade e coleguismo no decorrer dessa caminhada.

Minha Gratidão a todos(as) por serem parte constante em meu processo de evolução espiritual.

DEDICATÓRIA

À Patrícia, Maria Antônia e Jorge Neto, inspirações constantes em minha existência. A cada dia aprendo mais com vocês e para vocês. Amo vocês, ontem, hoje e sempre!

“O medo é a mais poderosa das emoções humanas. E sobre essa emoção atua o terrorismo indiscriminado, aquele que mata, mutila, fere, sequestra ou aliena em qualquer tempo e espaço para aninhar o medo na mente das pessoas. Seus efeitos sobre a política são profundos, porque onde há medo surge a política do medo.”

Manuel Castells

TERMO DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaro, para todos os fins de direito, que assumo total responsabilidade pelo aporte ideológico conferido ao presente trabalho, isentado a Universidade do Vale do Itajaí, a Coordenação do Curso de Doutorado em Ciência Jurídica, a Banca Examinadora e a Orientadora de toda e qualquer responsabilidade acerca do mesmo.

Itajaí – Santa Catarina, Outubro/2018

Jorge Hector Morella Junior
Doutorando

Esta Defesa de Tese foi julgada APTA para a obtenção do título de Doutor em Ciência Jurídica e aprovada, em sua forma final, pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciência Jurídica – PPCJ/UNIVALI.

Professora Doutora Maria Cláudia da Silva Antunes de Souza
Orientadora

Professor Doutor Paulo Márcio da Cruz
Coordenador/PPCJ

Apresentada perante a Comissão Examinadora composta pelos Professores

Doutora Maria Cláudia da Silva Antunes de Souza (UNIVALI) – Presidente

Doutora Belinda Pereira da Cunha (UFPB) – Membro

Doutora Joana Stelzer (UFSC) – Membro

Doutor Liton Lanes Pilau Sobrinho (UNIVALI) - Membro

Doutora Carla Piffer (UNIVALI) – Membro

Itajaí(SC), 13 de novembro de 2018.

ROL DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA	*American Airlines*
ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
CIA	Agência Internacional de Inteligência
CICV	Comitê Internacional da Cruz Vermelha
CMC	Conselho de Mercado Comum do MERCOSUL
CNN	*Cable News Network*
CSI	*Containder Security Iniciative*
DIH	Direito Internacional Humanitário
ELN	*Ejército de Libertación Nacional*
EUA	Estados Unidos da América
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FBI	Agência Nacional de Segurança
FMI	Fundo Monetário Internacional
IMO	*International Maritime Organization*
ISIS	*Islamic State in Iraq and Syria*
ISPS *Code*	*International Ship and Porto Facility Security Code*
JVP	*Jamatha Vimukthi Peramuna*
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Atlântico Norte
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
PPCJ/UNIVALI	Programa de Pós-Graduação em Ciência Jurídica da UNIVALI
NSA	*National Security Agency*
SOLAS	*Safety of Life at Sea*
UA	*United Airlines*
EU	União Europeia
USA	*United States of America*
UNIVALI	Universidade do Vale do Itajaí
URSS	União Soviética
WTC	*World Trade Center*

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Grupos Terroristas Transnacionais e Ataques Terroristas Transnacionais no ano de 2016 ..... p. 65
Quadro 02: Perdas de vidas humanas nos Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 ..... p. 120
Quadro 03: Principais diferenças entre o Terrorismo tradicional e o Terrorismo moderno ..... p. 146
Quadro 04: Leis Antiterroristas da UE ..... p. 167
Quadro 05: Leis Antiterroristas do Brasil ..... p. 178
Quadro 06: Quadro-resumo das Leis Antiterroristas dos EUA ..... p. 187
Quadro 07: Quadro-resumo dos Instrumentos Antiterrorismo ..... p. 196

ROL DE CATEGORIAS

Rol de categorias que o doutorando considera estratégicas à compreensão do seu trabalho, com seus respectivos conceitos operacionais.

Globalização: Globalização significa, diante deste quadro, *os processos*, em cujo andamento os Estados nacionais veem a sua soberania, identidade, suas redes de comunicação, suas chances de poder e orientações sofrerem a interferência cruzada dos atores transnacionais.[1]

Modernidade: A modernidade rompe o referencial protetor da pequena comunidade e da tradição, substituindo-o por organizações maiores e impessoais. O indivíduo se sente privado e só num mundo em que lhe falta o apoio psicológico e o sentido de segurança oferecidos em ambientes mais tradicionais. [2]

Modernização Reflexiva: "Modernização reflexiva" significa a possibilidade de uma (auto)destruição criativa para toda uma era: aquela da sociedade industrial. O "sujeito" dessa destruição criativa não é a revolução ou a crise, mas a vitória da modernização ocidental. [3]

Patriot Act: O *Patriot Act* foi uma das reações tomadas pelo governo americano para combater os atos de terrorismo perpetrados no dia 11 de setembro de 2001. Foi assinado pelo presidente George W. Bush em 26 de outubro de 2001, visando expandir o nível de atuação de agências nacionais de segurança (FBI), bem como das internacionais de inteligência (CIA) [...].[4]

Sociedade de Risco: Riscos globais se caracterizam fundamentalmente pela problemática da invisibilidade. Essa problemática está conectada de forma intrínseca à problemática do poder. Para analisar as novas paisagens das relações de definição, é útil introduzir um dualismo diagnóstico do tempo entre a invisibilidade *natural*

---

[1] BECK, Ulrich. **O que é Globalização?** Equívocos do globalismo: resposta à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 30.
[2] GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. p. 38.
[3] BECK, Ülrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva *In* BECK, Ülrich, GIDDENS, Anthony e LASH, Scott Lash. **Modernização Reflexiva:** política, tradição e estética na ordem social moderna. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012. p. 12.
[4] FERNANDES, Fernanda Sell de Souto Goulart; MORELLA Junior, Jorge Hector. Garantia dos Direitos Fundamentais no combate ao terrorismo: a restrição à democracia no *Patriot Act*. *In* OLIVIERO, Maurizio; CRUZ, Paulo Márcio (Orgs). **As trajetórias multidimensionais da globalização** [recurso eletrônico]. Itajaí: UNIVALI, 2014. p. 254.

(“dada”) de riscos altamente civilizacionais e uma invisibilidade *fabricada* (política da invisibilidade). [5]

Terrorismo Transnacional: Ato contra pessoas, instituições, Estados e simbologias, justificado através de religião e/ou política, no uso da logística e de tecnologias para movimentar pessoas e/ou materiais para utilizar em atentados, utilizando-se ainda de veículos disponíveis contra o alvo como alternativa de impor o seu objetivo. O Terrorismo Transnacional emprega a tecnologia de comunicação e da informática para a manutenção dos contatos entre terroristas e células terroristas, tal como para expor *online* seus atos, pressionando psicologicamente populações inteiras, com base em um risco fabricado por Grupos Terroristas Transnacionais, que propõe que o próximo Atentado Terrorista Transnacional pode ser em qualquer sociedade e a qualquer momento. [6]

Terrorismo: Ato premeditado, ou sua ameaça, por motivação política e/ou ideológica, visando atingir, influenciar ou coagir um Estado e/ou sociedade, com emprego de violência. Entende-se, assim, por atos terroristas aqueles definidos nos instrumentos internacionais sobre a matéria, ratificados pelo Estado brasileiro.[7]

Transnacionalidade: A Transnacionalidade se refere a um processo de empoderamento ou aquisição de poder por parte de indivíduos, associações e grupos sociais que passam a atuar para além das fronteiras nacionais. Além disso, significa a conformação de redes de contato entre atores de diferentes países para tratar de temas semelhantes, seja com o auxílio do Estado, seja atuando à margem dele. De mais a mais refere-se à conformação de fluxos de pessoas, recursos, comércio e finanças, ideias, valores e práticas que perpassam os limites tradicionais dos Estados.[8]

---

[5] BECK, Ulrich. **A metamorfose do mundo:** novos conceitos para uma nova realidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. p. 131.
[6] Conceito doutorando.
[7] Agência Brasileira de Inteligência *apud* VISACRO, Alessandro. **Guerra irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 282.
[8] ARRAES, Virgílio; GEHRE, Thiago. **Introdução aos estudos das relações internacionais.** São Paulo: Saraiva, 2013, p. 72.

SUMÁRIO

RESUMO ..... p. 15
ABSTRACT ..... p. 17
RESUMEN ..... p. 19
INTRODUÇÃO ..... p. 21

PARTE I

CAPÍTULO 1 – TERRORISMO: CONCEITOS DESTACADOS, EVOLUÇÃO HISTÓRICA, PRINCIPAIS ATENTADOS TERRORISTAS TRANSNACIONAIS PÓS-11 DE SETEMBRO DE 2001 ..... p. 27
1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS ..... p. 27
1.2 TERRORISMO: CONCEITOS DESTACADOS ..... p. 28
1.3 TERRORISMO: EVOLUÇÃO HISTÓRICA ..... p. 45
1.4 PRINCIPAIS ATENTADOS TERRORISTAS TRANSNACIONAIS PÓS-11 DE SETEMBRO DE 2001 ..... p. 62
1.4.1 Principais Grupos Terroristas Transnacionais ..... p. 64
1.4.1.1 *Al-Qaeda* ..... p. 67
1.4.1.2 *Islamic State in Iraq and Syria* (ISIS) ..... p. 69
1.4.1.3 Talibã ..... p. 72
1.4.1.4 Hamas ..... p. 76

CAPÍTULO 2 - OS FENÔMENOS DA TRANSNACIONALIDADE E DA GLOBALIZAÇÃO: DESAFIOS CONCEITUAIS ..... p. 80
2.1 CONCEITOS DESTACADOS SOBRE GLOBALIZAÇÃO ..... p. 81
2.2 A TRANSNACIONALIDADE E SEUS REFLEXOS ..... p. 99
2.3 OS ATENTADOS TERRORISTAS TRANSNACIONAIS DE 11 DE SETEMBRO DE 2001 ..... p. 113

PARTE II

CAPÍTULO 3 - OS ATENTADOS TERRORISTAS DE 11 DE SETEMBRO DE 2001: MARCO PARA O SURGIMENTO DO TERRORISMO TRANSNACIONAL .....p. 129
3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....p. 129
3.2 SOCIEDADE INTERNACIONAL, TERRORISMO TRANSNACIONAL E SUAS FERRAMENTAS .....p. 131
3.3 O SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNACIONAL E AS MEDIDAS ANTITERROR DE SEGURANÇA INTERNACIONAL .....p. 147
3.4 AS PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES ANTITERROR PÓS-ATENTADOS TERRORISTAS TRANSNACIONAIS DE 11 DE SETEMBRO DE 2001: UNIÃO EUROPEIA (UE) E BRASIL .....p. 163
3.4.1 Legislação Proposta para o Terrorismo pela União Europeia .....p. 165
3.4.2 Legislação Proposta para o Terrorismo pelo Brasil .....p. 171

CAPÍTULO 4 - "GUERRA AO TERROR" X DIREITOS HUMANOS: PRINCIPAIS NORMATIVAS PROPOSTAS PELA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU) E ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE (EUA) VERIFICADAS À LUZ DA "SOCIEDADE DE RISCO" PROPOSTA POR ÜLRICH BECK .....p. 180
4.1 PRINCIPAIS NORMATIVAS PROPOSTAS PELA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU) E ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE (EUA), NO QUE TANGE AO TERRORISMO, EM ESPECIAL O TERRORISMO TRANSNACIONAL .. ..p. 181
4.1.1 Principais normativas propostas pelos Estados Unidos da América do Norte (EUA), no que tange ao Terrorismo Transnacional .....p. 184
4.1.2 Principais normativas propostas Organização das Nações Unidas (ONU), no que tange ao Terrorismo Transnacional .....p. 192
4.1.2.1 Assembleia-Geral da ONU e o Conselho de Segurança da ONU .....p. 199
4.2 A "GUERRA AO TERROR" E OS DIREITOS HUMANOS .....p. 202
4.2.1 "Guerra ao Terror" .....p. 203
4.2.2 Direitos Humanos x "Guerra ao Terror" .....p. 212
4.3 MODERNIZAÇÃO REFLEXIVA, DIREITO TRANSNACIONAL E A SOCIEDADE DE RISCO PROPOSTA POR ÜLRICH BECK .....p. 222

4.3.1 A Modernização Reflexiva ..... p. 222
4.3.2 O Direito Transnacional ..... p. 228
4.3.3 Sociedade de Risco ..... p. 235

CONCLUSÃO ..... p. 245

REFERÊNCIAS ..... p. 255

RESUMO

A presente Tese está inserida na linha de pesquisa Estado, Transnacionalidade e Sustentabilidade, estando devidamente vinculada a área de concentração Constitucionalidade, Transnacionalidade e Produção do Direito, do Doutorado em Ciência Jurídica da Universidade do Vale do Itajaí, tendo como objetivo geral verificar, dentro da perspectiva da "Sociedade de Risco" proposta por Ülrich Beck, de que forma a "Guerra ao Terror" proposta após os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 coloca o mundo em (in)segurança global. No que tange aos objetivos específicos, destaca-se apresentar a evolução histórica do Terrorismo, especialmente do Terrorismo Internacional; identificar os Atentados Terroristas de 11 de Setembro de 2001 como marco para o surgimento do Terrorismo Transnacional; identificar as regras antiterror criadas após os Atentados Terroristas de 11 de Setembro de 2001 pela União Europeia e Brasil, tal como o Terrorismo Transnacional; avaliar a "Guerra ao Terror" e suas consequências dentro da perspectiva da "Sociedade de Risco" proposta por Ülrich Beck. Na metodologia, considerou-se os parâmetros adotados pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciência Jurídica – PPCJ/UNIVALI, sendo o Método utilizado na fase de Investigação o Indutivo; na fase de Tratamento dos Dados, o Cartesiano. Na Pesquisa, utilizou-se as Técnicas do Referente, da Categoria, do Conceito Operacional e da Pesquisa Bibliográfica. Essa pesquisa demonstrou que os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 inauguram o Terrorismo Transnacional, tendo por objetos a logística, tecnologias de informação, comunicação e mídias nacionais e internacional como forma de impor o medo e a insegurança, criando, dessa forma, sociedades nacionais e uma sociedade internacional baseada no risco e no medo, conforme proposto por Ülrich Beck e outros pensadores da Modernização Reflexiva. Com os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 tem-se a "Guerra ao Terror" que coloca em risco estatutos dos Direitos Humanos, fomentando os medos e riscos de novos Atentados Terroristas Transnacionais, criando um círculo de medo e pânico entre os combatentes desse confronto que não possui território específico, armas apropriadas e rosto ou identidade. Ao final, entende-se que a população mundial é a que mais se vê em risco e com sentimento de medo e terror, pois não sabe onde será o novo Atentado Terrorista Transnacional.

Palavras-chave: Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001. Transnacionalidade. Guerra ao Terror. Sociedade de Risco. Terrorismo Transnacional.

ABSTRACT

This doctoral thesis is in line with the research field in Nation-State, Transnationality, and Sustainability, being duly bound to the investigation area of Constitutionality, Transnationality and the Formulation of Legal Laws, of the Doctorate Degree Program in Legal Science of the Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. Its general objective is to verify, from the perspective of the "Risk Society" proposed by Ülrich Beck, how the "War on Terror", reflected after the Transnational Terrorist Attacks of September 11, 2001, placed the world in (in) security. Regarding the specific objectives, the evolution of terrorism is highlighted, focusing on international terrorism; identify the terrorist attacks of September 11, 2001, as a milestone to the emergence of transnational terrorism; identify the anti-terrorism laws created after the terrorist attacks of September 11, 2001, by the European Union and Brazil, such as the transnational terrorism laws; evaluate the "War on Terror" and its consequences within the perspective of the "Risk Society" proposed by Ülrich Beck. As for the methodology, it was considered the parameters adopted by the Stricto Sensu Postgraduate Program in Legal Science - PPCJ / UNIVALI, being the Method used in the Investigation phase the Inductive; in the Data Processing phase the Cartesian. For the Survey, Referent Techniques, Category, Operational Concept, and Bibliographic Research were used. This research corroborates with the awareness that the Transnational Terrorist Attacks of September 11, 2001, installed the Transnational Terrorism, operating through logistics, information technologies, national and international media as a means of imposing fear and insecurity, thus creating national societies and an international society based on risk and fear, as proposed by Ülrich Beck and by other Reflexive Modernization scholars. With the Transnational Terrorist Attacks of September 11, 2001, there is a "War on Terror" that sets human rights at risk, fostering the fears and risks of new Transnational Terrorist Attacks, creating a circle of fear and panic among noncombatants of this conflict that does not have a specific territory, appropriate weapons, and/or face and identity. Lastly, it is understood that the global population is the one most at risk in a sense of fear and terror since it is unknown where the next Transnational Terrorist Attack will occur.

Keywords: *Transnational Terrorist Attacks of September 11, 2001. Transnationality. War on Terror. Risk Society. Transnational Terrorism.*

RESUMEN

La presente tesis está inserta en la línea de investigación Estado, Transnacionalidad y Sostenibilidad, estando debidamente vinculada a área de concentración Constitucionalidad, Transnacionalidad y Producción del Derecho, del Doctorado en Ciencia Jurídica de la Universidade do Vale do Itajaí teniendo como objetivo general comprobar en la perspectiva de la "Sociedad de Riesgo" propuesta por Ülrich Beck, de que manera la "Guerra contra el Terror" propuesta después de los Atentados Terroristas Transnacionales del 11 de Septiembre de 2001 sitúa el mundo en (in)seguridad global. En lo que se refiere a los objetivos específicos, se destaca presentar la evolución histórica del Terrorismo, especialmente del Terrorismo Internacional; identificar los Atentados Terroristas de 11 de Septiembre de 2001 como marco para el surgimiento del Terrorismo Transnacional; identificar las reglas anti terror creadas después de los Atentados Terroristas de 11 de Septiembre de 2001 por Unión Europea y Brasil, como el Terrorismo Transnacional; evaluar la "Guerra al Terror" y sus consecuencias dentro de la perspectiva de la "Sociedad de Riesgo" propuesta por Ülrich Beck. En la metodología, se consideraron los parámetros adoptados por el Programa de Post-Graduación Stricto Sensu en Ciencia Jurídica - PPCJ / UNIVALI, siendo el Método utilizado en la fase de Investigación el Inductivo; en la fase de Tratamiento de los Datos, el Cartesiano. En la Investigación, se utilizaron las Técnicas del Referente, de la Categoría, del Concepto Operativo y de la Investigación Bibliográfica. La investigación demostró que los Atentados Terroristas Transnacionales del 11 de Septiembre de 2001 inaugura el Terrorismo Transnacional, teniendo por objeto la logística, las tecnologías de la información, la comunicación y los medios nacionales e internacionales como una forma de imponer el miedo y la inseguridad, creando así, sociedades nacionales y una sociedad internacional basada en el riesgo y en el miedo, como propuso por Ülrich Beck y otros pensadores de la Modernización Reflexiva. Con los Atentados Terroristas Transnacionales del 11 de Septiembre de 2001 se tiene la "Guerra Contra el Terror" que pone en riesgo estatutos de los Derechos Humanos, fomentando los miedos y riesgos de nuevos Atentados Terroristas Transnacionales, creando un círculo de miedo y pánico entre los combatientes de ese enfrentamiento que no posee territorio específico, armas apropiadas y rostro o identidad. Al final, se entiende que la población mundial es la

que más se ve en riesgo y con sentimiento de miedo y terror, pues no sabe dónde será el nuevo Atentado Terrorista Transnacional.

Palabras clave: *Atentados Terroristas Transnacionales de 11 de Septiembre de 2001. Transnacionalidad. Guerra contra el Terror. Sociedad de Riesgo. Terrorismo Transnacional.*

INTRODUÇÃO

Os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 foram um marco que alterou estruturas organizacionais jurídicas e políticas historicamente constituídas em diversas regiões do planeta. Entre tais alterações, destaca-se a criação e a colocação em prática de regras que tinham como ponto crucial reforçar a segurança interna dos Estados Unidos da América do Norte (EUA), que sofrera os atentados citados. Nota-se que os atentados são o marco para a atribuição de uma nova denominação ao Terrorismo, qual seja, Terrorismo Transnacional.

Regras de segurança também foram propostas como alternativas de se evitar novos possíveis Atentados Terroristas, sendo iniciada, dessa forma, uma "Guerra contra o Terror".

Diante disto, pergunta-se: A "Guerra ao Terror", proposta após os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, coloca o mundo em (in)segurança global, ao se evidenciar o conceito da "Sociedade de Risco" proposto por Ülrich Beck?

Dados os fatos, a pesquisa delineada pretende demonstrar de que maneira **a "Guerra ao Terror" proposta após os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 coloca o mundo em (in)segurança global, evidenciando o conceito da "Sociedade de Risco" proposto por Ülrich Beck.**

Após os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, começou (a partir da política imposta pelo governo estadunidense de George W. Bush) uma "guerra" contra o terror, prendendo suspeitos de cometessem Atentados Terroristas e passando-se a acreditar que, dessa forma, evitar-se-iam novos atentados.

A "Guerra contra o Terror" cria uma sensação de segurança com ataques a denominados grupos, mortes e prisões de cidadãos de diversas nacionalidades a quem se atribui o título de terrorista, no entanto, esses movimentos ferem diretamente a dignidade humana, a liberdade e a democracia dos Estados.

Tais situações confrontam-se diretamente com as propostas dos Direitos Humanos que, por sua vez, passam por um processo de estagnação em sua evolução, uma vez que essas agressões chocam-se com princípios propostos em nome de uma segurança que, na verdade, se revista pela parte “contrária” demonstra muito mais uma relação de insegurança global.

Além disso, nota-se ainda que a reflexão sobre os Direitos Humanos pode ser deixada em segundo plano, já que a prioridade de grandes potências, como EUA, França, Inglaterra é combater terroristas, cunhando, dessa forma, uma “segurança global” em detrimento da insegurança criada e colocada em prática.

No entanto, mesmo com a “Guerra ao Terror” instalada, novos Atentados Terroristas Transnacionais ocorreram em outros continentes e regiões, sobretudo da União Europeia (UE), o que evidencia uma escala crescente de atentados perpetrados por Grupos Terroristas Transnacionais que utilizaram, por sua vez, as tecnologias de informação, computação e de logística ao alcançar seus objetivos.

A UE e outros Estados como o Brasil, por exemplo, também implantaram regras no intuito de evitar possíveis atentados em seus territórios, instituindo uma sociedade que constantemente tenta se proteger de ataques, mas que em muitos momentos se utiliza dessa ferramenta como forma de se proteger, assim, evidencia-se características da “Sociedade de Risco”, proposta por Ülrich Beck.

Para o desenvolvimento dessa tese doutoral, partir-se-á do estudo de Ülrich Beck, Anthony Giddens, Zygmunt Bauman François Chesnais, Eric Hobsbawn, Paul Krugman entre outros.

Assim, busca-se demonstrar que a “Guerra ao Terror”, proposta após os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, coloca o mundo em (in)segurança global, evidenciando o conceito da “Sociedade de Risco” alvitrado por Ülrich Beck, com a existência de ataques contra-ataques por parte dos Grupos Terroristas Transnacionais e de Estados, que utilizam-se destes como ferramenta de autoproteção, inclusive, muitas vezes, desrespeitando conceitos propostos pelos Direitos Humanos.

Nota-se, a partir da metade do último século, uma crescente tensão entre

Estados e grupos religiosos. Essas tensões, em diversos momentos, são resolvidas com negociação, diplomacia e apresentação de propostas, no sentido de reverem suas posições, inclusive por meio de investimentos internacionais a determinados locais para estimular o crescimento e desenvolvimento dos mesmos.

É destacável, porém, que nem sempre negociações são capazes de alterar esse jogo de interesses e, ao funcionarem de maneira inversa, suas resultantes asseveram as contradições entre as partes. Nesse sentido, as tensões adquirem uma proporção que poderá levar para caminhos distintos, como uma guerra ou a criação de Grupos Terroristas Transnacionais que lutarão em nome de uma causa considerada importante e necessária.

O momento que mais marcou o final do século XX e início do século XXI foram os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 contra os EUA, ato que mudaria as relações e as percepções de segurança entre diferentes Estados e regiões em todo o globo.

Tais atentados inauguram um novo momento, o Terrorismo Transnacional, que se utiliza de ferramentas e mecanismos até antes nunca ou pouco utilizado pelos Grupos Terroristas para atingir seus objetivos. Destaca-se, a informática, as comunicações e os meios de transporte (logística) empregados junto a estas ações.

Após o ocorrido, Estados e Blocos Econômicos incrementaram as regras para proteger seus cidadãos, tanto os que vivem quanto aqueles de passagem por seu território, o que inclui bens, produtos, serviços e embarcações que entram e saem de suas fronteiras. UE, EUA e Brasil não foram contra esse fluxo.

Os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 são o marco para o Terrorismo Transnacional e, a partir dos mesmos, criaram-se regras de segurança internacional influenciadoras das normas internas de diversos Estados. Entre os Estados e Blocos Econômicos que instituíram legislações para proteger suas fronteiras destaca-se a UE, EUA e o Brasil. Essas regras são propostas no sentido de se manter a segurança dentro das fronteiras acima mencionadas.

Ao considerar o fenômeno aqui delimitado, para o desenvolvimento da TESE DOUTORAL destacou-se como **objetivo geral: verificar** dentro da perspectiva da

“Sociedade de Risco” cunhada por Ülrich Beck, de que forma a “Guerra ao Terror” proposta após os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 coloca o mundo em (in)segurança global.

O objetivo geral exposto impulsionou o desenho dos seguintes objetivos específicos: **apresentar** a evolução histórica do Terrorismo, especialmente do Terrorismo Internacional; **identificar** os Atentados Terroristas de 11 de Setembro de 2001 como marco para o surgimento do Terrorismo Transnacional; **identificar** as regras antiterror criadas após os Atentados Terroristas de 11 de Setembro de 2001, pela UE e Brasil, tal como o Terrorismo Transnacional; **avaliar** a “Guerra ao Terror” e suas consequências dentro da perspectiva da “Sociedade de Risco” proposta por Ülrich Beck.

No equacionamento do problema suscitam-se as seguintes **hipóteses**:

a) Os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 foram os primeiros dessa natureza contra solo estadunidense e um dos principais acontecimentos do último século, sendo estes a gênese dos Atentados Terroristas Transnacionais de que se tem conhecimento. Para tal, utilizou-se de instrumentos até então pouco ou nunca empregados, como a logística (transporte comercial) e a telemática.

b) Com essa nova realidade de ataques terroristas que poderiam ocorrer em qualquer parte do planeta (característica do Terrorismo Transnacional), influenciados diretamente por Grupos Terroristas Transnacionais e pela cobertura da mídia internacional (*online*), tem-se o ambiente para a criação de normas contra o terror pós-Atentados Terroristas Transnacionais de Setembro de 2001. Tudo isso, no intuito (entre outros) de proteger suas populações e fronteiras, mas tendo como consequência uma possível influência nas relações entre todos os povos e regiões do planeta. Entre os criadores dessas normas, destacam-se UE, EUA e Brasil.

c) A sociedade internacional vivencia (in)segurança global, conforme evidenciado no conceito da “Sociedade de Risco” proposto por Ülrich Beck.

Dada a elaboração do trabalho como forma de expor a síntese das resultantes

desta investigação, o tema foi dividido em 02 (duas) partes e 04 (quatro) capítulos. A primeira parte do trabalho, que compreende os capítulos 1 e 2, estudará o mote Terrorismo, tal como o seu conceito e a sua evolução, até o marco inaugurador do Terrorismo Transnacional. Este início tratará ainda das Relações Internacionais, Transnacionalidade passando pela Globalização.

A parte dois, vinculada aos capítulos 3 e 4, abordará os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 como marco para o surgimento do Terrorismo Transnacional, tal como as principais legislações criadas contra o Terror pós estes atentados pela UE, EUA e Brasil. Neste, fala-se da questão relacionada aos Direitos Humanos e a "Sociedade de Risco" proposta por Ülrich Beck, aplicada ao cenário internacional de (in)segurança, surgido com "Guerra ao Terror" proposta após o 11 de Setembro de 2001.

No que tange à metodologia[9], foram considerados os parâmetros[10] adotados pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciência Jurídica – PPCJ/UNIVALI. O Método utilizado na fase de Investigação é o Indutivo[11]; na fase de Tratamento dos Dados, o Cartesiano[12] e, no Relatório da Pesquisa empregaram-se as Técnicas do Referente[13], da Categoria[14], do Conceito Operacional[15] e da Pesquisa

[9] "[...] postura lógica adotada bem como os procedimentos que devem ser sistematicamente cumpridos no trabalho investigatório e que [...] requer compatibilidade quer com o Objeto quanto com o Objetivo". PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática. 13 ed. rev. atual. amp. Florianópolis: Conceito Editorial, 2015, p. 69.

[10] PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática. 13 ed.rev. atual. amp. Florianópolis: Conceito Editorial, 2015.

[11] Compreendido como a maneira ou forma de "[...] pesquisar e identificar as partes de um fenômeno e colecioná-las de modo a ter uma percepção ou conclusão geral [...]". PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da Pesquisa Jurídica:** teoria e prática. 13 ed. rev. atual. amp. Florianópolis: Conceito Editorial, 2015, p. 86.

[12] O método cartesiano, segundo Cesar Luiz Pasold, pode ser sintetizado em quatro regras "[...] 1. duvidar; 2. decompor; 3. ordenar; 4. classificar e revisar. Em seguida, realizar o Juízo de Valor.". PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática. 13 ed. rev. atual. amp. Florianópolis: Conceito Editorial, 2015, p. 204.

[13] Denomina-se referente "[...] a explicitação prévia do(s) motivo(s), do(s) objetivo(s) e do produto desejado, delimitando o alcance temático e de abordagem para a atividade intelectual, especialmente para uma pesquisa." PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática. 13 ed. rev. atual. amp. Florianópolis: Conceito Editorial, 2015, p. 54.

[14] Entende-se por categoria a "[...] palavra ou expressão estratégica à elaboração e/ou à expressão de uma ideia." PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática. 13 ed. rev. atual. amp. Florianópolis: Conceito Editorial, 2015, p. 25.

[15] Por conceito operacional entende-se a "[...] definição estabelecida ou proposta para uma palavra ou expressão, com o propósito de que tal definição seja aceita para os efeitos das ideias expostas". PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática. 13 ed. rev. atual. amp. Florianópolis: Conceito Editorial, 2015, p. 198.

Bibliográfica[16], definidas pelo doutorando e sua Orientadora, de acordo com os parâmetros do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciência Jurídica – PPCJ/UNIVALI.

[16] Pesquisa bibliográfica é a "Técnica de investigação em livros, repertórios jurisprudenciais e coletâneas legais". PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática. 13 ed. rev. atual. amp. Florianópolis: Conceito Editorial, 2015, p. 207.

PARTE I

CAPÍTULO 1

TERRORISMO: CONCEITOS DESTACADOS, EVOLUÇÃO HISTÓRICA, PRINCIPAIS ATENTADOS TERRORISTAS TRANSNACIONAIS PÓS-11 DE SETEMBRO DE 2001

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As temáticas do Terrorismo[17], Terrorismo Transnacional e as principais legislações pós 11 de Setembro de 2001, são figuras no contexto da discussão científica da presente Tese, uma vez que o objeto central do referido trabalho está na busca de comprovar que os Atentados Terroristas de 11 de Setembro de 2001 são a gênese dos Atentados Transnacionais e, a partir dos mesmos, foram criadas e colocadas em práticas pela UE, EUA e Brasil legislações antiterror. Essa constatação perpassa os caminhos da conceituação e análise histórica do Terrorismo, razão pela qual se busca demonstrar tais aspectos a respeito do Terrorismo, assim como a exposição dos principais Atentados Terroristas Pós-11 de Setembro de 2001 e, dentro de recorte específico aos fins deste construto, o Sistema de Segurança Internacional.

Para tanto, concepções teóricas e bibliográficas se tornaram os alicerces basilares, entre elas as de: Arraes e Gehre[18], Stelzer[19], Viola[20], Stelzer e Gonçalves[21],

---

[17] Como conceito de Terrorismo para esta pesquisa utiliza-se o proposto Pela Agência Brasileira de Inteligência *apud* Alessandro Visacro: "ato premeditado, ou sua ameaça, por motivação política e/ou ideológica, visando atingir, influenciar ou coagir o Estado e/ou sociedade, com emprego de violência. Entende-se, especialmente, por atos terroristas aqueles definidos nos instrumentos internacionais sobre a matéria, ratificados pelo Estado brasileiro". VISACRO, Alessandro. **Guerra irregular:** terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história. São Paulo: Contexto, 2009, p. 282.

[18] ARRAES, Virgílio; GEHRE, Thiago. **Introdução aos estudos das relações internacionais.** São Paulo: Saraiva, 2013.116 p.

[19] STELZER, Joana. **União Européia e supranacionalidade**: desafios ou realidade? 2. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2009. 195 p.

[20] VIOLA, Eduardo. Globalização, democracias de mercado, radicalismo islâmico e terrorismo. *In* HERZ Mônica; AMARAL, Arthur Bernardes do. (Org.) **Terrorismo e relações internacionais:** perspectivas e desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010. 376 p.

[21] STELZER, Joana.; GONCALVES, Everton das Neves. Comércio e Atividade Portuária sob a ótica da segurança internacional contemporânea. *In*: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 2007, Campos de Goytacazes. **Anais...** XVI Encontro Preparatório para o Congresso Nacional do CONPEDI. Florianópolis : Fundação Boiteux, 2007. v. 1.

Legislação Específica da UE[22], *site* oficial do MERCOSUL[23], Visacro[24], Cretella Neto[25], *Arab Convention on Terrorism*[26], Sarfati[27], Clutterbuck[28], Platchek[29], Hobsbawm[30], Khanna[31], Posner[32], Castells[33], Chomsky[34], Carr[35], Kissinger[36], Beck[37], Santos[38].

1.2 TERRORISMO: CONCEITOS DESTACADOS

O Terrorismo, especialmente, o denominado Terrorismo Internacional é um dos assuntos mais estudados no planeta, especialmente a partir dos Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, ocorridos nos Estados Unidos da América do Norte (EUA), que, por sua vez, mudaram a percepção do mundo sobre Atentados Terroristas.

Questiona-se, após esses atentados terroristas, sobre os motivos que levaram um grupo a atacar estruturas dentro do território dos EUA, no entanto, antes desses atentados, já existia o Terrorismo, porém, com características diferentes, o

---

22 EUR-LEX. **Estratégia de Luta Contra o Terrorismo**. Disponível em: <http://europa.eu/legislation_summaries/justice_freedom_security/fight_against_terrorism/l33275_pt.htm>. Acesso em: 07 ago. 2009.

23 MERCOSUL. Mercado Comum do Sul. **MERCOSUL**. Disponível em: <http://www.mercosul.mg.gov.br/mat111.stm.>. Acesso em: 06 set. 2008.

24 VISACRO, Alessandro. **Guerra irregular:** terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história. São Paulo: Contexto, 2009. 380 p.

25 CRETELLA NETO. José. **Terrorismo Internacional**: inimigo sem rosto – combate sem pátria. Campinas: Millennium, 2008. 725 p.

26 AL-BAB. **Arab Convention on Terrorism**. Disponível em: <http://www.al-bab.com/arab/docs/league/terrorism98.htm>. Acesso em: 16 jun. 2016.

27 SARFATI, Gilberto. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005. 325 p.

28 CLUTTERBUCK, Richard. **Guerrilheiros e terroristas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980. 123 p.

29 PLATCHEK, Ricardo Moisés de Almeida. *In* CASTRO JÚNIOR, Osvaldo Agripino. (Org.) **Direito marítimo made in Brasil**. São Paulo: Lex Editora, 2007. 656 p.

30 HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914 – 1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 598 p.

31 KHANNA. Parag. **Como governar o mundo:** um roteiro para o próximo renascimento. Rio de Janeiro: Intríseca, 2011. 271 p.

32 POSNER. Ricard Allen. **Direito, pragmatismo e democracia.** Rio de Janeiro: Forense, 2010. 299 p.

33 CASTELLS, Manuel. **Ruptura:** a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. 150 p.

34 CHOMSKY, Noam. **Mídia:** propaganda política e manipulação. Tradução de Fernando Santos. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013, 107 p.

35 CARR, Caleb. **A assustadora história do terror.** Tradução de Mauro Silva. São Paulo: Ediouro, 2002. 288 p.

36 KISSINGER, Henry. **Diplomacia.** Tradução de Saul S. Gefter, Ann Mary Fighera Perpétuo. São Paulo: Saraiva, 2012. 859 p.

37 BECK, Ülrich. ***La sociedad del riesgo***: *hacia una nueva modernidad*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 224 p.

38 SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 18. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009. 174 p.

que torna importante discutir os principais pontos sobre a origem, evolução e conceitos utilizados para se expor esse fenômeno que atinge diversas regiões do planeta nos dias autuais.

Nesse sentido, para os “Atentados Terroristas de 11 de Setembro de 2001”, propõe-se a nomenclatura “Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001” nesta pesquisa, no entanto, no que tange as citações, respeitar-se-ão as terminologias utilizadas pelos autores citados.

Este olhar se dá por compreender que tal atentado, em especial, inaugura uma nova fase do Terrorismo, por meio da utilização intensa da telemática e das mídias como forma de expor os atos terroristas e de impor Terror a outras nações.

Importante ressaltar que Estados, Organizações Internacionais e autores estão em processo de criação de um conceito que possa auferir todas as formas de Terrorismo e a maneira que o mesmo é colocado em prática no planeta. Por isso, serão utilizados alguns dos conceitos mais visitados e orientações alvitradas sobre o termo “Terrorismo”, o que não exclui ou encerra o assunto.

Sobre o conceito de Terrorismo, é importante propor o exposto por Borges[39]:

> Toma-se emprestado o conceito de terrorismo registrado no *U.S. Code*, documento oficial do governo estadunidense, datado de 1984, para o qual um ato de terrorismo quer dizer qualquer atividade que: a) envolva ou ato violento ou uma série ameaça à vida humana que seja considerado delito pelos Estados Unidos ou qualquer outro Estado, ou que seja delito assim reconhecido, se praticado dentro do território jurisdicional americano ou de qualquer outro Estado: e b) aparente (i) ser uma intimidação ou coerção à população civil, (ii) influencie a política governamental por meio de intimidação ou coerção ou (iii) ameace a conduta de um governo por assassinato ou sequestro.

Os EUA já possuíam um conceito para Terrorismo desde a década de 1980, pensado para ser amplo e que pudesse trazer uma aplicabilidade igualmente ampla. Nessa conceituação, Terrorismo passa a ser toda a ameaça ou ato violento

[39] BORGES, Rosa Maria Zaia. Terrorismo, Estado de Exceção e Direitos Humanos: quanto vale ou é por quilo?. *In*: BORGES, Rosa Maria Zaia; AMARAL, Augusto Jobim do; PEREIRA, Gustavo Oliveira de Lima (Orgs.). **Direitos Humanos e Terrorismo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 114.

que coloque em risco a vida humana, ação esta caracterizada como delito dentro dos EUA ou em outro Estado.

Distinto apontamento desse conceito está na intimidação da população civil ou na influência da política do governo através de uma conduta de coerção, como no caso de assassinato ou sequestro.

Nesse sentido, a Resolução 49/60 da Assembleia-Geral da ONU de 09 de dezembro de 1994[40] destaca:

> Os Estados Membros das Nações Unidas reafirmam solenemente e de forma inequívoca sua condenação a todos os atos, métodos e práticas terroristas, por considerá-los criminosos e injustificáveis, seja onde for ou quem for que os cometa, incluídos os que colocam em perigo as relações de amizade entre os Estados e os povos, e ameaçam a integridade territorial e a segurança dos Estados.

Nota-se certa preocupação da ONU com relação aos atentados terroristas e o que eles podem representar para os Estados, cidadãos e as relações dos Estados entre si.

Os Atentados Terroristas devem a todo momento ser desencorajados, ao se trabalhar para a criação de uma cultura de tolerância entre os povos e os Estados, estreitando laços de amizade entre eles. Esta aproximação é a melhor alternativa para que as populações possam trocar experiências e, a partir delas, aproximar relações.

Complementando o proposto, destaca-se a Resolução 1373 (2001) adotada pelo Conselho de Segurança da ONU em 28 de setembro de 2001, após os Atentados Terroristas de 11 de Setembro de 2001[41]:

> *Reafirmando* a necessidade de combater por todos os meios, em conformidade com a Carta das Nações Unidas, ameaças à paz e à segurança internacional causadas por atos terroristas,
> [...]
> *Ressalta* com preocupação a estreita ligação entre o terrorismo internacional e o crime organizado transnacional, o narcotráfico, a

[40] Para mais informações consultar: ONU. Organização das Nações Unidas. **Convenção Internacional sobre a Supressão de Atentados Terroristas com Bombas**. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/doc_terroristas.php.>. Acesso em: 06 set. 2008.
[41] ONU. Organização das Nações Unidas. **Resolução 1373 (2001) Adotada pelo Conselho de Segurança em 28 de Setembro de 2001**. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/reso_terror.php.>. Acesso em: 06 set. 2008.

> lavagem de dinheiro, o contrabando de materiais nucleares, químicos, biológicos e outros materiais potencialmente mortíferos, e, nesse sentido, enfatiza a necessidade de incrementar a coordenação de esforços nos níveis nacional, sub-regional, regional e internacional de modo a fortalecer uma reação global a essa séria ameaça e desafio à segurança internacional; [42]

Nota-se que a Resolução não conceitua Terrorismo, mas oferece ferramentas para que se possa unir esforços no sentido de aproximar os povos para coordenar esforços em prol da redução de possíveis novos Atentados Terroristas.

Pode-se perceber ainda que a Resolução traz à tona um novo processo, a Transnacionalidade, especialmente quando correlaciona Terrorismo com o Crime Organizado Transnacional. A partir desse momento, uma nova figura será observada por Estados e cidadãos.

O Terrorismo segue um processo de adequação ao momento histórico ao qual é colocado em prática, ou seja, nota-se o surgimento do Terrorismo Transnacional que, por sua vez, irá se utilizar das ferramentas disponíveis para chegar ao objetivo previamente traçado.

Ao fazer uso de novas e modernas tecnologias, especialmente ligadas à comunicação[43] e a logística em geral, o Terrorismo Transnacional encontra nesses recursos a facilitação necessária para espalhar o Terror pelo planeta, em tempo real, ou seja, *online*. Essa facilidade se dá também pela quantidade de células terroristas de determinados grupos, espalhadas em vários Estados, dedicadas a estudar novas tecnologias e a cultura das populações, que poderão a qualquer momento ser mais um alvo.

Importante destacar que Atentados Terroristas Transnacionais são colocados em prática utilizando-se as mais altas tecnologias, conforme citado, mas

---

[42] Recomenda-se a leitura na íntegra da **Resolução 1373 (2001) Adotada pelo Conselho de Segurança em 28 de Setembro de 2001**.

[43] "As inovações financeiras – como os mercados de *hedge* e derivativos, por exemplo –, aliadas aos recursos da telemática (combinação das telecomunicações como a informática), que ampliaram significativamente a velocidade das transações, fazem com que esse processo de inflação de ativos se magnifique nos mercados, assim como ocorre com os riscos inerentes ao processo." LACERDA, Antonio Corrêa de. **Globalização e investimento estrangeiro**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 04-05.

também se aproveitando de instrumentos simples, como facas e estiletes, como nos Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001.

Sobre a definição proposta para o Terrorismo, ressalta Shaw[44] que:

> Na resolução 1377 (2001) o Conselho, além de reafirmar as proposições anteriores, declarou que os atos de terrorismo internacional "constituem uma das mais sérias ameaças à paz e à segurança internacionais no século XXI" e convocou o Comitê Antiterrorismo a auxiliar na promoção das melhores práticas nas áreas englobadas pela resolução 1373, incluindo a preparação dos modelos de leis que considerassem apropriados, e a examinar a disponibilidade de diversos cursos de ação técnicos, financeiros, legislativos e de uma natureza para agilizar a implementação da resolução.

Com o exposto, nota-se a posição do Conselho de Segurança ao reafirmar o proposto na Resolução 1377 e declarar que atos terroristas colocam em risco a segurança e a paz mundial. No mesmo sentido, o Comitê Antiterrorismo foi convocado a auxiliar na preparação de modelos de leis apropriados e auxiliar cursos de ação, técnicos, financeiros e legislativos no sentido de implementar a resolução.

As preocupações expostas na esfera global demonstram o patamar alcançado pelo Terrorismo no final do século passado e no início do século atual, sendo ponto de discussão de diversos encontros e agendas internacionais.

No que tange à definição de Terrorismo, conforme já mencionado, trata-se de uma tarefa longa e complexa e ainda não se tem definição possível adoção em todas as sociedades e povos, porém, cada Estado cria e coloca em prática aquela que mais exprime a sua realidade.

A Organização dos Estados Americanos (OEA) aprovou na primeira sessão plenária, realizada em 03 de junho de 2002 a Convenção Interamericana contra o Terrorismo, que não define diretamente o termo Terrorismo, mas propõe ações que os Estados devem colocar em prática com relação a tal ameaça.

Para tanto, expõe o sítio oficial da OEA[45] que:

> O terrorismo continua a ser uma das maiores, ou a maior, ameaça

[44] SHAW, Malcolm N. **Direito Internacional.** São Paulo: Martins Fontes, 2010. p. 867.
[45] OEA. Organização dos Estados Americanos **Terrorismo**. Disponível em: <http://www.oas.org/pt/topicos/terrorismo.asp.>. Acesso em: 10 fev. 2018.

> enfrentada pelo Hemisfério Ocidental, bem como toda a comunidade global. A OEA e seus estados membros têm, por conseguinte, desenvolver políticas abrangentes para colaborar estreitamente a fim de combater a ameaça do terrorismo no Hemisfério. A Convenção Interamericana contra o Terrorismo, visa prevenir o financiamento de atividades terroristas, reforçar o controle nas fronteiras e aumentar a cooperação entre as autoridades policiais em diferentes países. Além disso, o Comitê Interamericano contra o Terrorismo desempenha um papel importante na realização de esforços neste seguimento, e é considerado um modelo para outras organizações regionais envolvidas no combate ao terrorismo.

A OEA, apesar de não definir, traz em seu bojo informações sobre o tema importantes para os Estados que a compõem. Existe, dessa forma, uma articulação para maior aproximação entre os Estados e autoridades de diversos graus que a formam, tais como as forças policiais estatais. O controle de fronteira também é mencionado pela organização como ponto a ser observado pelos Estados e suas autoridades. A organização ainda compreende que suas ações servem de exemplo para outras organizações em todo o planeta.

Na publicação proposta pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) [46], “Direito Internacional Humanitário (DIH): respostas às suas respostas” tem-se “O CICV condena enfaticamente os atos de violência indiscriminada que espalhem o terror entre a população civil. A organização condenou esses atos em muitas ocasiões”.

A CICV, tal como outras organizações internacionais e Estados, não propõe uma definição para Terrorismo, no entanto, também como com outros entes, condena os atos de violência que podem espalhar o terror entre a sociedade civil. No mesmo documento[47] tem-se ainda “O Direito Internacional Humanitário não oferece uma definição de ‘Terrorismo’, mas proíbe a maioria dos atos cometidos em um conflito armado que normalmente seriam considerados ‘terroristas’”.

Percebe-se com o exposto que o Direito Internacional Humanitário (DIH) se abstém de definir Terrorismo, no entanto, proíbe levantes descritos como

[46] CICV. Comitê Internacional da Cruz Vermelha. **Direito Internacional Humanitário (DIH):** respostas às suas perguntas. Genebra, 2015, p. 80 Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/publication/direito-internacional-humanitario-dih-respostas-suas-perguntas>. Acesso em: 10 fev. 2018.
[47] CICV. Comitê Internacional da Cruz Vermelha. **Direito Internacional Humanitário (DIH):** respostas às suas perguntas. Genebra, 2015, p. 80 Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/publication/direito-internacional-humanitario-dih-respostas-suas-perguntas>. Acesso em: 10 fev. 2018.

terroristas, mas sem que se tenham delimitações específicas sobre o mesmo.

No sentido de Terrorismo destaca Raposo[48]:

> A palavra “terrorismo” surgiu para designar o período da Revolução Francesa conhecido como “Reino do Terror” (1793-1794), quando, sentenciadas por Robespierre, cerca de 17 mil pessoas foram guilhotinadas. Foram os jacobinos os primeiros a utilizar a violência de forma explícita. Surgia o “terrorismo de Estado”.

O Terrorismo em sua concepção atual surge na Revolução Francesa, onde centenas de pessoas foram guilhotinadas após condenadas por Robespierre, durante o ano que os jacobinos estiveram no poder.

Sobre esse tema, lembram Stelzer e Gonçalves[49]:

> Movida pela tentativa de frear acontecimentos dessa natureza, a Organização das Nações Unidas (ONU) já editou dezenas de convenções contra o terrorismo, sempre ressaltando a necessidade da união de esforços entre países comprometidos com a paz mundial e as Organizações Internacionais contra o terror. Entre essas, a primeira resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas foi a de nº 3034, em 18 de setembro de 1972, motivada pelos atos terroristas nos Jogos Olímpicos de Munique[50], ocasião na qual morreram atletas israelenses.

A ONU se manifesta sobre o assunto em muitos momentos, partindo da necessidade de se fazer a manutenção e implantação de regras direcionadas ao fortalecimento dos laços entre os povos e a paz. Nesse sentido, a edição de

---

[48] RAPOSO, Alisson Campos *et al*. Terrorismo e contraterrorismo: desafio do século XXI. **Revista Brasileira de Inteligência**. Brasília, v. 3, n. 4, set. 2007. p. 42.

[49] STELZER, Joana; GONCALVES, Everton das Neves. Comércio e Atividade Portuária sob a ótica da segurança internacional contemporânea. *In*: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 2007, Campos de Goytacazes. **Anais...** XVI Encontro Preparatório para o Congresso Nacional do CONPEDI., Florianópolis : Fundação Boiteux, 2007. v. 1,.p. 1112-1131.

[50] Sobre a abordagem faz-se interessante a seguinte leitura: “O terrorismo atingiu um pico impressionante em 1972. Grupos palestinos, frustrados por não conseguirem executar ataques contra Israel a partir dos Territórios Ocupados da Margem Ocidental da Faixa de Gaza, exportaram suas atividades para além das fronteiras do Oriente Médio. No decorrer de 1972, um número recorde de ataques pesados foi perpetrado contra israelenses e judeus. A ofensiva ousada dos palestinos incorporou muitas formas de violência. Seqüestraram aviões, assassinaram diplomatas israelenses e enviaram cartas-bomba para odo o continente europeu. Como resultado de suas ações, a situação difícil do povo palestino começou a penetrar na consciência coletiva mundial. O terrorismo – método que escolheram – se mostrava bem-sucedido. Cada ataque mortal era mais violento que o anterior. As operações se tornaram mais ousadas, mais teatrais.” *In*: KLEIN, Aaron J. **Contra-ataque**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. p. 21.

convenções para travar ações terroristas reporta-se à década de 1970, preceitos estes que atualmente são colocadas em prática.

No que tange a esta questão, destaca Paniago[51]:

> Não existe consenso acerca da definição de terrorismo. Em 2000, foi estabelecido um Comitê Especial no âmbito da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) a fim de negociar uma Convenção Global sobre Terrorismo Internacional, entretanto ainda não foi estabelecido um critério único para todos os países. Tendo e vista que uma determinada definição de terrorismo adotada pode servir a interesses políticos, algumas vezes, desfavoráveis a outros Estados, o estabelecimento de um consenso acerca do tema fica prejudicado.

Torna-se difícil expor um conceito sobre Terrorismo, dada a ausência de definição específica e consensual sobre o tema, já que este fenômeno detém características diferentes em várias partes do planeta, parte da capacidade de adaptação a realidades a qual será praticado.

Com o uso de significações diversas também se tem outro problema, qual seja, a aplicação das regras em situações que determinadas sociedades ou líderes podem não compreender como Terrorismo. Assim, não ter conceito específico pode ser interessante por se trabalhar com a elasticidade do termo, entretanto, a ausência coloca em risco o entendimento do fenômeno.

Tal ideia é completada por Souza e Moraes[52] ao exporem que:

> Por exemplo, o Hamas e o Hezbollah, comumente considerados terroristas, possuem classificações distintas mesmo entre países/organizações do Ocidente desenvolvido. Enquanto os Estados Unidos consideram todo o Hezbollah como uma organização terrorista, a União Europeia e o Reino Unido (principal aliado dos Estados Unidos) classificam dessa forma tão somente o braço militar da organização.

---

[51] PIANAGO, Paulo de Tarso Resende *et al*. **Uma cartilha para melhor entender o terrorismo internacional:** conceitos e definições**.** Revista Brasileira de Inteligência. Brasília, ABIN, v. 3, n. 4, set. set. 2007, p. 13.

[52] SOUZA, André de Mello; MORAES, Fracalossi de. A relevância do terrorismo na política internacional contemporânea. *In* SOUZA, André de Mello e; NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi de (Orgs.). **Do 11 de setembro de 2001 à guerra ao terror**: reflexões sobre o terrorismo no século XXI. Brasília: Ipea, 2014. p. 15.

Torna-se relevante compreender que a definição do termo “Terrorismo” não é simples, e a complexidade está até mesmo nos aliados contra Grupos Terroristas Transnacionais, que não concordam sobre a classificação do grupo Hezbollah, por exemplo. Para os EUA, o Hezbollah é uma organização terrorista em sua totalidade, para a UE e o Reino Unido, trata-se de um braço militar da do grupo como terrorista.

Assim, mesmo no ocidente e, especialmente, entre aliados, existem desencontros na interpretação da palavra Terrorismo e da aplicação da mesma em situações e organizações.

Na conceituação de Terrorismo, Paniago[53] complementa:

> O Art. 2º do projeto da referida Convenção prescreve a seguinte definição universal de terrorismo:
> quando o propósito da conduta, por sua natureza ou contexto, é intimidar uma população, ou obrigar um governo ou uma organização internacional a que faça ou se abstenha de fazer qualquer ato. Toda pessoa nessas circunstâncias comete um delito sob o alcance da referida Convenção, se essa pessoa, por qualquer meio, ilícita ou intencionalmente, produz: (a) a morte ou lesões corporais graves a uma pessoa ou; (b) danos graves à propriedade pública ou privada, incluindo um lugar de uso público, uma instalação pública ou de governo, uma rede de transporte público, uma instalação de infra-estrutura, ou ao meio ambiente ou; (c) danos aos bens, aos locais, às instalações ou às redes mencionadas no parágrafo 1 (b) desse artigo, quando resultarem ou possam resultar em perdas econômicas relevantes.

A convenção cria possibilidades de compreensão sobre as circunstâncias que um ato pode e deve ser considerado terrorista. Estas orientações passam para possibilidade de se “aterrorizar” um governo, uma população ou organização internacional (na possibilidade da própria ONU sofrer algum tipo de pressão terrorista).

As questões públicas e privadas, as estruturas logísticas e infraestruturas também são contempladas no documento, e o meio ambiente passa a ser visto como direito passível de manutenção e conservação, assegurado quanto a possíveis

---

[53] PIANAGO, Paulo de Tarso Resende *et al*. **Uma cartilha para melhor entender o terrorismo internacional:** conceitos e definições. Revista Brasileira de Inteligência. Brasília, ABIN, v. 3, n. 4, set. 2007, p. 13-14.

atentados terroristas. Tais preocupações foram propostas ao documento por várias áreas e pessoas, nacionais e internacionais.

O Terrorismo também está na pauta de análise da UE, repensado especialmente após os Atentados de Madrid (2004)[54]. O Bloco trabalha no sentido de propor regras e conceito para o Terrorismo como alternativa de proteção a novos ataques, o que não se provou eficaz dados os registros dos últimos anos.

Castells[55] reporta que "O terrorismo não tem outra ideologia que não seja a exaltação da morte, uma mentalidade legionária de múltiplas encarnações". Para ele, o Terrorismo tem por ideologia a morte de todos que possam estar no caminho para, de alguma forma, atrapalhar seus objetivos. Para tanto, o Terrorismo se adapta ao ambiente em que esteja instalado, seja na América do Sul ou no Oriente Médio.

A UE passou a adotar, em 2005, uma estratégia antiterrorista, sendo assim, exposta[56]:

> 4. Há um elemento comum aos quatro pilares da Estratégia da União: o papel da UE no mundo. Conforme estabelecido na Estratégia Europeia de Segurança, a União Europeia assume, pela sua acção externa, a responsabilidade de contribuir para a segurança global e para a criação de um mundo mais seguro. Actuando através das Nações Unidas e em articulação com esta organização e com outras instâncias internacionais e regionais, a UE esforçar-se-á por edificar o

[54] **Madrid presta homenagem às vítimas dos atentados de 11 de março de 2004.** "A 11 de março de 2004, entre as 7h36 e as 7h40 da manhã, vários engenhos explodiram, quase em simultâneo, em vários comboios de Madrid.
Primeiro, três bombas explodiram num comboio dentro da estação da Atocha. De seguida, outras duas explodiram num comboio na estação de El Pozo del Tío Raimundo e outra num comboio na estação de Santa Eugenia. Por último, explodiram quatro bombas dentro de um comboio na rua Téllez, a 500 metros da entrada da Atocha.
Sete dos principais suspeitos – incluindo o suposto cabecilha, o tunisino Serhane ben Abdelmajid Fakhet – morreram numa explosão, num apartamento em Madrid, em abril de 2004, durante uma ação das autoridades. Um policial morreu.
Vinte e uma pessoas, maioritariamente de nacionalidade marroquina, foram condenadas por envolvimento nos ataques. Três dos principais acusados receberam sentenças máximas de prisão.
O atentado ocorreu a poucos dias das eleições legislativas em Espanha. José Maria Aznar era o presidente do Governo espanhol e tinha apoiado as invasões do Iraque e do Afeganistão.
Nos primeiros dias o executivo acusou a ETA de ter sido a autora dos ataques, mesmo tendo sido encontrados versículos do Corão dentro da carrinha onde estavam os detonadores.
No dia 14 de março, o Partido Popular de Aznar acabaria por sair derrotado". In: MADRID presta homenagem às vítimas dos atentados de 11 de março de 2004. **EuroNews**, 11 mar. 2017, Espanha. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2017/03/11/espanha-madrid-presta-homenagem-as-vitimas-dos-atentados-de-11-de-marco-de-2004>. Acesso em: 30 set. 2018.

[55] CASTELLS, Manuel. **Ruptura:** a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. p. 30.

[56] Para outras informações: EUR-LEX. **Conselho da União Europeia.** Disponível em: <http://register.consilium.europa.eu/pdf/pt/05/st14/st14469-re04.pt05.pdf.>. Acesso em: 06 set. 2008.

> consenso internacional e promover normas internacionais de combate ao terrorismo. A UE promoverá os esforços envidados no seio da ONU no sentido de definir uma estratégia antiterrorista global. Outro elemento essencial da abordagem europeia consistirá em continuar a conferir à luta contra o terrorismo a mais elevada prioridade no diálogo com países parceiros relevantes, como os EUA.[57]

Naquele momento, a UE propunha ideias para lutar contra o Terrorismo, no entanto, não contava que haveria em seu território uma quantidade tão grande de atentados. No entanto, o bloco econômico expõe a necessidade de seguir as propostas da ONU para a definição de ações antiterrorista.

A UE declara igualmente a necessidade de manutenção da comunicação e cooperação internacional, falando inclusive de se continuar a luta contra o Terrorismo (uma prioridade do bloco), e para tal, manter a relação e o diálogo estreito com "parceiros relevantes". No entanto, com exceção dos EUA, não são expostos outros "parceiros relevantes".

Complementando-se, as estratégias de proteção propostas pela UE[58] demonstram que "O terrorismo constitui uma verdadeira ameaça para os Estados e para os povos. Para fazer face a tal ameaça, a União Europeia estabeleceu uma estratégia de luta contra o terrorismo, cujos quatro pilares são 'Prevenir', 'Proteger', 'Perseguir' e 'Responder'". Ao ser atacada por terroristas, na derrocada dos pilares "Prevenir" e "Proteger", colocou em prática mais dois, "Perseguir" e "Responder", consolidando as quatro ações propostas pela UE na sua proposta de luta contra o Terrorismo.

Também se faz importante expor a visão de outro bloco econômico no que tange ao Terrorismo. Nesse sentido, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) demonstra preocupação com as questões relacionadas ao Terrorismo, repudiando de todas as formas a agressão contra Estados ou Organismos Internacionais, se posicionando formalmente contra Atentados Terroristas.

---

[57] O texto está escrito no idioma português utilizado em Portugal, por isso, algumas palavras possuem acentuação diferenciada, tal como a própria grafia.

[58] EUR-LEX. **Estratégia de Luta Contra o Terrorismo**. Disponível em: <http://europa.eu/legislation_summaries/justice_freedom_security/fight_against_terrorism/l33275_pt.htm>. Acesso em: 07 ago. 2009.

No que tange ao Terrorismo se posiciona o MERCOSUL[59]:

> Os Presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL e dos Estados Associados, reunidos na cidade de Ouro Preto, em 17 de dezembro de 2004, por ocasião da XXVII Reunião do Conselho do Mercado Comum, e ao celebrar-se o décimo aniversário da assinatura do Protocolo de Ouro Preto:
> [...]
> 19. Ratificam seu compromisso de lutar contra o terrorismo e seu financiamento, que constituem uma das principais ameaças à paz e à segurança internacionais. Reiteram que para combater o terrorismo é indispensável uma ativa participação e colaboração da Comunidade Internacional, bem como uma cooperação orgânica e permanente, juridicamente legítima, baseada no respeito ao Direito Internacional, ao Direito Internacional Humanitário, ao Direito Internacional dos Direitos Humanos, nos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas e nas liberdades individuais.

O MERCOSUL também coloca em prática diretrizes acerca do Terrorismo, sobretudo pelo fato de um dos membros do bloco, a República Argentina, ter sofrido atentados terroristas em 1992 e 1994[60], ambos em Buenos Aires. Com a proposta, há um tentame de se criar alternativas para a união de organismos internacionais e Estados, como forma de se combater o Terrorismo.

O Bloco reafirma suas prerrogativas, enquanto bloco econômico na manutenção da paz, sendo totalmente contra atos terroristas e estando de acordo com a propositura da Carta da ONU. Assim, defende a participação da Comunidade Internacional nesse sentido, para que haja cooperação entre os Estados, respeitando as regras de Direito Internacional e os princípios da Carta das Nações Unidas no enfrentamento do Terrorismo. Todavia, o MERCOSUL também não conceitua Terrorismo.

---

[59] Para outras informações: MERCOSUL. Mercado Comum do Sul. **MERCOSUL**. Disponível em: <http://www.mercosul.mg.gov.br/mat111.stm.>. Acesso em: 06 set. 2008.

[60] *"Este año se cumplirán veintidós años desde que explotó la bomba en la AMIA, aquel 18 de julio de 1994 poco antes de las 10 de la mañana. A pesar de que menos de dos años antes la Argentina había sufrido un atentado terrorista similar, el 17 de marzo de 1992 contra la Embajada del Estado de Israel, nadie estaba preparado para un nuevo atentado."*– Causa AMIA – Informe de lo actuado – 1994-2015. Presentación – BRONFMAN, Miguel. p. 17**.** Para outras informações: AMIA. **Causa AMIA – Informe de lo actuado** Disponível em: <http://www.amia.org.ar/upload/download/2016/08/16/download_147134680681.pdf.>. Acesso em: 09 fev. 2018.

A República Federativa do Brasil, através da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) conceitua o Terrorismo, conforme exposto por Visacro[61]:

> Ato premeditado, ou sua ameaça, por motivação política e/ou ideológica, visando atingir, influenciar ou coagir o Estado e/ou sociedade, com emprego de violência. Entende-se, especialmente, por atos terroristas aqueles definidos nos instrumentos internacionais sobre a matéria, ratificados pelo Estado brasileiro.

Nesse sentido, a República Federativa do Brasil, tal como outros Estados e Organizações Internacionais também discute questões relacionadas ao Terrorismo, criando inclusive, um conceito para este através da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). Destarte, Terrorismo pode ser uma ameaça ou um ato propriamente dito, no sentido de influenciar ou coagir a sociedade ou o Estado, utilizando-se para tal, a violência.

No que tange ao conceito proposto pela República Federativa do Brasil, destaca-se que serão somados os dispostos em instrumentos internacionais ratificados pelo Brasil, no que tange ao Terrorismo.

O governo do Reino Unido também convenciona um conceito de Terrorismo, tal como outros Estados e Organismos Internacionais. Nesse sentido ressalta Visacro[62]:

> O uso da força ou da ameaça com o objetivo de fazer avançar uma causa ou ação política, religiosa ou ideológica que envolva violência séria contra qualquer pessoa ou propriedade, coloque em risco a vida de qualquer pessoa ou crie um risco sério para a saúde e segurança de um povo ou de uma parcela do povo.

Para o Reino Unido, o Terrorismo está ligado explicitamente, além do Estado e dos cidadãos, à propriedade, através do uso da força ou da ameaça. Pode ser compreendido, além disso, como ação política, religiosa ou ideológica, que não seja necessariamente seguida de um ato que haja vítimas fatais. Destaque importante desse conceito é o fato de que, se colocar pessoas e sociedades em risco já pode ser compreendido como Terrorismo.

---

[61] VISACRO, Alessandro. **Guerra irregular:** terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história. São Paulo: Contexto, 2009, p. 282.

[62] Governo do Reino Unido *apud* VISACRO, Alessandro. **Guerra irregular:** terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história. São Paulo: Contexto, 2009, p. 282.

Os EUA possuem conceito sobre o Terrorismo, destacando principalmente a forma que este influencia as relações entre os povos. Nesse sentido, o Terrorismo, dificulta diretamente a ligação entre os povos e o crescimento global.

Para o Departamento de Estado dos EUA[63], tem-se o Terrorismo como "Violência premeditada e politicamente motivada perpetrada contra alvos não combatentes por grupos subnacionais ou agentes clandestinos, normalmente com a intenção de influenciar uma audiência". Tal conceito possui grande relação com o Terrorismo Transnacional, estando proposta a ideia de Estados, pessoas ou Organismos Internacionais.

Essa influência promulgada no conceito se dará para modificar uma situação já instalada e, para tal, o grupo terrorista utilizará as ferramentas disponíveis ao seu alcance, como a logística, a informática e os meios de comunicação em geral (empregados anteriormente em vários momentos), os últimos servindo como alternativa de espalhar o terror e o medo pelo planeta.

Sobre o exposto, Visacro[64] coloca a visão do Departamento de Defesa dos EUA sobre Terrorismo: "O calculado uso da violência ou da ameaça de sua utilização para inculcar medo ou intimidar governos e sociedades, a fim de conseguir objetivos geralmente políticos, religiosos ou ideológicos".

Novamente nota-se uma percepção e um olhar sobre o Terrorismo Transnacional, uma vez que expõe a presença do Terrorismo diversas regiões do planeta, sendo a força e o medo utilizados no alcance de objetivos, mesmo em outro território que não o que sofreu o atentado propriamente dito.

Importante avultar novamente que, dificilmente se encontra um conceito de Terrorismo capaz de abarcar todas as modalidades e *animus operandii.* No que tange

---

[63] Departamento de Estado dos Estados Unidos da América *apud* VISACRO, Alessandro. **Guerra irregular:** terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história. São Paulo: Contexto, 2009, p. 282.

[64] Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América *apud* VISACRO, Alessandro. **Guerra irregular:** terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história. São Paulo: Contexto, 2009, p. 282.

ao Terrorismo Transnacional é mais difícil encontrar um conceito que enquadre todas as questões relativas ao Terror propostas nos dias atuais no globo terrestre.

Destaca-se ainda que, em 1998, na Cidade do Cairo (Egito), realizou-se a Convenção para a Repressão do Terrorismo, adotada pelo Conselho dos Ministros Árabes do Interior e do Conselho de Ministros da Justiça Árabe. Ao final da convenção tem-se um conceito proposto para Terrorismo no item dois do Artigo 1[65]:

> *Any act or threat of violence, whatever its motives or purposes, that occurs in the advancement of an individual or collective criminal agenda and seeking to sow panic among people, causing fear by harming them, or placing their lives, liberty or security in danger, or seeking to cause damage to the environment or to public or private installations or property or to occupying or seizing them, or seeking to jeopardize a national resources*.[66]

No trecho extraído observa-se que vários povos temem possíveis Atentados Terroristas Transnacionais e tentam criar alternativas de conceituação para os mesmos e, principalmente, maneiras de impedir qualquer tipo de ofensa ou Terror contra seus cidadãos, propriedades e o próprio Estado.

Esta conceituação se aproxima daquela proposta pelo Reino Unido, ao abordar questões relacionadas às pessoas, Estados e Meio Ambiente. Outro fator a ser ponderado é a preocupação com os bens privados e públicos, o que engloba as instalações públicas em geral.

O comparativo realizado revela falas não somente de violência, mas da ameaça também enquanto forma de Terrorismo, de maneira que a ameaça de um novo Atentado Terrorista Transnacional se torna tão mortal quanto um atentado propriamente dito.

Talvez uma inovação presente no conceito seja a menção aos riscos os quais recursos naturais estão expostos. Este ponto em especial pode ter relação

---

[65] AL-BAB. **Arab Convention on Terrorism**. Disponível em: <http://www.al-bab.com/arab/docs/league/terrorism98.htm>. Acesso em: 16 jun. 2016.

[66] Em tradução livre: “Qualquer ato ou ameaça de violência, quaisquer que sejam suas motivações ou finalidades, que ocorre no avanço de uma agenda individual ou coletiva penal e procurando semear pânico entre as pessoas, causando medo por prejudicar-lhes, ou colocação de sua vida, liberdade ou segurança em perigo, ou procurar causar danos ao ambiente ou às instalações públicas ou privadas ou a propriedade ou a ocupação ou apreensão deles, ou que procuram pôr em risco um dos recursos nacionais”.

justamente com fontes e locais de tratamento de água, essenciais à sobrevivência humana, e escassas no Oriente Médio.

Para tanto, lembra Cretella Neto[67] sobre o Terrorismo Internacional:

> Para que o terrorismo seja caracterizado como "internacional", contudo, é necessário que exista um elemento de internacionalização, e uma série de critérios têm sido propostos para esse enquadramento. Por exemplo, o Departamento de Estado americano qualifica o terrorismo com *internacional*, quando envolve "cidadãos ou territórios de mais de um país". Essa caracterização permitiria considerar *internacional* o ato de terrorismo apoiado por um Estado (*state-sponsored terrorism*) contra outro, bem como aquele que deriva da cooperação entre diversos grupos terroristas e consiste em um ataque contra estrangeiros ou suas propriedades situadas no Estado de origem do terrorista ou em qualquer outro país.

Terrorismo, segundo o autor, pode ser conceituado como os diversos atos de violência física e/ou psicológica de um grupo ou grupos fortemente sustentados pela pressão e pelo medo, que colocam em prática determinado objetivo, estando sempre amparados por uma ideologia que fundamenta os atos praticados. No caso de Terrorismo Internacional, há necessidade ainda de um internacional, por exemplo, em um atentado, o envolvimento de territórios ou de cidadãos pertencentes a Estado distintos.

Sobre o conceito de Terrorismo, expõe Chomsky[68]: "Terrorismo, como reproduzo a seguir, é definido como 'o uso calculado da violência ou a ameaça da violência para atingir objetivos de natureza política, religiosa ou ideológica... por meio da intimidação e da coerção ou implantando o medo'".

Para o autor a definição sobre Terrorismo deve ser curta e objetiva, estando essa proposta basicamente no uso da violência, ou na ameaça da mesma, servindo estas como ferramentas para que os Terroristas Transnacionais (Grupos ou não) cheguem aos seus objetivos.

Os objetivos, por sua vez, podem ser os mais variados, estarem dentro de propostas políticas, religiosas ou ideológicas, no entanto, sempre impondo a coerção,

---

[67] CRETELLA NETO, José. **Terrorismo Internacional**: inimigo sem rosto – combate sem pátria. Campinas: Millennium, 2008. p. 31.
[68] CHOMSKY, Noam. **Mídia:** propaganda política e manipulação. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013, p. 82.

o pânico e propondo o Terror Local para atingir o Terror Global, como foi observado nos Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 e os demais que vieram após estes.

Sobre a definição de Terrorismo lembram Sutti e Ricardo[69] que "O Terrorismo, como o entendemos hoje, é considerado um instrumento de violência com fins estratégicos e políticos, patrocinado por ideologias, inclusive religiosas".

Com base no exposto, o Terrorismo ainda é um instrumento capaz de gerar violência e terror em diversas partes do planeta, para tanto, detém fins estratégicos e políticos, podendo ser patrocinado por grupos e/ou corporações.

Nesse sentido, pode-se ter como mote questões políticas e religiosas entre, por mais que haja financiamento ou capital vindo de situações condenadas pelos próprios terroristas. Não é raro grupos praticarem o tráfico internacional de armas e entorpecentes para manter financeiramente o grupo, ao mesmo tempo em que se posicionam contraproposta da cultura ocidental, pois encontram nela características consideradas capazes de arruinar a sociedade, como o uso do álcool.

Portanto, as reflexões aqui expostas demonstram que muitas são as tentativas de se conceituar Terrorismo, feitas por Organizações Internacionais, Estados e autores. Porém, é difícil criar um único conceito relacionado diretamente com todos os atos ocorridos nos últimos anos, e que consiga, em concomitância, manter as diferenças dos atos ao longo do planeta. Em diversos momentos aponta-se o que seria um Atentado Terrorista Transnacional e, a partir dessa ideia, criam-se conceitos "adequados" às sociedades que os criam, moldam e colocam em prática.

Nesse sentido, Terrorismo, trata-se ainda de um conceito em processo de construção, mas os atos são reais e de certa maneira comuns em diversos continentes e regiões do planeta, destacando Europa, Oriente Médio e EUA, por exemplo. Assim, o Terrorismo transcende uma questão local para global, tal como a sua conceituação, e em especial a conceituação do Terrorismo Transnacional que, após os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, se tornaram a forma de Terror

[69] SUTTI, Paulo; RICARDO, Silvia. **As diversas faces do terrorismo**. São Paulo: Harbra, 2002. p. 01.

mais utilizada por diversos Grupos Terroristas Transnacionais, conforme será verificado em tópico específico.

Por não encontrar na bibliografia um conceito que abarcasse especificamente o Terrorismo Transnacional, o doutorando[70] propõe o seguinte: Ato contra pessoas, instituições, Estados e simbologias, justificado através de religião e/ou política, utilizando-se da logística e de tecnologias ao movimentar pessoas e/ou materiais para utilizar em atentados, utilizando-se ainda de veículos disponíveis contra o alvo como alternativa de impor o seu objetivo. O Terrorismo Transnacional utiliza a tecnologia de comunicação e da informática para a manutenção dos contatos entre terroristas e células terroristas, tal como para expor *online* seus atos, pressionando psicologicamente populações inteiras, com base em um risco fabricado por Grupos Terroristas Transnacionais, que propõe que o próximo Atentado Terrorista Transnacional pode ser em qualquer sociedade e a qualquer momento. [71]

1.3 TERRORISMO: EVOLUÇÃO HISTÓRICA

O Terrorismo se transformou ao longo do tempo, se adequando ao momento histórico que é colocado em prática. Essas alterações deram-se principalmente na forma que os ataques ocorrem, nas pessoas que os praticam e nas ferramentas utilizadas para se pensar e colocar em prática as ações.

Não se podem comparar diretamente atos terroristas, por exemplo, do início do século passado, onde pouco ou nada se utilizava de tecnologias de informação, logística ou comunicação, com os atentados que ocorrem atualmente, fomentados na utilização de meios de transporte, tecnologia de comunicação e informática. Estas ferramentas são apresentadas ao Terror com maior ênfase a partir dos Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, uma vez que foram fundamentais para os mesmos.

Nesse sentido, revela-se a evolução histórica do Terrorismo, para que se possa compreender o período hoje vivido e as concepções dos novos ataques

[70] Conceito de Terrorismo Transnacional elaborado pelo doutorando.
[71] Nos momentos em que for proposto ou mencionado, Terrorismo Transnacional, nessa Tese Doutoral, será esse o conceito utilizado.

terroristas.

Sobre o Terrorismo no decorrer da história, lembram Sutti e Ricardo[72]:

> Na história da humanidade, a violência física e psicológica sempre foi utilizada em larga escala, em nome de uma ideologia, de uma religião, da manutenção do poder, para calar vozes adversárias, como forma de dominação, do personalismo, entre outros tantos motivos injustificáveis. Dessa maneira, recorreu-se incontáveis vezes ao uso de torturas físicas, assassinatos, coerção e ameaças, impondo o medo para se evitar rupturas ou opositores, reais ou imaginários.

Estas colocações demonstram que a violência e o terror sempre fizeram parte da história da Humanidade e, em muitos momentos, foram usados como desculpa para se aterrorizar ou violentar povos, regiões e, respectivamente, a religião, a política e a ideologia. Em outros momentos, caso não houve opositor para se impor determinada ordem, criava-se um para justificar a violência ou aterrorizar em nome desse.

Ressalta Viola[73] que:

> O terrorismo é um fenômeno tão antigo quanto a existência de lutas políticas pelo poder [...]. Mas a diferença entre um ato terrorista e um ato político é muito importante, e existe um espectro de variação de atentados terroristas, que vão desde os mais próximos à dinâmica da política civilizada, como os atentados seletivos produzidos por lideranças políticas e operadores de regimes despóticos em um extremo, até, no outro extremo, atos de terrorismo perpetrados em sociedades democráticas que procuram matar indiscriminadamente civis inocentes (11 de Setembro, discoteca de Bali em 2002, trens de Madri em 2004, metrô de Londres em 2005, hotéis e estações em Mumbai em 2008, múltiplos atentados do Hamas em Israel), ou atos de terror estatal por parte de regimes totalitários, como os campos de concentração nazistas e estalinistas, todos eles procurando generalizar uma psicologia social de pânico e terror [...]

Para o autor, o Terrorismo é tão antigo quanto o próprio homem e a política. No entanto, esses movimentos nem sempre são paralelos ou próximos, podendo-se falar em Terrorismo quando se tem um atentado contra políticos ou determinadas autoridades que exerçam função, por exemplo, contrária às necessidades e anseios da coletividade; ou quando se ataca indiscriminadamente pessoas de diferentes

---

[72] SUTTI, Paulo; RICARDO, Silvia. **As diversas faces do terrorismo**. São Paulo: Harbra, 2002. p. 01.
[73] VIOLA, Eduardo. Globalização, democracias de mercado, radicalismo islâmico e terrorismo. *In:* HERZ Mônica; AMARAL, Arthur Bernardes do. (Orgs.) **Terrorismo e relações internacionais:** perspectivas e desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010. p. 101.

Estados, classes sociais ou religião, como o que ocorreu nos Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001. Uma terceira vertente destacada pelo autor são os regimes totalitários que tentam dizimar (e alguns conseguem) populações inteiras, como foi o caso do nazismo.

É possível observar que o Terrorismo Transnacional pós-11 de Setembro de 2001 entrou em uma nova onda, ao matar indiscriminadamente pessoas em diversas partes do planeta, muitas sem qualquer relação (direta ou indireta) com o pleito dos terroristas.

Nesses atentados passaram a ser constantes na utilização mais intensa da logística e das tecnologias de comunicação, tendo-se dessa forma, os atentados terroristas transnacionais.

Sarfati[74] comenta que “O terrorismo, o tráfico de drogas, a máfia e todas as outras ameaças transnacionais não constituem, de forma alguma, uma novidade na história da humanidade; ao contrário, desde a Antigüidade era possível se observar atos terroristas”.

Com o exposto, nota-se que o Terrorismo pode ser considerado tão antigo quanto o próprio Homem, sendo o mesmo utilizado dentre outras formas de pressão desde a Antiguidade.

Conforme observado no item 1.1 da presente tese de doutoramento (observando o recorte histórico proposto), tem-se a partir do fim da Guerra Fria novas agendas de discussões internas e externas dos Estados esta nova realidade apresentada no final de século XX e início do século XXI.

Entre os temas analisados com maior frequência pelos Estados a partir desse período, tem-se o tráfico e o tráfego de armas, pessoas e entorpecentes, muitos destes, fonte de renda para diversos Grupos Terroristas Transnacionais. A lavagem de dinheiro também é vista como alternativa para Grupos Terroristas Transnacionais terem acesso a montantes de dinheiro e não causarem suspeita

[74] SARFATI, Gilberto. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 325.

A construção destas bases provém ao Terrorismo uma nova percepção, comprovada com os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 e os atentados subsequentes registrados. Sobre tais ideias, complementa Clutterbuck[75] “Apesar de estarem muito fora de moda, não são inovações como técnica de luta armada. Historiadores como Heródoto e primitivos filósofos da guerra como Sun Tsu já citavam exemplos deste tipo de combate”.

O Terrorismo é utilizado há muitos anos por diversas comunidades em todo o planeta, e o mesmo princípio é colocado em prática até os dias atuais, realçado pelas inovações que quebram as barreiras de tempo e espaço, multiplicando o alcance de suas consequências a diversos lugares do planeta em tempo recorde.

Entre as ferramentas utilizadas nos dias atuais destacam-se a Logística (Nacional e Internacional), as tecnologias de comunicação e a informática, como se constatou nos Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001. Dessa forma, o mundo vive um período atípico, onde as sociedades local e global estão em constante risco de um novo Atentado Terrorista Transnacional que, por exemplo, poderá ocorrer em qualquer lugar do planeta.

Nesse sentido, os combates já existem, mudando somente os elementos utilizados (quando estudados os atentados terroristas da atualidade), com técnicas adaptadas dentro do período histórico em que o mesmo é colocado em prática.

No que tange ao Terrorismo na Antiguidade, destaca Cretella[76] “Uma das primeiras manifestações de terrorismo registrada na História pode ser identificada, provavelmente, no Oriente Médio, e mais precisamente, na Palestina, no século I da era cristã”. Ou seja, na Antiguidade já se acautelavam manifestações terroristas. O Oriente Médio, para o autor, é o local onde se encontram, provavelmente, tais manifestações, especialmente na Palestina.

---

[75] CLUTTERBUCK, Richard. **Guerrilheiros e terroristas.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980. p. 23.

[76] CRETELLA NETO. José. **Terrorismo internacional:** inimigo sem rosto – combate sem pátria. Campinas: Millennium, 2008, p. 85.

Nota-se assim, que o Terrorismo é muito antigo e praticado por seitas e grupos já na Antiguidade, chegando até os dias atuais, mas sempre adaptado ao período da história e ao alvo em que foi empregado.

Sobre tal tema Cretella[77] complementa:

> A seita dos Zelotes, na época, constituiu um dos grupos a empregar a técnica do terror de maneira sistemática, da qual relatos escritos sobreviveram até nossos dias. Efetivamente, conhece-se a luta empreendida por esse grupo por meio dos relatórios elaborados pelo historiador romano Flavius Josephus (37 A.D.-*ca.* 100 A.D.), denominados *A Guerra dos Judeus*, publicado entre 75 e 79 A.D. e *Antiguidades Judaicas*, de 93-94 A.D.

Destaca o autor que antes de Cristo, seitas com a dos Zelotes utilizavam o Terrorismo para atingir seus objetivos, estando, inclusive suas “aventuras” registradas por historiados daquela época, sendo possível acessá-las nos dias atuais.

O autor prova que tais seitas se utilizavam do Terror para chegar aos seus objetivos, criando, adequando e adaptando táticas de Terror, conforme escritos encontrados e disponíveis nos dias atuais.

[77] CRETELLA NETO. José. **Terrorismo internacional:** inimigo sem rosto – combate sem pátria. Campinas: Millennium, 2008, p. 85.

Durante a Guerra dos Trinta Anos[78] e na subsequente Paz de Westfália[79]. Cretella[80] assevera:

[78] Sobre a Guerra dos Trinta Anos: "Durante séculos, a pior guerra da Europa sempre foi lembrada como tendo sido a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). Alguns historiadores, como Frans Mehring, chegavam a afirmar que 'semelhante destruição nunca foi suportada por nenhum grande povo civilizado [...]'. [...]. O número de vítimas dessa catástrofe nunca pôde ser calculado com precisão, mas as estimativas de perda foram desde a metade da população da Europa Central até as atuais, mais ponderadas, de uma quinta parte, ou seja, quase 4 milhões de mortos (um retrocesso de 20 milhões para cerca de 16 milhões de habitantes), expressando um grau morticídio e destruição que só viria a ser superado com as duas guerras mundiais do século XX. [...].
Para alguns autores, mais do que uma guerra, foi uma crise geral que marcou o século XVII como um século de estagnação ou até mesmo decrescimento demográfico e econômico, discutindo-se apenas se a guerra teria sido uma das causas ou a maior conseqüência dessa situação de declínio e decadência gerais. O século XVII, na historiografia, ficou como que "comprimido" entre as glórias do século XVI – momento de expansão marítima e de descobertas, como dos metais preciosos da América – e as luzes do século XVIII, período de florescimento dos movimentos da ilustração e das grandes revoluções democrático-burguesas, como a Revolução da Independência Americana de 1776 e a Revolução Francesa de 1789.". CARNEIRO, Henrique. Guerra dos Trinta anos. *In* MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História das guerras**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2009, p. 163.

[79] Sobre o fim da Guerra e os Tratados de Westfália: "O término da guerra foi sendo negociado no curso de anos, durante os quais centenas de negociadores de 149 unidades políticas representadas, com séquitos de milhares de pessoas, realizaram duas conferências simultâneas mas em cidades diferentes, exigindo que uma vasta rede de correspondência se organizasse entre ambas cidades westfalianas e o conjunto das capitais envolvidas. Considerando que as distâncias entre as capitais exigiam dias e até semanas de viagem, o curso das negociações evoluiu muito lentamente, acompanhando os desenvolvimentos nos teatros de operação militar e nas intrigas entre facções cortesãs.
O custo da conferência foi enorme, superando em alguns casos até mesmo o gasto militar. Finalmente, em 1648, logo em janeiro, conclui-se a paz do conflito mais antigo que estava imbricado na Guerra dos trinta Anos, que era a guerra da independência das Províncias Unidas da Espanha. Pela primeira vez em 80 anos, a Espanha reconheceu de forma definitiva a independência holandesa e, em seguida, abandonou a conferência de paz, prosseguindo a guerra com a França até 1659.
Os maiores significados do final da guerra para países e blocos de países foram, principalmente: o fim do Império Habsburgo e da Espanha como potências centrais (que disputam hegemonia), a emergência da hegemonia holandesa e depois britânica e o advento do máximo esplendor do absolutismo francês (o rei Sol, Luís XIV). Para o sistema europeu, o mais importante foi o sistema interestados não ser mais governado por um arcabouço medieval.
Sem dúvida, o mais importante resultado do final da guerra foi o surgimento de um sistema internacional de Estados. Estabelecesse um pressuposto de reciprocidades, um direito internacional com pactos regulando relações internacionais, com a livre circulação nos mares e a busca do não comprometimento do comércio e de civis na guerra. Os Estados deixam de sujeitar-se a normas morais externas a eles próprios e impõem uma lógica de dominação pragmática, que passou a ser conhecida desde então pela expressão "razão de Estado". As relações internacionais são secularizadas, ou seja, estabelecidas em função do reconhecimento da soberania dos Estados, independentemente de sua confissão religiosa. Toda a política moderna e contemporânea, baseada no reconhecimento da legitimidade dos Estados e na constituição de um conjunto político de nações que se reconhecem como parte de um sistema em que rege um direito internacional, deriva do modelo criado e formalizado a partir da Paz de Westfália.
Os tratados de Westfália compõem um conjunto de 11 tratados, dos quais o primeiro foi entre a Espanha e os Países Baixos (30 de janeiro de 1648), em Münster. Alguns meses mais tarde firmou-se o tratado entre o Império (Fernando III), os príncipes germânicos (especialmente Brandemburgo e Bavária), a França, a Suécia e o Papado, em Osnabrück e Müster (24 de outubro de 1648).
Proclamou-se uma anistia geral e os vitoriosos receberam concessões territoriais. A França ganha a Alsácia, estabelece sua fronteira na margem oeste do Reno e também ganha Metz, Toul e Verdun. A Suécia ganha o controle do Báltico e dos estuários dos rios Oder, Elba e Weser, assim como a Pomerânia ocidental, incluindo Stettin, o porto de Wismar, o arcebispado de Bremen e o bispado de

A Paz de Westfália, da qual resultaram os tratados de Münster e de Osnabrück, considerados dois dos mais importantes acordos da paz

Verdun. As Províncias Unidas e a Confederação Suíça são confirmadas como repúblicas independentes.
Brandemburgo ganha a Pomerânia Oriental e mais alguns pequenos territórios, o que alicerça as bases do surgimento do principal Estado germânico, desde sua fusão com o ducado da Prússia, que irá liderar, mais tarde, no século XIX, a Unificação Alemã. A Bavária ganha o Alto Palatinado e dignidade eleitoral no Império. Cerca de mais de trezentos Estados-membros do Império têm sua soberania fortalecida, com aumento do federalismo. Várias cláusulas visam garantir a "liberdade de comércio", especialmente no rio Reno, que deveria permanecer aberto a todas as nações.
A Paz de Augsburgo é confirmada, não só na Boêmia como em todo o Império, e estendidas aos calvinistas, garantindo devoção privada, liberdade de consciência e direito de emigração. Tais disposições têm exceção e não se aplicam nas terras hereditárias dos Habsburgo, onde os príncipes devem abandonar suas terras se mudarem de religião.
Além da destruição, da crise social e demográfica, das pilhagens, dos mercenários, o fim da guerra produziu um armistício na guerra de religiões, com a derrota da Espanha, do Papado e do Império. Este último, após a emergência da Prússia fortalecida e governada pela dinastia dos Hohenzollern, reduziu-se praticamente à Áustria e à Hungria, que continuaram sob o domínio Habsburgo. A unidade germânica fragmentou-se entre a Áustria e os muitos estados da Alemanha, cuja unificação nacional foi bloqueada e retardada até o final do século XIX.
A Espanha, além e ter de reconhecer a independência holandesa após uma guerra de 80 anos, passa a sofrer outras revoltas separatistas. Para Portugal, a Guerra dos Trinta Anos serviu para enfraquecer a União Ibérica, facilitando a retomada dos anseios de independência. A restauração nacional, com a dinastia de Bragança, por meio de D. João IV, proclamando a separação de Portugal da Espanha, foi garantida pelo enfraquecimento espanhol, derrotado nos Países Baixos e na Alemanha e obrigado a assinar os Tratados de Westfália.
À derrota da corte ibérica seguiram-se várias rebeliões de sua dominação, particularmente na Catalunha, em Portugal e em Nápoles. A capacidade de Portugal enfrentar militarmente a Espanha e terminar vencendo, preservando sua autonomia nacional, deveu-se também ao apoio dos inimigos da Espanha, em especial a Inglaterra e os Países Baixos, que sustentaram o esforço da independência portuguesa finalmente reconhecida pela Espanha em 1652.
A prática de um "equilíbrio de poder" passou a estabelecer-se entre as potências europeias e a garantia de uma Alemanha pluri-religiosa conformou um novo regime de tolerância negociada que encerrou finalmente, após mais de um século de guerra religiosa, a hostilidade bélica entre as diferentes confissões reformadas e o catolicismo. A reconversão religiosa de dissidentes por meios militares deixou de ser colocada como um objetivo viável.
O modelo do pacto federativo que consegue estabilizar diversas regiões e religiões da Alemanha é o mesmo que vai inspirar as relações entre as nações europeias. Desde essa época, o destino da Alemanha já era uma peça-chave do destino europeu e seu ordenamento, ao término da Guerra dos Trinta Anos, fundamentou a ordem européia. Jean-Jacques Rousseau, em 1766, escrevia que "a Paz de Westfália pode seguir muito bem para sempre como a base de nosso sistema político". Em 1866, o francês Alfonse Thiers afirmava que "o mais elevado princípio da política européia é que a Alemanha deve estar formada por estados independentes reunidas apenas por tênue tratado federativo. Tal foi o princípio proclamado por toda Europa na conferência de Westfália". Não obstante essas esperanças continuístas, foi um francês, Napoleão, quem questionou na prática, pela primeira vez, os princípios westfalianos, ao invadir a Prússia e abolir, em 1806, o Sacro Império.
A Guerra dos Trinta Anos, travada sobretudo na Alemanha, envolveu toda a Europa e mudou a regra do jogo político internacional. A entrada da França na guerra, a aliança com a Suécia e a Holanda, estabeleceu a base da hegemonia continental francesa e do predomínio naval e comercial da Holanda. A fragmentação da Alemanha e sua unificação nacional tardia, só obtida sob Bismark na segunda metade do século XIX, está na raiz dos grandes conflitos europeus do século XX. Sob a liderança da Prússia e no momento culminante da sua trajetória de unificação, a Alemanha derrota a França, em 1871, e recupera a Alsácia perdida desde o Tratado de Westfália. Esse evento, por sua vez, é uma das fontes decisivas da ruína do equilíbrio europeu e do desencadeamento das duas guerras mundiais no século XX". CARNEIRO, Henrique. Guerra dos Trinta anos. *In* MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História das guerras**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2009, p. 184-187

[80] CRETELLA NETO. José. **Terrorismo Internacional**: inimigo sem rosto – combate sem pátria. Campinas: Millennium, 2008, p. 91.

> de todos os tempos, encerrou a Guerra dos Trinta Anos, embora não tenha pacificado completamente a Europa, apesar de ter instaurado o "Conceito Europeu", que assegurou relativo equilíbrio nas relações entre as potências do continente. Uma das principais preocupações dos signatários desse tratado era evitar a violência e o terror das guerras, bem como proteger civis, podendo vislumbrar-se, nesses instrumentos, o embrião daquilo que, mais tarde, viria a ser designado por "Direitos Humanos" e "Direito Humanitário".

A Guerra levou a assinatura de tratados que colocaram em prática, junto à Europa, uma paz que ficou conhecida com a Paz de Westfália. Tais tratados trazem em seu bojo ferramentas e instrumentos para evitar novas guerras e o terror na Europa, protegendo ainda os direitos civis da população, passo este que no futuro seria chamado de Direitos Humanos.

Nesse período histórico, em muitos momentos, as guerras por motivos religiosos e o Terrorismo se confundem, lembra Cretella[81] que:

> A Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) simbolizou a continuidade do estilo das hostilidades das guerras de religião (que passaram a não mais existir como tais), que revelam a realidade política de então, e que consiste no desafio da hegemonia do Santos Império Romano-Germânico, representado pelas vontades dos soberanos da França e da Suécia, ensanguentando a Alemanha com violenta guerra civil.

Com base no exposto, observa-se que alguns grupos usaram o Terrorismo para chamar a atenção para suas questões, permanecendo conhecidos até os dias atuais, além de serem catalogados e copiados por outros grupos tamanha força e forma de agir. Além disso, a Guerra dos Trinta Anos foi a continuidade das guerras religiosas, dividindo a Europa e gerando o caos, especialmente junto a Estados como a Alemanha.

Também é importante mencionar a Revolução Francesa quando se fala de Terrorismo. Nesse sentido, ressalta Visacro[82]:

> O terrorismo não é um fenômeno recente. A palavra nos faz lembrar dos radicais jacobinos e a institucionalização do 'terror de Estado' praticado durante a Revolução Francesa, por meio do Tribunal Revolucionário de Paris. Mas antes deles, diversos déspotas já haviam recorrido a esse método. O Czar Ivan IV, por exemplo,

[81] CRETELLA NETO. José. **Terrorismo Internacional**: inimigo sem rosto – combate sem pátria. Campinas: Millennium, 2008, p. 91.
[82] VISACRO, Alessandro. **Guerra irregular:** terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história. São Paulo: Contexto, 2009, p. 279.

> recebera o ‘terror’ como alcunha [...]

Os conceitos e as ideias de Terror e Terrorismo aplicadas nos dias atuais surgem na Revolução Francesa, sob a forma de pressão contra o Estado. No entanto, o Terrorismo já foi colocado em prática por outros povos e pessoas nos séculos anteriores, conforme exposto em linhas precedentes.

Os jacobinos, que tiveram acesso ao poder na França naquele período, foram responsáveis em impor o terror a todos que eram contra as suas ideias. Sobre a Revolução Francesa Sutti e Ricardo[83] lembram:

> O período entre setembro de 1793 e julho de 1794, caracterizado por grande violência e por centenas de execuções, deu origem ao termo **terrorismo**, que apareceu grafado pela primeira vez em 1798 no Suplemento do Dicionário da Academia Francesa, para caracterizar o extermínio em massa de pessoas de oposição ao regime promovido pela autoridade governamental instituída. Nesse sentido, o Estado é o agente do terror.

Para os autores esse período foi marcado por grandes conflitos, violência e execuções na França, responsável por se cunhar o termo “Terrorismo” dentro da concepção que se conhece ainda nos dias atuais. Naquele momento o agente que praticava o Terror não eram grupos ou organizações, mas o próprio Estado.

Com relação ao Terrorismo e o século XIX, ressalta Carr[84] que:

> O século XIX testemunhou uma eclosão de violência política internacional, hoje por muitos interpretada como o precedente histórico do qual extrair nossa abordagem sobre o terrorismo moderno. Os agentes dessa violência, geralmente agrupados como “anarquistas”, faziam uso ostensivo do assassinato individual, além de bombas contra unidades militares, policiais e forças privadas de segurança industrial, como métodos para focalizar e combater as crescentes disparidades na riqueza e no padrão de vida entre as classes econômicas, resultado da Revolução Industrial em andamento. O objetivo último dos anarquistas era precipitar uma insurreição internacional de trabalhadores em escala global e, além disso, acabar com a opressão do governo, pondo fim ao próprio governo.

Segundo o autor, o século XIX registra uma violência política internacional, sendo esta interpretada por muitos historiadores como o fundamento do Terrorismo

---

[83] SUTTI, Paulo; RICARDO, Silvia. **As diversas faces do terrorismo**. São Paulo: Harbra, 2002. p. 01.
[84] CARR, Caleb. **A assustadora história do terror.** São Paulo: Ediouro, 2002. p. 167.

conhecido atualmente. Naquela época, tal recurso era usado de forma excessiva, tal como assassinatos e bombas contra entidades estatais, destacando-se policiais e militares. Esses métodos e ações eram justificados pelo combate às diferenças sociais e classes econômicas, fruto da revolução Industrial.

O objetivo final desses grupos era unir os trabalhadores do mundo para acabar com a opressão dos governos sobre os cidadãos e, finalmente, com estes mesmos governos.

Moita[85] faz importantes observações sobre os Atentados Terroristas ocorridos nos séculos XIX e XX:

> [...], nota-se que o tema está longe de ser novo na cultura europeia. As experiências históricas referenciadas ao *terror* e ao *terrorismo* são abundantes e traumáticas. Necessariamente conduziram a reflexões de natureza ora política, ora estratégica, ora moral, ora psicológica e até mesmo filosófica. Nesta tradição intelectual, existe uma obra que ocupa um lugar de primeira grandeza: o livro de Albert Camus, *L´homme revolte*. Escrito em 1951 por este escrito francês nascido na Argélia e um dos intelectuais mais influente da sua geração, o livro é uma espécie de grande afresco no qual se percorrem as diversas rebeliões históricas, desde as revoltas mais simbólicas da Antiguidade – Prometeu, Antígona, Spartacus – até as que ocorreram no próprio mundo artístico, como foi o caso do surrealismo. Pelo meio, são dissecadas as principais rupturas revolucionárias, aparecendo tanto o período do *terror* subsequente à Revolução Francesa, como o terrorismo dos anarquistas russos que, na virada do século XIX para o século XX anteciparam o combate contra o regime dos czares. Compreende-se a transição operada pela revolta metafísica e pelo niilismo de Nietzsche e a sua influência em direção à violência histórica sob a forma de assassinato, de regicídio, de atentado ou terrorismo de Estado.

Na visão do pesquisador, a questão do Terrorismo não é algo novo para a Europa. O Terrorismo foi vivenciado em diversos momentos da história europeia e se tornou um assunto a ser discutido juntamente com a psicologia e filosofia. Assim, intelectuais e autores tentavam compreender o Terrorismo e, em especial, o que ocorria na Europa. Entre aqueles que se dedicaram ao tema na Europa destaca-se Albert Camus, ao percorrer as revoluções desde a Antiguidade até sua época.

---

[85] MOITA, Luís. “Nine/eleven”: repercussões no pensamento europeu. *In:* SOUZA, André de Mello e.; NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. **Do 11 de setembro de 2001 à guerra ao terror:** reflexões sobre o terrorismo no século XXI. Brasília: Ipea, 2014. p. 108

A preocupação naquele momento era entender o Terrorismo e a forma de agir dos terroristas, tratativas as quais a obra de Camus se debruça ao analisar as principais revoluções ocorridas na Europa até então, e em especial a Revolução Francesa e o terror que se impôs, tal como o Terrorismo de Estado.

No que tange ao Terrorismo no século XX, Sutti e Ricardo[86] propõem:

> No século XX, uma forma de terrorismo patrocinada pelo Estado, ou o **terror de Estado**, difundiu-se pelo mundo. Em nome de uma ideologia, de interesses dos dirigentes, houve a eliminação em massa de opositores e simpatizantes do regime, bem como de todos aqueles que, por algum motivo, não eram vistos com simpatia pelos governantes, inclusive as minorias étnicas.

O Terror de Estado será difundido pelo mundo e praticado em nome de ideologias e interesses de seus dirigentes. Com ele, foram eliminados opositores, em massa, pessoas que discordavam ou simplesmente não possuíam a simpatia do regime ao qual viviam.

Sobre o período da Primeira Guerra Mundial[87], destaca Visacro[88]:

> Outro atentado precipitou o início da Primeira Guerra Mundial, quando a Mão Negra (organização nacionalista bósnia patrocinada pela Sérvia) assassinou o arquiduque Ferdinando da Áustria durante uma visita em Sarajevo. No início dos anos 1920, Michael Collins não hesitou em empregar métodos semelhantes em prol da causa nacionalista irlandesa e militantes dos grupos Irgun e Lehi fizeram o mesmo durante o mandato britânico na Palestina.

Nesta concepção, o atentado cometido por um jovem, membro da organização Mão Negra, contra o arquiduque Ferdinando da Áustria foi o estopim para a Primeira Guerra Mundial. Esses métodos foram replicados em outras causas, como na Irlanda e na Palestina e, neles, a Primeira Guerra Mundial tem seu pavio acesso:

---

[86] SUTTI, Paulo; RICARDO, Silvia. **As diversas faces do terrorismo**. São Paulo: Harbra, 2002, p. 23.

[87] Sobre a Primeira Guerra Mundial ressalta Araripe que: "A Primeira Guerra Mundial pôs fim *à belle époque*, nome dado aos primeiros amos do século XX, que teriam sido felizes e despreocupados. Quando se fala em *belle époque* tem-se em vista os privilegiados da fortuna, a gozar as custosas amenidades das grandes cidades, particularmente Paris. O fato é que também o europeu comum já disfrutava de melhores condições de vida e tinha esperanças de dias ainda melhores, trazidos pela Revolução Industrial e pelas transformações sociais. Mas havia acontecimentos a apontar em sentido contrário e que deram lugar ao atentado de Sarajevo, e estopim da guerra". ARARIPE, Luiz de Alencar. Primeira Guerra Mundial. *In* MAGNOLI, Demétrio. **História das guerras**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 319.

[88] VISACRO, Alessandro. **Guerra irregular:** terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história. São Paulo: Contexto, 2009, p. 280.

a partir de um atentado terrorista.

O assassinato do Arquiduque Ferdinando foi o estopim da Primeira Guerra Mundial, como lembram Sutti e Ricardo[89]:

> Em junho de 1914, o herdeiro do Império Austro-Húngaro, p arquiduque Francisco Ferdinando, foi a Sarajevo, capital da Sérvia, para anunciar uma saída política para a crise, com a implantação de uma monarquia austro-húngara-islava. Mas, não houve tempo, pois ele foi assassinado por um terrorista sério antimonarquista, da organização secreta *Mão Negra*, que lutava pela independência da Bósnia. Em um mesmo dia, o herdeiro e sua mulher sofreram dois atentados. No primeiro, os terroristas jugaram uma bomba, do qual o arquiduque conseguiu se desviar; no segundo, dois tiros de revólver mataram o herdeiro e sua esposa, a princesa Sofia. Os tiros fatais foram disparados pelo estudante sérvio nacionalista, Gavrilo Princip, de apensas 19 anos.
> O assassinato foi o estopim para a Primeira Guerra Mundial. Os austríacos acusaram os nacionalistas sérvios de serem os responsáveis pela morte do casal real e exigiram uma investigação em território sérvio que contasse com a presença de austríacos. A Sérvia não aceitou a exigência, contando com o apoio da Rússia, França e Reino Unido, e solicitou uma arbitragem internacional. Diante disso, em 28 de julho de 1914, o império Austro-Húngaro declarou guerra à Sérvia.

O atentado terrorista cometido por um membro da *Mão Negra* contra o herdeiro do Império Austro-Húngaro alterou a relação entre os Estados europeus, colocando a Europa em conflito. Isso gerou alianças estratégicas de tamanha proporção que configuraram a Primeira Guerra Mundial.

Sobre esse atentado, considerado terrorista, destaca Araripe[90]:

> Em 28 de junho de 1914, em Sarajevo, capital da província da Bósnia-Herzegóvina, o estudante bósnio Gavrilo Princip matou a tiros o sucessor do trono da monarquia Austro-Húngara e sua mulher. Percepções errôneas, avaliações de crise desastradas sucederam-se, e a massa crítica que era a Europa entrou em reação de cadeia, levando o mundo à Grande Guerra, de 1914-18, e à Paz de Versalhes.

Novamente, a influência que o assassinato (atentado terrorista) do arquiduque é notória no desenrolar da história europeia, o ponto de partida para a

---

[89] SUTTI, Paulo; RICARDO, Silvia. **As diversas faces do terrorismo**. São Paulo: Harbra, 2002, p. 12-13.
[90] ARARIPE, Luiz de Alencar. Primeira Guerra Mundial. *In* MAGNOLI, Demétrio. **História das guerras**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2009, p. 319.

divisão da Europa, as articulações e as uniões militares e estratégicas, algo que não se via desde a Guerra dos Trinta Anos.

Interessante observar a proposta de Platchek[91] quando expõe o Terrorismo após a Segunda Guerra Mundial[92], porém, destaca-se que existe um novo momento exposto com os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001. Nesse sentido, propõe o autor:

> Para a compreensão deste fenômeno é verificar que a manifestação mais importante no terrorismo depois da 2. Guerra Mundial foi a onda de violência internacional que aconteceu na metade da década de 60. As sociedades secretas descobertas em algumas culturas tribais mantiveram a sua influência disseminando o terror.

A Segunda Guerra Mundial e o desenlace pós-guerra demonstram momentos de violência internacional, especialmente na década de1960, quando surge uma nova onda de Terror. Para tanto, o Terrorismo muda sua personalidade, sendo este uma alternativa para afastar pessoas e grupos de regiões, populações e locais específicos do planeta, conforme observado.

No que tange à Primeira e a Segunda Guerras Mundiais lembram Sutti e Ricardo[93] que:

> Ações terroristas marcaram importantes momentos históricos, em alguns deles provocando reações que redirecionaram a própria História. Um atentado terrorista, o assassinato do herdeiro do Império Austro-Húngaro, foi o estopim para o início da Primeira Guerra Mundial; na Segunda Guerra, após a tomada da França pelos nazistas, os franceses se organizaram em grupos para combater o invasor, usando táticas de terrorismo urbano e guerrilha.

Em um contraponto: a Primeira Guerra Mundial inicia com um Atentado Terrorista contra o arquiduque e herdeiro do Império Austro-Húngaro; a Segunda

---

[91] PLATCHEK, Ricardo Moisés de Almeida. As Bandeiras de Conveniência e a Segurança Mundial. *In* CASTRO JÚNIOR, Osvaldo Agripino. (Org.) **Direito marítimo made in Brasil**. São Paulo: Lex Editora, 2007, p. 463.

[92] A respeito da Segunda Guerra Mundial ressalta Tota que: "A Segunda Guerra Mundial foi uma guerra total no sentido lato da palavra. A política nazista de destruição dos judeus (a "solução final") contava com sofisticada organização de busca, seleção, transporte, concentração e assassinato nos campos de extermínio (o chamado Holocausto), para onde também foram enviados ciganos, opositores e até prisioneiros de guerra. Já em 1945, os americanos jogaram bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, ameaçando o mundo com nova tecnologia de morte em massa, essa foi a guerra total no último conflito mundial. [...]." Em: TOTA, Pedro. Segunda Guerra Mundial. *In* MAGNOLI, Demétrio. **História das guerras**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 356.

[93] SUTTI, Paulo; RICARDO, Silvia. **As diversas faces do terrorismo**. São Paulo: Harbra, 2002, p. 12.

Guerra Mundial fará com que surjam, na França, grupos que se utilizarão de táticas de guerrilha em regiões urbanas para expulsar os invasores do território francês.

No que tange ao Terrorismo em um mundo polarizado, comenta Sutti e Ricardo[94]:

> Com o fim da Segunda Guerra Mundial, Estados Unidos e União Soviética emergiam como as novas potências, sendo a primeira capitalista e a segunda socialista. Com o fim do conflito, as duas nações passaram a disputar o aumento das suas áreas de influência no globo, visando a hegemonia mundial. Com essa bipolarização, quem não estava a favor do capitalismo, apoiava o socialismo e vice-versa. A URSS tinha o leste europeu como sua área de influência e os EUA, a Europa Ocidental e o Japão.
> A URSS apoiava e financiava movimentos de esquerda em países pobres, como também os Partidos Comunistas locais na tentativa de ampliar sua área de influência. A imensa China tornou-se comunista em 1949, com o apoio russo, mas logo depois rompeu com Moscou, tomando seu próprio caminho.
> Essa conjuntura internacional levou à radicalização de grupos alinhados com uma ou outra potência, desejosos (e financiados por elas) de impor sua ideologia e forma de organização econômica e social à sociedade como um todo. Assim, vivemos um período onde os grupos terroristas, em diversos países, se tornaram fortes, mesmo em economias pujantes, como na Europa Ocidental.

Novamente percebe-se como o Fim da Guerra Fria alterou a estrutura internacional e interna de alguns Estados, destacando-se como exemplo, a China e a Alemanha.

Naquele período de Guerra Fria o mundo era dividido em duas ideologias, socialismo e capitalismo e estas eram capitaneadas pelas ex-URSS e EUA, respectivamente. Cada “lado” trabalhava de forma a aumentar sua inserção junto a outros Estados e, com isso, incrementar o leque de Estados participantes de sua ideologia. Para isso, diversas estratégias eram colocadas em prática, destacando-se, por exemplo, o financiamento de partidos comunistas em Estados pobres pela ex-União Soviética (URSS).

---

[94] SUTTI, Paulo; RICARDO, Silvia. **As diversas faces do terrorismo**. São Paulo: Harbra, 2002, p. 42-43.

As estruturas e ferramentas utilizadas para colocar em prática tais ideologias originaram, com o fim do mundo polarizado, um caldeirão perfeito para o surgimento ou o fortalecimento de Grupos Terroristas diversos.

Sobre o exposto, ressalta Kissinger[95]: “O fim da Guerra Fria foi uma tentação ainda maior de remodelar o ambiente internacional à imagem dos Estados Unidos”.

Destaca o autor que o Fim da Guerra Fria foi para os EUA uma alternativa para propor aos demais Estados sua percepção de democracia e seus princípios, porém, sem observar as necessidades de outras populações, entre estas, parte dos povos do Oriente Médio.

Com relação à década de 1970, há uma intensificação e uma continuidade do que ocorrera nos anos de 1960. Para tanto, ressalta Visacro[96] que:

> No final dos anos 1970, a Revolução Iraniana marcou o ‘surgimento’ do terrorismo religioso. Desde estão, organizações como o Hezbollah, o Hamas e a Jihad Islâmica Palestina têm alcançado notável projeção e obtido êxitos significativos, recorrendo às operações de martírio.

Assim, em 1970 o Terrorismo passa a ser utilizado atrair a atenção para situações pontuais, como questões ligadas à religião em determinada área do planeta, especialmente no Oriente Médio. O que, por sua vez, volta os olhares dos Estados a fraturas expostas pelas técnicas de terror utilizadas, em especial o martírio, jovens portando bombas, executores de ataques suicidas.

Na década de 1980, relembra Hobsbawm[97] que “[...] o JVP[98] organizou uma

---

[95] KISSINGER, Henry. **Diplomacia.** São Paulo: Saraiva, 2012. p. 756.
[96] VISACRO, Alessandro. **Guerra irregular:** terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história. São Paulo: Contexto, 2009, p. 280.
[97] HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914 – 1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 123.
[98] Sobre o JVP ressalta Hobsbawm: “[...] no início da década de 1970, o Front de Libertação do Povo [Jamatha Vimukthi Peramuna – JVP], um grupo de esquerda baseado principalmente na juventude cingalesa culta que não encontrava empregos convenientes e em idéias castristas com toques de maoísmo, além de um grande ressentimento contra a velha elite sociopolítica, organizou uma importante insurreição, a qual foi derrotada com certa dureza, o que levou muitos jovens à prisão por algum tempo. A partir dos vestígios dessa rebelião juvenil, ao estilo de maio de 1968, surgiu uma organização militante e terrorista baseada sobretudo no campo e que modulava o maoísmo original com um apaixonado chauvinismo cingalês racista e budista. Na década de 1980, o JVP organizou uma campanha de assassinatos sistemáticos contra adversários políticos, que transformou a política em uma atividade de alto risco. (A recém-saída presidente do Sri Lanka viu seu pai, ex-primeiro-ministro, e

campanha de assassinatos sistemáticos contra adversários políticos, que transformou a política em uma atividade de alto risco".

Nos anos de 1980 alguns alvos de Atentados Terroristas são intensificados, entre eles o Terrorismo contra pessoas e entidades ligadas diretamente ao Estado e à política. Tem-se aqui o avivamento do denominado Terrorismo de Estado.

Os indicativos demonstram como o Terrorismo se adapta às questões de sua época e a história. As próprias situações propostas pelos grupos terroristas se moldam ao tempo como meio de se colocar em prática os atos de terror.

Sobre o Terrorismo de Estado, complementa Pascual[99], quando se refere à República Argentina desse período:

> A ação do terrorismo de Estado objetivava, além de aniquilar o opositor, paralisar o corpo social, deixa-lo indiferente perante os problemas gerais do país. Pretendia-se calar as pessoas e sua própria natureza humana, moldá-las à realidade circundante, torna-las resignadas. A mensagem de fundo era a seguinte: para não ser incomodado pelo sistema dominante, não havia necessidade de mudar nada; contudo, quem não respeitasse a mensagem e tentasse fazer alguma coisa a respeito nada conseguiria fazer e seria derrotado.

As ações propostas e praticadas pelo Terrorismo de Estado, tinham a função de parar a articulação do corpo social, deixando o mesmo estático ou sem ação perante os problemas gerais do Estado. Com tais instrumentos, pretendia-se formatar as pessoas às circunstâncias da época de modo a aceitarem a realidade apresentada. Os que enfrentassem ou fossem contra o sistema sofreriam as consequências de seu questionamento contra o Estado.

Às primeiras luzes de 1990, o Terrorismo também passa por transformações e, para tal, destaca Cretella Neto[100]:

> Depois do colapso do bloco soviético, a partir de 1991, manifestaram-

---

seu marido serem assassinados na sua frente e perdeu um olho em tentativas similares de assassinato contra ela própria.) O terror também foi usado sistematicamente para impor o controle sobre as aldeias e vilas do interior". Em HOBSBAWN, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 122-123.

[99] PASCUAL. Alejandra Leonor. **Terrorismo de Estado:** a Argentina de 1976 a 1983. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. p. 90.

[100] CRETELLA NETO. José. **Terrorismo Internacional**: inimigo sem rosto – combate sem pátria. Campinas: Millennium, 2008,p. 112.

> se duas grandes tendências: de um lado, o quase desaparecimento do terrorismo de Estado, acompanhado com o fim do terrorismo palestino de caráter laico, bem como dos movimentos terroristas *revolucionários* europeus de extrema esquerda.

Com o fim da Guerra Fria, os anos de 1990 trazem consigo algumas mudanças com relação ao Terrorismo, tais como a redução de atentados terroristas relacionados diretamente às questões de Estado ou religiosas. Nota-se o despertar de uma nova tendência terrorista, o Terrorismo “revolucionário”, especialmente na Europa.

Posteriormente o Terrorismo adquire novas características, espelho de um mundo que utilizava novas ferramentas até então pouco exploradas para se cometer atentados terroristas.

Nesse sentido, ressalta Khanna[101] que:

> Comércio e tecnologia de comunicações sem fronteiras, as forças que dão poder e influência a cidadãos e consumidores fortalecem as conexões entre bancos, traficantes de armas, instituições de caridade, campos de treinamento, espiões, gangues e funcionários corruptos que sustentam o tripé terrorismo-guerra-criminalidade em todos os cantos do mundo.

Na visão supracitada, o Terrorismo que se vivencia atualmente está pautado em ferramentas usadas por diversas pessoas físicas e jurídicas em todo o planeta para facilitar a vida dos cidadãos, agora igualmente aplicadas às estruturas voltadas a Grupos Terroristas Transnacionais em Atentados Terroristas Transnacionais.

O comércio e as tecnologias em geral tornam-se instrumentos dos Grupos Terroristas Transnacionais em transações bancárias e lavagem de dinheiro, como forma de garantir a renda necessária ao financiamento da compra de armamentos condutores de Atentados Terroristas Transnacionais. O tráfico de armas e entorpecentes também é alternativa para os Grupos Terroristas Transnacionais no acesso a mais dinheiro despendido em novos atentados.

O cenário atual parece demonstrar que os Grupos Terroristas

---

[101] KHANNA. Parag. **Como governar o mundo:** um roteiro para o próximo renascimento. Rio de Janeiro: Intríseca, 2011. p. 231.

Transnacionais continuarão a cometer atentados em todo o planeta para chamar atenção às suas causas e aterrorizar cidadãos e chefes de Estado na busca de objetivos políticos, religiosos, entre outros.

Sobre os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001[102], destaca Castells[103]:

> O horror que tornou as torres gêmeas o Marco Zero de Nova York, matando 3000 pessoas e devastando as vidas de incontáveis outras, brotou do fundo das cruas contradições do nosso mundo. A magnitude do evento, que indiscutivelmente inaugurou uma nova geopolítica e uma nova consciência pública, obscurece seu entendimento. Das denúncias simplistas sobre o fanatismo atemporal aos ensaios interessados de argumentos ideológicos pré-concebidos, a análise racional desse fenômeno da maior importância parece ser outra vítima do terror, enterrada nesse clima de histeria vingativa que passou a dominar a cena americana e a onda de antiamericanismo primitivo que varreu boa parte do mundo após a Guerra do Afeganistão.

Os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 inauguram uma nova consciência política internacional e um novo tabuleiro geopolítico. O autor demonstra ainda que a “Guerra ao Terror” faz uma nova vítima que é a população estadunidense que experimentará em vários locais do planeta uma grande ação antiestadunidense. Esta pode ser compreendida também como consequência da “Guerra ao Terror” proposta pelos EUA e seus aliados.

1.4 PRINCIPAIS ATENTADOS TERRORISTAS TRANSNACIONAIS PÓS-11 DE SETEMBRO DE 2001[104]

Este tópico possui como objetivo apontar os principais Atentados Terroristas Transnacionais ocorridos pós-11 de Setembro de 2001, expondo, sempre que possível, os principais pontos em comum entre eles, seja na preparação, no ato em si ou no pós-atentado.

Destaca-se que os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 inauguram uma nova fase do Terrorismo, qual seja, o Terrorismo

---

[102] Este tema será tratado mais detalhadamente em tópico específico no decorrer dessa tese doutoral.
[103] CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade:** a era da informação: economia, sociedade e cultura. v. 2. 9. ed. rev. ampl. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018. p. 159-160.
[104] Desde os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, outros Atentados Transnacionais ocorreram mas, para o desenvolvimento do trabalho em tela utilizou-se aqueles em que encontrou-se com maior facilidade material bibliográfico técnico e/ou científico.

Transnacional, que tem como características marcantes o terror psicológico, a insegurança internacional e a utilização de ferramentas e instrumentos comuns em todo o planeta, tais como a telemática e a logística.

O Terrorismo Transnacional se utilizará ainda das mídias para mostrar ao mundo seus ataques e criar pânico entre populações inteiras, no sentido de confundir os mesmos, fazendo-as pensar que poderão ser o próximo alvo de um atentado.

Relacionam-se aqui os Atentados Terroristas Transnacionais que mais chamaram atenção da imprensa e, com isso, foram divulgados largamente. Não se pretende com este tópico destacar todos os Atentados Terroristas Transnacionais pós-11 de Setembro de 2001, o que seria extremamente complexo, mas intui-se chamar atenção para os acontecimentos mais divulgados na imprensa internacional.

Os Atentados Terroristas Transnacionais trazidos a esta Tese de Doutorado ocorreram em diversos Estados e continentes, o que prescinde a constituição de instrumentos para facilitar a análise dos mesmos, considerando pontos em comum e as particularidades de cada Grupo Terrorista e de cada Atentado Terrorista Transnacional.

Destaca-se, porém, que muitos dados pesquisados podem ser diferentes, dependendo da fonte de pesquisa (ou de sua ausência), o que levou o pesquisador a selecionar os que possuem uma maior repetição; quando esta não se restava possível, optou-se por manter aquele tópico sem dados, na manutenção de um trabalho o mais lógico, científico e confiável possível.

Também é exposta uma tabela com os principais Grupos Terroristas (existem outros grupos, mas seguindo-se a mesma lógica em todo o trabalho de apresentar os mais expostos publicamente), tal como o número de mortos, ataques e feridos.

É interessante neste item verificar o que em comum os principais Grupos Terroristas Transnacionais possuem, tal como as características apresentadas nos atentados terroristas e as táticas usadas para a prática dos mesmos.

Sobre os Grupos Terroristas Transnacionais, destaca Hobsbawn[105] que “O perigo real das novas redes terroristas internacionais para os regimes dos países estáveis do mundo desenvolvido, assim como da Ásia, continua a ser desprezível”.

Sugere o autor que as redes terroristas são desprezadas por populações e governos, mas lembradas no momento em que se tem um Atentado Terroristas Transnacional, alterando estilos e modos de vida de populações inteiras. Nesse momento, sociedades diretamente expostas ao risco de sofrer Atentados Terroristas Transnacionais nem sempre têm alternativas para se defender de tal ameaça, o que torna importante conhecer os principais Grupos Terroristas Transnacionais, conforme exposto.

1.4.1 Principais Grupos Terroristas Transnacionais

Este item trata de Grupos Terroristas Transnacionais ativos à causa do Terror, considerando o número de ataques, mortos e feridos, após os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001.

Ressalta-se que os dados sobre tais grupos podem ser diferentes, dependendo das bibliografias analisadas. Igualmente, é difícil encontrar bibliografias específicas sobre o tema, em especial sobre Grupos Terroristas Transnacionais. De qualquer forma, para este trabalho os dados foram extraídos de obras e bibliografias que pudessem garantir confiança junto às fontes de pesquisa analisadas.

Sobre o pós-Atentado Terrorista Transnacional de 11 de Setembro de 2001, expõe Napoleoni[106] que:

> Uma conclusão que podemos tirar imediatamente é que, desde o ataque do 11 de Setembro, o negócio do terrorismo islâmico tem se fortalecido, em vez de se enfraquecer – a ponto de ter se expandido para o terreno da criação de uma nação inteira –, simplesmente procurando manter-se atualizado com as coisas de um mundo em rápida transformação, no qual os instrumentos de propaganda e da tecnologia desempenham um papel de importância decisiva. Já não se pode dizer o mesmo com relação às forças empenhadas em

[105] HOBSBAWN, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 135.
[106] NAPOLEONI, Loretta. **A fênix islâmica:** o Estado Islâmico e a reconfiguração do Oriente Médio. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015, p. 23.

impedir que ele se expanda.

Comenta a autora que os Atentados Terroristas Transnacionais de 2011 iniciaram uma nova onda de Terrorismo, em especial aquele que traz em seu bojo a religião. Esta forma de terror coloca em pânico comunidades, Estados e regiões em diversas partes do planeta.

A nova modalidade de Terror se espalha rapidamente, utilizando-se das mais diversas formas de propaganda e, assim, arrebanhando pessoas que aceitem colocar em prática os objetivos propostos pelos grupos terroristas. No entanto, destaca ainda o autor que Estados, organizações nacionais e internacionais não conseguem lutar com a mesma força para impedir a expansão do Terrorismo Transnacional.

O quadro abaixo demonstra os Grupos Terroristas Transnacionais que mais cometeram atentados Terroristas Transnacionais no ano de 2016[107].

Quadro 01: Grupos Terroristas Transnacionais e Ataques Terroristas Transnacionais no ano de 2016.

Group **(Grupo)**	***Incidents*** **(Incidente)**	***Deaths*** **(Mortos)**	***Injuries*** **(Feridos)**	***Location of Attacks*** **(Locais dos Ataques)**
Al-Qaeda and affiliates	539	1,349	2,201	Algeria; Bangladesh; Burkina Faso; Cote D'Ivoire; Kenia; Mali; Niger; Pakistan; Russia; Somalia; Syria; Uganda; Yemen.
Islamic State in Iraq and Syria (ISIS)	1.132	9,132	7,723	Belgium; Georgia; Germany; Indonesia; Iraq; Jordan; Lebanon; Malaysia; Philippines; Russia; Saudi Arabia; Syria; Tunisia; Turkey; Yemen.
Talibã	848	3,583	3,550	Afghanistan; Pakistan

Fonte: Elaborado pelo pesquisador com base no *Institute for Economics e Peace*[108]

[107] São poucas as fontes bibliográficas de consulta confiáveis sobre os principais Grupos Terroristas Transnacionais, tal como os locais que os mesmos agem e os números de mortos e feridos. Nesse sentido, para essa tese doutoral optou-se em utilizar uma fonte específica que apresenta os dados necessários, mas não contempla o Hamas. Deste grupo em especial não se encontrou uma fonte que demonstrasse confiabilidade. Assim, no quadro são apresentados a *Al-Qaeda*, ISIS, Talibã, porém, no decorrer do trabalho o Hamas também é abordado, tal como os demais grupos nominados acima. Destaca-se ainda que foram encontrados dados completos somente referentes ao ano de 2016, considerados por isso os mais atualizados.

[108] INSTITUTE FOR ECONOMICS & PEACE. **Global Terrorism Index 2017:** measuring and understanding the impact of terrorism. START – National Consortium for the **study of terrorisms and responses to terrorism.** A Center of Excellence of the U.S. Department of Homeland Security Led by the University of Maryland.

No quadro acima foram demonstrados os Grupos Terroristas Transnacionais que mais cometeram Ataques Terroristas Transnacionais no ano de 2016. Nota-se que os grupos expostos realizaram atentados em diversos Estados e continentes e atingiram números altos de mortos e feridos.

Importante destacar o exposto por Naím[109], com relação à *Al-Qaeda*:

> Apenas recentemente essa mentalidade começou a mudar. Graças à Al-Qaeda, o mundo agora sabe o que pode fazer uma rede de indivíduos altamente motivados, sem vínculos nacionais e cujos poderes emanam da globalização.

A *Al-Qaeda* mostrou para o planeta, o que um Grupo Terrorista Transnacional consegue fazer, considerando que tais grupos não possuem territórios específicos e utilizam-se das tecnologias de comunicação, informática e logística para colocar em prática seus objetivos. A Globalização e a facilidade de circulação entre os territórios também facilita Ataques Terroristas Transnacionais.

Sobre os Atentados Terroristas Transnacionais, ressalta Frieden[110] que:

> No fim do século XX, 400 milhões de pessoas da região que abrangia do Egito ao Paquistão e da Ásia central à Somália viviam em condições de estagnação econômica e privação social. Essas condições provocaram fortes sentimentos contra os ocidentais e alimentaram movimentos violentos, cujo tema principal era a rejeição à integração econômica e cultural proposta pelo Ocidente. Uma onda de ataques terroristas promovidos pelo radicalismo islâmico e social vivenciadas em grande parte do mundo mulçumano, algo que os governos ocidentais puderam ignorar somente ao seu próprio risco.

A falta de aproximação por parte do ocidente às comunidades do oriente e do continente africano criou nesses povos receio e medo a possíveis contatos econômicos e financeiros, em especial, pelas negligências sofridas em ternos sociais, tecnológicos e financeiros, tendo como válvula de escape a religião, o que, em determinados casos, levou ao extremismo e aos Atentados Terroristas Transnacionais na Europa e nos EUA.

---

[109] NAÍM, Moisés. **Ilícito:** o ataque da pirataria, da lavagem de dinheiro e do tráfico à economia global. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 11.
[110] FRIEDEN, Jeffry. **Capitalismo global:** história econômica e política do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. p. 419.

Assim, o ocidente incorreu no risco de sofrer algum tipo de pressão, como ocorreu com o ocidente, porém, o risco se tornou real com os Atentados Terroristas Transnacionais.

O fato dos atentados terroristas ocorrerem em diversos Estados demonstra o perfil transnacional dos mesmos. Nota-se ainda que tais grupos se utilizam das mídias nacionais e internacionais para mostrar esses atos e criar Terror em outras partes do planeta, conforme exposto nos próximos tópicos.

Nesse sentido, os pontos específicos sobre os principais Grupos Terroristas Transnacionais trazem aspectos centrais sobre os mesmos para o presente trabalho, e as bibliografias apontadas servem de base para futuras pesquisas com percepções distintas sobre tais Grupos Terroristas Transnacionais.

1.4.1.1 *Al-Qaeda*

São diversos os Grupos Terroristas Transnacionais que se tem conhecimento, no entanto, alguns se destacam mais que os outros por sua imposição de Terror junto às sociedades através de atentados terroristas. O grupo que talvez mais se destaque, especialmente por ter colocado em prática os mais conhecidos Atentados Terroristas, marco para o surgimento dos Atentados Terroristas Transnacionais, é a *Al*-Qaeda, conforme tratado neste tópico.

Diversas bibliografias trazem um conceito sobre a *Al-Qaeda* e de que forma ela se estrutura e coloca em prática o Terror. Para tanto, destaca Burke[111]:

> Então o que é AL-Qaeda? Pergunte a ocidentais, mesmo bem informados, que pensam ser a Al-Qaeda e muitos lhe dirão que esse termo descreve uma organização terrorista fundada há mais de uma década por um fanático religioso saudita extremamente rico que se transformou numa rede incrivelmente poderosa composta por milhares de homens em todos os países, em todos os continentes, prontos para cumprir ordens de seu líder, Osama bin Laden, matando e mutilando em defesa de sua causa.

Para a maioria dos ocidentais a *Al-Qaeda* é um grupo terrorista transnacional criada por um milionário saudita chamado Osama bin Laden,

[111] BURKE, Jason. **Al-Qaeda:** a verdadeira história do radicalismo islâmico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007, p. 21.

estruturada como grupo de luta a partir da invasão dos soviéticos ao Afeganistão no final da década de 1970.

Este grupo, por sua vez, é formado por células espalhadas em diversos Estados e que ficam à espera da ordem de seus líderes para impor o terror, através de atos terroristas em Estados ou regiões consideradas alvo por seus líderes.

Sobre a *Al-Qaeda*, continua Burke[112]:

> A própria palavra é fundamental. "Al-Qaeda" vem da raiz árabe *qaf-ayn-dal*. Pode significar uma base, tal como um acampamento ou um lar, um alicerce, como o que se encontra sob uma casa, ou um pedestal que sustenta uma coluna. Pode significar a maior e mais baixa camada de uma nuvem do tipo cúmulo-nimbo. E fundamentalmente, também pode significar um preceito, regra, princípio, máxima, fórmula, método, modelo ou padrão.

Com o exposto, a própria palavra *Al-Qaeda* possui diversas definições, desde nuvem até alicerce de uma casa. Outra definição dada a este nome é a de princípio, preceito de algo.

Importante destacar que se trata de um vocábulo comum entre os mulçumanos, possuindo muitas significâncias aplicadas a momentos e situações diferentes.

Sobre a origem da *Al-Qaeda* lembram Sutti e Ricardo[113] que:

> Em 1979, os soviéticos invadiram o Afeganistão, um país com fortes características tribais, na tentativa de tê-lo sob sua influência. As tropas da antiga URSS, embora muito mais bem equipadas e armadas, encontram grande resistência em território afegão, tendo sido derrotadas pelas milícias afegãs em 1989.
> Nessa longa guerra, os EUA apoiaram e financiaram grupos guerrilheiros islâmicos de oposição a Moscou, os *mujahedins*. O milionário saudita Osama bin Laden e seus seguidores, apoiados pelos EUA, engajaram-se em 1982 na luta afegão contra os soviéticos. No Afeganistão, jovens recrutados em diversos países árabes eram treinados para ações terroristas, patrocinados por bin Laden que se encontrava no Sudão. Os soviéticos foram derrotados em 1989, e as diversas facções continuaram uma terrível guerra civil.

---

[112] BURKE, Jason. **Al-Qaeda:** a verdadeira história do radicalismo islâmico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007, p. 21-22.
[113] SUTTI, Paulo; RICARDO, Silvia. **As diversas faces do terrorismo**. São Paulo: Harbra, 2002, p. 107.

Os conflitos que envolvem o Afeganistão têm sua origem em 1979 com a invasão pela ex-URSS, possuidora de grande poderio bélico e equipamentos junto àquele território. Uma década depois, as milícias afegãs derrotam as tropas soviéticas, o que demonstra a resistência local imposta.

Os EUA foram apoiadores das milícias afegãs e grupos guerrilheiros islâmicos contra os soviéticos. No início da década de 1980, os EUA apoiaram Osama bin Laden e seu grupo contra os soviéticos. Em contrapartida, Osama bin Laden recrutava e treinava com técnicas terroristas jovens de diversos Estados árabes.

Uma década depois da invasão soviética, os mesmos foram derrotados e as milícias e grupos que surgiram para lutar contra os invasores se mantiveram e passaram a utilizar as ferramentas e técnicas que durante uma década foram ensinadas e treinadas com o apoio financeiro de Osama bin Laden.

Complementando a criação da identidade da *Al-Qaeda*, ressaltam Fonseca e Lasmar[114] que "Para a rede *Al Qaeda*, a busca por uma identidade coletiva, a construção social da ideia de uma *Ummah*[115] transnacional e sem fronteiras eram consequências lógicas e estratégicas".

Nas últimas décadas, a *Al-Qaeda* se transforma de grupo terrorista, com células que trabalham para colocar em prática atentados terroristas transnacionais; para um grupo terrorista transnacional que trabalha para na criação da identidade unificadora de seus membros, ao mesmo que atraia a atenção de novos.

O grupo passa a pensar de maneira transnacional, sem fronteiras, utilizando-se das tecnologias de comunicação existentes para aumentar o número de membros.

1.4.1.2 *Islamic State in Iraq and Syria* (ISIS)

O ISIS também é um dos Grupos Terroristas Transnacionais que se tem ouvido falar com frequência nos últimos anos. Este grupo utiliza-se do Terror para

[114] FONSECA, Guilherme Damasceno; LASMAR, Jorge Mascarenhas. **Passaporte para o terror:** os voluntários do Estado Islâmico. Curitiba: Appris, 2017. p. 174.
[115] "**Umma:** a nação islâmica ou comunidade de crentes" *In* BURKE, Jason. **Al-Qaeda:** a verdadeira história do radicalismo islâmico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007, p. 332.

chegar aos seus objetivos, e da mídia, para mostrar seus atos e ampliar o terror psicológico por diversas partes do planeta. Organizado e com poderio de destruição (armamentos), é formado por pessoas treinadas para matar ou morrer pela causa do grupo.

Com relação ao ISIS, ressaltam Fonseca e Lasmar[116] que:

> A presença de combatentes das mais diversas nacionalidades nas fileiras do ISIS, portanto, torna mais fácil a atuação desse grupo em escala global. Como parte de sua estratégia global, o ISIS busca aumentar a polarização de opiniões envolvendo religião e multiculturalismo em todo o mundo. Consequentemente, nenhum país está livre da ameaça representada pelo grupo, ainda que seja considerado politicamente "neutro" o pacífico. Pelo contrário, angariar novos inimigos trará benefícios para sua estratégia e fortalecerá sua narrativa. Ataques a países como o Brasil, em que a população mulçumana é bem integrada e pouco discriminada (se compararmos a outros países), poderiam beneficiar o grupo. Esse tipo de ação não apenas reforçaria estereótipos sobre o Islã e o discurso do choque das civilizações, como também aumentaria o preconceito, a discriminação, a radicalização e a polarização de opiniões, dando ao grupo mais força para trabalhar sua narrativa de que todo o mundo é seu palco de batalha.

O ISIS recruta pessoas de diversas nacionalidades para praticar ações terroristas. Nesse sentido, a área de atuação do grupo torna-se maior e estende-se pelos Estados sem ser, muitas vezes, notado. Essa estratégia, também serve de demonstração ao mundo que o Terrorismo religioso independe de local - terroristas transnacionais dispostos a matar, morrer ou explodir em qualquer lugar do planeta. Em contrapartida, os nacionais dos Estados que sofrem a agressão podem ser os próprios agressores.

Essa *performance* cria um estado de Terror maior, pois os Estados não necessitam abrir suas fronteiras para a entrada de terroristas, já que eles estão em seus territórios, misturados entre os cidadãos.

Estados considerados neutros também se tornam palco de ações terroristas transnacionais, inclusive aqueles sem conflitos religiosos. Essas ações seriam uma alternativa para demonstrar ao mundo que há um choque entre as

[116] FONSECA, Guilherme Damasceno; LASMAR, Jorge Mascarenhas. **Passaporte para o terror:** os voluntários do Estado Islâmico. Curitiba: Appris, 2017. p. 36.

civilizações e entre as sociedades, o que fomentaria as relações de conflito com novos Estados e por sua vez, aumentaria a capacidade de união do grupo. É o Terror ultrapassando fronteiras e Estados, característica do Terrorismo Transnacional.

Sobre o exposto complementa Napoleoni[117]:

> *EIIS*: Sigla do Estado Islâmico do Iraque na Síria. Também conhecida como Estado Islâmico do Iraque e do Levante (EIIL) e Estado Islâmico (EI), essa organização terrorista foi criada oficialmente em 2013, embora sua história remente aos primeiros tempos do ano 2000 e da Al-Qaeda. Seus domínios abrangem grandes regiões do Iraque e da Síria e, até o início de setembro de 2014, suas forças continuavam a atacar a cidade iraquiana de Mossul.

Este grupo terrorista transnacional possui diversas siglas, sendo oficialmente criado em 2013, no entanto, sua história se remonta ao ano 2000.

Os ataques ocorrem para ampliação de domínio ocorrem no Iraque e na Síria. Dessa forma, novamente nota-se uma característica do Terrorismo Transnacional, uma vez que o os ataques e o domínio do terror proposto por este grupo extrapolam fronteiras, chegando a outros Estados. Em paralelo, a organização tem membros espalhados em outros Estados, com nacionalidades diversas, esperando o chamado para colocar em prática atos de terror, que serão filmados pela mídia e espalhados pelo mundo, o que aumenta a ideia do medo e do terror.

Complementam Fonseca e Lasmar[118] que:

> [...], a globalização e o enorme avanço das comunicações ajudam a explicar as proporções do atual fenômeno dos voluntários estrangeiros no ISIS. O conflito tem recebido uma imensa cobertura midiática. A internet e as redes sociais têm desempenhado um papel crucial no recrutamento e divulgação da ideologia do grupo. As distâncias foram diminuídas com a globalização.

Os autores se atêm ao ISIS por ser grupo consegue recrutar pessoas utilizando-se principalmente as tecnologias de comunicação acessíveis à maioria das pessoas. Essa comunicação ganha mais fôlego, ao se imaginar que existe uma

---

[117] NAPOLEONI, Loretta. **A fênix islâmica:** o Estado Islâmico e a reconfiguração do Oriente Médio. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015, p. 135.

[118] FONSECA, Guilherme Damasceno; LASMAR, Jorge Mascarenhas. **Passaporte para o terror:** os voluntários do Estado Islâmico. Curitiba: Appris, 2017. p. 92.

necessidade da mídia em mostrar os Atentados Terroristas Transnacionais, situação que empodera ainda mais tais grupos.

Como consequência, o grupo terrorista transnacional recebe divulgação, estando suas ações sendo mostradas em todo o planeta, sem distâncias e em tempo real com o a Globalização.

Fonseca e Lasmar[119] salientam que:

> A transnacionalidade dos fenômenos – tanto no que se refere aos voluntários estrangeiros do ISIS, quanto ao movimento migratório dos refugiados – expande por todo o planeta as consequências e repercussões desse conflito. O poder de influência do ISIS e seu discurso estão crescentemente focados no ataque ao inimigo distante e transforma, qualquer país em possível palco de ataques.

O ISIS está diretamente envolvido com fenômenos transnacionais, especialmente quando observado o processo migratório criado a partir dos conflitos na Síria, aonde centenas de pessoas são obrigadas a deixar seus lares por conta do medo imposto pelos atos terroristas.

Outro fenômeno é a repercussão que os atos terroristas transnacionais assumem na imprensa nacional e internacional. Nota-se que o grupo terrorista se utiliza do discurso de atacar os inimigos e qualquer um, pessoa física, jurídica, organização nacional ou internacional ou Estado, pode se tornar alvo de ataque terrorista transnacional. Para tanto, ficam evidentes as ferramentas e características transnacionais propostas pelo ISIS como forma de concluir seus objetivos.

1.4.1.3 Talibã

O Talibã é um dos Grupos Terroristas Transnacionais mais conhecidos do planeta. Possivelmente, também é dos grupos terroristas mais antigos em atividade, organizado em células que possuíam enquanto líder Osama bin Laden, um dos mentores e financiadores do atentado terrorista que inaugura os Atentados Terroristas Transnacionais: os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001.

---

[119] FONSECA, Guilherme Damasceno; LASMAR, Jorge Mascarenhas. **Passaporte para o terror:** os voluntários do Estado Islâmico. Curitiba: Appris, 2017. p. 278.

Destacam Fonseca e Burke[120] que:

> Os deobandis[121] se tornaram em meados do século XIX em reação ao desafio lançado pelo poder britânico e pela superioridade demográfica dos hindus sobre os mulçumanos da Índia. Nisso, eles seguem o padrão dos movimentos revivalistas e reformistas dentro do Islã em reação a ameaças externas. Embora acreditassem que os mulçumanos da Índia poderiam preservar sua identidade distinta seguindo cuidadosamente o ritual e o comportamento pessoal exatamente como descritos no Corão e nas *hadith*[122], os primeiros deobandis aprenderam com a ameaça que enfrentaram. As madraçais[123], ou escolas religiosas, foram reorganizadas segundo o modelo das instituições educacionais européias. Foram providas de um corpo docente remunerado que dava aulas oferecendo um currículo seqüencial. As madraçais, assim como os ulemá[124] que nelas ensinavam, foram encarregadas de interpretar o mundo exterior de acordo com os textos, e assim se tornaram o foco central do movimento deobandista. Embora sua tentativa inicial de aprender com o Ocidente fosse sincera, com o tempo os ulemá deobandistas se tornaram cada vez mais reacionários, com suas *fatwas*[125] estimulando o afastamento, e não a adaptação, das inovações de seus senhores coloniais. As madraçais se tornaram um "espaço islamizado" isolado e seus habitantes viraram uma idealizada "sociedade islâmica", ilhas num mar de *kufr*[126] e barbárie. Os alunos das madraçais eram conhecidos como talibãs, plural persianizado de uma palavra árabe que significa "pessoas em busca de conhecimento" ou estudantes. Esses estudantes formariam os combatentes do movimento com o mesmo nome surgido no Afeganistão em meados da década de 1990.

Ressalta o autor que as madraçais foram inicialmente criadas como alternativa de escola religiosa, seguidoras de padrões europeus, cujos educadores

---

120 BURKE, Jason. **Al-Qaeda:** a verdadeira história do radicalismo islâmico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007, p. 108-109.

121 **"Deobandita:** escola islâmica conservadora. Fundada na Índia, mas posteriormente dividida nas correntes indianas e afegã-paquistanesa.". *In* BURKE, Jason. **Al-Qaeda:** a verdadeira história do radicalismo islâmico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007, p. 330.

122 **"Hadith:** as tradições do Profeta, incluindo seus hábitos e os dizeres a ele atribuídos. Não reveladas, mas muito importantes no estabelecimento da *shariah*, especialmente para os mulçumanos sunitas.". *In* BURKE, Jason. **Al-Qaeda:** a verdadeira história do radicalismo islâmico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007, p. 331.

123 **"Madraçal:** escola ou colégio religioso.". *In* BURKE, Jason. **Al-Qaeda:** a verdadeira história do radicalismo islâmico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007, p. 331.

124 **"Ulemá:** o corpo de intelectuais islâmicos, efetivamente um clero transnacional.". *In* BURKE, Jason. **Al-Qaeda:** a verdadeira história do radicalismo islâmico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007, p. 331.

125 **"Fatwa (plural fatawa):** opinião jurídica impositiva de autoridade escolástica reconhecida sobre questão religiosa.". *In* BURKE, Jason. **Al-Qaeda:** a verdadeira história do radicalismo islâmico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007, p. 331.

126 **"Kafir, kufr:** descrente, descrença; quem rejeita a verdade apesar de conhecê-la.". *In* BURKE, Jason. **Al-Qaeda:** a verdadeira história do radicalismo islâmico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007, p. 331.

eram remunerados e trabalhavam dentro de um projeto pedagógico que pregava o ensino sequencial. As madraçais, como os ulemá, possuíam uma percepção transnacional, onde seu grupo docente trabalhava textos e situações internacionais dentro da perspectiva religiosa.

Com o passar dos tempos a ideia inicial se tornou questionável, uma vez que os líderes envolvidos no movimento passaram a indagar e reagir às novidades apresentadas pelo ocidente. Com isso, as madraçais passaram a pregar e a viver em espaço diferenciado, isolado dos processos de conflitos na região.

Nesse sentido, os estudantes das madraçais eram conhecidos como talibãs, “pessoas em busca de conhecimento”. No início da década de 1990, estes mesmos estudantes passariam a fazer parte, como combatentes, do movimento Talibã, surgido no Afeganistão naquele período.

Lembra Cretella Neto[127] sobre o Talibã que:

> A partir de 1996, quando o governo do Taleban assumiu o poder no Afeganistão, a Al Qaeda passou a sediar-se naquele país, construindo bases de treinamento em táticas de guerra e de guerrilha, mercê da larga experiência acumulada na luta contra a ocupação soviética do país (1979 – 1989) inclusive, naquela época, com apoio logístico e financeiro dos EUA. A partir dessa data, igualmente, passou o Conselho de Segurança a aprovar diversas resoluções visando a compelir o governo do Taleban a não mais abrigar terroristas em seu território e a entregar Osama bin Laden, principal líder da Al Qaeda, aos EUA.

A *Al-Qaeda* a partir de 1996, com a posse do governo Talibã no Afeganistão, fixou sua sede naquele Estado e passou a treinar táticas de guerra e de guerrilha junto a seus combatentes. Muitos dos treinamentos empregados pelo Talibã partem dos conhecimentos adquiridos na luta contra a ex-URSS na década de 1970 em território afegão.

Cabe ainda destacar que os EUA foram um grande incentivador, financiador logístico e financeiro dos grupos que lutavam para expulsar os soviéticos do Afeganistão. Em contrapartida, na década de 1990, os EUA colaboraram com os grupos afegãos para exigir junto ao Conselho de Segurança da ONU que o governo

---

[127] CRETELLA NETO. José. **Terrorismo Internacional**: inimigo sem rosto – combate sem pátria. Campinas: Millennium, 2008. p. 266-267.

Talibã não abrigasse terroristas em seu território e entregasse Osama bin Laden, um dos principais líderes da *Al-Qaeda* e que vivia em território afegão.

No que tange ao Talibã completa Burke[128] que:

> Tanto o talibã quanto a nova onda de militância islâmica internacionalista a partir do início da década de 1990 podem ser vistos como parte de uma ampla reação, ocorrida em todo o mundo mulçumano, à ineficiência do islamismo político, surgido a partir de meados da década de 1980, de atingir seus objetivos.

Para concepção supracitada, a década de 1980 registra a falta de eficiência e de articulação dos movimentos políticos islâmicos. Essa inoperância, por sua vez, cria o caldeirão para o surgimento de uma militância islâmica organizada e internacionalizada, apoiada nas tecnologias de comunicação e logística.

Tal militância detecta fragilidades e pontos comuns entre as comunidades islâmicas no período e fortalece ainda mais os grupos que se dizem lutar em prol de movimentos religiosos, porém, a partir desse momento, não mais de forma local ou regionalizada, na transição das ideias para a imposição do Terror em cadeia transnacional.

Sobre as táticas colocadas em prática pelo Talibã, destaca o *Institute for Economics e Peace*[129] que:

> *Like the other terrorist groups, the Taliban´s tactics mainly include bombing and explosions or armed assaults. In 2015, which was the group´s deadliest year, armed assaults constituted 36 per cent of attacks but this decreased from 27 per cent of attacks in 2015 to 32 per cent in 2016*.[130]

O Talibã, um Grupo Terrorista Transnacional, inclui entre suas táticas bombardeiros, explosões e ataques contra alvos específicos, como os Atentados

---

[128] BURKE, Jason. **Al-Qaeda:** a verdadeira história do radicalismo islâmico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007, p. 134.

[129] INSTITUTE FOR ECONOMICS & PEACE. **Global Terrorism Index 2017:** measuring and understanding the impact of terrorism. START – National Consortium for the **study of terrorisms and responses to terrorism.** A Center of Excellence of the U.S. Department of Homeland Security Led by the University of Maryland. p. 75.

[130] Em tradução livre: “Como os outros grupos terroristas, as táticas do Taleban incluem principalmente bombardeios e explosões ou assaltos armados. Em 2015, ano mais letal do grupo, os ataques armados constituíram 36 por cento dos ataques, mas diminuíram de 27 por cento dos ataques em 2015 para 32 por cento em 2016.”

Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 em território estadunidense. Ele, assim como outros Grupos Terroristas Transnacionais, certo número de ataques programados e colocados em prática, conforme exposto pela fonte consultada.

Consta que a organização possui células espalhadas e preparadas para praticar novos Atentados Terroristas Transnacionais e, se acionadas, evidencia-se o insumo transnacional junto a este grupo terrorista.

O Talibã, através dos Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, inaugurou uma nova onda do Terrorismo, o Terrorismo Transnacional.

1.4.1.4 Hamas

O Hamas também pode ser destacado como um Grupo Terrorista Transnacional que atua em diversas partes do planeta, levando Terror e destruição. Este grupo possui estrutura própria e formas de atuação que se aproximam dos demais grupos observados.

Uma das características expostas sobre o Hamas é o seu surgimento como um movimento assistencialista em favor dos palestinos que passa a utilizar a força, através de atentados terroristas, em especial contra o Estado de Israel. Uma de suas formas de ataque é o suicídio contra alvos específicos.

Para tanto, lembra Cretella Neto[131] sobre o Hamas:

> Depois do colapso do bloco soviético, a partir de 1991, manifestaram-se duas grandes tendências: de um lado, o quase desaparecimento do terrorismo de Estado, acompanhado do fim do terrorismo palestino de caráter laico, bem como dos movimentos terroristas *revolucionários* europeus de extrema esquerda.
> Paralelamente, ganhou relevância o movimento terrorista islâmico, que preencheu determinadas lacunas – como o Hamas, que substituiu a OLP[132], a qual se tornara organização do Estado palestino – e

[131] CRETELLA NETO. José. **Terrorismo Internacional**: inimigo sem rosto – combate sem pátria. Campinas: Millennium, 2008. p. 56.

[132] *"Organização para a Libertação da Palestina (OLP)*: Movimento nacionalista palestino e a principal organização dos movimentos palestinos, foi criada em 1964, por Ahmed Shukeiry sob os auspícios do Egito. O objetivo, conforme declarado em seus estatutos datados de maio de 1964, visam a criação de um Estado palestino independente no território ocupado atualmente por Israel ou pelo menos nos limites de Gaza e Cisjordânia. Yasser Arafat foi seu líder de 1969 a 2004, ano de sua morte, e sucedido

> também movimentos pulverizados, sempre de tendência jihadista[133], que se engajaram em diversas lutas.

O fim da ex-URSS trará ao planeta, conforme já observado, novas situações que exigirão agendas especiais, entre elas estão os movimentos revolucionários de extrema direita na Europa e o robustecimento dos movimentos terroristas islâmicos que, por sua vez, formarão Grupos Terroristas Transnacionais extremamente organizados, como é o caso do Hamas e dos movimentos terroristas pulverizados, agregados a outros grupos.

No que tange ao Hamas, lembram Sutti e Ricardo[134] que:

> *Quem são:* organização extremista islâmica surgida em 1987, no início da primeira Intifada. Possui uma ala política e outra militar.
> Goza de grande popularidade já que, além de enfrentara Israel, presta serviços como creches, escolas e hospitais.
> *Quantos são:* sua ala militar tem de 200 a 300 membros, que recrutam jovens dispostos a morrer em atos suicidas.
> *Objetivos:* destruir Israel e estabelecer um Estado palestino tendo a *sharia* (código islâmico) como legislação.
> *Ações:* foi o grupo introdutor dos atentados suicidas ao conflito. Já realizou dezenas de ações do gênero, além de ataques a tiros.

Para os autores, este Grupo Terrorista Transnacional surge no final da década de 1980 e se constitui de duas bases, uma política e outra, militar. Por um lado, o grupo enfrenta Estados (como Israel) e, ao mesmo tempo, presta serviços essenciais à população, tais como aqueles relacionados à educação e saúde. Essa estrutura revela as bases militares e políticas desse Grupo Terrorista Transnacional.

---

por Mahmoud Abbas, que continua no posto.". *In* NAPOLEONI, Loretta. **A fênix islâmica:** o Estado Islâmico e a reconfiguração do Oriente Médio. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015, p. 142.

[133] *"Jihad*: Esse termo é equivocadamente traduzido como 'Guerra Santa', conceito criado na Europa durante as Cruzadas. 'Jirad' é uma palavra árabe que significa 'esforço, empenho, luta' e uma tradução significado religioso seria 'lutando ou empenhando-se pela causa de Deus'. A jihad divide-se em: jihad maior, luta íntima do crente para superar os desejos carnais e as más inclinações; e jihad menor, defesa armada do mundo islâmico contra agressões. O termo é usado por diferentes grupos armados em seus violentos confrontos com o Ocidente. Num episódio famoso, Osama bin Laden convocou uma jihad em sua *fatwa* contra os americanos, conclamando os fiéis a travarem uma 'guerra justa' contra o opressor". *In* NAPOLEONI, Loretta. **A fênix islâmica:** o Estado Islâmico e a reconfiguração do Oriente Médio. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015, p. 140-141.

[134] SUTTI, Paulo; RICARDO, Silvia. **As diversas faces do terrorismo**. São Paulo: Harbra, 2002, p. 101-102.

Uma das formas de ataque do grupo militar são os atos suicidas de jovens recrutados, introduzidos por ele ao Terrorismo Transnacional, no entanto, os atentados a tiros também são prática usual do Hamas.

No que tange ao Hamas expõe Visacro[135] que:

> O Movimento da Resistência Islâmica (Harakat Muqawama Islamiyyya), ou simplesmente Hamas, é a mais influente organização fundamentalista palestina. Sua origem remonta ao ano de 1946, com a criação de uma filial palestina da egípcia Irmandade Mulçumana na cidade de Gaza. Ainda sem a atual denominação, o movimento sunita[136] desenvolveu um trabalho lento, porém, contínuo e metódico de instrução dogmática e assistência social. Em 1973, com o propósito de coordenar atividades políticas, foi criado pelo xeque Ahmed Yassin[137] o Centro Islâmico que viabilizou, ao longo dos anos de 1970, a expansão de seus quadros e de sua infraestrutura, levando-a à Cisjordânia. Nos seis anos seguintes, foram gerados mecanismos de ação e realizada a preparação para a luta armada. Com a eclosão da primeira *Infitada* em dezembro de 1987, surgiu o Hamas.

Este Grupo Transnacional é uma organização influente na região em que se encontra. Sua origem se dá em meados de 1940, sem a nomenclatura que a caracteriza nos dias atuais.

Na década de 1970 suas ações são ampliadas e o grupo se estrutura e se prepara para a luta armada e aos ataques que virão nas próximas décadas. Uma década depois, tem-se a *Infitada* e o surgimento do Hamas dentro das perspectivas que se conhece atualmente, ou seja, lutando contra o Estado de Israel.

---

[135] VISACRO, Alessandro *apud* Agência Brasileira de Inteligência. **Guerra irregular**: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história. São Paulo: Contexto, 2009, p. 185-186.

[136] *"Sunismo*: A maior seita do mundo islâmico. Após a morte de Maomé, os sectários do Islã que apoiavam um método tradicional de escolha de seu líder político-religioso com base na concordância da comunidade mulçumana passaram a ser conhecidos como sunitas, aos quais se opunham os xiitas, que defendiam a sucessão do califado por direito hereditário.". *In* NAPOLEONI, Loretta. **A fênix islâmica:** o Estado Islâmico e a reconfiguração do Oriente Médio. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015, p. 143.

[137] *"Xeque Abdullah Azzam*: Mulçumano sunita que manifestou apoio à jihad contra os invasores soviéticos durante o fim da década de 1980. Junto com bin Laden, criou a Agência de Serviços Afegãos, instituição que levantava recursos financeiros e recrutava terroristas, e a Al-Qaeda. Ele morreu num atentado com um carro-bomba em novembro de 1989". *In* NAPOLEONI, Loretta. **A fênix islâmica:** o Estado Islâmico e a reconfiguração do Oriente Médio. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015, p. 144.

Assim, tem-se este também como um grupo antigo, possuidor de técnicas próprias de ataques, que utilizam em especial os ataques suicidas. Ainda no que tange ao Hamas descreve Cretella Neto[138]:

> Em tempos mais recentes, organizações islâmicas foram criadas para contrapor-se à presença de Israel, cujo direito à existência é negado por parte dos estados mulçumanos, como o Irã e a Síria. Uma dessas organizações é o Hamas (abreviatura de *Harakat Al-Muqawamab Al-Islamiyyah* = Movimento de Resistência Islâmica, cuja forma abreviada se traduz por "fervor"), fundado em 1987 e inicialmente destinado a atuar como entidade caritativa, para amparar palestinos necessitados, mas cuja característica terroristas apareceu logo depois, no começo da *Intifada* (= levante), expressão que designa um movimento da população civil surgido contra a presença israelense nos territórios reclamados pelos palestinos.

O autor complementa o exposto, ao ressalvar que o grupo surge como alternativa de imposição contra o Estado de Israel, cuja existência é negada por Estados como o Irão e a Síria, que não aceita, sua criação e as terras que ocupa, usadas para ampliar seu território em detrimento da redução do território de seus vizinhos.

Nota-se que, o Hamas nasce como movimento assistencialista junto aos mulçumanos, porém, rapidamente se coloca na posição de grupo terrorista que lutará contra a presença de israelenses em territórios reclamados pelos palestinos.

Entre as modalidades de Terror propostas e colocadas em prática pelo Hamas, têm-se os ataques suicidas de jovens recrutados contra alvos específicos. Esses jovens são levados a lutar, matar e morrer pela causa pelo grupo. Este é outro Grupo Terrorista Transnacional, que luta contra o Estado de Israel e a tomada de territórios reclamados pelos palestinos.

Para tanto, viu-se nesse tópico Grupos Terroristas que utilizam-se de ferramentas e instrumentos diversos para colocar em prática seus objetivos.

---

[138] JUNAID, Shawar, 2005, p. 8 *apud* CRETELLA NETO. José. **Terrorismo Internacional**: inimigo sem rosto – combate sem pátria. Campinas: Millennium, 2008. p. 143.

PARTE I

CAPÍTULO 2

OS FENÔMENOS DA TRANSNACIONALIDADE E DA GLOBALIZAÇÃO: DESAFIOS CONCEITUAIS

Este capítulo não tem por finalidade impor um conceito específico sobre a Globalização, uma vez que se torna difícil tal conceituação por se tratar de um fenômeno em construção. Nesse sentido, foram trabalhados conceitos extraídos de bibliografias diversas, para servirem como base à reflexão e que poderão ser empregados com outras definições no decorrer dessa Tese Doutoral.

Para a pesquisa entende-se que se vive um Processo de Globalização, no entanto, adaptado às sociedades, inclusive pela criação de novas necessidades para populações em todo o planeta. Hoje é maior, por exemplo, a necessidade de as pessoas terem mais conhecimento sobre as comunicações bancárias, pois parte das transações comerciais utilizam esse meio. Para tanto, a Globalização se apoiará na telemática para alcançar novos locais e pessoas pelo mundo.

O fenômeno da Transnacionalidade, recente para populações e Estados, também alterou as relações internacionais, criando alternativas de interação até então inexistentes. Exemplo dessa alteração é a UE, aonde se tem um grupo de Estados soberanos, unidos por sistemas comuns (político e econômico), que tendem a se beneficiar sem prejuízos à soberania e ao controle sobre determinadas áreas consideradas importantes, tais como a educação e a cultura.

A Globalização e Transnacionalidade alteraram as conexões entre os Estados, utilizadas nas duas esferas. Se, de um lado, grupos terroristas usam a telemática para alcançar seus objetivos, de outro, as mesmas tecnologias são aplicadas para evitar novos atentados terroristas transnacionais.

O construto subsequente apresenta os recortes bibliográficos e teóricos, tal como, a metodologia e técnica propostas, com intuito de demonstrar alguns conceitos e percepções preliminares, afetos à Globalização.

2.1. CONCEITOS DESTACADOS SOBRE GLOBALIZAÇÃO

A Globalização[139] pode ser compreendida como um processo irreversível, segundo muitos autores, que nem sempre traz soluções, outros, delegam à Globalização soluções que o mundo necessita. Por fim, um terceiro grupo demonstra pontos negativos e positivos da Globalização.

Este processo alcança em maior ou menor escala todo o planeta, não sendo de fácil reversão e imposto de maneira generalizada, não respeitando, em determinadas situações, fronteiras e culturas.

Sobre a origem da Globalização do comércio[140] destaca Mesquita[141] que:

> O início da globalização do comércio, entendida como o estabelecimento de fluxos comerciais entre todas as regiões do mundo, remonta ao século XVI, com as navegações ibéricas. Uma data marcante é a da chegada dos primeiros galeões espanhóis, com parta mexicana, em Manila, em 1571: pela primeira vez, todos os continentes estabeleceram fluxos diretos entre si. O comércio intraeuropeu e intraasiático era muito maior que o comércio intercontinental – situação que, de resto, permanece válida até hoje. Ainda assim, o período posterior a 1500 viu o início da criação de uma economia verdadeiramente global.

Para o autor é somente no século XVI que o comércio entre os povos e os continentes se intensifica por meio das grandes navegações. Nesse momento, constatou-se pela primeira vez o comércio intercontinental, situação avivada nos

---

[139] Outros autores preferem terminologias diferentes, entre estes destaca-se Chesnais “A expressão ‘mundialização do capital’ é a que corresponde mais exatamente à substância do termo inglês ‘globalização’, que traduz a capacidade estratégica do todo grande grupo oligopolista, voltado para a produção manufatureira ou para as principais atividades de serviços, de adotar, por conta própria, um enfoque e conduta ‘globais’. O mesmo vale, na esfera financeira, para as chamadas operações de arbitragem. A integração internacional dos mercados financeiros resulta, sim, da liberalização e desregulamentação que levaram à abertura dos mercados nacionais e permitiram sua interligação em tempo real. Mas baseia-se, sobretudo, em operações de arbitragem feitas pelos mais importantes e mais internacionalizados gestionários de carteiras de ativos, cujo resultado decide a integração ou exclusão em relação às ‘benesses das finanças de mercado’.” CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo, Xamã, 1996, p. 17.

[140] O comércio internacional “É a relação entre os Estados, sendo mais amplo que o Comércio Exterior, onde há um respeito às regras do Direito Internacional e forte influência na Economia Internacional.”, sobre o Comércio Exterior, destaca-se que “O Comércio Exterior trata da política adotada por cada Estado, defendendo os interesses nacionais e promovendo a normatização e o controle das trocas comerciais.” – Conceitos formulados pela Professora Dra. Patrícia Duarte Peixoto Morella, ex-Responsável Geral pela Trade Júnior, empresa júnior de consultoria e assessoria em Comércio Exterior da UNIVALI e atual Gerente de Ensino Superior da UNIVALI (Informação verbal).

[141] MESQUITA. Paulo Estivallet de. **A Organização Mundial do Comércio.** Brasília: FUNAG, 2013. p. 17.

séculos posteriores com o aumento das trocas de produtos e serviços, da circulação de pessoas e do capital.

Pecequilo[142] destaca com relação à Globalização, que:

> Em 1989, o fim da Guerra Fria tornou ainda mais aparentes e acelerados os fenômenos relativos à interdependência e à transnacionalização, massificando as hipóteses de que o sistema internacional estava caminhando para uma nova era. Tal nova era, de acordo com Hay (2014, p. 289-290), estaria sustentada em alguns princípios relacionados ao papel do Estado, às dinâmicas de relacionamento entre os atores não estatais e estatais, aos temas relevantes da política mundial e às arenas para debate e formulação de políticas relativas a esses temas. Também não foram poucos os que consideraram que o incremento dos projetos de integração e do multilateralismo seriam favoráveis à globalização [...].

Com o fim da Guerra Fria, Pecequilo ressalva ter ficado mais visível no cenário internacional a interdependência e a Transnacionalidade, o que demonstrava uma quebra de paradigma amparada na Globalização, nas tecnologias de comunicação e informativa, além da logística, mais acessível à maioria das pessoas e regiões do planeta.

A Queda do Muro de Berlim demonstra em igual medida o fim de um período da história, dividido entre Socialismo e Capitalismo, o segundo mais comum em outras searas do planeta. Novos debates, ideias e agendas são propostas decorrentes das facetas da Globalização nas rodadas de negociação internacionais.

Sobre a Globalização, complementa Matias[143]:

> A globalização não é totalmente boa, nem completamente má. Ela não tem apenas um lado positivo, nem se resume apenas a seus aspectos negativos. Ela não é um processo milenar, tampouco um processo exclusivamente recente. O Estado não é apenas uma vítima inocente da globalização, e também não é o único responsável por ela. Qualquer tipo de maniqueísmo prejudica o entendimento desse fenômeno que tem sido o principal foco de atenção das relações internacionais nos últimos anos.

Nesse ponto deve-se observar com cautela as externalidades surgidas com

---

[142] PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Teoria das Relações Internacionais:** o mapa do caminho – estudo e prática. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016. p. 126.

[143] MATIAS, Eduardo Felipe Pérez. **A Humanidade e suas fronteiras do estado soberano à sociedade global.** 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014. p. 97

a Globalização, por não ser possível classificá-la como ruim ou boa, tão pouco destacar aspectos negativos ou positivos absolutos do processo.

O autor comenta ainda que a Globalização não pode ser pensada como algo antigo, e tão pouco recente. Trata-se de um mecanismo intensificado no recorte histórico em que outros fenômenos, como as tecnologias de informação, de comunicação e logística estão mais amadurecidas. No contraponto, a ideia proposta pelo capitalismo é de um consumo importante e necessário por diversos fatores, tais como, saúde, geração de empregos e *status*, conjuntura que fará pessoas e Estados observarem a Globalização como algo positivo, cujo risco e/ou a perda decorrente da mesma vale a pena.

Nesse sentido, comenta Bauman[144]:

> O significado mais profundo transmitido pela ideia de globalização é o do caráter indeterminado, indisciplinado e de autopropulsão dos assuntos mundiais; a ausência de um centro, de um painel de controle, de uma comissão diretora, de um gabinete administrativo.

Para Bauman a Globalização surge solta, sem amarras e, por isso, indeterminado para os Estados e pessoas. O fato de não haver um controle maior, uma comissão que estude o tema e crie regras coloca em risco a própria Globalização.

Sobre o tema Paviani[145] expõe que:

> O processo da globalização em nossa época aponta para um processo de expansão e de uniformização política e econômica sustentado, em grande parte, pela força militar e por agentes financeiros internacionais que se situam além da autonomia dos Estado-Nações. Caracteriza-se, igualmente, pelo avanço científico e tecnológico que beneficia uma parcela da humanidade, mas também acelera as diferenças econômicas e sociais. Finalmente, entre os problemas da globalização destaca-se a padronização cultural e dos valores das comunidades que tendem as sucumbir aos interesses ideológicos dos meios de produção e de comunicação.

Segundo o autor, a Globalização criou estruturas não vivenciadas pelo mundo até poucas décadas, destacando-se entre estas as tecnologias voltadas à

---

[144] BAUMAN, Zygmunt. **Globalização:** as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p. 67.
[145] PAVIANI, Jayme. O humanismo latino no processo de globalização. *In:* PAVIANI, Jayme; DAL RI JÚNIOR, Arno. (Orgs.). **Globalização e humanismo latino.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. p. 25.

comunicação e telefonia. No entanto, nem toda a população do planeta tem acesso a essas facilidades, sendo apenas uma parcela beneficiada.

Em contrapartida, o sociólogo ressalta que existe tentativa para se padronizar comportamentos culturais das mais diversas sociedades, utilizando-se, para tal, a informática e a tecnologia.

Para tanto, destaca Beck[146] "Esta tendencia a la globalización tiene consecuencias que en su generalidad son a su vez inespecíficas. […].El fatalismo ecológico del final de los tiempos hace que el péndulo del estado de ánimo privado y político oscile en todas las direcciones".[147]

Conforme proposto, a Globalização, quando aceita, é colocada em prática por Estados e populações como alternativa para sanar déficits, ação esta perigosa, uma vez que não trata de maneira específica uma situação pontual dos Estados, oscilando conforme o mercado. Em outros momentos, relacionada às questões políticas e privadas de certos Estados, trata mais dos aspectos econômicos do que aquelas de cunho social.

Comenta Magnoli[148] que:

> A globalização implica outra reformulação das relações entre o poder público e o mercado. O Estado abandona uma série de funções que tinha assumido desde meados do século XX e se reorganiza para desempenhar papéis econômicos essencialmente normativos. O poder público passa a definir, com muito mais clareza que antes, o complexo arcabouço de regras sob as quais atuam os agentes econômicos privados.

A Globalização expõe uma nova formulação entre os Estado e o Mercado, onde o primeiro tem seu "espaço invadido" e, em função disso, se vê obrigado a abrir mão de situações até então por si controladas.

---

[146] BECK, Ülrich. ***La sociedad del riesgo***: *hacia una nueva modernidad*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 52.

[147] Em tradução livre: "Esta tendência à globalização tem consequências que, geralmente, são específicas. […]. O fatalismo ecológico do final dos tempos faz com que o pêndulo do estado, de âmbito privado e político oscile em todas as direções"

[148] MAGNOLI, Demétrio. **Relações Internacionais:** teoria e história. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 189.

O Estado deixa de ser o regulador dentro de suas fronteiras e passa a ser o criador de normas usadas para aumentar a Globalização em seu território. Para tanto, o Estado assume um papel diferente do que possuía no decorrer do século XX.

Cruz e Bodnar[149] expõem:

> A globalização só terá sentido e será verdadeiramente universal se for capaz de estruturar e criar um conjunto de relações de um novo tipo. Um mundo globalizado pressupõe novas relações de interdependência, novas necessidades e, por que não, novos problemas. Pressupõe ainda novos sujeitos capazes de fazer frente aos desafios globais.

A Globalização não atinge de maneira igual todos os pontos do planeta, pressupondo um processo desproporcional em que a assimetria gerada causa mais problemas do que soluciona. Nesse sentido, ele apresenta soluções para determinados problemas, mas também cria novas situações.

Em função da não existência de regras claras, pautas específicas ou locais, que obriguem os Estados à adoção, compelidos a cumprir com suas obrigações, especialmente dos temas relacionados diretamente à Globalização, novos problemas surgem e os Estados se veem obrigados a adequar normativas desenvolvidas como alternativa de se manter na “onda da Globalização”.

Sobre a Globalização e as tecnologias, destaca Frieden[150]:

> As impressionantes mudanças técnicas do fim do século XX fortaleceram os que apoiavam a integração econômica mundial. Inovações nos transportes e nas telecomunicações diminuíram os custos das trocas internacionais. Superpetroleiros e contêineres baratearam o despacho de cargas por via marítima, e bens, cujos custos de travessia do Pacífico ou do Atlântico eram proibitivos, tornaram-se cargas comuns.

As tecnologias surgidas no Século XX, tal como a expansão da Globalização e da Transnacionalidade foram fundamentais para o crescimento e a integração do mercado mundial. A Logística e as Telecomunicações também

---

[149] CRUZ, Paulo Márcio; BODNAR, Zenildo. **Globalização, transnacionalidade e sustentabilidade.** Itajaí: Univali, 2012. *ebook*. Disponível em:< http://siaiapp28.univali.br/LstFree.aspx. p. 24>. Acesso em: 10 ago. 2013.

[150] FRIEDEN, Jeffry. **Capitalismo global:** história econômica e política do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. p. 419.

contribuíram para aproximar povos e Estados, reduzindo distâncias e barreiras. Assim, o mundo tornou-se menor e as distâncias não pareciam ser as mesmas, a Globalização continuava a se desenvolver.

Complementa tal ideia Luz[151] que assim expõe:

> O fenômeno da globalização pode, [...], em poucas palavras, ser caracterizado como a transformação da economia de países independentes para uma economia integrada e interdependente, onde o que antes era local atinge o nível global. E o que é global se espalha, atinge as culturas e gera influências em nível local.

Para o autor, a Globalização atinge, além da economia dos Estados, a cultura, onde regras antes locais se tornam globais, e questões globais inferem no local. Dessa maneira, surge uma interpendência econômica, social, cultural, ambiental e política.

Sobre o exposto, expõe Hobsbawm[152], comentando a Globalização e a economia:

> Temos uma economia global em rápida globalização, baseada em empresas privadas transnacionais que se esforçam ao máximo para viver fora do alcance das leis e dos impostos do Estado, o que limita fortemente a capacidade dos governos, mesmo os mais poderosos, de controlar as economias nacionais.

Não é a regra, mas muitas empresas se instalam em Estados onde torna-se mais fácil a adequação das normas ao interesse da empresa, enquanto o Estado cria e altera regras para receber as empresas. Eventualmente instalam-se também em locais com falhas legais que as beneficiam de maneira que, quando a produção não seja interessante, torne-se fácil a mudança para outro local.

Ressalta Santos[153] que:

> Num mundo globalizado, regiões e cidades são chamadas a competir e, diante das regras atuais de produção e dos imperativos atuais do consumo, a competitividade se torna também uma regra da conveniência entre as pessoas. A necessidade de competir é, aliás,

---

151 LUZ, Rodrigo. **Relações Econômicas Internacionais:** teoria e questões. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. p. 453.
152 HOBSBAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 41.
153 SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 18. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009. p. 57.

> legitimada por uma ideologia largamente aceita e difundida, na medida em que a desobediência às regras implica perder posições e, até mesmo, desaparecer do cenário econômico. Criam-se, desse modo, novos 'valores' em todos os planos, uma nova 'ética' pervasiva e operacional face aos mecanismos da globalização.

A Globalização pressupõe a preparação para competir. No entanto, nem todos começaram o processo de preparação ao mesmo tempo, e alguns Estados ainda estão acordando para a nova realidade. Nesse sentido, competir torna-se aceitável e necessário, pois é difícil imaginar Estados e regiões sem contato com a Globalização, a margem das tomadas de decisões internacionais (por mais que não tenham voz ativa para tal).

Porém, a competição é potencialmente perigosa quando não existe a preparação necessária para um contexto onde questões como a ética são revistas, e se preza muito mais produção, concorrência e consumo, ficando os preceitos sociais, ambientais, políticos e humanos em segundo plano.

Comenta Puceiro[154] que:

> As economias ocidentais protagonizam uma mudança acelerada da sociedade industrial de capitalismo industrial, organizada em torno do eixo capital/trabalho, em direção a uma sociedade pós-capitalista baseada na primazia da informação e do conhecimento. Essa mudança, por outro lado, representa a transição para uma economia global de acirrada concorrência e de incremento contínuo dos fluxos internacionais de bens e serviços, em ritmos inclusive muito superiores ao crescimento da população mundial.

Esse novo cenário surgido da Globalização representa a revisão de valores e estruturas até então vivenciadas pela população mundial. Novas composições são criadas e colocadas em prática, novas concepções perpassam o processo onde, por exemplo, o consumo torna-se extremamente importante.

Percebe-se ainda que os bens materiais referenciam o "sucesso" e a demonstração que determinada pessoa ou Estado está "preparado" dentro da cartilha do sucesso, proposta e imposta pela Globalização.

---

[154] PUCEIRO, Zuleta. O Processo de Globalização e a Reforma do Estado. In FARIA, José Eduardo (Org). **Direito e Globalização Econômica**: Implicações e Perspectivas. São Paulo: Malheiros, 1996, p. 105.

No que tange a Globalização ressalta Stelzer[155]:

> A globalização também não pode ser caracterizada enquanto mera aceleração dos fenômenos anteriores de internacionalização, pois houve mutação do mapa conceitual, especialmente da soberania, agora relativa, divisível, permeável.

A Globalização alterou as relações entre os Estados, empresas e pessoas; modificou princípios, valores e ética; reviu o consumo e a produção. Nesse sentido, o cenário atual também foi revisto por este processo.

Novas tecnologias surgiram para facilitar o fluxo de capital entre Estados e empresas transnacionais. Destas tecnologias destaca-se a informática e a comunicação.

Os Estados passaram a se ver em uma situação nunca vivida, impelindo-os a criar mecanismos para que pudessem continuar na disputa de espaço internacionalmente. Pode-se destacar a UE, que viu a necessidade de colocar em prática uma estrutura nunca utilizada, a Supranacionalidade, que alterou de certa forma o conceito de soberania para aqueles Estados.

Sobre a Globalização lembra Zürn[156] que *"Globalization thus describes a process of transition towards one integrated global society and away from a cluster of merely internationalized societies"*.[157]

Para o autor, a Globalização levará o planeta a rever o conceito de uma sociedade global integrada, especialmente em relação à economia.

Com relação à Globalização Seitenfus[158] ressalta:

> Com o fenecimento do sistema soviético e do Terceiro Mundo, o vetor central das relações internacionais deslocou-se para o mercado, com suas leis e princípios. [...]. Os analistas encontram nos vastos domínios da globalização motivos para júbilo ou decepção: do ponto de vista econômico, encontramos a internacionalização da produção, a liberalização das trocas, a supremacia do capital financeiro. As

---

[155] STELZER. Joana. **União Européia e supranacionalidade:** desafios ou realidade? 2. ed. Curitiba: Juruá, 2009. p. 121.
[156] ZÜRN, Michal From Interdependence to Globalization. *In* CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth A. (Edit.) ***Handbook of* International Relations**. London: Sage, 2002, p. 236.
[157] Em tradução livre: "Globalização assim descreve a processos de transição para uma sociedade global integrada e longe de um cluster de apenas as sociedades internacionalizadas".
[158] SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **Relações Internacionais**. Barueri: Manole, 2004. p. 173-174.

> comunicações permitem a eliminação de distâncias, os indivíduos e comunidades organizam-se em rede e a cultura é massificada, com a tendência ao desaparecimento das singularidades nacionais. Enfim, as grandes empresas transnacionais impõem sua vontade aos Estados, que, impotentes, assistem à redução de atributos fundamentais de sua soberania.

Com o exposto, observa-se que o fim da Guerra Fria acentuou a Globalização, uma vez que muitas ideias e projetos a serviço daquela guerra foram deslocados (com a devida adequação) para intensificar a Globalização.

Atualmente percebe-se uma redução das características singulares dos Estados, uma vez que não se pode mais falar em povos vivendo isoladamente. O que se tem é uma grande comunidade global, onde questões financeiras, técnicas, científicas, econômicas e sociais fazem parte da realidade dos Estados, sempre que necessário e interessante esse compartilhamento de informações.

Ressalta Viola[159] que “Com a globalização, o mundo se transformou em um campo único onde os diversos elementos de civilização e barbáries circulam e se entrecruzam intensamente por todas as partes”.

A Globalização trouxe uma maior percepção de mundo para o próprio mundo, uma vez que, Estados conheceram outros Estados ou até se reconheceram no cenário internacional. Esse processo carregou consigo aspectos positivos e externalidades que em maior ou menor escala tendem a influenciar mais ou menos a esfera estatal.

Complementa ainda Viola[160] que “A globalização coloca sob pressão todos os atores para definirem seu modo de envolvimento com o conjunto, seja de um modo positivo ou negativo, seja na direção do universalismo ou do particularismo”.

Para o autor, A Globalização cria ainda entre os atores internacionais uma

---

[159] VIOLA, Eduardo. Globalização, democracias de mercado, radicalismo islâmico e terrorismo. *In* HERZ Mônica; AMARAL, Arthur Bernardes do. (Org.) **Terrorismo e relações internacionais:** perspectivas e desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010. p. 100.

[160] VIOLA, Eduardo. Globalização, democracias de mercado, radicalismo islâmico e terrorismo. *In* HERZ Mônica; AMARAL, Arthur Bernardes do. (Org.) **Terrorismo e relações internacionais:** perspectivas e desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010. p. 100.

percepção diferente da realidade que estão inseridos, conferindo a uns o movimento no sentido da expansão e até mesmo de abertura de fronteiras, ampliando as relações comerciais; outros, em contrapartida tendem a se fechar, cunhando travas e obstáculos para negociações e trocas comerciais. De qualquer forma, ambos os movimentos encontram o equilíbrio para se manterem ativos e soberanos junto ao cenário internacional.

Comenta Sarfati[161] que:

> [...], sem a pretensão de dar uma interpretação definitiva com relação ao termo, mesmo porque creio que todos os teóricos estão tocando em uma parte do elefante, defino a **globalização** como o processo no qual as tradicionais barreiras entre os Estados caem, fruto do avanço tecnológico, que possibilita intensa troca de informações entre as pessoas no mundo. Esse fenômeno é observado virtualmente em todos os aspectos das relações humanas, incluindo não somente a economia, como também cultura, meio ambiente, educação, imprensa etc.

Corroborando com os conceitos elencados e confirmando a ideia que se torna difícil conceituar a Globalização, por mais que se tenham autores, pesquisadores e filósofos empenhados em definir tal processo (cada um analisando dentro de um viés, da sua realidade e necessidade), o autor propõe que as barreiras entre os Estados caem ao surgir novas necessidades e situações.

Antigamente os problemas locais eram tratados de maneira local. Atualmente, os problemas globais passaram a ser de todos, por menor que seja a sua contribuição para aumentar ou criar tal situação.

Nota-se também um crescimento das trocas culturais, o que sugere o estudo e conhecimento de novas identidades, tal como a economias de outros Estados, para a manutenção da competitividade em relação a outros cidadãos e Estados.

Sobre o proposto comenta Viola[162]:

> No mundo globalizado recente, os Estados nacionais são

[161] SARFATI, Gilberto. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 318.
[162] VIOLA, Eduardo. Globalização, democracias de mercado, radicalismo islâmico e terrorismo. *In* HERZ Mônica; AMARAL, Arthur Bernardes do. (Org.) **Terrorismo e relações internacionais:** perspectivas e desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010. p. 96.

> simultaneamente atores unitários e plurais. São unitários no sentido de que existe sempre uma resultante, por mais provisória que seja em alguns casos, dos alinhamentos e coalisões políticas domésticas. E são plurais já que múltiplos atores setoriais e subnacionais procuram maximizar seus interesses particulares dentro do país, estabelecendo redes e alianças com forças similares de outros países, construindo desse modo, dinâmicas transnacionais.

Os Estados são constantemente testados na obtenção de índices econômicos, políticos e sociais que garantam estabilidade social e governabilidade, e os alinhamentos políticos e econômicos tornam-se necessários para alguns desses atores internacionais. Em contrapartida, outros atores se utilizam da estrutura estatal para galgar vantagens econômicas e financeiras nem sempre aproveitadas na mesma proporção pelos Estados.

Para tanto, surgem movimentos construtores de estruturas que possam equilibrar essas dinâmicas internas, que refletirão na própria política externa do Estado, podendo conceber estruturas transnacionais.

Sobre a Globalização ressalta Silva[163] que:

> O Estado-Nação é, sem sombra de dúvida, a entidade que mais sofreu os influxos dos fenômenos globalizantes. Ele é o epicentro das mutações que assolam a sociedade atual. À medida que se intensificam as relações, principalmente e comerciais, em todo o mundo, a figura estatal, o mais conhecido sistema de organização do espaço, dá aparente sinais de crise.

Para a autora a Globalização faz com que o Estado reveja sua dinâmica, seu próprio conceito, as relações com outros Estados e atores internacionais, influentes direta ou indiretamente.

Nesse sentido, comentam Arraes e Gehre[164]:

> O processo de globalização não desembocou em um planeta menos desigual do ponto de vista material, e a despeito do otimismo inicial, um mundo sem duas superpotências não se tornou um local mais pacífico e menos injusto socialmente.

---

[163] SILVA, Karine de Souza; COSTA, Rogério Santos da (Org.) **Organizações Internacionais de integração regional:** União Europeia, Mercosul e Unasul. Florianópolis: Ed. da UFSC: Fundação Boiteux, 2013. p. 18.

[164] ARRAES, Virgílio; GEHRE, Thiago. **Introdução aos estudos das relações internacionais.** São Paulo: Saraiva, 2013; p. 33.

A Globalização não tornou o mundo mais tranquilo, sem fome, e diferenças econômica, social ou científica, mas contribuiu para o fim das duas grandes potências que dominavam o planeta no final do século passado, o que não tornou o mundo mais seguro.

Com certeza, a Globalização reduziu conflitos ideológicos do período da Guerra Fria, mas continua suscitando questionamentos e conflitos ideológicos sobre sua origem, vantagens e desvantagens, que somente o tempo responderá.

Cabe observar que Órgãos e Organismos nacionais e internacionais trabalham no sentido de elaborar estruturas para identificar, conceituar e compreender a Globalização, alguns destacados no decorrer dessa tese doutoral.

Com relação ao conceito de Globalização, observa-se junto ao *site* oficial do Fundo Monetário Internacional (FMI)[165] que é:

> *The process through which an increasingly free flow of ideas, people, goods, services, and capital leads to the integration of economies and societies — is not simply being imposed upon us. It is the product of forces for change that are deeply embedded in human nature — the desire for a better life, for new and better ways of doing things, and for expanded horizons and freedom of choice. It also reflects political choices in favor of more openness, which for the most part have gone hand-in-hand with the consolidation of democracy.*

A Globalização deixou de ser um conceito e abstração para transformar-se em realidade, porém este, justamente por ser um processo, está em constante mudança, se adaptando a novas realidades, perspectivas e levando pessoas, empresas e Estados a se adaptarem às suas propostas e necessidades.

Com base no exposto, a Globalização é um fenômeno que atinge todo o planeta e possui a finalidade de aumentar a troca de serviços, bens e capitais, além

---

[165] Em tradução livre: “O processo através do qual cada vez mais um fluxo de ideias, pessoas, bens, serviços e capitais conduz à interação das economias e das sociedades – não está simplesmente sendo imposto a nós. É o produto de forças de mudança que estão profundamente enraizadas na natureza humana - o desejo de uma vida melhor, de novas e melhores maneiras de fazer as coisas, e de horizontes expandidos e liberdade de escolha. Reflete também as opções políticas em favor de uma maior abertura, que na maioria das vezes andam de mãos dadas com a consolidação da democracia”. IMF. International Monetary Fund. **Working for a Better Globalization** - Remarks by Horst Köhler, Managing Director. Disponível em: <http://www.imf.org/en/news/articles/2015/09/ 28/04/53/sp012802>. Acesso em: 21 mar. 2018.

de incrementar a livre circulação de pessoas entre os Estados, trocas estas as bases para um maior crescimento das economias mundiais.

A liberalização do comércio entre os Estados, especialmente com o incremento do Comércio Internacional e o desenvolvimento de tecnologias de comunicação, informática e logística, foram (e são) de suma importância para a propagação em maior escala da Globalização em todo o globo.

No que tange à Globalização e sua evolução, pode-se observar o exposto junto ao sítio oficial da Organização Mundial do Comércio (OMC)[166] que:

> O primeiro episódio começou em meados do século XIX e terminou com o início da I Guerra Mundial. O segundo começou depois da II Guerra Mundial e continua até hoje. Nestes dois momentos de globalização, o rápido crescimento do comércio e a produção foram acompanhados por mudanças no tamanho relativo das economias participantes. Uma lição útil da história é que a globalização não foi um processo sem complicações. Em muitos casos se caracterizou por períodos de integração acelerada (como se observou no século XIX e na segunda metade do século XX), e por períodos drásticos (como ocorreu no período entre as duas guerras mundiais), que em alguns casos tiveram conseqüências muito duras. [167]

A Globalização, tal como proposto no sítio oficial da OMC, teve um aumento importante no início do século XIX, somado com a Primeira Guerra Mundial, período considerado um dos ciclos da globalização[168]. Nesse momento muitos Estados, especialmente da Europa e América do Norte, intensificaram o comércio entre si, vendendo e comprando materiais utilizados para o conflito que se formava.

O segundo ciclo iniciado com o fim da Segunda Guerra Mundial perdura até os dias atuais. Nele, outros Estados que ainda não negociavam, comprando ou

---

[166] WTO. World Trade Organization. **Globalización y Comércio**. Disponível em: <http://www.wto.org/spanish/res_s/booksp_s/anrep_s/wtr08-2b_pdf>. Acesso em: 01 jun. 2009.

[167] A título de esclarecimento, comunica o doutorando que, no decorrer da tese de doutorado tentou-se acesso ao *link* exposto para a citação (<http://www.wto.org/spanish/res_s/booksp_s/anrep_s/wtr08-2b_pdf>), no entanto, as tentativas foram frustradas uma vez que, ao acessar a página, constava a expressão *"La página que usted busca puede haber sido retirada, haber cambiado de nombre o no está disponible por el momento."*. Para tanto, e como forma de não excluir o material exposto, o doutorando utilizou-se das citações já empregadas em sua dissertação de mestrado, o que explica as datas de acesso do material. Nota-se ainda que os materiais utilizados contribuíram com a tese e de maneira alguma subtraíram a qualidade do trabalho em tela.

[168] Destaca-se que para outros autores o Processo de Globalização segue distintas ordem ou fases de desenvolvimento.

vendendo de maneira intensa, passam a fazê-lo, em especial com a nova guerra colocada em prática.

Estados como a República Argentina, por exemplo, tornam-se um grande celeiro de exportação de produtos não manufaturados ou semi-faturados para Estados da Europa.

Nesse segundo ciclo também estreiam nomenclaturas que são utilizados no comércio entre os Estados, empresas ou no cotidiano da maioria das pessoas. Essas novas expressões agregadas ao vocabulário ou termos antigos que ganham nova roupagem, ou termos criados para as situações novas surgidas a partir da externalidade dos processos de comércio entre os Estados, como: Interdependência, Supranacionalidade, Regionalismo, Blocos Econômicos e a própria Transnacionalidade.

Ainda segundo o sítio oficial da OMC[169] "Entre 1950 e 2007, o comércio aumentou, em média, 6,2 por cento, taxa muito mais alta que no primeiro episódio da Globalização, de 1850 a 1913".

Com o exposto, observa-se que na segunda onda da Globalização (a partir de 1945) tem-se um aumento nos números de comércio entre os Estados se comparado com a primeira onda da Globalização, qual seja 1850-1914.

Tais dados propõem que a primeira onda foi importante para demonstrar aos Estados as relações comerciais internacionais na compra de produtos que necessitavam e a venda dos seus excedentes; em contrapartida, a segunda onda alicerça essa concepção, criando e colocando em prática mecanismos que facilitarão esse comércio, tal como os blocos econômicos.

Nesse sentido, a Globalização é contínua e as duas ondas são consideradas importantes para seu desenvolvimento. Nestes momentos é que se notam mais investimentos em tecnologias, por exemplo, e tem-se uma maior

---

[169] WTO. World Trade Organization. **Globalización y Comércio**. Disponível em: <http://www.wto.org/spanish/res_s/booksp_s/anrep_s/wtr08-2b_pdf>. Acesso em: 04 set. 2009.

circulação de divisas. Com a criação dos blocos econômicos apresenta-se ainda uma maior circulação da mão-de-obra[170] entre os Estados.

A Globalização e a Transnacionalidade operam mutuamente no cenário atual, onde um processo abre alternativas para a implementação do outro dentro do território do Estado ou até mesmo junto a regiões, e nesse sentido, podendo influenciar a economia do Estado.

Para Agripino[171]:

> [...], a globalização está na pauta dos governos e dos movimentos sociais, os dados mostram que a pobreza diminuiu, mas a desigualdade nunca foi tão grande entre ricos e pobres. A globalização tem dado sinais de que é perigosa, pois traz riscos, mas ao mesmo tempo oportunidades.

No que tange à Globalização, é relevante constar que existem outras concepções sobre a mesma, conforme segue. Da mesma forma, seus mecanismos têm feitos na redução da pobreza no planeta, porém há uma crescente diferença social e financeira entre os Estados e seus cidadãos.

Assim, a Globalização pode trazer oportunidades e também ser perigosa para os Estados, pois em muitos deles, como no Marrocos, as pessoas estudam no exterior financiadas pelo Estado e, ao final da carreira acadêmica, passam a viver e trabalhar para outra economia e Estado, sendo tal situação conhecida como ‘fuga de cérebros’.[172]

Ressalta Torres[173] que:

> O fenômeno da Globalização caracteriza-se pela redução da capacidade de intervenção e regulação da economia dos Estados

---

[170] Da circulação de mão-de-obra destaca-se, que tanto a mão-de-obra qualificada quanto a não qualificada são necessárias para o crescimento e o desenvolvimento econômicos dos Estados. Sobre a mão-de-obra qualificada, destaca-se que, em muitas situações os alguns estudos podem ser financiados pelos Estados, através de bolsas de estudos, por exemplo, aos seus cidadãos e, assim, podem estes, quando encerram os estudos, obter o diploma se instalar no exterior, onde há uma oferta maior de emprego e salário, configurando, dessa forma, a “Fuga de Cérebros”.

[171] CASTRO JUNIOR, Osvaldo Agripino. **Direito Regulatório e Inovação nos Transportes e Portos nos Estados Unidos e Brasil.** Florianópolis: Conceito Editorial, 2009, p. 49.

[172] Informação extraída do documentário: VOCES contra la globalización. Direção Carlos Estévez. Espanha. 2006-2007 [Documentário]. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=zjZOzt_au0w>. Acesso em: 04 set. 2009.

[173] TORRES, Igor Gonçalves. **Comércio internacional no século XXI.** São Paulo: Aduaneiras, 2000. p. 22.

> Nacionais. Isso face a crescente interdependência entre países e regiões gerada em conseqüência de movimento mas fluido de bens, serviços e capitais, assim como por acelerado processo de inovação tecnológica e pelo dinamismo das ações das corporações transnacionais.

A Globalização é marcada por uma redução dos Estados em relação à capacidade de gerir suas próprias economias, o que os forçam a se adaptarem às regras propostas pelo mercado internacional, em outros momentos, por regra propostas por empresas transnacionais. Os Estados também se tornam dependentes das tecnologias de comunicação e de logística de empresas transnacionais, impelindo o Estado a amoldar-se à nova realidade.

Figueira[174] complementa a ideia relativa à Globalização ao expor que:

> O fenômeno denominado *globalização*, que, dentre outras facetas, designa a integração cada vez mais harmoniosa entre os países do mundo contemporâneo, notadamente pela formação de grandes blocos econômicos que possuem objetivos comuns previamente definidos e afinidade política, já é uma realidade nos dias de hoje, com tendência de acentuar-se paulatinamente.
> Os motivos ensejados são os mais diversos, à medida que envolvem fatores de ordem histórica, social, política e econômica, com reflexos imediatos no plano jurídico, seja em nível de direito internacional público, seja privado.

Para o autor, a Globalização é uma realidade cujo fim é integrar os Estados de maneira harmoniosa, considerando-se para tal o respeito e as diferenças existentes, sejam elas sociais, políticas, históricas ou econômicas.

Comenta Lacerda**[175]** que:

> Há muita polêmica sobre o que é globalização. Mas se pode resumir seu conceito como a significativa expansão do comércio internacional e dos fluxos de capitais, tudo isso concomitante ao excepcional avanço tecnológico, especialmente o advento da telemática, ocorrido com maior intensidade a partir de meados dos anos 1980.

A Globalização reflete o desenvolvimento da logística e da tecnologia, especialmente de comunicação, a partir da década de 1980. Tais tecnologias e a

---

174 FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. **Arbitragem:** jurisdição e execução: análise crítica da Lei 9.307, de 23.09.1966. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. p. 34-35.
175 LACERDA, Antonio Corrêa de. **Globalização e investimento estrangeiro**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004, p. 08.

própria logística são responsáveis por fazer com que o capital e o comércio internacional tornem-se mais práticos, rápidos e eficientes.

A circulação do capital e a compra e venda internacional, enquanto exemplo, se darão muitas vezes com um simples "*enter*" do teclado, alterando a tradicional forma de comércio, onde as partes se reuniam, discutiam, chegavam a um acordo sobre dada situação e encerravam a discussão com um aperto de mão e a assinatura de contratos e demais documentos.

Atualmente, muitas negociações são virtuais, as pessoas estão em cidades e Estados diferentes, se comunicam via teleconferência *online,* e a assinatura dos contratos e demais documentos é eletrônica, sem ter ao fim da negociação qualquer contato físico, porém, o negócio foi efetivado com sucesso entre todos e em idiomas e culturas diferentes.

Destaca Agripino[176] que o século XIX influenciou a Globalização, conforme expõe:

> No século XIX, por influência da descoberta da máquina a vapor, houve uma mudança significativa no comércio internacional, em face do impacto do transporte marítimo, especialmente redução do seu custo. Mais recentemente, observa-se uma explosão de novas tecnologias de comunicação e transporte, o que nos aproxima da morte da distância, principalmente pelos benefícios da *internet*.

O século XIX foi marcado pela descoberta da máquina a vapor, impactando no transporte marítimo, que passou a ser mais ágil e praticado em maior escala, com embarcações que podiam chegar mais longe, em menos tempo e com custo inferior ao aplicado anteriormente. Nas últimas três décadas, foram desenvolvidas novas tecnologias que reduzem distâncias e eliminam barreiras físicas, especialmente quando se leva em conta os benefícios da *internet*.

Assim, nota-se como as novas tecnologias, em especial as de comunicações, informática e logística são pontos de mudanças das matrizes tradicionais entre Estados e pessoas para novas referências. Elas podem, por sua vez, serem utilizadas por grande parte da população, seja no seu cotidiano, por

---

[176] CASTRO JUNIOR, Osvaldo Agripino. **Direito Regulatório e Inovação nos Transportes e Portos nos Estados Unidos e Brasil.** Florianópolis: Conceito Editorial, 2009, p. 49.

empresas, locais de ensino e até mesmo por aqueles que planejam e colocam em prática Atentados Terroristas Transnacionais.

Sobre as questões relacionadas à Logística Internacional e a Globalização destaca Agripino[177] que:

> Isso tem colaborado para o aumento da unificação dos mercados, globalização do comércio internacional, com preço dos bens sendo quase os mesmos em todos os cantos do globo. Atualmente 65 mil multinacionais e cerca de 850 mil filiais das mesmas atuam globalmente.

O desenvolvimento da tecnologia de comunicação e da logística foi importante para o incremento do comércio internacional e, indiretamente, pelos preços aplicados aos produtos ao redor do globo. Para tanto, tem-se empresas de vários Estados atuando em diversas partes do planeta.

Lembra Guidolin[178] que "Os países subdesenvolvidos, por não terem recursos suficientes para investir nessa área, normalmente compram tecnologia estrangeira".

E os meios de comunicação passaram, tal como os transportes, a fazer parte da realidade do mundo de maneira mais homogênea, onde muitos *softwares* podem ser observados em qualquer lugar *online*. Surgem outras formas de mídias e os meios de comunicação se aprimoram, passam a ser mais práticos e ter transmissão via satélite.

A *internet* integra-se ao cotidiano das pessoas. Desenvolvida há menos de quatro décadas, hoje um dos recursos mais utilizados pelos meios de comunicação em toda a história da humanidade.

Com a maior segurança dos meios de transporte e com o desenvolvimento de novas tecnologias relativas aos meios de comunicação, houve a progressão de

---

[177] CASTRO JUNIOR, Osvaldo Agripino. **Direito Regulatório e Inovação nos Transportes e Portos nos Estados Unidos e Brasil.** Florianópolis: Conceito Editorial, 2009, p. 49.
[178] GUIDOLIN, Benedito. **Economia e comércio internacional ao alcance de todos**. São Paulo: Aduaneira, 1991. p. 118.

uma economia tão ampla e eficiente que envolveu o planeta de forma a padronizar a administração dos bens, capitais, pessoas e serviços em todo o mundo.

Tal situação é exposta por Nogueira[179], ao afirmar que “o enigma da globalização se torna ainda mais dramático pela incerteza do que possa verdadeiramente significar e em razão de suas inevitáveis e profundas conseqüências.”

O mundo vivencia a Globalização, porém, ele sofre constantes alterações, entre elas o aparecimento do fenômeno da Transnacionalidade. Fenômenos como estes são necessários para a própria ampliação da Globalização.

Nesse sentido (por enquanto), a evidência é que a Globalização não é um fenômeno isolado, pois traz consigo novos conceitos e realidades, como a Transnacionalidade e os fenômenos da tecnologia e da logística, ambos importantes para a comunicação, construção e distribuição de produtos ao redor do mundo e na geração de processos econômicos com dimensões planetárias.

2.2 ATRANSNACIONALIDADE E SEUS REFLEXOS

Conforme observado, a Globalização intensifica novos acontecimentos em todo o planeta, destacando-se a integração regional – como ocorrido na Europa (UE) e na América do Sul (MERCOSUL) – e a abertura de mercados – a exemplo do Brasil ao final da década de 1980 e início da década de 1990. No entanto, um fenômeno que chama a atenção de estudiosos e pesquisadores é a Transnacionalidade, e seus reflexos perante Estados e populações.

A Transnacionalidade é vivenciada de forma mais intensa em uma ou outra região do planeta, destacando-se assim, a UE (conforme mencionado), mas a partir do século XX ele ingressa nos territórios, criando situações para os Estados que compõem aquele bloco econômico europeu, qual seja, a Supranacionalidade.

---

[179] NOGUEIRA, Alberto. **Globalização, regionalizações e tributação**: a nova matriz mundial. Rio de Janeiro: Renovar, 2000. p. 06.

Com relação à Globalização e à Transnacionalidade, expõe Silva[180] que:

> Uma das características do estágio atual da globalização é a desestabilização do antigo sistema Estados-Nação. A progressiva perda de sua capacidade de delinear e concretizar políticas públicas próprias conduz à formação de instâncias de poder internacionais e até supranacionais, como é o caso da União Europeia. Assim, novos atores transnacionais, dotados de meios e ações próprias, entram em cena e adquirem fundamental autonomia no placo das Relações Internacionais.

O atual cenário demonstra o surgimento de novos atores transnacionais que colaborarão com as ações dos Estados ou, em determinados momentos, se chocarão com eles. Para lidar com essa nova realidade, os Estados criam possibilidades para se manterem ao menos governáveis, ou seja, constituem ferramentas, como os blocos econômicos, onde há passagem de parcelas de poder para o ente, mas ainda assim, mantendo a soberania e a capacidade de assumir compromissos nacionais e internacionais.

Sobre as questões de Globalização e Transnacionalidade, ressalta Ianni[181]:

> Vista em perspectiva histórica ampla, a globalização vem de longe e envolve diversas formas de organização e dinamização das forças produtivas e das relações de produção: acumulação originária, mercantilismo, colonialismo, imperialismo, interdependência, transnacionalismo e globalismo.

Com base no exposto, percebe-se que a Transnacionalidade está atrelada à Globalização e a outros fenômenos. Destaca-se ainda que, para o autor, a Globalização é antiga e envolve sociedades organizações diversas. Tais processos, em construção, servem de alicerce para o assentamento contínuo dos próprios processos em diversos momentos históricos, como ocorre atualmente.

Para Arraes e Gehre[182]:

> A Transnacionalidade se refere a um processo de empoderamento ou aquisição de poder por parte de indivíduos, associações e grupos sociais que passam a atuar para além das fronteiras nacionais. Além

---

[180] SILVA, Karine de Souza; COSTA, Rogério Santos da (Org.) **Organizações Internacionais de integração regional:** União Europeia, Mercosul e Unasul. Florianópolis: Ed. da UFSC: Fundação Boiteux, 2013, p. 18.
[181] IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização.** 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 183.
[182] ARRAES, Virgílio; GEHRE, Thiago. **Introdução aos estudos das relações internacionais.** São Paulo: Saraiva, 2013, p. 72.

> disso, significa a conformação de redes de contato entre atores de diferentes países para tratar de temas semelhantes, seja com o auxílio do Estado, seja atuando à margem dele. De mais a mais refere-se à conformação de fluxos de pessoas, recursos, comércio e finanças, ideias, valores e práticas que perpassam os limites tradicionais dos Estados.

Entre outras situações, a Transnacionalidade propõe um aumento da capacidade da atuação de pessoas ou grupos, direta ou indiretamente, fora da fronteira do Estado que o(s) mesmo(s) se encontra(m). Essas manifestações podem se dar pela criação de redes entre populações que tenham objetivos em comum nas diversas partes do planeta, tal como as redes de combate ao tráfico de animais exóticos, por exemplo.

Destaca-se ainda que as tecnologias de comunicação e informática se tornaram mais comuns em grande parte do planeta a partir da década 1980, e importantes no sucesso e na manutenção de tais processos. Elas facilitam a comunicação e o tempo entre tais populações, gerando economia de horas, de dinheiro, e fazendo com que dados e informações cheguem a diversos destinos em tempo real.

O Estado pode ser o “trampolim” para esses movimentos, porém, em certas situações, o próprio Estado transcende para objeto de análise de tais grupos ou redes transnacionais quando, por exemplo, desrespeita regras de cunho interno ou internacional repetidamente. Aqui ele passa a ser observado por seus cidadãos e pela população do planeta em geral que tem acesso a tais informações, como é o caso nos dias atuais da crise junto à Venezuela.

No século XXI outros questionamentos são feitos sobre a Transnacionalidade, como a Globalização e a Supranacionalidade. Com isso, estudos passam a ser efetuados em diversas partes do planeta, na tentativa de responder a estes novos questionamentos.

Nesse sentido, sobre a Transnacionalidade, destaca Valim[183] que “A constituição desse fenômeno indica, por exemplo, que uma cultura política é

[183] VALIM, Alexandre Busko. Hollywood e Globalização. In: KOCHER, Bernardo (Org.). **Globalização**: atores, ideias e instituições. Rio de Janeiro: Mauad X; Contra Capa, 2011, p. 285.

resultante não apenas de sua adaptação à dinâmica social, mas também do contato com culturas políticas vizinhas".

Ressalta o autor que, para se falar em Transnacionalidade, pondera-se além da vontade política ou dos documentos formais que desenham ou conceituam esse conceito, outras circunstâncias muito sensíveis, mas pouco observadas, como a cultura e a história. Essas devem ser analisadas em totalidade, juntamente com outros setores (político, social, financeiro, histórico, entre outros) de cada Estado.

A Transnacionalidade está diretamente voltada à habilidade que os Estados e seus interlocutores terão em respeitar e compreender a cultura e as conjunturas diversas às suas.

Comenta ainda Pereira que[184]:

> A introdução da palavra transnacional em Relações Internacionais é feita no âmbito da teorização sobre as mudanças que ocorreram no Mundo nas últimas décadas. A emergência de novos actores, reflectidas no aumento do fluxo nas comunicações, nos transportes, nos movimentos financeiros e de pessoas, levou a algum declínio na centralidade dos estados. Precisava-se de uma palavra que exprimisse a nova realidade.

Na exposição do autor, as últimas décadas registram mudanças profundas no mundo, tendo como molas mestras a logística e a comunicação que influenciaram as relações econômicas, políticas, sociais, ambientais entre outras. Estas molas também trabalham em simbiose com a Globalização e Transnacionalidade, onde um alimenta o outro, dando continuidade às mudanças globais.

Estas alterações fazem com que as Relações Internacionais também adotem a expressão "Transnacional" para referenciar os efeitos dessas modificações propostas e colocadas em prática.

A Transnacionalidade envolve muitos setores, especialmente o cultural e o respeito às diferenças entre os povos. No entanto, existe uma questão diretamente relacionada à Nação: o sentimento de pertencimento, a partir da compreensão de que

---

[184] PEREIRA, João Serra. Terrorismo Transnacional. *In* BORGES, João Vieira; RODRIGUES, Teresa Ferreira. **Ameaças e riscos transnacionais no novo mundo globalizado.** Porto: Fronteira do Caos Editores, 2016. p. 57.

se faz parte daquela matriz cultural; e o respeito a este é fundamental para que se possam alcançar novos objetivos.

Para Gonçalves e Stelzer[185]:

> O fenômeno da transnacionalização representa, o novo contexto mundial, surgido principalmente a partir da intensificação das operações de natureza econômico-comercial no período do pós-guerra, caracterizado – especialmente – pela desterritorialização, expansão capitalista, enfraquecimento da soberania e emergência do ordenamento jurídico gerado à margem do monopólio estatal.

Há séculos o conceito de Estado surge e passa por transformações para se manter enquanto ente consolidado. Contudo, o século XX foi um divisor de águas que alterou a construção da estrutura internacional e do próprio Estado. Este marco é o fim da Guerra Fria, representada fisicamente com a Queda do Muro de Berlim.

A nova realidade intensifica relações comerciais e políticas entre Estados e pessoas, o que levará a um aumento dos processos de aproximação e também à criação de blocos econômicos que, entre outras situações, se pautarão na esfera econômica-comercial. O capitalismo, por sua vez, passa a vigorar em novas searas e os blocos econômicos forçam a construção de um novo modelo de soberania, tal como o surgimento de regras que ficarão para além do Estado.

Com essa alteração as relações internacionais entre os Estados são reestruturadas e adaptadas à nova realidade. Tem-se uma revisão no que tange a circulação de capital e as novas questões propostas à soberania, como ocorreu com os Estados que compõem a UE[186].

A Globalização e a Transnacionalidade alteraram a realidade de Estados, organizações internacionais, empresas e cidadãos do globo. Os Estados, por sua vez,

---

[185] GONÇALVES, Everton das Neves; STELZER, Joana. As transformações do Direito na formação do Mercado Europeu à luz da transnacionalidade e do princípio do reconhecimento mútuo. In: Encontro Preparatório do Conselho Nacional de Pós-Graduação em Direito – CONPEDI, XVIII, 2009. **Anais...** Maringá: Fundação Boiteux, 2009, v. 1, p. 7626-7646. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/anais/36/04_1253.pdf.htm>. Acesso em: 28 fev. 2015.

[186] Estados que compõem a UE: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Roménia, Suécia. Para outras consultas: UNIÃO EUROPEIA. **28 Países da UE**. Disponível em <https://europa.eu/european-union/about-eu/countries_pt#28members>. Acesso em: 16 set. 2018.

buscaram alternativas de adequação à nova realidade proposta e, dessa forma, continuar o processo de desenvolvimento a qual estavam diretamente relacionados.

Com relação à Transnacionalidade, lembra Ribeiro[187]:

> Em muitas maneiras o transnacionalismo não é fenômeno novo. Consideremos, por exemplo, os papéis desempenhados na história do Ocidente por instituições e elites intelectuais, religiosas e econômicas, com suas visões e necessidades cosmopolitas. Mas, o desenrolar completo do transnacionalismo supõe o entrelaçamento de duas grandes forças. Primeiro, o amadurecimento do sistema de Estados-nações, um acontecimento do século XX que alcançou sua plenitude após a Segunda Guerra Mundial, com o processo de descolonização. Segundo, o exacerbamento de processos de globalização, algo que poderia atingir o presente nível apenas após os avanços tecnológicos nas indústrias de comunicação e transportes ocorridos nas últimas duas ou três décadas.

A Transnacionalidade é um fenômeno novo, caracterização no século somente no século XX após a Segunda Guerra Mundial, com a ampliação da logística internacional e o desenvolvimento tecnologias de comunicação e informática. Ele atingiu o atual patamar com o alicerce em duas estruturas: a concepção dos Estados da forma que se compreende atualmente e a Globalização. Essas duas vertentes foram fundamentais para o surgimento e a manutenção desse terceiro fenômeno.

Do exposto, ressalta Garcia[188] que:

> Certamente que na sociedade transnacionalizada existem muitos interesses em comum de chegar a um acordo, de preferência a um consenso, sobre problemas a que todos afetam. Estes problemas seriam as demandas de transnacionalização do direito: como o problema das guerras, da destruição do planeta seja pela corrida armamentista desenfreada (como exemplo a questão das tecnologias nucleares agora em mãos de diversos países), ou pela degradação do meio ambiente, que como se sabe que cada dia se agrava mais e mais.

Nas últimas décadas diversos temas foram incorporados às agendas internacionais para discutir atos, ações e, em muitos casos, soluções aos problemas internacionais.

---

[187] RIBEIRO, Gustavo Lins. **A condição da transnacionalidade**. Série Antropológica. Disponível em: <http://www.unb.br/ics/dan/Serie223empdf.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2009, p. 05.

[188] GARCIA, Marcos Leite. Reflexões sobre o fenômeno dos “novos” direitos fundamentais e as demandas transnacionais. *In*: **Revista do Direito Unisc**. Santa Cruz do Sul. n. 33, 2010. Disponível em: http://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/view/1801. Acesso em: 07 out. 2014. p. 116.

Entre os problemas discutidos atualmente, destacam-se questões relacionados ao Comércio Internacional[189], guerra, finanças economias e, mais recentemente, Meio Ambiente, Sustentabilidade e o Terrorismo.

Tais fenômenos são reflexos das mudanças vivenciadas pelo mundo, desde meados do século XXI e século XX, para tanto, a Transnacionalidade surge como opção para abertura de espaços de discussão transnacionais.

Nesse sentido, completa Cruz e Bodnar[190]:

> Daí que se pode, juntando o prefixo *trans* e o conceito e caracterização de Nação Jurídica, entender por Transnacional os novos espaços públicos não vinculados a um território específico, que perpassam a ideia tradicional de Nação Jurídica, aceitam a pluralidade como premissa e possibilitam o exercício de poder a partir de uma pauta axiológica de comum consensual destinada a viabilizar a proposição de um novo pacto de civilização.

A Transnacionalidade deixa de ser um fenômeno projetado e passa à prática, no surgimento de possibilidade de discussões não apenas isoladas e inerentes a um Estado, a partir de condições específicas do mesmo. Os fenômenos passam a ser encarados a partir da região que o Estado participa, tal como questões históricas, sociais, políticas e ambientais.

Esse Processo propõe a análise das questões de maneira relacionada, onde fatos se ligam direta ou indiretamente. Para tanto, a utilização da expressão "Trans", revela a ligação direta do centro do Estado para o exterior, ou vice-versa, mas, em ou outra hipótese, haverá influência junto ao Estado e/ou sua população.

---

[189] Não há confusão entre os conceitos de Comércio Internacional e Comércio Exterior, sendo os mesmos diferentes e complementares. Sobre Comércio Internacional, destaca Maluf que "É a relação direta de comércio entre dois países ou blocos. São as normatizações com que cada país administra seu comércio com os demais, regulando as formas, métodos e deliberações para viabilizar este comércio." MALUF, Sâmia Nagib. **Administrando o Comércio Exterior do Brasil**. São Paulo: Editora Aduaneiras, 2000. p. 23.
Do Comércio Exterior, destaca Luna "A atividade de compra e venda internacional, de produtos ou serviços. Importação e exportação de um país ou de uma empresa. Do comércio exterior participam empresas de pequeno e grande porte, muitas delas especializadas, como as chamadas *trading companies* que gozam, no Brasil, de um estatuto especial. As empresas que se dedicam ao comércio exterior, de exportação ou de importação, sujeitam-se a um registro especial nos órgãos governamentais que administram o comércio exterior do país, em especial na Alfândega." LUNA, E.P. **Essencial de Comércio Exterior de A a Z**. 2. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2002. p.104.

[190] CRUZ, Paulo Márcio; BODNAR, Zenildo. A transnacionalidade e a emergência do Estado e do direito transnacionais. In: CRUZ, Paulo Márcio; STELZER, Joana (Org.). **Direito e transnacionalidade**. Curitiba: Juruá, 2009, p. 08.

Os Estados começam a se relacionar observando informações diversas, tais como as econômicas, financeiras, estas diretamente relacionadas entre si, havendo, por sua vez, a influência de outros fenômenos, como a Globalização.

Quando se observa os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, o mundo experimentou uma realidade até então não vivenciada, dentro de uma teia relacionada e interdependente[191].

Complementam a ideia Arraes e Gehre[192]:

> São diversas as manifestações das forças transnacionais, como o Islã, a Igreja (católica, protestante ou evangélica) e as religiões; a Anistia Internacional, a Cruz Vermelha, os Médicos Sem Fronteira, e o humanismo; o Exército Republicano Islandês (IRA), a Al Qaeda e o terrorismo internacional. Essas forças geram múltiplos fenômenos políticos, com repercussões econômicas e sociais, como o deslocamento de pessoas, capitais e ideias que escapam ao controle amplo do Estado.

Pela citação do autor, “grupos transnacionais” podem possuir diversas formas, objetivos e objetos, desde determinada religião que congrega pessoas professadas na mesma fé em mais diversas partes do mundo; até grupos ou células terroristas com característica e objetivos semelhantes, que se utilizam do mesmo padrão de força para se impor a determinado local ou Estado, de maneira a espalhar o terror em diversas partes do mundo.

Todas as relações criam instrumentos na geração de novos fenômenos que repercutirão econômica, social e politicamente, em uma ou mais partes do planeta.

Complementa tal ideia Bercoviti[193] quando expõe “[...] o próprio processo de integração supranacional que ocorre na Europa ainda não permite, de forma clara,

---

[191] Para conhecer mais sobre o assunto consultar Oliveira “O desenho do paradigma interdependente está vinculado a categorias da sociedade mundial globalizada, cujos fluxos econômicos, tecnológicos e de comunicação instantânea sobrepõe a velha e superada de poder político-militar do Estado, o poder da força bruta, dos arsenais nucleares, porque vêm inovando com a lógica da *rede* ou *trama*, de múltiplas conexões, onde todos os elos ou malhas interdependentemente encontram-se entrelaçados.”. Para mais informações sobre o assunto: STELZER, Joana. **Introdução às relações do comércio internacional**. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2007. p. 105.

[192] ARRAES, Virgílio; GEHRE, Thiago. **Introdução aos estudos das relações internacionais.** São Paulo: Saraiva, 2013, p. 72.

[193] BERCOVICI, Gilberto. As possibilidades de uma Teoria do Estado. *In* LIMA, Martonio Mont ‘ Alverne et ALBUQUERQUE, Paulo Antônio de Menezes. (Orgs.). **Democracia, Direito e Política:** estudos

afirmar a superação da estatalidade. O que se pode afirmar, sim, é que é um processo de integração pautado pelos mercados [...]".

Na proposta do autor, a Transnacionalidade deixou de ser conceito, pensado por autores e pesquisadores para ser realidade junto a diversos Estados, ligada à Globalização e refletindo diretamente em questões internas do próprio Estado. Todavia, trata-se ainda de um processo em construção.

Dos conceitos de Globalização, da Transnacionalidade e das tecnologias de comunicação, informática e logística é possível verificar um cenário propício ao surgimento do Terrorismo Transnacional a partir dos Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001.

Desta visão, o Processo Transnacional é fenômeno e reflexo da Globalização. A Transnacionalidade, por sua vez, cria alternativas para o aparecimento de regras e normas a margem da própria legislação do Estado.

Em contrapartida, a Globalização abarca o planeta como um todo, dos lugares com mais desenvolvimento aos que apresentam menos, porém, ambos em maior ou menor grau influenciados por ela e pela Transnacionalidade, que percebe os Estados como organismos em declínio, permeáveis e porosos, passíveis da prática de regras a margem do próprio Estado.

Ao se falar da Globalização e da Transnacionalidade, chega-se aos sítios transnacionais como alternativa para a discussão de agendas surgidas a partir da necessidade dos Estados, que por sua vez, podem ser considerados Estados Transnacionais.

Nesse sentido, no que tange aos Estados Transnacionais, Beck[194] expõe que uma das alternativas seria "[...] por meio da cooperação e da dependência transnacional nas dimensões da economia, da política, das Forças Armadas, do Direito, da cultura etc.".

---

internacionais em homenagem a Friedrich Muller. Florianópolis: Fundação Boiteux/Conceito Editorial, 2006. p. 343.

[194] BECK, Ülrich. **O que é globalização?** equívocos do globalismo: respostas à globalização. São Paulo: Terra e Paz, 1999. p. 195.

Uma das formas de surgimento dos Estados Transnacionais vem da interdependência entre os Estados. Essas relações se alicerçam em modalidades, como propõe o autor, destacando-se, por exemplo, a economia (como na UE, que tem sua origem fundamentada em uma nova guerra e de que maneira essa afetaria as ligações econômicas dos Estados Europeus).

Alternativas de aproximação maior entre os Estados são as preocupações relacionadas ao Meio Ambiente e a discussão de acordos internacionais como instrumento de proteção estatal das diversidades cultural e ambiental. Nesse sentido, fatores podem contribuir para o surgimento de Estados Transnacionais, ao considerar as necessidades comuns para grande parte dos Estados presentes em temas como meio ambiente, segurança, Terrorismo Transnacional, finanças, economia entre outros.

Ainda no que tange aos Estados Transnacionais, ressalta Beck[195] que:

> Estados transnacionais são, em primeiro lugar, *Estados não-nacionais*, ou seja: Estados não territoriais (mesmo assim, de modo restrito). Eles devem, portanto, ser considerados como uma contestação isolada ou um modelo de oposição à teoria do *container* social e estatal.
> Em segundo lugar: o modelo do Estado transnacional nega o Estado *nacional*, mas afirma o (conceito de) Estado. A compreensão do Estado se desloca aqui da armadilha territorial da teoria do Estado nacional e se abre para um conceito de Estado que: a) (re)conhece a globalidade como um fato fundamental e incontestável em sua multidimensionalidade e b) eleva a determinação e a organização do âmbito transnacional à condição de chave para a nova determinação e a revitalização da política (não apenas no sentido referente ao Estado, mas também à sociedade civil).

Os Estados Transnacionais devem ser pensados além da perspectiva do território (um dos elementos fundamentais do Estado nacional), e dos limítrofes nacionais e internacionais. São, nesse sentido, Estados que colaboram entre si, libertos de ideias de oposição, mas atrelados aos princípios de cooperação.

---

[195] BECK, Ülrich. **O que é globalização?** equívocos do globalismo: respostas à globalização. São Paulo: Terra e Paz, 1999. p. 193.

Políticas comuns em diversas áreas como segurança, Terrorismo Transnacional, meio ambiente e economia, podem ser pensadas em conjunto e de maneira colaborativa, indo além da perspectiva de território ou da população.

Existem sítios transnacionais para que tais demandas e agendas possam ser debatidas e trabalhadas também por grupos transnacionais, formados por pesquisadores, estudiosos e professores. Assim, desconstrói-se parcialmente a ideia de local/território e população de Estado para, ao final, reforçar essas ideias como produto das propostas lançadas e trabalhadas nos espaços transnacionais.

No que tange aos espaços transnacionais destacam Souza e Nascimento[196] "[...] o espaço transnacional se produz juridicamente de modo não linear e múltiplo, defendendo-se uma gama de interesses quase inconciliáveis, mas que notadamente influenciam o modo de via dos povos nos quatro cantos do planeta".

Os espaços ou sítios transnacionais são locais de discussão de agendas e interesses de Estados, e não existem necessariamente convergências das agendas, mas, ao final das discussões, se vê a necessidade de um determinado Estado é fundamental para manter a estabilidade em determinada região do planeta, o que faz muitos momentos as agendas serem reanalisadas, tais como os impactos de determinadas decisões ou a inoperância frente a outras situações. Destacam-se, como exemplo, as agendas que envolvem o Terrorismo Transnacional, hoje prioritárias nas negociações e encontros internacionais.

Sobre a Globalização e a Transnacionalidade ressalta Pecequilo[197]:

> Em linhas gerais, o que se observava no sistema internacional era a redução do peso da soberania territorial na arena global, devido à crescente incapacidade dos Estados de controlarem os fluxos que atravessam suas fronteiras. Esta incapacidade não seria derivada de uma "falha" em si dos Estados, mas surgiria como produto de um mundo mais complexo, no qual existe a proliferação de questões políticas, sociais e econômicas de caráter compartilhado as quais merecem a atenção dos Estados, como, por exemplo, o meio ambiente e direitos humanos. Para lidar com esta ampliação da

[196] SOUZA, Alisson de Bom de e NASCIMENTO, Rafael do. A efetividade do Direito na perspectiva transnacional *In:* OLIVIERO, Maurizio; CRUZ, Paulo Márcio (Orgs.). **As trajetórias multidimensionais da globalização** [recurso eletrônico]. Itajaí: UNIVALI, 2014. p. 131.
[197] PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Teorias das relações internacionais:** o mapa do caminho – estudo e prática. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016, p. 126.

> agenda, arenas transnacionais de governança se tornam cada vez mais necessárias e comuns, revelando um sistema de múltiplas negociações e atores relevantes nas relações internacionais, estatais e não estatais. A mobilidade de pessoas e capitais coloca em xeque formas tradicionais de pensar a política.

No entendimento da pesquisadora, a arena internacional é constituída por novas demandas que possuem reflexos na esfera global. Com o aflorar das necessidades dos Estados e, principalmente, com a ampliação dos processos de negociações e do imperativo de se trabalhar em conjunto para sanar problemas nacionais, locais e transnacionais, aparecem os espaços transnacionais de debates e discussões de tais temas.

Sobre a relação dos Estados, destaca Giddens[198] “Os estados-nação são tratados como atores, envolvendo-se entre si na arena internacional – e com outras organizações de tipo transnacional (organizações intergovernamentais ou atores não-estado)”.

Destarte, enquanto atores estão em contato direto na arena internacional, seja com outros Estados ou atores internacionais, também se relacionam com atores transnacionais, em uma sociedade internacional que passa a apresentar características de sociedade internacional. Por exemplo, os Estados veem-se além das fronteiras, onde há acordos mais amplos que os do passado, como os de controle de armamento e de segurança.

Assim, vive-se um momento de transição entre sistemas, porém, sem esquecer que os Estados se mantêm soberanos nessa nova perspectiva. Beck[199] complementa ainda:

> Estados transnacionais são, em terceiro lugar, Estados *glocais*, que compreendem a si mesmos segundo o princípio da diferenciação inclusiva como províncias da sociedade mundial e adquirem a partir dele sua posição – no mercado mundial, na política mundial policentríca.

---

[198] GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade.** São Paulo: UNESP, 1991. p. 62.
[199] BECK, Ülrich. **O que é globalização?** equívocos do globalismo: respostas à globalização. São Paulo: Terra e Paz, 1999. p. 194.

Destaca-se novamente que a logística internacional e a telemática também atuam no papel mais relevante do processo, pois as mesmas serão a base da comunicação e as ferramentas na aplicação regras transnacionais propostas.

Sobre as propostas de regras transnacionais destacam Souza e Nascimento[200] que:

> O fenômeno da globalização, na medida em que ultrapassa a noção territorial, desconhece a soberania e cria leis próprias, solapa as bases teóricas e práticas do Estado Moderno. Potencializa-se com a globalização um tipo de poder transnacional que não encontra limitações jurídicas, pois o Direito, tradicionalmente lento, não evolui na mesma velocidade que a experiência social e econômica.

Com base no exposto, a Globalização se espalha pelo planeta, invadindo territórios, inobservando a soberania dos Estados, criando regras e colocando em xeque o Estado Moderno, que nem sempre conseguem ser implementadas se comparadas com as normativas impostas pela Globalização.

Em paralelo à Globalização, Transnacionalidade adentra nas fronteiras dos Estados, não encontrando qualquer dificuldade em se instalar e transpassar o novo território, uma vez que, os códigos tradicionais impostos pelos Estados são lentos quando comparados ao ritmo daqueles executados por esses dois processos. Nesse sentido, ambos perpassam facilmente em diversos territórios, ampliando espaço e dando uma nova formatação aos Estados.

Reforçam o exposto Cruz e Oliviero[201]:

> Com base nos elementos de discussão política sobre a necessidade de ser ter o Direito Transnacional como instrumento de limitação dos poderes transnacionais, é possível se especular que serão intensificados os processos de abdicação intensa das competências soberanas dos estados constitucionais modernos.
> O Direito Transnacional só fará sentido caso possa ser aplicado por instituições com, órgãos e organismos de governança, regulação, intervenção, além de capacidade fiscal em diversos âmbitos transnacionais, como em questões ambientais, financeiras, circulação de bens e serviços, dentre outros menos importantes;
> A atuação dos órgãos e organismos transnacionais se daria em

[200] SOUZA, Alisson de Bom de; NASCIMENTO, Rafael do. A efetividade do Direito na perspectiva transnacional *In:* OLIVIERO, Maurizio; CRUZ, Paulo Márcio (Orgs.). **As trajetórias multidimensionais da globalização** [recurso eletrônico]. Itajaí: UNIVALI, 2014. p. 126.

[201] Nesse momento será apresentado superficialmente o Direito Transnacional, uma vez que, mesmo será tratado especificamente em um tópico no último capítulo dessa Tese de Doutorado.

> âmbitos difusos transnacionais, como na questão ambiental, manutenção da paz, direitos humanos, dentre outros, a exemplo dos instrumentos de atualmente existentes [...]

A prática de um Direito Transnacional[202] que acerque todos os Estados deverá ser pensada, assim como opções para rever e mensurar a capacidade soberana de tais entes, pois este conceito passará por transformações intensas no decorrer do processo. Também há de se verificar os pontos relacionados às culturas dos Estados e suas representações.

O Direito Transnacional, por sua vez, somente será possível se for aplicado por órgãos e organismos constituídos pelos Estados, porém, de certa forma independente dos mesmos. Tais órgãos precisam de capacidades específicas e da liberdade para implantar as regras das quais se dedicam.

Tais regras abarcarão problemáticas presentes nas sociedades e regiões do planeta, tais como meio ambiente, Direitos Humanos e economia, incluindo segurança e Terrorismo Transnacional.

Pecequilo[203] destaca ainda com relação à Transnacionalidade, que:

> Em síntese, a interdependência caracteriza-se por canais múltiplos (relações interestatais, transgovernamentais e transnacionais) e a ausência de hierarquia entre os temas. Por sua vez, a transnacionalidade foca nas dinâmicas provocadas além fronteiras. Esta diversidade indica que para Keohane e Nye não é possível desconectar os fenômenos da interdependência e transnacionalização, pois são conceitos que se reforçam mutuamente. Além disso, reconhecem que parte deste processo de ampliação da agenda e mudança da natureza do poder não se refere a movimentos "novos", mas sim a sua aceleração por fatores tecnológicos e pelo adensamento das relações internacionais.

Para a autora, a interdependência, se manifesta por diversas formas, propondo relações entre Estados, governos e até mesmo relações transnacionais, como é o caso da UE. Outra situação importante, quanto à interdependência, é o fato da mesma tratar temas das agendas internacionais de maneira horizontal. A Transnacionalidade, por sua vez, trabalha com os movimentos que transpassam as

---

[202] PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Teoria das Relações Internacionais:** o mapa do caminho – estudo e prática. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016. p. 126.
[203] PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Teoria das Relações Internacionais:** o mapa do caminho – estudo e prática. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016. p. 126.

fronteiras dos Estados, como o que ocorre na UE. Assim, nota-se que os dois são envolvidos, não sendo possível desconectar os efeitos surgidos dos mesmos.

Sobre as questões surgidas e as agendar propostas após o fim da Segunda Grande Guerra Mundial, expõe Ianni[204] que:

> Cada vez mais, no entanto, o que preocupa muitos pesquisadores no século XX, em particular depois da Segunda Guerra Mundial, é o conhecimento das realidades internacionais emergentes, ou realidades propriamente mundiais. Sem deixar de continuar a contemplar a sociedade nacional, em suas mais diversas configurações, muitos empenham-se em desvendar as relações, os processos e as estruturas que transcendem o Estado-nação, desde os subalternos aos dominantes. Empenham-se em desvendar os nexos políticos, econômicos, geoeconômicos, culturais, religiosos, linguísticos, étnicos, raciais e todos os que articulam e tencionam as sociedades nacionais, em âmbito internacional, regional, multinacional, transnacional ou mundial.

Propõe o autor que muitos estudiosos sem preocupam com as realidades mundiais propriamente ditas, sobre a maneira que se dão as relações entre os atores; a influência exercida em outras relações; como a inércia dos Estados, por exemplo, influenciará a tomada de posicionamento dos outros atores, até mesmo de grupos terroristas transnacionais.

Tais estudiosos consideram as diferenças entre os Estados e inerentes a ele, porque os aspectos culturais sempre devem ser observados e respeitados, tanto no que tange aos Estados centrais quanto aos denominados periféricos.

Para tanto, além das análises culturais, sociais, políticas, econômicas ambientais, internas ou internacionais, aparece mais um elemento, qual seja, a Transnacionalidade e as suas externalidades junto aos seus atores.

2.3 OS ATENTADOS TERRORISTAS TRANSNACIONAIS DE 11 DE SETEMBRO DE 2001

Os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, conforme mencionado em todo o trabalho, alteraram a relação entre Estados e serviu

[204] IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização.** 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 30.

como momento para reflexão sobre o que significaria Terrorismo a partir daquele momento para o globo.

Os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 também podem ser considerados o marco do Terrorismo Transnacional, conforme verificado nos conceitos de Globalização e de Transnacionalidade vistos ainda nesse capítulo. Eles são parte de uma série de atentados contra os símbolos do capitalismo e contra territórios específicos, orquestrada por um grupo terrorista utilizando-se da estrutura de comunicação e logística disponíveis no século XXI. Importante destacar que estas ferramentas serviram de base para a colocação em prática de tais atentados, ao mesmo tempo em que se apresentam de suma importância para a comunidade internacional e grande parte dos seus cidadãos.

Conforme exposto em linhas anteriores, os atentados terroristas são antigos, assim como a própria Humanidade, no entanto, os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 são o marco de uma nova forma de Terror, qual seja, o Terrorismo Transnacional. Ele não compreende fronteiras e está presente, através de células e de estratégias de ataque em vários locais e Estados do planeta.

Com relação aos Atentados Terroristas, nota-se que, no Continente Americano, os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 chamaram a atenção, pela ousadia e a forma que o mesmo ocorreu. Hobsbawn[205] – não falando diretamente de Terrorismo, mas fazendo uma relação com a ousadia de ataques militares, que por sua vez, podem ser, por analogia, traçados para os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001- expõe:

> Entre 1815 e 1914 nenhuma grande potência combateu outra fora de sua região imediata, embora expedições agressivas de potências imperiais ou candidatas a imperiais contra inimigos mais fracos do ultramar fossem, claro, comuns.

Nota-se que nenhuma grande potência manteve conflito com outra fora de sua área de atuação e localização. No entanto, pretensas potências mantiveram conflitos locais e intermarítimos. Nesse sentido, a capacidade logística do Talibã, enquanto Grupo Terroristas Transnacional, ultrapassou as fronteiras da maior potência

[205] HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914 – 1991. p. 31.

econômica e social do planeta, atacando e destruindo alguns de seus símbolos, ceifando a vida de cidadãos.

Sobre o assunto, ressalta Visacro[206]”

> Em Pearl Harbor, as baixas do pessoal militar dos Estados Unidos foram 3.303 mortos e 1.272 feridos. Os atentados de 11 de Setembro mataram 3.071 pessoas, a maior parte constituída por civis inocentes, deliberadamente transformados em alvos.

Os números de mortos, se comparados os ataques a *Pearl Harbor* e os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 são próximos, mas no primeiro caso considera-se que os EUA estavam em guerra e, no segundo, deu-se um Atentado programado e praticado por Grupo Terrorista Transnacional utilizando-se das ferramentas e estratégias à sua disposição.

Com relação aos Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, ressaltam Sutti e Ricardo[207]:

> O dia 11 de setembro de 2001 poderia ter sido igual a outro qualquer. Mas não foi. No alvorecer desse dia, 19 pessoas embarcaram em aeroportos da Costa leste dos Estados Unidos, em quatro aviões diferentes, para uma viagem sem volta. [...]. Eles tinham uma missão aparentemente impossível de ser cumprida (e também obedecida): lançar os aviões cheios de combustível sobre símbolos norte-americanos. Isso significava morrer junto com os demais passageiros, provocar sérios danos materiais, causar a morte de pessoas que trabalhavam nos alvos antecipadamente escolhidos, e ferir os Estados Unidos da América em seu âmago, em seu orgulho, atacando inesperadamente o território americano.

O dia 11 de Setembro de 2001 foi uma data que o mundo não esquecerá, em especial os EUA. Naquela ocasião, aconteceu em solo estadunidense um ataque terrorista que alteraria as relações em diversos níveis nos próximos anos. Pessoas morreram, símbolos foram atacados, mas, principalmente, ficou exposto que o território estadunidense não era tão protegido quanto se imaginava até então.

Observa-se ainda que os ataques ocorreram a alvos escolhidos cuidadosamente pelo grupo terrorista, cabendo aos seus agentes guiar as aeronaves

---

[206] VISACRO, Alessandro. **Guerra irregular:** terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história. São Paulo: Contexto, 2009, p. 277.
[207] SUTTI, Paulo; RICARDO, Silvia. **As diversas faces do terrorismo.** São Paulo: Harbra, 2003. p. 103.

e colocar em prática o primeiro Atentado Terrorista Transnacional registrado, e comporta dizer que os Estados vivem um período marcado por uma “sociedade de risco”, conforme descrito por Ülrich Beck.

Nesse sentido, comentam Arraes e Gehre[208] que:

> Com os ataques de 11 de setembro de 2001 a duas cidades norte-americanas, extinguiu-se a crença da inviolabilidade territorial dos Estados Unidos. O país foi alvo do terrorismo emanado não de um país, mas de uma organização transnacional, a Al-Qaeda, de caráter privado, fundamentada em uma interpretação extrema do Islã.

Os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 colocaram em xeque a supremacia que os estadunidenses pregavam, ou seja, tal movimento demonstrou as fragilidades das fronteiras geográficas, tecnológicas e de segurança daquele Estado.

Para a surpresa de todo o planeta e em especial dos EUA, o mundo não estava a salvo de possíveis atentados contra populações inteiras, órgãos, organismos ou símbolos que, de alguma maneira, entrassem em conflito com interpretações extremas de diversa ordem.

A Al-Qaeda, organização considerada transnacional (e possivelmente a primeira organização terrorista transnacional que se tenha conhecimento) adentra no território (em teoria) mais seguro do planeta e coloca em prática ataques que entrarão para a história como marco de surgimento do Terrorismo Transnacional.

Sobre os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, destaca Byers[209]:

> No dia 11 de setembro de 2001, 19 agentes da al-Qaeda seqüestraram quatro aviões de passageiros, projetando dois deles contra o World Trade Center e um terceiro contra o Pentágono; o quarto avião foi derrubado num campo da Pensilvânia depois da revolta dos passageiros contra os seqüestradores.

Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 também são o marco para um novo momento do Terrorismo na visão do autor, qual seja, o

---

[208] ARRAES, Virgílio; GEHRE, Thiago. **Introdução aos estudos das relações internacionais.** São Paulo: Saraiva, 2013. p. 32.

[209] BYERS, Michael. **A lei da guerra**. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2007. p. 81.

Terrorismo Transnacional. Essa percepção surge, uma vez que foram utilizadas a logística (especialmente aviões) e a tecnologia de comunicação disponível, como os celulares empregados na comunicação entre os sequestradores dos aviões.

Outro fator que chama atenção é que os acontecimentos foram vistos simultaneamente por milhares de pessoas ao redor do planeta, que passaram a se questionar sobre o que aconteceu e de que maneira aqueles atos mudariam as relações entre os Estados. Nunca antes na história atos terroristas puderam ser acompanhados de maneira tão detalhada, ao vivo, e comentados em diversos idiomas por todo o planeta.

Do avião que caiu na Pensilvânia destaca Calixto[210]: “Mais tarde, dizem que um 757 da UA (por volta das 10h10) se chocou contra o chão da Pensilvânia, após uma luta entre seqüestradores e os passageiros que tentavam retomar o controle da aeronave”.

Destaca o autor que outro avião sequestrado é lançado junto ao solo da Pensilvânia, depois de uma luta entre sequestradores e sequestrados que tentaram conquistar o controle do avião.

Com relação ao sequestro dos aviões, e com a destruição dos atentados, destaca Arend[211] que:

> A catástrofe civil se abateu sobre os EUA. Um rombo entre as fronteiras entre o civil e o militar, entre a vida nas cidades e a vida nas zonas de guerra. No 11/09 *nenhum* armamento militar foi empregado para causar destruição. Dezenove homens portando apenas estiletes e pequenas facas de cozinha sequestraram quatro aviões comerciais, mataram quase quatro mil pessoas e destruíram dois arranha-céus, cinco prédios comerciais de grande porte, um hotel, uma estação de metrô, um *shopping center* e um prédio militar.

Para o pesquisador, os Atentados Terroristas Transnacionais misturaram as vidas das pessoas, confundindo as fronteiras do que era civil, militar, zona de paz e zona de guerra. Destaca ainda que esse impacto se dá por conta de atentados

---

[210] CALIXTO, Robson José. **Incidentes marítimos:** história, direito marítimo e perspectiva num mundo em reforma da ordem internacional. 2. ed. São Paulo: Lex Editora, 2006. p. 276.
[211] AREND, Hugo. O 11/09 e seus significados teóricos e políticos para a segurança internacional. *In* BORGES, Rosa Maria Zaia, AMARAL, Augusto Jobim do e PEREIRA, Gustavo Oliveira de Lima. **Direitos humanos e terrorismo.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 87.

terroristas que se serviram de aviões sequestrados por jovens terroristas portando estiletes e facas. A destruição, o impacto e a repercussão foram enormes, uma vez analisadas a quantidade de mortos e de prédios destruídos, parcial ou totalmente. Maior ainda que o prejuízo físico é o orgulho ferido de um Estado que acreditava ter um dos territórios mais seguros do planeta.

Sobre o proposto comenta Hobsbawn[212]:

> Mas é evidente que a desordem pública, mesmo na forma extrema de terrorismo, não depende de equipamentos caros e de alta tecnologia, como ficou demonstrado em 11 de setembro de 2001. Os seqüestradores dos aviões que destruíram as Torres Gêmeas só estavam armados de facas pequenas.

Os sequestradores conseguiram passar pelo sistema de segurança estadunidense e sequestrar os aviões sem ser notados, uma vez que não portavam grandes armamentos, produtos e objetos que chamassem a atenção das autoridades. As facas pequenas foram o suficiente para que os sequestradores sequestrassem os aviões e colocassem em prática os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001.

Sobre a mídia e os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, completa Burke[213] que:

> Já houve anteriormente muitos atentados terroristas, alguns deles envolvendo o suicídio dos participantes. Mas nenhum foi acompanhado ao vivo por dezenas, se não centenas de milhões de pessoas. É o espetáculo em sua forma mais extrema de midiatização.

Nota-se que para o autor, os terroristas conseguiram atingir o orgulho e os símbolos estadunidenses planejados, além de mostrar para o mundo o seu feito de terror, tendo canais de televisão de várias nacionalidades exibindo ao vivo e replicando os ataques e desmoronamentos das Torres Gêmeas. Assim, percebe-se que o Terrorismo Transnacional traz consigo um “segundo” ataque: o medo gerado em outras regiões e populações do planeta.

---

[212] HOBSBAWN, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 139.

[213] BURKE, Jason. **Al-Qaeda:** a verdadeira história do radicalismo islâmico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007, p. 57.

Sobre o exposto, ressalta Posner[214]: “Os eventos de 11 de setembro revelaram que os Estados Unidos estão mais expostos ao terrorismo internacional que a maioria pensava até então [...]”.

No entendimento do pesquisador, os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 constatariam que os EUA não estavam tão seguros quanto acreditavam e, para tal, tiveram que criar alternativas de aumentar da segurança interna e nas bordas de suas fronteiras, surgindo assim, alterações às relações internacionais entre Estados.

Os mesmos perceberam que estavam sujeitos às ações de terroristas, como os outros Estados e que não bastando os ataques, demonstraram a todo o globo sua vulnerabilidade através das agências de notícias internacionais.

Complementam Sutti e Ricardo[215]:

> O mundo todo assistiu ao vivo às inacreditáveis cenas que seguiram aos impactos. De repente, uma das torres atingidas desabou; logo em seguida, a outra. Os edifícios, símbolos de Nova York, com mais de 500 metros de altura, desabaram, deixando milhares de mortos sob seus escombros e provocando uma nuvem de cimento e fuligem que cobriu a cidade.

As Torres Gêmeas caíram e, com elas, dúvidas surgiram em um primeiro momento, especialmente sobre quem teria atentado contra os EUA e os motivos desses atentados. A Cidade de Nova York e o mundo se viram com muitas indagações, poucas certezas e um medo eminente.

O impacto foi grande tanto física quanto emocionalmente para uma cultura considerada além de qualquer atentado ou ação contra sua população ou território. Tal atentado contra símbolos estadunidenses contou a morte de centenas de pessoas de diversas nacionalidades que se encontravam nos prédios no momento do ataque.

Percebe-se novamente com o exposto pelos autores que o mundo assistiu ao vivo o que ocorria em solo estadunidense naquele 11 de Setembro de 2001. Foi

---

[214] POSNER. Ricard Allen. **Direito, pragmatismo e democracia.** Tradução de Teresa Dias Carneiro. Rio de Janeiro: Forense, 2010. p. 231.
[215] SUTTI, Paulo; RICARDO, Silvia. **As diversas faces do terrorismo**. São Paulo: Harbra, 2002, p. 104.

possível observar as torres caírem uma após a outra, levando consigo vidas e a certeza que naquele território atos como estes jamais poderiam ocorrer. O mundo passa a sentir medo, pois a partir daquele momento não se sabe onde e quando ocorrerá o próximo Atentado Terrorista Transnacional.

No que tange a perda de vidas humanas no atentado terrorista, destaca Calixto[216] no quadro 02, proposto no livro do autor, denominado “Perda Aproximada de Vidas Humanas Devido ao Ataque de 11 de Setembro de 2001”.

Quadro 02: Perdas de vidas humanas nos Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001

Equipamentos Envolvidos	Perdas
767 de AA que atingiu a Torre Norte	78 passageiros e 11 membros da tripulação
767 da UA que atingiu a Torre Sul	51 passageiros e 9 membros da tripulação
757 da AA que se alega ter atingido o pentágono	54 passageiros e 6 membros da tripulação
757 da UA que espatifou na Pensilvânia	32 passageiros e 7 membros da tripulação
Torres gêmeas do WTC	6.400 entre mortos e desaparecidos
Total	**Cerca de 6.648 pessoas**

Fonte: Serendipity, 2002; Crockatt, 2003 apud Calixto (2003).

Destaca o autor que as perdas materiais e humanas foram grandes, especialmente dos mortos e desaparecidos. Entre as vítimas dos atentados haviam pessoas de diversas nacionalidades.

Os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 inauguraram uma nova onda do Terrorismo, o Terrorismo Transnacional que, conforme demonstrado no quadro anterior, utilizou-se da logística (os aviões) para colocar em prática as ações, que alteraram as relações de segurança propostas pela sociedade internacional.

Complementando o exposto ressalta Sant’Anna[217] que “O mundo começa a saber da tragédia às 8h48, um minuto e vinte segundos após o choque do vôo 11 contra a Torre Norte. Nesse instante, a CNN leva ao ar seu primeiro boletim, dando a tragédia como notícia não confirmada”.

---

[216] Serendipity, 2002; Crockatt, 2003 *apud* CALIXTO, Robson José. **Incidentes marítimos:** história, direito marítimo e perspectiva num mundo em reforma da ordem internacional. 2. ed. São Paulo: Lex, 2006, p. 276.

[217] SANT’ANNA. Ivan. **Plano de Ataque**: a história dos vôos de 11 de setembro. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006. p. 184.

Pouco mais de um minuto após o primeiro avião se chocar contra a primeira torre, o mundo começa a ter contato com a tragédia, as redes de televisão e de comunicação passam a relatar os atentados e, em pouco tempo, a segunda torre também é atacada, suscitando dúvidas sobre tais atentados.

Isso mostra que a mídia foi importante para a conclusão dos Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, uma vez que demonstraram para o mundo a fragilidade de um dos territórios considerados como mais seguros do planeta.

Através das imagens transmitidas *online* pela mídia, e depois repetidamente demonstradas nos canais de televisão em todo o globo, passaram a ideia de que o próximo Atentado Terrorista Transnacional poderia ocorrer em qualquer parte do planeta, instaurando naquele momento o medo, e corroborando para a ideia de uma sociedade global de risco e com uma segurança líquida.

No que tange as questões relacionadas às telecomunicações e os atentados Burke[218] destaca:

> Antes da TV, dos telefones e da internet por satélite, Bin Laden talvez não fosse mais que um *mahdi* messiânico para uma centena de membros de tribos. Mas a moderna tecnologia de comunicações permitiu que exilados radicais transmitissem suas posições às populações-alvo sem interferência nem retribuição do Estado.

Para o autor, a tecnologia de comunicação não somente auxiliou populações a saberem, por exemplo, o que ocorre em outras regiões do globo; como serviu também para que radicais pudessem disseminar suas ideias a diversas comunidades em outras regiões do planeta, sem serem rastreados.

Assim, a telemática foi uma ferramenta importante para o planejamento e concretização dos Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, pois serviram para organizar o ataque, colocá-lo em prática e, após, espalhar o terror em todo o planeta.

---

[218] BURKE, Jason. **Al-Qaeda:** a verdadeira história do radicalismo islâmico. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: 2007, p. 57.

Acerca de Osama bin Laden destaca Calixto[219]:

> Um ilustre desconhecido do Ocidente – não de todos - se tornaria famoso, odiado ou admirado do dia para a noite, ou seja, o engenheiro e terrorista Osama (USAMA) bin Laden em questão de horas se tornaria um dos maiores vilões ou estrategistas da História, de pendendo do ponto de vista.

Osama bin Laden, que até então era desconhecido para a maioria das pessoas em todo o mundo, se tornou em pouco tempo um dos mais conhecidos, procurado pelos EUA. O milionário arquitetou e financiou os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001.

A figura de Osama passou a ser odiada e representativa de um dos maiores terroristas da História, responsável pela morte e desaparecimento de centenas de pessoas nos atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001.

Sobre os ataques contra as Torres Gêmeas comentam Sutti e Ricardo[220]:

> Sem que ninguém esperasse, um avião, como um míssil dirigido, atingiu a primeira torre das *Twins Towers (World Trade Center)*, em Nova York. Vinte minutos depois, um segundo avião atingiu a outra torre. Todos olhavam atônitos; as televisões transmitiram a cena ao vivo, aparentemente restrita aos efeitos especiais dos filmes de Hollywood. [...]

Novamente observa-se como as mídias serviram de ferramenta para evidenciar ao mundo acontecia em solo estadunidense, mas também como instrumento importante de demonstrar o poderio e a coragem dos terroristas que sequestraram os aviões e os lançaram contra símbolos americanos, matando pessoas em um dos territórios até então considerado seguro.

As cenas foram transmitidas para diversas partes do planeta enquanto pessoas se questionavam sobre o que estava ocorrendo, como aquelas pessoas tiveram acesso aos aviões, como conseguiram controlá-los e, principalmente, lança-los contra um dos maiores símbolos estadunidenses.

---

[219] CALIXTO, Robson José. **Incidentes marítimos:** história, direito marítimo e perspectiva num mundo em reforma da ordem internacional. 2. ed. São Paulo: Lex Editora, 2006. p. 275.
[220] SUTTI, Paulo; RICARDO, Silvia. **As diversas faces do terrorismo.** São Paulo: Harbra, 2003. p. 103-104.

Dos ataques às Torres Gêmeas destaca Arend[221]:

> Quando o avião desapareceu nos céus de Manhattan, às 8h42min, já era tarde. Segundos depois, o avião atingiria a torre norte do World Trade Center (WTC). Quase quinze minutos se passariam até o segundo avião ser jogado contra a torre sul. O tempo que se passou entre os dois impactos foi de muita confusão, incertezas e informações desencontradas entre as autoridades civis e militares. Os limites de suas responsabilidades e atribuições estavam sendo desafiados. Foi o segundo impacto que, por instantes, desconcertou o mundo e, logo em seguida, assegurou a todos de que se tratava de um ataque deliberado, de um ataque terrorista "inimaginável". O dia 11 de setembro de 2001 se tornara "o 11/09".

Para o autor os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, em um primeiro momento causaram confusão e dúvidas na população estadunidense e naqueles que assistiam ao vivo através dos canais de televisão. A princípio, parecia que um avião havia tido problemas e se chocara contra uma das torres, o que já espantou muita gente, pois seria quase impossível que isso ocorresse. Minutos depois o segundo choque contra a outra torre e mais dúvidas. Por fim, existia a certeza que se tratava de um atentado terrorista bem orquestrado e o medo que outras aeronaves também tivessem sido sequestradas e fossem lançadas contra outros símbolos estadunidenses ou pessoas, seja em Nova York ou em outra região do Estado.

Aquele ficou conhecido com o "11 de Setembro" e os acontecimentos foram tão marcantes, que quase a totalidade das pessoas que assistiam televisão ou ouviam o rádio naquela manhã, lembram do que faziam no momento.

Estava inaugurado o novo marco do Terrorismo - o Terrorismo Transnacional - que se utilizou das tecnologias de telecomunicação e informática, da logística e das mídias para propagar o terror. Constatou-se naquela ocasião que não havia territórios tão seguros quanto se imaginava e que o mundo era uma sociedade de risco, muitas vezes não calculados.

---

[221] AREND, Hugo. O 11/09 e seus significados teóricos e políticos para a segurança internacional. *In* BORGES, Rosa Maria Zaia, AMARAL, Augusto Jobim do e PEREIRA, Gustavo Oliveira de Lima. **Direitos humanos e terrorismo.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 86.

Complementam Sutti e Ricardo[222] no que tange ao ataque ao Pentágono:

> Momentos depois, mais terror: o Pentágono, quartel-general militar e da defesa norte-americana, também havia sido atingido por outro avião e ainda havia um quarto avião sequestrado voando no Estado da Virgínia, sem que as autoridades soubessem para aonde se dirigia. [...].
> As informações desencontradas alarmavam ainda mais a população norte-americana e deixavam o resto do mundo numa altíssima tensão. [...].

Percebe-se no exposto que os terroristas usaram tecnologias disponíveis no momento: as tecnologias de informação (especialmente para se comunicar) e a logística, uma vez que os aviões foram utilizados como armas contra os alvos antecipadamente escolhido pelos terroristas. Tais atos deixam a população mundial em pânico, aterrorizada e impotente, pois o máximo que se podia fazer era acompanhar pela televisão. Tem-se aqui mais uma característica do Terrorismo Transnacional, qual seja, o terror disseminado, onde as pessoas passam a questionar onde será o próximo atentado e contra quem.

Complementa ainda Posner[223] que os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 trouxeram novos e antigos questionamentos dentro e fora do território atacado:

> Os ataques fizeram com que algumas pessoas repensassem suas críticas aos defensores de *Bush versus Gore*, que argumentaram que uma crise na sucessão presidencial teria sido um preço alto demais a se pagar pelo benefício abstrato à teoria democrática de deixar que o Congresso, o ramo mais democrático, determinasse a sucessão.

Os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 geraram questionamentos, inclusive sobre as tomadas de decisão da presidência estadunidense naquele momento, o que mexeu com a estrutura interna e externa dos EUA, fazendo as pessoas questionarem além das torres. As resultantes surgiram em outros setores, como a revisão dos eleitores estadunidenses sobre o seu congresso e as tomadas de decisão presidenciais.

---

[222] SUTTI, Paulo; RICARDO, Silvia. **As diversas faces do terrorismo**. São Paulo: Harbra, 2002, p. 104.
[223] POSNER, Ricard Allen **Direito, pragmatismo e democracia.** Rio de Janeiro: Forense, 2010. p. 230.

Com estes Atentados houve a imposição do Terror e, em consequência, a alteração do cenário internacional, especialmente nas relações comerciais internacionais entre os Estados, pela criação de novas regras de segurança internacional. Finalmente, surge uma nova forma de Terrorismo, o Terrorismo Transnacional que afetará diversas relações nos próximos anos.

Sobre o exposto, ressalta Amorim[224], que "O ataque às Torres Gêmeas gerou, nos países desenvolvidos, sobretudo nos Estados Unidos, uma percepção de que era necessário dar sinais positivos à economia mundial, para evitar que a economia global entrasse em recessão".

Destaca igualmente o autor que os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, foram além dos estragos materiais e vítimas, gerando nos Estados maior desenvolvimento tecnológico e a necessidade de aquecer a economia, pois, caso contrário, o país poderia entrar recessão, levando economias de diversos Estados ao colapso e colocando em risco as economias dos Estados mais ricos.

Sobre o proposto comenta Hobsbawn que[225]:

> O perigo real das novas redes terroristas internacionais para os regimes dos países estáveis do mundo desenvolvido, assim como a Ásia, continua a ser desprezível. As dezenas ou centenas de vítimas de bombas nos sistemas de transporte público em Londres e em Madri não são capazes de interromper a capacidade operacional de uma cidade grande além de algumas horas. Por mais horripilante que tenha sido a carnificina de 11 de setembro de 2001 em Nova York, o poder internacional dos Estados Unidos e suas estruturas internas não foram afetadas em nada. Se ocorreram efeitos negativos posteriores, eles não se deveram à ação dos terroristas, e sim à do governo americano.

Os Atentados Terroristas Transnacionais, em especial o de 11 de Setembro de 2001, demonstraram a capacidade logística e de comunicação dos terroristas para arquitetar e colocar em prática aquele que seria um divisor de águas no que tange aos atentados terroristas. Tais recursos são usados até os dias atuais, enquanto os

---

[224] AMORIM, Celso. **Conversas com jovens diplomatas.** São Paulo: Benvirá, 2011. p.157.
[225] HOBSBAWN, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 135.

governos se mostram incapazes de trabalhar, se comunicar e administrar o caos causado pelos atos.

Sobre o Terrorismo Transnacional, ressalta Sarfati[226] que:

> De um lado, a ação do grupo terrorista Al Qaeda transpassa o controle dos Estados nacionais, embora os Estados Unidos tenham dado sua resposta ao ataque de 11 de setembro, revidando contra o Afeganistão, que dava abrigo ao grupo de Osama bin Laden. Entretanto, essa organização terrorista é essencialmente transnacional com tentáculos por todo o mundo. Atacar o Afeganistão certamente debilitou a organização, mas não eliminou a capacidade de ela cometer outras ações em qualquer parte do planeta, como o 11 de março na Espanha já demonstrou.

Os EUA revidaram os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, atacando o Afeganistão que abrigava ao grupo que arquitetou tais atentados terroristas.

Importante observar a apresentação do autor quando comenta que a organização terrorista em tela é uma organização transnacional, uma vez que possui várias células espalhadas em diversas partes do planeta. Nesse sentido, o ataque dos EUA não aniquilou a organização terrorista, mas eliminou somente uma célula da organização.

Com base no exposto, Sarfati[227] comenta:

> Assim, vemos que o 11 de setembro poderia significar, ao menos no caso norte-americano, a volta de um Estado poderoso e centralizador, que, focado na segurança, conforme os cânones realistas, que são poderosos, tendo causado irritação entre parte significativa da população mundial.

Para o autor os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 fizeram com que diversos Estados, especialmente os vitimados, revissem suas percepções sobre o mundo e as Relações Internacionais com Estados como o Afeganistão.

---

[226] SARFATI, Gilberto. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 329-330.
[227] SARFATI, Gilberto. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 330.

Os atentados forçaram ainda os Estados a rever questões de segurança interna e internacional, mediante a adaptação às normas ditadas após os atentados, o que, por sua vez, causou indignação a Estados e cidadãos em todo o planeta.

Sobre a “Guerra ao Terror” proposta e colocada em prática pelos EUA, após os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, ressalta Pecequilo[228] que:

> Um exemplo recente de uma “Guerra Justa” é a operação militar dos Estados Unidos iniciada no Afeganistão em novembro de 2001 (e encerrada em 2014). Tal operação foi produzida pelos norte-americanos como uma resposta à agressão sofrida por este país nos atentados terroristas de 11/09/2001 a seu território continental, que atingiu cidades como Nova York e Washington. Atribuídos a um grupo terrorista transnacional fundamentalista e mulçumano, a Al-Qaeda, esses atentados concederam aos Estados Unidos o motivo para atacar o Afeganistão, identificado como nação que dava apoio à Al-Qaeda. Esta guerra contou com o apoio da comunidade internacional e a validação de organismos multilaterais como as Nações Unidas.

EUA invadiram o Afeganistão como resposta aos atentados que sofreram em seu território e contra alguns símbolos estadunidenses, como lembra a autora, o que levou à morte pessoas de várias nacionalidades.

A pesquisadora discorre que tais atentados foram atribuídos a um grupo terrorista transnacional e fundamentalista, nesse sentido, tem-se um grupo possuidor uma leitura e interpretação convenientes de um livro sagrado, impondo regras para auxiliar determinados grupos a manter, ampliar ou ter acesso a poder.

Esse grupo é transnacional porque está presente em diversas sociedades e setores, permeando os Estados em uma fachada construída por terroristas que vivem discretamente junto à população, acionados quando necessária a colocação em prática de atentados contra pessoas, símbolos e populações, dentro da necessidade do grupo ou célula ao qual o mesmo pertence.

Do pós-Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, Calixto[229] faz a seguinte reflexão:

---

[228] PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Teorias das relações internacionais:** o mapa do caminho – estudo e prática. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016. p. 92.

[229] CALIXTO, Robson José. **Incidentes marítimos:** história, direito marítimo e perspectiva num mundo

> O mundo não mudou. Muitos povos continuarão sofrendo com a fome, outros continuarão muito ricos. Muitos pais não verão futuro para seus filhos, outros não se preocuparão com eles porque a riqueza da família é imensa. A injustiça social continuará no terceiro mundo e os lucros serão divididos no primeiro. Muito povos continuarão a não ter direito a ser uma nação, outras nações cobiçarão os territórios e as riquezas dos mais fracos. Mas o governo americano mudaria, retomando um modo muito particular de ver o mundo.

Para o autor, o planeta continua a manter padrões parecidos com os existentes antes dos Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001. Violações diversas tais como, corrupção, o não respeito aos Direitos Humanos, injustiça social, fome e guerra, ainda se mantem nos dias atuais.

Governos se mantiveram, alguns mudaram propostas e políticas, outros, em especial os EUA, modificaram proposições internacionais e nacionais, conforme observado nas últimas eleições estadunidenses.

Sobre o Terror ressalta Hobsbawn que[230] “Como tática, o terror é indiscriminado e moralmente inaceitável, quer seja usado por países, quer por grupos não oficiais”. O Terror, seja proposto por grupos terroristas transnacionais ou por Estados que declaram lutar contra o terror praticando mais Terror contra populações e povos, deve ser inaceitável pela sociedade internacional; uma vez que os resultados costumam ser caros e traumáticos, como nos Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001.

Nesse sentido, mais importante que impor sua vontade através de práticas terroristas assumidas ou não, torna-se coerente trabalhar na conciliação e na construção de pontes que aproximem culturas e povos distintos e isso somente é possível através da comunicação e da capacidade de propor a conhecer o outro.

em reforma da ordem internacional. 2. ed. São Paulo: Lex, 2006. p. 275.

[230] HOBSBAWN, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 46.

PARTE II

CAPÍTULO 3

OS ATENTADOS TERRORISTAS DE 11 DE SETEMBRO DE 2001: MARCO PARA O SURGIMENTO DO TERRORISMO TRANSNACIONAL

3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 mudaram as relações entre os Estados e, em consequência, questões relacionadas ao Meio Ambiente, Comércio Internacional, Segurança Internacional, etc.

Após estudar os conceitos expostos torna-se possível correlacionar o Terrorismo Transnacional, suas Ferramentas e as Medidas Antiterror Pós-11 de Setembro de 2001. E a partir dos Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, foram gestadas novas regras de Segurança Internacional, colocadas em prática e internalizadas por grande parte dos Estados.

Assim, neste capítulo estuda-se o Terrorismo Transnacional, as Medidas Antiterror, de Segurança Internacional e as principais mesuras Antiterror Pós-Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 ligadas à UE e ao Brasil.

Revela-se que, do Referencial Teórico proposto pelo pesquisador, como fonte de consulta bibliográfica, foram extraído dados que subsidiaram a pesquisa e permitiram, após rigorosa seleção e análise crítica, a confecção do Capítulo, por ora, guiado nas concepções teóricas e bibliográficas de: Arraes e Gehre[231], Souza e

[231] ARRAES, Virgílio; GEHRE, Thiago. **Introdução aos estudos das relações internacionais.** São Paulo: Saraiva, 2013. 116 p.

Moraes[232], Nogueira[233], Platchek[234], Bauman[235], Maluf[236], Agripino[237], Beck[238], Cruz[239], Elias[240], EUROPARL[241], MERCOSUL[242], Sarfati[243], Rato[244], Cretella Neto[245], ONU BR[246], Beck[247], Staffen[248], Wilkinson[249], Kamel[250], Pecequilo[251].

---

[232] SOUZA, André de Mello; MORAES, Rodrigo Fracalossi. A relevância do Terrorismo na Política Internacional contemporânea e suas implicações para o Brasil. *In* SOUZA, André de Mello; NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi de (Orgs.). **Do 11 de Setembro de 2001 à Guerra ao Terror:** reflexões sobre o terrorismo no século XXI. Brasília: IPEA, 2014. 196 p.

[233] NOGUEIRA, Patrícia. O Terrorismo Transnacional e suas implicações no cenário internacional. **Universitas** – Relações Int., Brasília, v. 2, p. 221-244, jul./dez. 2004. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/viewFile/300/267>. Acesso em: 27 set. 2017.

[234] PLATCHEK, Ricardo Moisés de Almeida. As Bandeiras de Conveniência e a Segurança Mundial*. In* CASTRO JÚNIOR, Osvaldo Agripino. (Org.) **Direito marítimo made in Brasil**. São Paulo: Lex Editora, 2007. 656 p.

[235] BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 278 p.

[236] MALUF, Sâmia Nagib. **Administrando o Comércio Exterior do Brasil**. São Paulo: Aduaneiras, 2000. 304 p.

[237] CASTRO JUNIOR, Osvaldo Agripino. **Direito Regulatório e Inovação nos Transportes e Portos nos Estados Unidos e Brasil.** Florianópolis: Conceito Editorial, 2009, 410 p.

[238] BECK, Ülrich. **O que é Globalização? Equívocos do globalismo:** resposta à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 282 p.

[239] CRUZ, Paulo Márcio; LACERDA, Emanuela Cristina Andrade. **Da soberania à transnacionalidade:** democracia, direito e estado no século XXI. Itajaí: UNIVALI, 2014. 208 p.

[240] ELIAS, Luís. "**Desafios da Segurança na Sociedade Globalizada"**, *Working Paper* #11, Observatório Político. 15 maio 2012. Disponível em: <www.observatoriopolitico.pt>. Acesso em: 02 fev. 2018.

[241] EUROPARL. **Como impedir os ataques terroristas?** As medidas da EU em síntese (Infografia). Disponível em: <http:/www.europarl.europa.eu/News/pt/headlines/security/20180316STO99922/como-impedir-os-ataques-terroristas-as-medidas-da-eu-em-sintese-infografia>. Acesso em: 11 jul. 2018.

[242] MERCOSUL. Mercado Comum do Sul. **Adequação do plano geral de Cooperação e Coordenação Recíproca para a Segurança Regional entre os Estados Partes do MERCOSUL"** – MERCOSUL/CMC/DEC. No. 09/02. Disponível em: < http://www.mercosur.int/msweb/portal%20intermediario/Normas/normas_web/Decisiones/PT/Dec_009_002_Plano%20Gral_Seguran%C3%A7a%20Regional_Ata%201_02.PDF>. Acesso em: 11 jul. 2018.

[243] SARFATI, Gilberto. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005. 383 p.

[244] RATO, Vasco. **Compreender o 11 de Setembro:** dez anos depois. São Paulo: Babel, 2011. 114 p.

[245] CRETELLA NETO. José. **Terrorismo Internacional**: inimigo sem rosto – combate sem pátria. Campinas: Millennium Editora, 2008. 725 p.

[246] ONU BR. Nações Unidas no Brasil. **A Assembleia Geral.** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca/como-funciona/assembleia-geral/>. Acesso em: 31 jul. 2018.

[247] BECK, Ülrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva *In* BECK, Ülrich, GIDDENS, Anthony e LASH, Scott Lash. **Modernização Reflexiva:** política, tradição e estética na ordem social moderna. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012. 329 p.

[248] STAFFEN, Márcio Ricardo. Hegemonia e Direito Transnacional?. **Novos Estudos Jurídicos – Eletrônica**, v. 20, n. 3, p. 1166-1187 set./dez 2015. Disponível em: <http:www.univali.br/periodicos>. Acesso em: 14 set. 2018.

[249] WILKINSON, Iain. Ülrich Beck. *In*: SCOTT John (org). **50 Grandes sociólogos contemporâneos.** São Paulo: Contexto, 2009. 238 p.

[250] KAMEL, Ali. **Sobre o Islã:** a afinidade entre mulçumanos, judeus e cristãos e as origens do terrorismo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007. 319 p.

[251] PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Teoria das Relações Internacionais:** o mapa do caminho – estudo e prática. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016. 239 p.

Este Capítulo, assim como os demais da presente tese, tem o objetivo de apresentar recortes bibliográficos e teóricos, metodologia e técnica propostos cientificamente, incorporados pelo pesquisador para expor alguns conceitos e percepções preliminares afetos à Segurança Internacional.

3.2 SOCIEDADE INTERNACIONAL, TERRORISMO TRANSNACIONAL E SUAS FERRAMENTAS

Os atentados terroristas passam a ser pensados e aplicados de maneira distinta a partir dos Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, em parte, pela utilização de ferramentas e instrumentos que, direta e/ou indiretamente, alterarão a forma de se colocar em prática o terror.

Informática, comunicação, carros, aviões e a mídia assumem o papel de instrumentos importantes, e muitas vezes necessários, para se chegar ao fim esperado por determinado grupo, grupos ou "lobo solitário"[252] que pregue o Terrorismo.

Muito se discute a Segurança Internacional (sobre este tema, outras informações podem ser observadas no item 1.4 desta tese) e de que maneiras os Atentados Terroristas Transnacionais influenciam, ou o inverso.

Esse tópico foi construído tendo como base a literatura que trata do tema, selecionada de maneira detalhada para contribuir de maneira especial à tese. Assim, as citações dos autores propostos neste e nos demais itens do trabalho de doutoramento foram devidamente lidas, analisados, compreendendo-se que os mesmos contribuem ao processo em tela, enriquecendo a pesquisa e o material final.

Os Estados se preocupam em criar regras para se proteger interna e

[252] "**Os 'lobos solitários' e os 'comandos suicidas' são, no fundo, duas versões da mesma dinâmica.** O 'lobo solitário' opera sem contar com ninguém. Porém o 'comando' é, em si mesmo, um grupo fechado, sem conexão com o resto da organização à que pertence." (Tradução livre) – Texto original: "***Los 'lobos solitarios' y los 'comandos suicidas' son, en el fondo, dos versiones de la misma dinámica.*** *El 'lobo solitario' opera sin contar con nadie. Pero el 'comando' es, en sí mismo, un grupo cerrado, sin apenas conexión con el resto de la organización a la que pertence.*" – Fonte de consulta: PARDO, Pablo. Treinta años de terrorismo: Del 'comando' al 'lobo solitario'. ***El Mundo****.* 20 jul. 2016. Disponível em: <http://www.elmundo.es/internacional/2016/07/20/ 578e6ce9468aebc24c8b458b. html>. Acesso em: 18 out. 2017.

externamente, por meio da concepção de artefatos e ferramentas de segurança que os façam se sentir (mesmo que somente haja a impressão) e se manter protegidos. Entre as ferramentas utilizadas pelos Estados, destacam-se os acordos internacionais sobre segurança, entre eles os de repatriação de divisas, de cooperação internacional contra o tráfico e o tráfego de armas e entorpecentes.

Destaca-se também a elaboração de estruturas de diálogos entre representantes de Estados e de grupos denominados terroristas, como é o caso da Colômbia e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), e a construção individual ou coletiva de elementos tais como aviões e submarinos, que possam também gerar arcabouços de segurança para tais Estados.

Esse sistema sofre alterações no decorrer da História, uma vez que os Estados adaptam tais elementos (muitas vezes) às questões econômicas, sociais, políticas, entre outras propostas naquele momento.

Sobre o mundo despolarizado e seu significado, destaca Raposo[253]:

> No mundo despolarizado, ressurgiram, de forma violenta, problemas étnicos-religiosos latentes, em alguns casos, há séculos. Atos terroristas, insurgências, instabilidades regionais e guerras civis passaram a povoar o noticiário internacional. O ódio decorrente da assimetria social entre os povos vem sendo explorado por grupos extremistas, como decorrência do chamado “Imperialismo Ocidental”. Nos dois maiores atentados terroristas do século XXI – o ataque às Torres Gêmeas do World Trade Center, em Nova York, em 2001, e a explosão dos trens em Madri, em 2003 – as vítimas inocentes passaram a ser contadas as centenas. Só então, a opinião pública internacional despertou para o fato de que o terrorismo tornara-se uma ameaça real para todos.

Com o fim da Guerra Fria, antigas conjunturas que pareciam resolvidas retornaram e passam a ser revistas de maneira cuidadosa pela Sociedade Internacional. Ressurgiram guerras civis, instabilidades políticas e financeiras, como foi o caso da Rússia, México, Brasil e Argentina nas últimas décadas.

Também foram exploradas as diferenças sociais, políticas, religiosas e culturais entre os povos para aumentar as tensões e as disparidades entre elas.

---

[253] RAPOSO, Alisson Campos *et al*. Terrorismo e contraterrorismo: desafio do século XXI. **Revista Brasileira de Inteligência.** ABIN. Brasília, v. 3, n. 4, 2005. p. 43.

Essas situações, aliadas a outras também contemporâneas - Meio Ambiente, migrações em massa, quebra financeira de Estados (como na Grécia) e a insegurança imposta por grupos extremistas em alguns Estados (exemplo, Afeganistão) - levam a Sociedade Internacional a observar de que maneira estes aspectos conduzem a situações extremas, como atentados terroristas, especialmente após os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 e de Madri em 2004, quando a sociedade civil foi o principal alvo dos terroristas transnacionais.

No que tange ao 11 de setembro de 2001, lembram Sutti e Ricardo[254] que:

> O dia 11 de setembro de 2001 poderia ter sido igual a outro qualquer. Mas não foi. No alvorecer desse dia, 19 pessoas embarcaram em aeroportos da Costa Leste dos Estados Unidos, em quatro aviões diferentes, para uma viagem sem volta. Esses passageiros eram todos de origem árabe, segundo as informações da CIA e do FBI. Eles tinham uma missão aparentemente impossível de ser cumprida (e também obedecida): lançar os aviões cheios de combustível sobre símbolos norte-americanos. Isso significava morrer junto com os demais passageiros, provocar sérios danos materiais, causar a morte de pessoas que trabalhavam nos alvos antecipadamente escolhidos, e ferir os Estados Unidos da América em seu âmago, em seu orgulho, atacando inesperadamente o território norte-americano,

Os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 foram cuidadosamente planejados (tecnologia de informática) e executados por 19 pessoas que embarcaram como passageiras nos aeroportos dos EUA, e carregavam consigo, além de malas, facas que poderiam ser usadas para ferir quem se rebelasse contra os grupos nas aeronaves, e uma grande vontade de demonstrar que poderiam atacar os EUA e seus símbolos nacionais.

Para os autores, aquele dia não seria um dia qualquer, por marcar o surgimento de uma nova modalidade do Terrorismo, o Terrorismo Transnacional, ao se chocar aviões com combustível (logística) contra os alvos estadunidenses, comunicação entre os membros das equipes terroristas (uso de tecnologia de informação) e veiculação das mídias para espalhar o medo e o terror em todo o planeta.

---

[254] SUTTI, Paulo; RICARDO, Silvia. **As diversas faces do terrorismo**. São Paulo: Harbra. p. 103.

Após os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, a Sociedade Internacional edificou estruturas para evitar novos atentados que ceifem vidas de cidadãos de diversas cidadanias e atinjam construtos de significado cultural, filosófico, religioso entre outros.

Torna-se importante destacar sobre a Sociedade Internacional que[255]:

> [...] direitos e obrigações na sociedade internacional são conferidos aos Estados soberanos; os indivíduos só têm os direitos que recebem de seus próprios governos. Portanto, os princípios de respeito pela soberania e de não intervenção sempre são prioritários, isto é: os Estados não têm o direito de intervir em outros países por razões humanitárias.

A Sociedade Internacional pressupõe que os Estados convivam em harmonia, respeitando as diferenças, em especial a cultural. Existe o dever da Não Intervenção entre os Estados, mas a liberdade para assinar acordos internacionais que possam auxiliá-los em diversos setores, sendo estes respeitados pela Sociedade Internacional. Os Estados, dessa forma, assinam e ratificam acordos bilaterais e multilaterais, inclusive aqueles que possam envolver Segurança.

Complementando o exposto, reporta-se que a Sociedade Internacional se transforma com o decorrer dos tempos. Para tanto, expõe Dias[256]:

> A sociedade internacional é antiga, e nem sempre foi a mesma, na realidade foi bastante diferente da atual, tanto no que diz respeito aos membros quanto às relações entre eles. Partiu-se de várias sociedades internacionais, para chegar a uma única que envolve todo o planeta.

O autor explica que a Sociedade Internacional muda no decorrer da história, ao se adaptar às necessidades propostas por determinado momento histórico. As pessoas, em concomitância, desenvolvem novas tecnologias de informação e informática, formas de contato (físico e virtual), absorvidas pela Sociedade, ao seguir essa esteira de desenvolvimento, de cooperação e de aproximação entre os povos.

---

[255] JACKSON, Robert Houghwout; SORENSEN, George. **Introdução às relações internacionais:** teorias e abordagens. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. p. 202.
[256] KHANNA. Parag. **Como governar o mundo:** um roteiro para o próximo renascimento. Rio de Janeiro: Intríseca, 2011. p. 231.

Sobre o tema complementa Oliveira[257]:

> A partir do século XX, entretanto, a firmeza da idéia de sociedade internacional como sociedade de Estados independentes e soberanos foi colocada em discussão. Numerosos autores têm chamado atenção para o colapso das instituições tradicionais em face do cosmopolitismo surgido no mundo multicultural e em expansão global, aos novos atores junto à sociedade internacional agora mundial, como os organismos internacionais e as empresas transnacionais, transcendendo as fronteiras das atividades e competências estatais, cujo crescimento da interdependência entre esses atores internacionais está culminando na substituição do Direito Internacional do passado, por uma nova ordem transnacional que governa diretamente a conduta das empresas multinacionais, os organismos internacionais, os organismos não-estatais, como também a conduta dos Estados.

Do exposto, os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, influenciarão a Sociedade Internacional, e as regras antiterror pós-11 de Setembro de 2001 são ferramentas fundamentais para reduzir novas agressões contra pessoas e estruturas, nos mais diversos continentes e Estados. Assim, a relação e a cooperação entre os Estados tornam-se essenciais no desenvolvimento dessa nova estrutura horizontalizada, que troca informações sobre suspeitos, grupos terroristas e possíveis atentados terroristas.

Nesse sentido, ressalta Dias[258]:

> Portanto, as relações internacionais têm suas dinâmicas afetadas por forças transnacionais, que emanam de dentro para fora e de fora para dentro dos Estados; elas se sobrepõem entre si e alimentam uma interdependência complexa dos variados atores internacionais. Essas formas seriam movimentos ou correntes de solidariedade de origem variada que tentam se estabelecer sobre as fronteiras e através delas, fazendo valer seus interesses no sistema internacional.

As Relações Internacionais são afetadas por forças vindas do Estado e de outras que vão ao encontro dele. Estas forças, como comentado, criam um atrito e, em consequência, sobreposições, que ultrapassam as fronteiras do Estado e encontram junto à Sociedade Internacional outros atores de mesma percepção sobre dado assunto, pelo engajamento internacional nas causas específicas de um Estado

---

[257] OLIVEIRA, Odete Maria de. **Relações Internacionais**: estudos de introdução. Curitiba: Juruá, 2008. p. 146.

[258] DIAS, Reinaldo. **Relações Internacionais: introdução ao estudo da sociedade internacional global.** São Paulo: Atlas, 2010. p. 33.

ou região. Surgem ainda, como ferramenta para se fazer valer e conhecer esses processos, fóruns ou sítios de discussões transnacionais.

Entre os temas que extrapolam as fronteiras dos Estados para serem pensados em conjunto pela Sociedade Internacional, destaca-se o Terrorismo e suas ferramentas. Comentam Ferraz e Hauser[259]:

> Nos dias atuais, a comunidade internacional vivencia uma época perturbada pelo gravíssimo aumento dos conflitos armados e das catástrofes naturais, pela profunda e cada vez maior desigualdade que separa os Estados desenvolvidos daqueles que vivem imersos numa realidade de profunda pobreza que conduz ao crescimento das crises humanitárias.

Observa-se que o tempo passou e as crises, antes da Guerra Fria, continuaram enquanto a guerra era exercida pelas duas maiores potências do planeta até os dias atuais, de tal forma que ainda são visíveis em diversas partes do planeta.

Entre as crises comentadas está o aumento de conflitos armados em diversos continentes e as catástrofes naturais, gerando grandes perdas de bens e serviços, obrigando grandes populações tenham que se deslocar de seus Estados de origem.

A pequena quantidade de Estados desenvolvidos, igualmente, propõe aos seus cidadãos condições reais de sobrevivência, observadas as questões relacionadas aos Direitos Fundamentais e Direitos Humanos, por exemplo.

Essa mistura de situações faz surgir grupos extremistas que pregam ao seu povo a possibilidade de uma vida mais digna, por um discurso condicionado a questões religiosas. Em contrapartida, para adquirir (quem desejar) esse patamar, o indivíduo deverá lutar contra outros grupos (religiosos ou não), o próprio governo (Terrorismo de Estado), ou até mesmo contra outros Estados.

Pode-se dizer que a Humanidade vive um momento de incertezas, pois, não se sabe quando acontecerá um novo Atentado Terroristas Transnacional, e o

---

[259] FERRAZ, Daniel Amin; HAUSER, Denise. **A nova ordem mundial e os conflitos armados**. [s.l.]: Mandamentos, 2002, p. 132.

medo passa a fazer parte de muitas ações praticadas pelos Estados, através de ferramentas e instrumentos na proteção de novos atentados.

No que tange à questão do medo, destaca Bauman[260] que "'Medo' é o nome que damos a nossa *incerteza*: nossa *ignorância* da ameaça e do que deve ser feito – do que pode e do que não pode – para fazê-la parar ou enfrentá-la, se cessá-la estiver além do nosso alcance".

Para o autor, o medo é uma constante no Ser Humano, incapaz de superar uma determinada situação por estar além do seu alcance, surgindo dessa forma, o pânico.

Na atualidade, os medos ganham dimensões maiores dadas pelos Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 e o nascimento do Terrorismo Transnacional, que surge como um inimigo sem face, moldado para atacar a qualquer momento, hábil no gerar uma sensação de guerra entre Estados e grupos terroristas.

Das transformações que influenciarão as táticas de Terrorismo, lembram Arraes e Gehre[261]:

> [...] as transformações operadas nas comunicações e a velocidade na troca de informações ampliaram os canais de contato entre sociedades, dando novo significado ao papel desempenhado por outros agentes dentro dos Estados e em diferentes governos. Esses atores passaram a ter um rol ativo em diversos tabuleiros da arena internacional ao demonstrarem capacidade de pressionar, convencer e afetar as decisões dos Estados.

A telemática influenciou e aumentou a capacidade de comunicação dos atores internacionais, dentro e fora do primeiro deles, o Estado. Essa ferramenta também influenciará outras situações, servindo muitas vezes como ferramenta para Grupos Terroristas se comunicarem, pesquisarem e praticarem ações terroristas em diversas partes do planeta na geração do terror, um dos objetivos e um aparato do Terrorismo Transnacional.

---

[260] BAUMAN, Zygmunt. **Medo Líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 08.
[261] ARRAES, Virgílio; GEHRE, Thiago. **Introdução aos estudos das relações internacionais.** São Paulo: Saraiva, 2013, p. 71.

Nesse sentido, comentam Arraes e Gehre[262] que “Assim, a evolução da tecnologia de informação possibilitou um tratamento mais amplo na coleta e análise de dados, especialmente em decorrência da Globalização das relações entre as nações”.

Para tanto, as tecnologias relacionadas à informação influenciaram para que o Terrorismo se encontrasse no atual estágio, ao mesmo tempo em que são usadas para pesquisar e analisar dados de diversas áreas entre os Estados, inclusive na pesquisa de atentados e grupos terroristas espalhados pelo planeta.

A tecnologia é trabalhada nesta dicotomia, ou seja, a favor dos Grupos Terroristas ou para lutar contra esses mesmos grupos. Destaca Santos[263]:

> No fim do século XX e graças aos avanços da ciência, produziu-se um sistema de técnicas presidido pelas técnicas da informação, que passaram a exercer um papel de elo entre as demais, unindo-as e assegurando ao novo sistema técnico uma presença planetária.

O século XX foi o momento do despertar das tecnologias que influenciaram e influenciarão o mundo, entre estas destaca-se novamente as tecnologias de comunicação e informação, que por sua vez, são utilizadas pelos Grupos Terroristas, tal como por aqueles Estados e coalisões que pretendam criar e colocar em prática estratégias na luta contra tais grupos e terroristas.

Estas novas tecnologias unem pessoas e populações, facilitam a comunicação e o deslocamento na costura de uma rede de comunicação global. No entanto, essa mesma teia pode ser acessada por pessoas com interesses diferentes, inclusive por terroristas em diversas partes do planeta.

É evidente que os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, podem ser o marco de passagem do Terrorismo Internacional para o Terrorismo Transnacional, *status* este presente até os dias atuais quando se analisa o processo operacional colocado em prática em diversos Atentados Terroristas.

---

[262] ARRAES, Virgílio; GEHRE, Thiago. **Introdução aos estudos das relações internacionais.** São Paulo: Saraiva, 2013.

[263] SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 18. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009. p. 23.

Como ação contrária, é necessária a aplicação das regras contra o Terrorismo Transnacional, para colocar-se em prática a convivência pacífica exposta na Carta da ONU.

Sobre as fronteiras e a capacidade de locomoção e de comunicação, destacam Souza e Moraes[264] que "[...] as possibilidades de ataques terroristas crescem em função das atuais facilidades de locomoção e de comunicação através de fronteiras".

Com esta análise, percebe-se que as Tecnologias de Comunicação, Informática e a Logística estão presentes nos Atentados Terroristas Transnacionais. Essa observação se faz quando a locomoção (entrada e saída de pessoas) tornou-se mais fácil via de transporte, além do mais, e a comunicação entre as pessoas acontece em tempo real por meio de aparelhos específicos, especialmente celulares. A Informática também surge como uma ferramenta que alterará as relações de planejamento e conflito por parte de Grupos Terroristas.

Ressaltando as tecnologias de Informática e Comunicação, chega-se à Telemática e esta tem ao seu dispor a publicidade, fundamental para o Terrorismo Transnacional na exposição de seus ataques e na disseminação do terror junto a sociedades civis em diversas partes de um Estado, região ou Continente.

O ataque às Torres Gêmeas contou com um elaborado plano e os terroristas se comunicavam por telefones celulares e empregaram tecnologia de informação e informática para elaborar e colocar em prática o atentado.

Sobre esta questão complementa ainda Paniago[265]:

> Na atualidade, em qualquer parte do mundo, podem se desenvolver atividades de apoio logístico ou de recrutamento ao terrorismo. Isso se deve à sua própria lógica de disseminação transnacional, que busca continuamente novas áreas de atuação e, também, às vantagens específicas que cada país pode oferecer a membros de organizações extremistas, como facilidades de obtenção de

[264] SOUZA, André de Mello e, MORAES, Rodrigo Fracalossi. A relevância do Terrorismo na Política Internacional contemporânea e suas implicações para o Brasil. *In* SOUZA, André de Mello; NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi de (Org.) **Do 11 de Setembro de 2001 à Guerra ao Terror: reflexões sobre o terrorismo no século XXI.** Brasília: IPEA, 2014. p. 17.
[265] PIANAGO, Paulo de Tarso Resende *et al*. O desafio do terrorismo internacional. **Revista Brasileira de Inteligência**. Brasília, v. 3, n. 4, 2005. p. 35-36.

> documentos falsos ou de acesso a seu território, além de movimentação, refúgio e acesso a bens de natureza material e tecnológica.

Atualmente em quase qualquer parte do planeta é possível encontrar pessoas predispostas a treinar futuros terroristas e encontrar jovens com o desejo de colocar em prática atos terroristas. Isso se dá pelo foco do Terrorismo Transnacional estar na conquista de pessoas por todo o mundo em prol a lutar pela causa proposta pelo grupo terrorista.

O Terrorismo Transnacional tem alternativas de entrada pelos poros das fronteiras, utilizando-se das tecnologias de informação e da comunicação. Em muitos Estados os terroristas conseguem até documentação falsa para maior circulação nesses territórios.

A logística também passa a ser uma ferramenta utilizada com mais frequência pelos terroristas atuais, sob a forma de caminhões e carros para atropelar grandes grupos de pessoas, ou veículos potentes e rápidos para a fuga de locais onde ocorreu um atentado terrorista. Essa nova ferramenta é reinventada com os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, quando aviões foram lançados contra as Torres Gêmeas.

Na questão da Publicidade, ressalta Nogueira[266]:

> Uma característica marcante a que se pode fazer alusão com relação ao chamado Novo Terrorismo seria a busca por publicidade, quer dizer que os terroristas buscam atingir seus objetivos por meio da mídia, pois produz resultados imediatos, tendo assim, uma grande repercussão como nos ataques acontecidos às Torres Gêmeas, em que foi proporcionado à grande parte da população assistir o atentado à segunda Torre ao vivo, no exato momento em que ocorria.

As “ferramentas” selecionadas e apropriadas pelo Terrorismo Transnacional fazem com que ele consiga se colocar diante da imprensa nacional e internacional, mostrando seu feito e com isso, impondo aos Estados e à Sociedade

[266] NOGUEIRA, Patrícia. O Terrorismo Transnacional e suas implicações no cenário internacional. **Universitas** – Relações Int., Brasília, v. 2, p. 221-244, jul./dez. 2004. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/viewFile/300/267>. Acesso em: 27 set. 2017.

Internacional a incerteza do próximo alvo de um novo Atentado Terrorista Transnacional.

A exposição à mídia poderia deixar os terroristas receosos, mas a reação é contrária, eles esperam a mídia apresentar para o mundo o terror causado pelo grupo, espalhando pânico e medo. O cair das Torres Gêmeas, em 2001, foi mundialmente exposto ao vivo para o planeta, causando naquele momento, dúvida, medo e pânico sobre o que ocorria. Nasce naquele momento o Terrorismo Transnacional e a utilização da mídia para causar mais medo e terror em todo o planeta.

Do terror causado pelos Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 contra alvos psicológicos, ressalta Visacro[267] que:

> [...] os atentados do dia 11 de Setembro foram perpetrados contra alvos psicológicos. O World Trade Center simbolizava tanto o vigor do capital globalizado quanto o poderio econômico norte-americano e mesmo o Pentágono possuía um apelo psicológico bem maior do que o mero objetivo militar que se busca atingir ao atacar um quartel-general.

Os atentados terroristas foram além da destruição física de estruturas (*World Trade Center* e Pentágono) e das mortes de militares e civis inocentes. O terror tinha mais um ingrediente: atacar estruturas e tirar a vida de pessoas incorporadas a esses símbolos norte-americanos, que em um primeiro momento, pareciam ser indestrutíveis.

Atacou-se a representação do poder econômico estadunidense, o capital econômico internacional e um dos locais que representava a segurança dos EUA, o Pentágono, investida que contou com tecnologias, armas físicas e armas psicológicas, espalhando terror e pânico.

Apesar da utilização destes instrumentos para a colocação em prática dos Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, tal como a mídia utilizada para dizimar as informações e os atentados propriamente ditos, os terroristas

---

[267] VISACRO, Alessandro. **Guerra irregular:** terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história. São Paulo: Contexto, 2009, p. 29-30.

empregam armas discretas impensadas inicialmente para o uso em tais finalidades para se colocar em prática tal atentado.

Com relação ao Terrorismo Transnacional destaca Moita[268] que:

> Os atentados de 11 de Setembro vão fazer explodir as categorias convencionais do nacionalismo misturado as dimensões internas e externas da existência das sociedades. O nível a que se situa é caracterizadamente transnacional, desterritorializado, desnacionalizado.

Os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 trazem à tona problemáticas relacionas ao nacionalismo e à existência das sociedades e dos Estados.

Os atentados, a partir desse dia se desterritorializam e se desnacionalizam, ou seja, podem ocorrer em qualquer parte do planeta e com a participação de pessoas pertencentes a qualquer nacionalidade, que se voltam contra cidadãos de identidades diversas. Esse é o caráter transnacional, ou seja, atinge todos os níveis de uma sociedade, impondo o terror e o pânico através de ferramentas próprias.

Sobre o exposto comenta Hobsbawm[269] que:

> Mas é evidente que a desordem pública, mesmo na forma extrema do terrorismo, não depende de equipamentos caros e de alta tecnologia, como ficou demonstrado em 11 de setembro de 2001. Os sequestradores dos aviões que destruíram as Torres Gêmeas só estavam armados com facas pequenas.

A desordem, o pânico e terror não dependem somente das armas utilizadas pelos terroristas, e isso é percebido nos Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, quando os terroristas utilizaram pequenas facas capazes de atacar os EUA e criar uma grande crise de medo e pânico em todo o planeta.

---

[268] MOITA, Luís. “Nine/eleven”: repercussões no pensamento europeu. *In:* SOUZA, André de Mello e; NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. **Do 11 de setembro de 2001 à guerra ao terror:** reflexões sobre o terrorismo no século XXI. Brasília: Ipea, 2014, p. 114.

[269] HOBSBAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 139.

Assim, mais importante que as armas utilizadas, foram o planejamento e os instrumentos (comunicação, informação e logística) empregados para tal, além da comunicação e da mídia para dar ênfase aos atentados terroristas.

Sobre o elemento central do Terrorismo, ressaltam Souza e Moraes[270] que:

> Elemento central ao terrorismo é seu objetivo de provocar um sentimento de pavor na população. E é neste efeito psicológico que talvez resida a sua principal ameaça. Em um país ou região ameaçado pelo terrorismo, o pânico da população pode ser permanente, tendo em vista o grande número de casos em que não existe qualquer conexão aparente entre os perpetradores do ato terrorista e os alvos. Locais frequentados diariamente poderiam, a qualquer momento, ser o palco de um ato desta natureza.

A grande conquista do Terrorismo Transnacional está justamente em aterrorizar pessoas, locais, Estados e regiões, criando pânico entre a população e com isso gerando o caos. Essa situação se dá, pelo fato de não se saber onde ocorrerá o próximo Atentado Terrorista Transnacional, surgindo dessa forma, especulações e medo.

Para tanto, um Estado ou região, como é o caso da UE, que tenha sofrido atentados terroristas reside entre a população o medo, especialmente porque, na maioria dos atentados, não há conexão direta com o *animus operandii*, como o foi caso do caminhão sequestrado e lançado contra pessoas em Paris e os assassinatos de uma casa de show noturna também na França.

Conforme observado nos casos franceses, os terroristas tendem a atacar locais com muitas pessoas e distraídas, geralmente comemorando ou em lugares que não exijam estado de alerta dos presentes e, especialmente, improváveis para a execução de qualquer atentado.

Trata-se de uma forma de terror direta no encontro de civis desprotegidos e inocentes, espalhando terror e pânico junto à sociedade nacional, local e internacional.

---

[270] SOUZA, André de Mello e, MORAES, Rodrigo Fracalossi. A relevância do Terrorismo na Política Internacional contemporânea e suas implicações para o Brasil. *In* SOUZA, André de Mello; NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi de (Org.). **Do 11 de Setembro de 2001 à Guerra ao Terror:** reflexões sobre o terrorismo no século XXI. Brasília: IPEA, 2014. p. 17.

Sobre uma possível definição de Terrorismo Transnacional, expõe Pereira[271] que:

> O terrorismo encontrou o conceito estratégico adequado ao tempo presente: o terrorismo transnacional. Nessa perspectiva, o terrorismo transnacional não é mero terrorismo praticado por grupo autónomos, não subordinados a estados, mas uma nova forma de fazer guerra assimétrica como reflexo da sociedade atual. Este é o nosso entendimento sobre a expressão. Assim, tanto a Network Centric Warfare, como o terrorismo transnacional, correspondem a forma de fazer guerra que reflecte a sociedade em que vivemos. Identificam-se com a nossa contemporaneidade, tal como teorias militares passadas se identificaram com as suas.

O Terrorismo e as táticas utilizadas em atentados terroristas se adaptam ao tempo e à sociedade contra os quais são praticados. O mesmo se dá com o conceito utilizado para cada momento histórico em que se têm grupos terroristas colocando em prática suas táticas.

O conceito de Terrorismo se adequa ao tempo. Para tanto, o Terrorismo Transnacional não se resume a grupos atacando Estados; são antes de tudo, grupos extremamente organizados que criam estratégias, usam armamentos, tecnologias e logística para alcançar seus objetivos.

As práticas atingem a sociedade civil, espalham medo, terror e geram pressões, por parte dessa sociedade, contra governos e organizações.

Nesse sentido, a própria sociedade em pânico é usada algumas vezes pelos grupos para colocar em prática seus ideais. Exemplo é o caso dos atentados em Madrid em 2004, que deixaram a população espanhola em choque, que por sua vez, passaram a exigir do governo a retirada das tropas espanholas do Iraque.

Os terroristas empregam várias táticas de terror, mas esta em especial tem sido utilizada a partir dos Atentados Terroristas Transnacional de 11 de Setembro de 2001.

---

[271] PEREIRA, João Serra. Terrorismo Transnacional. *In:* BORGES, João Vieira & RODRIGUES, Teresa Ferreira (Coord.). **Ameaças e riscos transnacionais no novo mundo global.** Porto: Fronteira do Caos Editores Lda: 2016. p. 58.

Sobre o exposto comenta Sarfati[272] que:

> [...] o terrorismo contemporâneo é fundamentalmente distinto do antigo e mesmo daquele operado durante a Guerra Fria, porque essas redes se organizam de forma transnacional – por meio de e-mails encriptados, têm acesso a todo tipo de armamentos ou, um dia provavelmente, serão capazes de realizar ataques com armamentos antes restritos aos Estados nacionais. Além disso, os grupos modernos terroristas sabem muito bem usar o poder da mídia global, seja para, de alguma forma, comunicar suas mensagens por redes como Al Jazira ou mesmo a CNN, seja para executar ataques cuidadosamente desenhados para serem eventos televisivos, muitas vezes, inclusive, com filmagens conduzidas pelos próprios terroristas e posteriormente distribuídas às televisões. Há também os *sites* na Internet que mostra desde execuções de reféns no Iraque até as últimas palavras do terrorista suicida palestino.

Os atuais atos terroristas que podem ocorrer em inúmeros locais do planeta possuem características particulares, ou seja, os grupos terroristas se utilizam das tecnologias atuais, tal como logística e telecomunicações para colocar em prática seus atos e (posteriormente ou *online*) mostrá-los ao mundo, criando um estado de pânico geral.

Os terroristas conseguem passar despercebidos entre as populações por agirem de maneira discreta e usando ferramentas tradicionais e comuns a qualquer pessoa, como *e-mail* e viagens internacionais, alguns munidos de documentos e passaportes falsos, tudo financiado pelos grupos terroristas e empregados para o terrorista “se camuflar”, uma vez observados os padrões do grupo social que o mesmo pretende se inserir.

Não bastando todas essas atuações, os terroristas utilizam códigos e e-mails encriptados para comunicação e troca de informações sobre possíveis alvos tal como a compra de armamentos.

As mídias também são ferramentas recorrentes dos atuais grupos terroristas, que utilizam canais de televisão para chamar jovens a fazer parte dos grupos e mostrar seus feitos. Outras mídias e canais de televisão são visados para mostrar ao mundo a capacidade dos ataques e, com isso, gerar o terror. Os *sites*

[272] SARFATI, Gilberto. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 325.

também são ferramentas utilizadas para demonstrar ao mundo os atos terroristas e, novamente, espalhar o terror.

Assim, uma infinidade de ferramentas é utilizada por essa nova forma de Terrorismo, que se serve da logística, tecnologias de comunicação, tecnologias relacionadas à informática e as mídias, como as principais características do Terrorismo Transnacional, com força suficiente para alterar as agendas internacionais no que tange a segurança.

Com relação ao Terrorismo Transnacional destaca Brandão[273] que: "No pós pós-Guerra Fria, a luta contra o terrorismo transnacional tornou imperativa a articulação de políticas e meios, o que favoreceu a transpilarização da actuação securitária".

Destaca a autora que com o fim da Guerra Fria e em especial após os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, tem-se a intensificação da luta contra o Terrorismo Transnacional e para tal, ferramentas diversas são colocadas em prática e a política passa a ser um instrumento necessário para estas ações.

Importante destacar as principais diferenças do Terrorismo Transnacional proposta por Cretella Neto[274]:

Quadro 03: Principais diferenças entre o terrorismo tradicional e o terrorismo moderno

Características quanto a...	**Terrorismo "tradicional"**	**Terrorismo "moderno"**
Espaço da prática dos atos	Local, regional	Transnacional, global
Vítimas	Determinadas pela relação percebida com o *status quo* que pretendiam mudar	Aleatórias, sem relação direta com o *status quo*
Armamento	Armas brancas, pistola, bombas (partir do século XIX)	Bombas potentes, armas de destruição em massa, aviões
Ideologia	Anarquistas, românticos	Fundamentalistas, racionais
Local dos atentados	Em regra, não relevante (em praça pública ou no	Sempre de grande importância simbólica

[273] BRANDÃO. Ana Paula. A security actorness e o terrorismo transnacional. *In:* BRANDÃO. Ana Paula. **A União Europeia e o Terrorismo Transnacional**. Coimbra: Edições Almedina, 2010. p. 37.
[274] CRETELLA NETO. José. **Terrorismo Internacional**: inimigo sem rosto – combate sem pátria. Campinas: Millenniun, 2008. p. 115.

	interior de edifícios).	(World Trade Center, Pentágono, estações movimentadas de trem ou metrô)
Recursos financeiros	Escassos	Relativamente abundantes

Fonte: Cretella Neto (2008)

O quadro proposto pelo autor demonstra as principais diferenças entre o Terrorismo considerado “tradicional” e o Terrorismo Transnacional; uma das principais características desse último é justamente o risco de um novo atentando em qualquer lugar do planeta, utilizando-se dos armamentos disponíveis, como armas de fogo e veículos de transporte. Os membros dos Grupos Terroristas Transnacionais são racionais e premeditam os atos ligados ao atentado. Tais grupos possuem ainda dinheiro para investir em suas ações que, via de regra, ocorrem em locais públicos, preferencialmente possuidores de algum significado específico para determinado Estado.

3.3 O SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNACIONAL E AS MEDIDAS ANTITERROR DE SEGURANÇA INTERNACIONAL

Um dos temas mais discutidos após os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 é o da Segurança Internacional e das maneiras que os Atentados Terroristas podem influenciar, em uma via de mão dupla.

Outro questionamento comum é como medidas de Segurança Internacional pressionam os Estados, especialmente após os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, em que os EUA sofreram em seu território, capazes de alterar as relações internacionais entre os Estados.

Destaca-se que esse tópico se constrói por meio de literatura sobre o tema, selecionada de maneira detalhada para contribuir com a tese. Assim, as citações dos autores propostos neste e nos demais itens da tese de doutorado foram lidas e analisadas, pela contribuição para o processo em tela, enriquecendo a pesquisa e o material final.

Os Estados se preocupam em criar regras que os protejam interna e externamente, na busca de artefatos e ferramentas de segurança que proporcionem

a sensação (mesmo enganosa) de proteção.

Entre essas ferramentas estão os acordos internacionais envolvendo assuntos como venda de armas, como o Tratado sobre o Comércio de Armas, que entrou em vigor em dezembro de 2014. Foram construídas estruturas de diálogos entre representantes de Estados e organizações, a exemplo do governo colombiano e representantes do *Ejército de Libertación Nacional* (ELN) que tem como base de negociação Quito, capital do Equador.

A construção em conjunto de elementos tais como aviões e submarinos (destaca-se o Acordo entre o Brasil e a França na área de submarinos) também colocam em prática parcerias geradoras de investimentos e segurança para tais Estados.

Assim, o cenário internacional sofreu, sofre e sofrerá alterações no decorrer da História, uma vez que os Estados devem adaptar todos os elementos citados e outros, tais como, questões econômicas, sociais e políticas.

O Terrorismo, por sua vez, antes observado em locais específicos, como o Oriente Médio no século XX, ganha nova dimensão e se revela de maneira isolada em novas localidades como a América do Norte no século XXI.

No entanto, falar em Segurança Internacional é voltar algumas décadas e relembrar o fim da Guerra Fria e as consequências da mesma. Sobre este tema destaca-se o texto “ONU e o Terrorismo” [275]:

> Nos anos 90, o fim da Guerra Fria levou a um novo ambiente de segurança global, marcado pelo maior foco nas guerras internas do que nas guerras entre Estados. No início do século XXI surgiram novas ameaças globais. Os ataques de 11 de setembro nos Estados Unidos foram uma clara demonstração do desafio do terrorismo internacional, enquanto eventos posteriores aumentaram a preocupação com a proliferação de armas nucleares e os perigos de outras armas não nucleares.

A década de 1990 marca o fim da Guerra Fria e novas situações são propostas junto à agenda global. As guerras deixam de ser o único enfoque a ser

[275] ONU. Organização das Nações Unidas. **ONU e o Terrorismo.** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/terrorismo/>. Acesso em: 08 fev. 2018.

analisado a partir de então e os conflitos internos dos Estados ganham maior visibilidade, tal como a repercussão desses junto aos demais Estados.

Novas ameaças globais passam a fazer parte da agenda internacional, em especial o Terrorismo e suas consequências. Os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 criam um novo momento de medo entre as pessoas e os povos, onde se tem a sensação que não há segurança em qualquer lugar do planeta.

Além de inaugurarem uma nova fase do Terrorismo, passa-se a questionar novas situações: tráfico de armas, armas nucleares, de entorpecentes e lavagem de dinheiro. Estes crimes são revistos, uma vez que todos podem ser utilizados como financiamento e alternativa para novos atentados.

Tal situação é complementada por Rudzit[276] que:

> O fim da Guerra Fria teve um impacto positivo muito grande na segurança internacional. Com o colapso do império soviético na Europa oriental em 1989 e a desintegração da própria União Soviética em 1991, a ameaça de uma guerra total nuclear praticamente desapareceu. Afora o benefício global dessa nova realidade, vários conflitos regionais que eram estimulados pela confrontação global tiveram um fim, como no Camboja, El Salvador, Nicarágua, Moçambique e Namíbia.

A Guerra Fria trazia em seu âmago dois polos com mentalidades e articulações distintas: de um lado o Capitalismo, capitaneado pelos EUA; de outro a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (ex-URSS), que pegava o Socialismo.

Essa divisão do globo Capitalismo x Socialismo criava conflitos regionais que colocavam em risco a própria manutenção dos Estados e das regiões em que os mesmos se encontravam, a exemplo das Alemanhas Oriental e Ocidental e das Coreias do Norte e do Sul, que iniciam processos de aproximação seguidos de grandes desconfianças e afastamentos.

---

[276] RUDZIT, Gunther. O debate teórico em segurança internacional: mudanças frente ao terrorismo?. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 5. n. 2, jul-dez. 2005, p. 316.

Rudzik[277] ainda continua propondo que:

> Assim, o fim da Guerra Fria mudou fundamentalmente não só o ambiente de segurança internacional, mas também a sua análise como visto anteriormente. Em decorrência dessa nova realidade muitos autores passaram a incluir outros temas não militares nas suas análises de segurança. Entretanto, essa nova realidade não pode ser estendida como universal, já que a maioria dos países em desenvolvimento não se beneficiou dessas mudanças como os países mais desenvolvidos. A maior parte está imersa em uma teia de relacionamentos de segurança muito complexa, envolvendo conflitos internos e externos, além de uma série de novas ameaças como doenças, meio ambiente, crime organizado, fatores econômicos, e o terrorismo, entre vários. Esse último aspecto é que tem chamado a atenção atualmente.

O final da Guerra Fria mudou a percepção da Segurança Internacional, até então pautada em questões militares, passou a ter outros aspectos analisados e que, por sua vez, integraram as agendas internacionais. Entre os novos temas considerados importantes, necessários de cuidado especial estão o Meio Ambiente, o tráfico internacional de armas e drogas e o Terrorismo, adequado ao novo cenário internacional, passando a ser um dos temas mais estudados a partir de então.

Tal proposta é chancelada por Viola[278] ao expor que:

> Uma característica do sistema de segurança internacional do último século, válida também para o presente, é a paz democrática: as democracias não fazem guerra entre si e não percebem como uma ameaça ao interesse vital de cada uma delas. As ameaças ao atual sistema de segurança internacional das democracias de mercados são definidas do seguinte modo: em primeiro lugar, o terrorismo transnacional ligado ao radicalismo islâmico formado pelas redes terroristas e Estados patrocinadores; em segundo lugar, a proliferação de armas de destruição em massa e os Estados promotores da proliferação (Irã, Coreia do Norte e Paquistão); em terceiro lugar, os Estados que contestam parcialmente esse sistema de segurança e que têm importantes recursos de poder (China e mais fortemente Rússia); em quarto lugar, a ameaça da mudança climática global, que tem se acelerado nos últimos anos e que torna uma ameaça concreta imediata pela proliferação de fenômenos climáticos extremos disruptivos; e em quinto lugar, o ilícito transnacional.

No século atual percebe-se que diversas democracias não guerreiam

---

[277] RUDZIT, Gunther. O debate teórico em segurança internacional: mudanças frente ao terrorismo?. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 5. n. 2, jul-dez. 2005, p. 317.

[278] VIOLA, Eduardo. Globalização, democracias de mercado, radicalismo islâmico e terrorismo. *In* HERZ Mônica; AMARAL, Arthur Bernardes do. (Org.) **Terrorismo e relações internacionais:** perspectivas e desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010. p. 96.

mais entre si: o atual sistema propõe uma sociedade mais participativa e preocupada com assuntos atuais e que influenciam os Estados em maior ou menor proporção.

As agendas de discussões envolvem desde questões relacionadas ao Meio Ambiente até o Terrorismo Transnacional e, nos dois casos em destaque, trabalham-se também as consequências desses fenômenos para a atualidade e para as próximas gerações.

Para tanto, as questões internacionais estão em constante mutação, assim como a agenda proposta pelos Estados para atuarem junto a essas discussões internacionais. Tais agendas trazem em seus bojos diversos temas, sendo ainda refletoras dos Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 e das medidas antiterror que os mesmos inauguraram.

No que tange a redefinição e ampliação da agenda de segurança internacional expõe Messari[279] que:

> O objetivo da redefinição da agenda de segurança internacional tal como definida [...] é adequar instrumentos distintos ameaças distintas. Foi por isso que se estabeleceu a distinção entre assuntos de segurança de alta intensidade, e assuntos de segurança de baixa intensidade. Com os assuntos de segurança de alta intensidade, ou *hard security*, se usa o aparelho militar para enfrentar estas ameaças. Com os assuntos de segurança de baixa intensidade, ou *soft security*, se usam meios alternativos para conter as ameaças. Assim, contra ameaças ambientais ou migratórias, o aparelho miliar é inócuo, ao passo que não há como conter um ditador que esteja ameaçando seus próprios cidadãos sem ameaçar usar o aparelho militar.

A redefinição da agenda de segurança internacional pode trazer diferenciações significativas, expondo, por exemplo, que a segurança de alta intensidade tem pontos específicos que a distingue da segurança de baixa intensidade e, nesse sentido, uma utilizará da ameaça militar para chegar aos seus objetivos, a outra, de meios alternativos ao êxito. Há, dessa forma, uma adequação de ferramentas e instrumentos a serem utilizados em questões relacionadas à Segurança.

---

[279] MESSARI, Nizar. Existe um novo cenário de segurança internacional?. *In:* GOMES, Jose María. **América Latina y el (des)orden global neoliberal.** Hegemonía, contrahegemonía, perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2004. p. 133.

Sobre essa questão complementa Rudzik[280] que:

> O aumento do número de atentados e mortes de ataques terroristas em todo o mundo passou a ser um dos focos centrais de debate em segurança internacional. Uma das causas para essa centralidade se deve ao fato de que o governo americano passou a focar as políticas externas e de defesa no combate ao terrorismo internacional.

O Terrorismo passou a ter foco e a publicidade dos dias atuais a partir dos Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, ocorridos em solo estadunidense, vitimando centenas de pessoas de diversas nacionalidades. A partir desse momento os EUA deram enfoque maior em sua política externa para o Terrorismo e os terroristas, surgindo, a "Guerra[281] ao Terror", estando ainda em prática hoje.

No que tange a Segurança Internacional e as conexões constantes propostas a partir das tecnologias de comunicação, informática e logística, ressalta Schwab[282] que:

> O perigo crítico é que um mundo hiperconectado e com desigualdades crescentes poderá levar ao aumento da fragmentação, segregação e agitação social que, por sua vez, criam as condições para o extremismo violento. [...]. Confrontada com a ascensão de atores não estatais armados dentro do que já é um cenário geopolítico cada vez mais complexo, a perspectiva da criação de uma plataforma comum para a colaboração em torno dos principais desafios da segurança internacional torna-se um desafio crítico mais exigente.

Um mundo em que as pessoas acessam informações, especialmente estilos de vida propostos por diversos Estados, pode criar uma realidade complexa, dado que o acesso à informação é possível, no entanto, o acesso à melhoria e qualidade de vida não se dão para todos os Estados e populações. Essa acessibilidade relativa tende a criar condições para o isolamento e, posteriormente, fundamentalismos, passíveis da violência ou de serem aproveitados por Grupos Terroristas Transnacionais.

---

[280] RUDZIT, Gunther. O debate teórico em segurança internacional: mudanças frente ao terrorismo?. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 5. n. 2, jul-dez. 2005, p. 318-319.

[281] O doutorando e sua orientadora optaram em trabalhar com a expressão "Guerra ao Terror" entre aspas para que não haja confusão com o conceito tradicional de guerra, qual seja, Estado contra Estado.

[282] SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial.** São Paulo: Edipro, 2016. p. 84.

Para tanto, faz-se necessária a criação de um espaço comum para que os Estados possam trabalhar transnacionalmente o tema da Segurança Internacional, e desenhar ações destinadas a reduzir ou evitar novos Atentados Terroristas Transnacionais. Essas ações devem, por sua vez, estar aliadas a um processo de aproximação maior entre o Ocidente e o Oriente, em especial no que tange a cultura e questões financeiras, o que levaria a uma acessibilidade integral, superando a acessibilidade relativa.

Complementam ainda o exposto Cruz e Lacerda[283], ao se referir a Ülrich Beck:

> Para pensar globalmente e agir localmente, é preciso considerar que as generalizações em nível mundial, assim como a unificação de instituições, símbolos e modos de conduta e a nova ênfase, o descobrimento e, inclusive, a defesa das identidades culturais não constituem nenhuma contradição, segundo o sociólogo alemão.

Para Beck, conforme exposto pelos autores, agir localmente e pensar globalmente parte da ideia do respeito às diferenças culturais, por exemplo, considerando o que as culturas possuem em comum e trabalho com a ideia de aproximação do comum, respeitando as diferenças e a individualidade de cada Estado. Nesse sentido, proteger o nacional não implica ir contra Pensar Globalmente, pelo contrário, isso somente é possível porque há um trabalho de manutenção das características locais.

Quando se supõe uma agenda transnacional para a segurança internacional (ou nesse caso transnacional) tem-se que considerar todas as situações, respeitando-as e aproximando-as sempre que possível. Nas questões relacionadas à Segurança expõe Elias[284] que:

> A designada Grande Segurança é transversal e multinível, verificado-se cada vez mais uma projeção supraestatal de áreas que tradicionalmente se consideravam típicas de vertente *interna* da segurança, designadamente a componentes judicial, policial, de proteção civil e de segurança privada. Do mesmo modo se verifica uma dimensão *interna* da segurança *externa*, abrindo-se cada vez

[283] CRUZ, Paulo Márcio; LACERDA, Emanuela Cristina Andrade. **Da soberania à transnacionalidade:** democracia, direito e estado no século XXI. Itajaí: UNIVALI, 2014. p. 170.

[284] ELIAS, Luís. "**Desafios da Segurança na Sociedade Globalizada"**, *Working Paper* #11, Observatório Político. 15 maio 2012. Disponível em: <www.observatoriopolitico.pt>. Acesso em: 02 fev. 2018, p. 03.

> mais o campo para uma atuação reforçada das Forças Armadas no quadro de segurança *interna*. Apesar dos persistentes conflitos e obstáculos corporativos, pugna-se pela sistematização de missões conjuntas, complementares, flexíveis, adaptáveis e em parceria.

A Segurança interna e externa dos Estados está relacionada ao ponto de ter-se atualmente uma Grande Segurança que transpassa todos os setores e graus de ações políticas do Estado, sendo esta multinível e com acordos assinados e colocados em prática por parte dos representantes dos Estados. Aqui tem-se uma Segurança Supraestatal, que pode ser vista, por exemplo, em muitas situações na União Europeia (UE).

As forças armadas passam a ter maior agilidade de ação dentro dos territórios nacionais para proteger internamente o Estado de ameaças externas internas, além da consolidação de parcerias entre Estados com intuito de destruir células terroristas ou outros grupos (tráficos de armas, tráficos de entorpecentes), agora parte (de maneira mais intensa) das agendas de negociações após o fim da Guerra Fria e dos Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001.

Finaliza ainda Rudzit[285]:

> Ocorreu, entretanto, um grande impacto das políticas de segurança no mundo todo. Tendo em vista que células terroristas, ligadas ou não à Al Qaeda, estão atuando em diversos países desenvolvidos, isso fez com que os governos desses países passassem a dar maior atenção às ameaças vindas de dentro do seu território, como no caso dos americanos que tiveram que criar uma agência de segurança com nível ministerial (*Homeland Security Office*) para fazer frente a essa nova ameaça. Por conseguinte, hoje, tanto os países desenvolvidos, quanto os em desenvolvimento, têm que levar em consideração ameaças vindas de dentro do seu próprio território, mesmo para aqueles que estão mais avançados no processo de construção do Estado.

O Terrorismo Transnacional altera a percepção do Terrorismo proposta com o fim da Guerra Fria, quando os maiores preocupados com possíveis atentados eram os Estados menos desenvolvidos. Os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 mudaram as políticas internas e externas dos Estados, independente do grau de desenvolvimento. Eles passaram a criar políticas externas

[285] RUDZIT, Gunther. O debate teórico em segurança internacional: mudanças frente ao terrorismo?. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 5. n. 2, jul-dez. 2005, p. 319.

para combater terroristas e células terroristas e, internamente, implantaram normas materializadas, entre outras situações, em agência como o caso dos EUA, cuja finalidade era combater ameaças surgidas dentro de seu território. O Terrorismo passa a ser combatido de dentro para fora e de fora para dentro do território.

Complementa o exposto Elias[286] ao expor que:

> A segurança deixou de ser apenas assunto interno de cada Estado, para passar a ter que ser vista de forma mais ampla, à escala regional e/ou mundial, para além das fronteiras geográficas de cada Estado, centrando-se na segurança das comunidades e das pessoas. A cada vez maior interdependência global tem como consequência que o Estado já não pode decidir de forma autónoma e isolada sobre as políticas e meios que pode atingir a sua segurança. Atualmente, o principal caminho para a segurança nacional é a cooperação internacional, onde os Estados têm de se desnacionalizar e transnacionalizar para que o seu próprio interesse nacional, tendo ao mesmo tempo que competir, delegar e coproduzir segurança com uma grande diversidade de atores internacionais, nacionais e locais, públicos e privados.

Os Estados passam por processos que alteram sua percepção. Exemplo clássico dessa nova situação é a UE, onde os Estados que a compõem repassaram para a mesma parte de sua soberania, por meio da supranacionalidade. A Segurança, por sua vez também se vê alterada: antes, o Estado tomava as decisões e as colocava em prática, especialmente aquelas relacionadas às questões bélicas.

Atualmente a percepção da segurança é mais ampla, e novos temas incorporam essa pasta, destacando-se o Meio Ambiente e o tráfico de armas e entorpecentes, por exemplo, sem falar do Terrorismo.

Os Estados, muitas vezes, tomam suas decisões chancelados por acordos internacionais previamente assinados, o que torna a decisão embasada em regras prévias, perdendo, dessa forma, o Estado sua autonomia para a tomada e colocação em prática de suas decisões.

Decisões também são tomadas considerando os mais diversos atores internacionais, assim, existe um processo de desnacionalização das tomadas de

---

[286] ELIAS, Luís. "**Desafios da Segurança na Sociedade Globalizada"**, *Working Paper* #11, Observatório Político. 15 maio 2012. Disponível em: <www.observatoriopolitico.pt>. Acesso em: 02 fev. 2018, p. 06.

decisões do Estado, por meio de um processo de cooperação internacional, especialmente com relação à Segurança.

Tal ideia é complementada por Estevens[287] que assim expõe:

> No mundo de hoje, designado por global, assistiu-se à emergência de novos atores no sistema internacional, públicos e privados, pertencentes ou não a esfera estatal, que agem em diferentes níveis (nacional, transnacional, internacional) e pretendem participar o processo de tomada de decisão, neste caso associado à definição de políticas de segurança.

Com base no exposto pelo autor nota-se que, em um mundo globalizado, a informação e a economia fizeram com que novos atores ganhassem voz junto ao sistema internacional, com destaque às Organizações Não-Governamentais (ONGs) e empresas transnacionais, por exemplo.

Esses novos atores influenciam governos, estruturas diversas e trabalham no sentido de participarem dos processos de tomada de decisão, especialmente em casos que envolvam Segurança.

Complementa o exposto Elias[288]:

> A governação da segurança tende para ser crescentemente multicentrada, exercida em diversos níveis e em rede, sendo a autoridade (e legitimidade) estadual contestada por um conjunto diversificado de atores. Esta é produzida e fornecida num nível horizontal (polícias, emergência médica, proteção civil, proteção do ambiente, segurança alimentar, etc.), e ao mesmo tempo geográfico/vertical – o local (autarquias, polícias municipais), o nacional (forças armadas e forças de segurança) e o internacional (*i.e.* OTAN, ONU, U.E.), os quais têm que trabalhar entre si sobretudo em situações de crise.

As questões relacionadas à segurança, após o final da Guerra Fria, passaram a ser analisadas nos níveis que compõem o Estado direta e indiretamente,

---

[287] ESTEVENS, João. Os desafios da segurança num mundo global. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 51, p. 135-138, set. 2016. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992016000300010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 fev. 2018.

[288] ELIAS, Luís. "**Desafios da Segurança na Sociedade Globalizada"**, *Working Paper* #11, Observatório Político. 15 maio 2012. Disponível em: <www.observatoriopolitico.pt>. Acesso em: 02 fev. 2018, p. 07.

assim como nas situações antes aparte da Segurança foram incorporadas e questionadas.

Processos decisórios de Segurança e suas consequentes práticas podem passar pela corporação policial: Forças Armadas e empresas governamentais são alguns exemplos de utilização dos órgãos e organismos internos.

No caso, em que o Estado é parte da cooperação internacional e/ou esteja submetido às regras propostas por um bloco econômico, como é o caso da UE (em que os Estados repassaram para o bloco parcelas de soberania), os mesmos poderão contar com organismos e órgãos internacionais que participarão das disposições, ou que poderão contestar as decisões do Estado.

Assim, os Estados não são os únicos a decidir sobre suas necessidades, pelo fato do processo ser conjunto e o Estado precisar colocá-las em prática.

Sobre as alterações junto à Segurança Internacional, ressaltam Arraes e Gehre[289] que:

> É importante ressaltar que o surgimento de atores não estatais no horizonte da sociedade global levou a dois processos decisivos: a dispersão do poder, também identificada por alguns estudiosos como *apolaridade* ou ausência de polos claros de poder internacional; e a especialização de funções, ou seja, a identificação de atores não estatais com temas específicos mediante a construção de teias de relações que ultrapassam o Estado.

Os atores não estatais alteraram a dinâmica do sistema internacional, uma vez que parte das decisões tomadas isoladamente pelos Estados, como aquelas ligadas ao meio ambiente, questões fronteiriças, de gênero e de saúde pública, passaram a ser observadas, questionadas e pressionadas por esses novos atores. Entre eles, pode-se destacar a UE que a partir da supranacionalidade[290]

---

[289] ARRAES, Virgílio; GEHRE, Thiago. **Introdução aos estudos das relações internacionais.** São Paulo: Saraiva, 2013, p. 71.

[290] Sobre Supranacionalidade lembra Stelzer: “O poder supranacional originou-se da transferência de parcelas soberanas por parte dos Estados integrantes para a UE. Nesse sentido, ao fusionar as diversas frações soberanas em si, a organização legitimou sua atuação superior sobre os países componentes, tendo sempre em vista alcançar os altos objetivos de integração (dimensão teleológica de integração). Os Estados-Membros, desse modo, permitiram submeter-se a um novo ordenamento jurídico que orienta e supera a ordem interna, restando salvaguardado, ao final, por um tribunal (TJCE) com interesses comunitários (poder normativo). A transferência de parcelas soberanas constitui um dos três pilares que sustenta o edifício supranacional. [...]. Em decorrência da globalização econômica, os

assume a função de colocar em prática junto aos Estados que a compõem regras em diversos setores.

Sobre o exposto, complementam ainda Arraes e Gehre[291] que:

> O efeito desses dois processos foi a redução ou relativização da soberania estatal, em favor de uma nascente sociedade civil transnacional, conformada por um conjunto de atores imbricados e motivados por diversas causas, como proteção aos direitos humanos, extinção de armas nucleares ou reorganização do sistema financeiro internacional.

A Globalização traz à tona novas tecnologias como a informática e a comunicação, que empoderam os Atores Transnacionais[292] ligados aos mais diversos temas, nacionais, regionais e internacionais. Influentes na economia do Estado, perpassam assuntos relacionados ao meio ambiente e, em determinadas situações, são capazes de rever a própria soberania do Estado, como a já citada UE e a supranacionalidade.

No que tange ao Sistema de Segurança complementa Viola[293] que:

Estados – considerados individualmente – começaram a se deparar com grandes desafios. A força das empresas transnacionais e do capital norteiam a política do poder no contexto externo. A aproximação dos países para fazer frente à nova realidade emergiu tanto útil, como necessária. [...]. O processo de criação dos grandes espaços de integração econômica exigiria alguns sacrifícios das nações envolvidas: de início a necessidade de os Estados transferirem parte da sua alta autoridade (soberania para a organização que se encarregaria da tarefa de enfrentar as dificuldades existentes no palco mundial e viabilizar os projetos nacionais, agora, em nível comunitário (dimensão teleológica de integração); depois, para garantir a plenitude da consecução destes propósitos, a UE também recebeu a capacidade de regulação normativa e judicial (poder normativo). [...]. a transferência de soberania reflete uma marcante característica dos Tratados de Paris e de Roma e diferencia a UE de outras organizações internacionais, à medida que diz respeito ao estabelecimento, em favor das instituições comunitárias, de competências antes pertencentes única e exclusivamente aos Estados nacionais." STELZER, Joana. **União Europeia e supranacionalidade**: desafios ou realidade? 2. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2009, p. 119-123.

[291] ARRAES, Virgílio; GEHRE, Thiago. **Introdução aos estudos das relações internacionais.** São Paulo: Saraiva, 2013, p. 71.

[292] Sobre os Atores Transnacionais, destaca Lacerda que: "Os atores transnacionais são aqueles que ultrapassam as fronteiras dos estados, como se disse quase à revelia deles, tendo uma atuação em diversas nacionalidades, formando como que teias que, na verdade, superpõem-se aos estados. Como elaborássemos um tipo ideal weberiano, poderíamos dizer que, por atuarem em vários países ao mesmo tempo, não se identificando com nenhum em particular, em busca apenas da consecução de seus objetivos específicos, não tem pátria alguma.". LACERDA, Gustavo Biscaia. O estado e o ambiente internacional: algumas questões relativas às organizações interestatais, supranacionais e transnacionais. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v. 1, n. 1, p. 01-21, 2007.

[293] VIOLA, Eduardo. A multidimensaionalidade da globalização, as novas forças sociais transnacionais e seu impacto na política ambiental do Brasil, 1989-1995., *In*: FERREIRA, Leila da Costa; VIOLA,

> Existe uma passagem do sistema internacional para o sistema global-transnacional-bifurcado. O sistema internacional era Estado-cêntrico. O sistema global-transnacional-bifurcado é simultaneamente Estado-cêntrico (não hegemônico como superpotência militar) e multicêntrico (alta diversidades de atores-forças sociais, como corporações transnacionais, organizações não-governamentais, comunidades epistêmicas e mídia-formadores de opinião.

Para o autor, existe uma alteração no cenário internacional no que se refere às tomadas de decisão junto ao Sistema de Segurança. Assim, ele define dois momentos: o Estado-cêntrico, onde o Estado é o grande responsável pelas tomadas de decisão; e o sistema global-transnacional-bifurcado, quando o Estado não é o centro das tomadas de decisão sobre segurança, nesse momento, tem-se outros organismos com capacidade e atuando juntamente com os Estados. Com isso, as tomadas de decisões deixam de ser centralizadas nos Estados passando a ser descentralizada e compartilhada.

Sobre o proposto complementam Arraes e Gehre[294] que:

> Fala-se, portanto, de uma governabilidade múltipla, não apenas sob o controle do Estado, mas compartilhada e pulverizada em indivíduos, grupos e agentes subnacionais que passam a atuar além das fronteiras.

Essa nova realidade, mais comum a partir do fim da Guerra Fria demonstra que os Estados devem estar preparados para se autorregerem, observando os anseios da sociedade nacional, regional e muitas vezes internacional, pois estas poderão impor regras, apoiadas em novos atores capazes de questionar mais amplamente as decisões.

No que tange à alteração da agenda internacional e em especial a Segurança Internacional ressaltam Arraes e Gehre[295] que as novas tecnologias de comunicação também tiveram um papel importante:

> [...] as transformações operadas nas comunicações e a velocidade na troca de informações ampliaram os canais de contato entre sociedades, dando novo significado ao papel desempenhado por

Eduardo (Orgs.) **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. p. 16.

[294] ARRAES, Virgílio; GEHRE, Thiago. **Introdução aos estudos das relações internacionais.** São Paulo: Saraiva, 2013, p. 71.

[295] ARRAES, Virgílio; GEHRE, Thiago. **Introdução aos estudos das relações internacionais.** São Paulo: Saraiva, 2013. p. 71.

> outros agentes dentro dos Estados e em diferentes governos. Esses atores passaram a ter um rol ativo em diversos tabuleiros da arena internacional ao demonstrarem capacidade de pressionar, convencer e afetar as decisões dos Estados.

A telemática influenciou e aumentou a capacidade de comunicação de dos atores internacionais, dentro e fora do primeiro deles, qual seja, o Estado. Esses atores, por sua vez, demonstram uma grande habilidade de influenciar tomadas de decisões dentro e fora dos territórios estatais, e tais pressões se dão em parte pela organização e rapidez da comunicação proposta pelas mídias e seus instrumentos.

Da tomada e colocação em prática da decisão destaca Bauman que[296]:

> Se o princípio da soberania dos Estados-nação está finalmente desacreditado e removido dos estatutos do direito internacional, se a capacidade de resistência dos Estados está efetivamente quebrada a ponto de não precisar ser levada seriamente em conta nos cálculos dos poderes globais, a substituição do "mundo das nações" pela ordem supranacional (um sistema político global de freios e contrapesos para limitar e regular as forças econômicas globais) é apenas um dos possíveis cenários – e, da perspectiva de hoje, não é mais reprovável.

Para o autor, a capacidade de tomada de decisão do Estado passa por revisão e, se o Estado tornar-se refém de atos e situações diversas, como Atentados Terroristas, deve-se rever ou criar regras que possam chegar aos mais diversos locais do globo como alternativa de proteção a novos atentados terroristas. Essas regras, em muitos casos, serão pensadas em situações que envolvam a entrada não somente de pessoas em territórios, mas também de bens e produtos.

Após os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, os EUA colocaram em prática novas regras de segurança. Essas regras, por sua vez, tiveram que ser adequadas pelos Estados que desejassem manter o comércio com os EUA, destacando-se o *Bioterrorísm Act*, o *International Ship and Porto Facility Security Code (*ISPS *Code*), a 24 *Hours Advance Notice of Cargo Manifest* e o *Containder Security Iniciative* (CSI).

---

[296] BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 220.

Por exemplo, a regra de segurança proposta pelos EUA, o *ISPS Code*, colocada em prática após os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 é assim, exposta por Platchek[297]:

> Depois do ataque às Torres Gêmeas (*World Trade Center*), no fatídico 11 de setembro de 2001, as relações de confiança entre as nações componentes do comércio mundial foram severamente abaladas, haja vista que os Estados Unidos da América, alvo deste ataque terrorista, passaram a imprimir uma política de proteção e intensificação dos meios de prevenção ao terrorismo.

Nota-se que os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 foram o ponto para os EUA passarem a exigir de outros Estados políticas de prevenção e proteção, especialmente de bens, produtos, pessoas e serviços que adentrassem em seu território. Essa medida foi justificada como alternativa para proteger e prevenir novos Atentados Terroristas Transnacionais.

Destaca-se que questões relacionadas à prevenção e proteção de portos e embarcações recaem para *Safety of Life at Sea* (SOLAS) e a *International Maritime Organization* (IMO)[298].

Nesse sentido, a proposta de criar uma regra para prevenir e proteger portos e embarcações surge após os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, e coloca em prática do *ISPS Code*. Nesse momento, os Estados passaram a observar com maior cuidado a necessidade de ampliar as regras de segurança e fiscalização junto aos portos e embarcações.

Sobre a nova ordem internacional comentam Arraes e Gehre[299]que:

> A ordem internacional da contemporaneidade ficou marcada por alguns processos já existentes anteriormente, porém, adormecidos: o declínio do poder dos Estados Unidos, a consolidação da China como potência econômica, a volta da Rússia como país de primeira ordem e a ascensão do terrorismo, não mais relacionado a uma circunscrição territorial como na época da Guerra Fria.

---

[297] PLATCHEK, Ricardo Moisés de Almeida. As Bandeiras de Conveniência e a Segurança Mundial*. In* CASTRO JÚNIOR, Osvaldo Agripino. (Org.) **Direito marítimo made in Brasil**. São Paulo: Lex Editora, 2007, p. 457.

[298] Em português: Organização Marítima Internacional.

[299] ARRAES, Virgílio; GEHRE, Thiago. **Introdução aos estudos das relações internacionais.** São Paulo: Saraiva, 2013, p. 35.

Para o autor, a ordem econômica atual é fruto de processos ocorridos nos últimos séculos, especialmente no século passado e início do atual. Eles influenciam diretamente as tomadas de decisões, os Estados e novos atores internacionais, sendo que estes últimos podem inferir direta ou indiretamente na deliberação dos Estados.

Essa influência se dá principalmente pelos meios de comunicação e de logística internacionais, que encurtaram distancias e aproximaram pessoas em todo o globo.

Concorda com esta proposta Paniago[300], que expõe:

> Com o advento do século XXI, novas ameaças ganharam relevo no mosaico dos problemas que colocam em risco a segurança dos povos, a estabilidade dos países e a concentração de esforços em favor da paz mundial. O terrorismo internacional, devido a seu poder de infiltração em diferentes regiões e sua capacidade para gerar instabilidade na comunidade internacional, constitui uma das principais ameaças da atualidade.

O século XXI traz situações mal resolvidas do século XX, que por sua vez são trabalhadas e revistas no século XXI. As ameaças nucleares tornam-se maiores e mais visíveis aos olhos do mundo com os testes propostos pela Coréia do Sul; a migração das populações torna-se necessárias, pois as crises ambientais, de segurança e diretamente relacionadas ao Terrorismo são constantes em diversos Estados. Os indivíduos tentam entrar na Europa, por exemplo, como forma de preservar suas vidas; assistimos portas se fecharem para estrangeiros em diversas partes do mundo; o meio ambiente ganha um *status* que até então não possuía, especialmente em Estados latino-americanos, ao terem direitos constitucionais adquiridos.

O Terrorismo torna-se uma grande ameaça no século XXI, ao se infiltrar em diversas comunidades, causando instabilidade e medo entre a população.

Sobre o exposto complementa Elias[301]:

---

[300] PIANAGO, Paulo de Tarso Resende *et al*. O desafio do terrorismo internacional. **Revista Brasileira de Inteligência**. Brasília, v. 3, n. 4, 2005. p. 13-14.

[301] ELIAS, Luís. "**Desafios da Segurança na Sociedade Globalizada"**, *Working Paper* #11, Observatório Político. 15 maio. 2012. Disponível em: <www.observatoriopolitico.pt>. Acesso em: 02 fev. 2018. p. 09.

> A nova ordem é plena de contradições e de movimentos aparentemente divergentes, daí que o desafio terá que passar por uma melhor compreensão dos fenómenos internacionais, nacionais e locais, de modo a obter uma visão global de segurança e procurar contrabalançar as disfunções e efeitos perversos da globalização, com as convergências, novos horizontes e oportunidades daí resultantes.

A nova agenda internacional de segurança está impregnada de temas que até antes do fim da Guerra Fria não faziam parte de análises ou questionamentos internacionais, destacando-se o meio ambiente, novos atores internacionais e o Terrorismo.

A Globalização cada vez mais intensa traz em seu bojo novos desafios que, por sua vez, deverão ser repensados pelos Estados, aliados à Transnacionalidade, que se intensifica e cria áreas de debate e políticas, como é o caso da UE, criam para o Estado e a Sociedade Internacional novos dilemas ou amplificam dilemas antigos. Entre estas situações está a livre circulação de pessoas nos Estados que compõem a UE e o medo que muitos cidadãos comunitários têm do estrangeiro.

Esse medo se torna ainda maior quando associado a este estrangeiro qualquer vínculo que fuja do tradicionalmente proposto na cultura que este está se inserindo. É o medo de novas culturas e filosofias de vida, que pode transcender ao pavor social de, por exemplo, um atentado terrorista, por mais que não se tenha provas de que isto realmente possa ocorrer.

Outra situação emergente é a necessidade que a atual sociedade internacional impõe na manutenção da fauna e flora em diversos Estados, a partir da assinatura de acordos e protocolos para tal.

Assim, têm-se diversas contradições na atual sociedade e caberá aos governantes e a todos os cidadãos criarem alternativas para convergi-las cuidadosamente, para que não haja choques e atritos capazes de desfazer as perspectivas moldadas.

3.4 AS PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES ANTITERROR PÓS-ATENTADOS TERRORISTAS TRANSNACIONAIS DE 11 DE SETEMBRO DE 2001: UNIÃO EUROPEIA (UE) E BRASIL[302]

Este tópico tem o objetivo de apresentar os recortes bibliográficos e teóricos sobre as principais legislações antiterror colocadas em prática Pós-Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001. Nesse sentido, passa-se a expor as legislações colocadas em prática pela UE, EUA e Brasil no que tange ao Terrorismo.

Não se pretende fazer qualquer tipo de comparação entre as legislações mencionadas, tal como trazer todas as regras criadas e colocadas em prática. O foco deste tópico é demonstrar que regras são pensadas na tentativa de inibir novos Atentados Terroristas Transnacionais. Assim, é importante falar da UE, que sofre constantes agressões em seu território; dos EUA, vítima do primeiro Atentado Terrorista Transnacional, que inaugurou a nova onda de Terrorismo, qual seja, o Terrorismo Transnacional; e o Brasil que também possui regras para inibir possíveis Atentados Terroristas em seu território.

Além da pesquisa bibliográfica, foi criado um quadro com as legislações dos Estados e Bloco Econômico visados neste tópico. Para facilitar a leitura e a compreensão, o quadro foi dividido em três partes, relativas à UE, aos EUA e ao Brasil, sendo, por sua vez, apresentadas ao longo do trabalho.

Sobre o exposto complementa Campollo[303]:

> Os dois territórios – EUA e UE – são espaços que têm sido ameaçados após o 11 de Setembro, e que marcaram as gentes destes lugares. Os Atentados de Madrid em 2005 e Londres em 2007, Paris e Bruxelas, em 2016, mas também do ataque à redação do “Charlie Hebdo”, um atentado à liberdade de imprensa, que abalou a confiança da comunidade e dos seus governos, tal como o atentado em Londres em Março de 2017, que levou a população à rua em sinal de repúdio

[302] A legislação proposta e colocada em prática pelos EUA será tratada em um item específico do próximo capítulo. Para este capítulo, o doutorando e sua orientadora optaram em trabalhar com UE, ONU e Brasil.

[303] CAMPOLLO, Fabiana Filipa Câmara. **Terrorismo Transnacional:** a guerra fantasma. Disponível em: <http://www.academia.edu/33223298/O_Terrorismo_-_A_Guerra_Fantasma>. Acesso em: 08 jul. 2018. p. 05.

pela morte de inocentes.

Para a autora, tanto a UE quanto os EUA são territórios constantemente sob a mira de um novo Ataque Terrorista Transnacional, sendo que este ataque, por sua vez, marcou para sempre as populações que ali residem, tal como outras populações de outros locais, que se veem ameaçadas com um possível atentado contra seu território.

Os Atentados Terroristas Transnacionais objetivam muito mais que ceifar vidas, ferir ou atingir símbolos de determinada sociedade, como o caso das Torres Gêmeas ou a redação do jornal Charlie Hebdo. Estes são na verdade o meio utilizado para criar o Terror em escala global, colocando muitas vezes, populações contra seus próprios governos, e fazendo com que a própria segurança interna (e internacional) passe a estar ameaçada.

3.4.1 Legislação Proposta para o Terrorismo pela União Europeia

No planeta, destacando-se o Oriente Médio, a África e a Europa, em especial a UE, houve um aumento constante de Atentados Terroristas Transnacionais, conforme consta no decorrer do Capítulo 1 e em especial no item 1.4 dessa Tese Doutoral.

Nesse sentido, Estados e Organizações Internacionais, tal como a UE, trabalham para criar regras que inibam novos Atentados Terroristas Transnacionais. Uma parte dessas regras surge após os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 e tem como finalidade coibir novos atentados, o que, tem-se demonstrado muito difícil. Outros atentados ocorreram e o número de mortos e feridos acompanha essa escalada de Terror nos Estados atacados.

Entre os locais dos últimos atentados pode-se destacar a França, Alemanha e, em ambos, repercussão local, no bloco e mundial foi grande. A escala do Terror parece que sempre encontra uma lacuna para se infiltrar e colocar em prática seus objetivos.

Sobre o exposto complementa Campollo[304]:

> Certo é que o terror espalha-se, e aqui importa-nos centrar o nosso objeto de atenção no que nos está mais próximo, o União Europeia, nos vários níveis de intervenção e insegurança, o que leva com que os governos democráticos centrem a sua gestão na proteção dos seus cidadãos e das suas economias. Mas a luta contra o terrorismo, muitas vezes sem rosto, faz com que esta seja uma guerra sem tréguas e contínua, o que faz com que as várias comunidades internacionais, através das suas instituições, desenvolvam esforços para eliminar aqueles que fomentam o ódio e o terror.

O Terror proposto pelos Atentados Terroristas Transnacionais se espalha pelo planeta, e torna-se mais avassalador quando se está próximo dos atos e ou sabe-se que sua vida está construída sob possíveis alvos de novos atentados, como é o caso da população da UE e dos EUA. Para tanto, o sentimento de insegurança é uma constante, sendo tão destruidor quanto à efetivação do atentado.

---

[304] CAMPOLLO, Fabiana Filipa Câmara. **Terrorismo Transnacional:** a guerra fantasma. Disponível em: <http://www.academia.edu/33223298/O_Terrorismo_-_A_Guerra_Fantasma>. Acesso em: 08 jul. 2018. p. 05.

Nesse sentido, os governos criam alternativas em comum (ou sozinhos) para aumentar a segurança interna e externa de sua população e de suas economias, o que gera outros gastos, de maneira a se transformar em uma política constante desses Estados ou regiões, no sentido de eliminar do planeta qualquer foco de Terrorismo contra os povos.

Sobre o destaca exposto, tem-se conforme o exposto no sítio Europarl[305]:

> A segurança é uma das grandes preocupações dos cidadãos europeus. A grande maioria (80%) quer que a UE faça mais para combater o terrorismo, sendo conscientes, tal como os políticos europeus, que o **terrorismo não tem fronteiras**.
> As medidas da UE para prevenir novos ataques incluem o estabelecimento de controlos mais rigorosos nas fronteiras Europeias, uma melhor cooperação policial e judicial para detectar e perseguir suspeitos, reduzir o financiamento ao terrorismo, combater o crime organizado e prevenir a radicalização, entre outros. [306]

A Segurança é algo preocupante para os cidadãos do euro-espaço, tal como de outras regiões do planeta. No entanto, nota-se um crescente movimento de Atentados Terroristas em suas fronteiras, gerando uma maior preocupação junto aos euro-cidadãos, políticos, estudiosos e estrangeiros que estejam naquele território de passagem ou residindo.

Os cidadãos da Zona do Euro percebem que o Terrorismo não possui fronteiras e tão pouco rosto, assim, a proteção deixa de ser uma opção e torna-se necessidade, colocando-se em prática diversas ações para evitar novos Atentados Terroristas Transnacionais.

Nesse sentido, é importante trazer as principais normas colocadas em prática pela UE na proteção e formulação de um estado de tranquilidade e paz para os cidadãos do bloco e todos aqueles que estejam de passagem, uma vez que as mortes causadas pela violência atingem tanto nacionais daqueles Estados quanto estrangeiros.

---

[305] EUROPARL. **Como impedir os ataques terroristas?** As medidas da EU em síntese (Infografia). Disponível em: <http:/www.europarl.europa.eu/News/pt/headlines/security/20180316STO99922/como-impedir-os-ataques-terroristas-as-medidas-da-eu-em-sintese-infografia>. Acesso em: 11 jul. 2018.

[306] O texto foi publicado em língua portuguesa, no entanto, dentro das regras gramaticais utilizadas em Portugal.

Para tanto, tem-se o quadro elaborado no sentido de trazer as principais legislações propostas e colocadas em prática pela UE no que tange ao Terrorismo.

Nota-se que o quadro-resumo não pretende exaurir toda a legislação, mas apresentar as mais comuns, estando as mesmas propostas a partir da data de criação, tal como a explicação da norma, um resumo da regra e a fonte de pesquisa:

Quadro 04: Leis Antiterroristas da UE

Data	Norma	Resumo da Norma	Fonte de Pesquisa
01/01/2005	Estratégia antiterrorista da UE	"Esta estratégia assenta em quatro pilares: Prevenir; Proteger; Perseguir e Responder"	http://www.consilium.europa.eu/pt/policies/fight-against-terrorism/eu-strategy/. Acesso em 21 de setembro de 2017
09/02/2015	Conclusões do Conselho sobre a luta antiterrorista	"O Conselho decidiu intensificar a ação externa na luta contra o terrorismo, em especial nas regiões do Mediterrâneo, Médio Oriente, Norte de África, Golfo e Sael: Será reforçada a cooperação com parceiros importantes; Serão lançados novos projetos para apoiar o desenvolvimento de capacidades; Será intensificada a ação para combater a radicalização e o extremismo violento"	http://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2015/02/150209-council-conclusions-counter-terrorism/. Acesso em 21 de setembro de 2017
12/02/2015	Declaração para orientar os trabalhos da UE e dos Estados-Membros diante do problema de radicalização de europeus	Garantir a segurança dos cidadãos; prevenir a radicalização e proteger os nossos valores; cooperar com os parceiros internacionais	http://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2015/02/150212-european-council-statement-fight-against-terrorism/. Acesso em 20 de setembro de 2017
20/05/2015	Quarta diretiva relativa ao branqueamento de capitais (2015/849)	"Dão resposta às eventuais ameaças ligadas à utilização das novas tecnologias em transações financeiras; reforçam e harmonizam o controle dos fluxos financeiros provenientes de países terceiros de risco elevado; aumentam a transparência conferem mais poderes às unidades nacionais de informação financeira."	http://www.consilium.europa.eu/pt/policies/fight-against-terrorism/fight-against-terrorist-financing/. Acesso em 21 de setembro de 2017

01/07/2015	Criação da unidade da Europol para o combate à propaganda terrorista na *internet*	"O seu objetivo é, nomeadamente, identificar conteúdos terroristas e conteúdos violentos extremistas em linha e aconselhar os Estados-Membros sobre a questão."	http://www.consilium.europa.eu/pt/policies/fight-against-terrorism/foreign-fighters/. Acesso em 20 de setembro de 2017
20/11/2015	Criação do Centro Europeu de Luta contra o Terrorismo	"Trata-se de uma plataforma que permite aos Estados-Membros aumentarem a partilha de informações e a cooperação operacional no que toca ao acompanhamento e investigação de combatentes terroristas estrangeiros, bem como ao tráfico de armas de fogo ilegais e ao financiamento do terrorismo."	http://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2015/11/20-jha-conclusions-counter-terrorism/. Acesso em 20 de setembro de 2017
10/06/2016	Elaboração do roteiro para a melhoria do intercâmbio e da gestão de informações	"Roteiro para a melhoria do intercâmbio e da gestão de informações, o qual inclui soluções de interoperabilidade."	http://www.consilium.europa.eu/pt/policies/fight-against-terrorism/foreign-fighters/. Acesso em 20 de setembro de 2017
07/03/2017	Decisão-Quadro 2002/475/JAI	"Reforçam o quadro jurídico da UE com o objetivo de prevenir atentados terroristas e fazer face ao fenómeno dos combatentes terroristas estrangeiros. A diretiva criminaliza atos como receber treino ou deslocar-se para fins de terrorismo, bem como organizar ou facilitar essas deslocações."	http://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2017/03/07-rules-to-prevent-new-forms-of-terrorism/. Acesso em 20 de setembro de 2017
07/03/2017	Código das Fronteiras Schengen	"A alteração obriga os Estados-Membros a controlarem sistematicamente, por confronto com as bases de dados pertinentes, todas as pessoas que atravessem as fronteiras externas."	http://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2017/03/07-regulation-reinforce-checks-external-borders/. Acesso em 20 de setembro de 2017
25/04/2017	Diretiva 91/477/CEE	"Prevê medidas destinadas a aumentar a rastreabilidade das armas de fogo e a impedir a reativação ou conversão de armas de fogo. Contém também regras mais rigorosas para a aquisição e detenção das armas de fogo mais perigosas."	http://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2017/04/25-control-acquisition-possession-weapons/. Acesso em 20 de setembro de 2017

09/06/2017	Criação do Grupo de Peritos de Alto Nível	O intuito do grupo é melhorar o intercâmbio de informações e garantir a interoperabilidade dos sistemas de informação da União Europeia.	http://www.consilium.europa.eu/pt/policies/fight-against-terrorism/foreign-fighters/. Acesso em 20 de setembro de 2017

Fonte: Elaborado pelo doutorando com base nos endereços eletrônicos destacados na tabela (2017)

Com a leitura do quadro proposto, nota-se que a UE há muito tempo já pensa o Terrorismo e alternativas para impedir e minimizar Atentados Terroristas Transnacionais, por uma articulação interna que evolve diversos órgãos e Estados, criando regras precisas e objetivas para tal.

Entre as regras, destaca-se a primeira, que propõe a ideia de quatro pilares fundamentais para se prevenir um Atentado Terrorista Transnacional: Prevenir, Proteger, Perseguir e Responder, elementos estes colocados em prática dentro das fronteiras da UE.

As outras regras destacadas se dão após o ano de 2015, quando há um acentuado e quase contínuo processo de Atentados Terroristas Transnacionais contra os Estados que compõem a UE.

Dos Atentados Terroristas Transnacionais na UE, propõe Castells[307] que:

> Os atos terroristas que se sucedem desde 2014 nas principais cidades europeias (na Espanha, desde 2004) surgem da confluência de três fontes. Por um lado, a situação de marginalização e discriminação laboral, educacional, territorial, política e cultural dos quase 20 milhões de mulçumanos da União Europeia, mais da metade dos quais são nascidos na Europa. Apesar disso, não são reconhecidos como tais na vida cotidiana, ao mesmo tempo em que sua religião é estigmatizada pelos seus concidadãos. Por isso, a maioria dos atentados se produz em países onde eles têm maior peso na população, como França, Bélgica, Alemanha e Reino Unido, sem significar que os outros países estejam imunes a uma intensa atividade jihadista: recordemos Barcelona e Cambrils. Em segundo lugar, a referência a um jihad global, antes simbolizado pela Al-Qaeda, depois pelo Estado Islâmico, ou pelo Boko Haram na África, cujas imagens na internet acompanham, informam e às vezes põem em contado jovens mulçumanos em busca de sentido, na Europa e em todo o mundo.

Para Castells existem três fatores que levam a Europa (e em especial a UE) a ser foco de Atentados Terroristas Transnacionais. O primeiro é a marginalização

[307] CASTELLS, Manuel. **Ruptura:** a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. p. 34.

dos mulçumanos, sendo que grande parte dos mesmos são cidadãos comunitários. Em segundo lugar, tem-se a *jihad* que atrai jovens mulçumanos vítimas de discriminação em seus Estados de origem (Estados-membros da UE), suscetíveis a promessas de encontrar um sentido para suas vidas e na possibilidade de se vingar do maltrato e preconceito que experimentaram.

O terceiro ponto, de acordo com Castells[308] é:

> [...] essa busca de sentido que parece ser a motivação mais profunda que conduz à radicalização, o processo pessoal pelo qual alguém passa da raiva e da revolta ao projeto de martírio e à prática terrorista. Uma prática frequentemente executada de forma individual ou com familiares e amigos, mas em geral induzida coletivamente em lugares de culto, na doutrinação por parte de imames que manipulam discípulos, em chats da internet, nos cárceres ocidentais ou em viagens às terras prometidas do islã em luta.

Neste último aspecto destaca o autor que o jovem deixa de sofrer com as ações de preconceito e passa ao martírio e à prática do Terrorismo Transnacional. Tal prática é induzida em locais comuns e colocada em ação com o apoio de amigos e familiares. Assim, nota-se que estes jovens são induzidos ao Terrorismo Transnacional por manipuladores experientes.

Sobre o exposto complementa Campollo[309]:

> O número de atentados tem vindo a aumentar, afetando política social e económica dos estados, quer a própria segurança e poder. Os grandes ataques dos últimos anos na Europa Ocidental distinguem-se, por serem enquadrados no terrorismo transnacional e ligado ao extremismo islâmico.

Destaca a autora que, o número de Atentados Terroristas aumentou, em especial na Europa Oriental, e um dos motivos para tal aumento se dá, por exemplo, pela não compreensão e não aceitação dos grupos terroristas da cultura dos demais povos, denominados de “infiéis”. Os terroristas se utilizam ainda das ferramentas que possuem a seu dispor, tal como mídias e logística para executar seu intento,

---

[308] CASTELLS, Manuel. **Ruptura:** a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. p. 34-35.
[309] CAMPOLLO, Fabiana Filipa Câmara. **Terrorismo Transnacional:** a guerra fantasma. Disponível em: <http://www.academia.edu/33223298/O_Terrorismo_-_A_Guerra_Fantasma>. Acesso em: 08 jul. 2018. p. 06.

recrutando jovens de outras nacionalidades dispostos a matar ou morrer pela causa do grupo. Assim, tem-se mais um movimento do Terrorismo Transnacional.

Em outra legislação destacada tem-se o Conselho intensificando a luta contra os Atentados Terroristas Transnacionais. Parcerias internacionais para prevenção do Terrorismo Transnacional também são previstas em legislações específicas. Prevenir a radicalização do Terrorismo Transnacional e evitar novos atentados são os focos propostos por elas.

A *internet* também passa a ser objeto de observação pelas regras da UE, especialmente no que tange a propaganda e propagação de materiais terroristas.

A rastreabilidade de armas também é prevista na legislação, tal como o fluxo de informações relacionadas ao Terrorismo Transnacional entre os Estados que compõem a UE.

Ressalta-se, ainda que os principais responsáveis na luta contra o Terrorismo Transnacional são os Estados-membros da UE. No entanto, o bloco econômico deve apoiar os Estados, contribuindo para rechaçar de suas fronteiras qualquer possível ameaça Terrorista Transnacional.

Nesse sentido, tais legislações têm por fundamento criar alternativas para que a UE faça a manutenção da paz dentro de suas fronteiras, evitando novos Atentados Terroristas Transnacionais.

3.4.2 Legislação Proposta para o Terrorismo pelo Brasil

O Brasil não sofreu Atentados Terroristas Transnacionais em seu território, como verificou-se na UE (que ainda registra Atentados), em outras partes da Europa (como a Rússia), Oriente Médio, Continente Africano e nos EUA. No entanto, o país também se preocupa com essa nova forma de Terror (Terrorismo Transnacional) imposta por todo o planeta.

O Brasil é considerado um Estado de Descanso ou Estado de Passagem, sem envolvimento em ações militares no exterior que possam ir contra os interesses e objetivos de Grupos Terroristas Transnacionais, o que não o torna alvo de Atentados Terroristas Transnacionais. Cabe destacar, no entanto, que Estados próximos ao

Brasil, já sofreram agressões terroristas em seus territórios. A República Argentina, registrou em 1992 um Atentado Terrorista contra a Embaixada de Israel na capital, *Buenos Aires*.

Ambos os países, Brasil e Argentina, compõem o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), um dos mais importantes blocos econômicos, e assim, como a UE, espera-se que haja regras para impedir Atentados Terroristas Transnacionais, criadas pelo bloco, tal como conceitos e tipificações em comum no sentido de padronização conceitual para os quatro Estados (somados Paraguai e Uruguai) que compõem o Bloco Econômico.

Destaca-se a "Adequação do plano geral de Cooperação e Coordenação Recíproca para a Segurança Regional entre os Estados Partes do MERCOSUL" [310] – MERCOSUL/CMC/DEC. No. 09/02 –, conforme segue o exposto na primeira ação do documento:

> Conformar um foro especializado de intercâmbio e análise de informação sobre Terrorismo no âmbito da Reunião de Ministros do Interior do MERCOSUL, mediante convocatórias regulares para celebrar reuniões entre funcionários de nível político e funcionários de nível técnico de Organismos Especializados e/ou de Inteligência de cada um dos Estados Partes, que serão organizadas por aquele que exerça a Presidência Pro Tempore em cada período.

Com base na primeira ação do apontamento proposto pelo Conselho de Mercado Comum (CMC) do MERCOSUL observa-se que existe uma preocupação do Bloco Econômico com o Terrorismo Transnacional, sendo aprovadas, dessa forma, um conjunto de ações para evitar e/ou minimizar ações terroristas junto aos Estados componentes do bloco.

Importante ressaltar que ficou firmado entre os Estados-partes a reunião regular de funcionários técnicos e políticos o intuito de trocar e analisar informações

[310] MERCOSUL. Mercado Comum do Sul. **Adequação do plano geral de Cooperação e Coordenação Recíproca para a Segurança Regional entre os Estados Partes do MERCOSUL** – MERCOSUL/CMC/DEC. No. 09/02. Disponível em: < http://www.mercosur.int/msweb/portal%20intermediario/Normas/normas_web/Decisiones/PT/Dec_009_002_Plano%20Gral_Seguran%C3%A7a%20Regional_Ata%201_02.PDF>. Acesso em: 11 jul. 2018.

relacionadas a possíveis atentados terroristas. A organização desse foro estará sob a tutela do Presidente *Pro Tempore*.

Nesse sentido, cada Estado que compõe o MERCOSUL formulará a partir da sua necessidade e realidade, regras específicas sobre Terrorismo Transnacional, não estando estas vinculadas a qualquer normativa ou protocolo proposto pelo MERCOSUL.

No caso do Brasil, a questão do Terrorismo é tratada já em sua Lei Maior, ou seja, na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Preâmbulo[311] que demonstra o cuidado dos legisladores brasileiros com questões relacionadas à segurança e por assim, o Terrorismo:

> Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil."

Nota-se desde o Preâmbulo da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, parte preliminar (inicial) do texto da Constituição, a justificativa e demonstração dos valores e ideais propostos, servindo de base para estudos em momentos de conflitos ou dúvidas.

Também traz o Preâmbulo um resumo dos objetivos da Carta Magna e, nesse sentido, a Carta Brasileira já propõe a questão da "Segurança", tratada especificamente em outros artigos da própria norma e em outras leis, como a Lei 13.260/2016 (Lei Antiterrorismo).

---

311 BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos. 1/92 a 39/2002 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos. 1 a 6/94: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2003.

Nesse sentido, destaca ainda o Art. 4º., VIII da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988[312]:

> Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:
> [...]
> VIII- repúdio ao terrorismo e ao racismo;
> [...]

O Art. 4 desta Constituição traz os princípios que alicerçarão as regras dispostas na norma. Entre os princípios apresentados tem-se o repúdio ao Terrorismo, ou seja, não serão aceitos em território nacional Grupos Terroristas Transnacionais e Atos Terroristas Transnacionais sofrerão as penas da lei.

O Art. 5º XLIII da Constituição Brasileira também versa sobre o Terrorismo, e assim aplica[313]:

> XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.

Nota-se a preocupação do Estado Brasileiro em tipificar o Terrorismo como crime hediondo, respondendo pelas ações os mandantes e executores do ataque propriamente dito, tal como aqueles que podem evitar a ação, assim não o fazem.

Nesse sentido, nota-se que a Lei Maior do Estado possui o cuidado de expor o Terrorismo, mecanismo detalhado e complementado pela Lei 13.260/2016 (Lei Antiterrorismo), entre outras normas. O Brasil também é signatário de diversas convenções internacionais sobre Segurança e Terrorismo.

---

[312] BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos. 1/92 a 39/2002 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos. 1 a 6/94: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2003.

[313] BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos. 1/92 a 39/2002 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos. 1 a 6/94: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2003.

Na Lei n. 8 072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos) [314], seus artigos, 2º e 8º reforçam o repúdio ao Terrorismo por parte do Estado brasileiro, conforme segue:

> Art. 2º - Os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são insuscetíveis de [...];
> [...]
> Art. 8º - Será de 3 (três) a 6 (seis) anos de reclusão a pena prevista no art. 288 do Código Penal, quando se tratar de crimes hediondos, prática da tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins ou terrorismo.

Novamente é perceptível a ação do estado brasileiro em impor regras, normas e penas àqueles que comentam crimes hediondos em território nacional, incluindo o Terrorismo. A norma compara e coloca o Terrorismo no mesmo patamar outros dolos, tais como prática de tortura e tráfico ilícito de entorpecentes.

Uma norma importante que trata sobre o Terrorismo no Brasil é a Lei 12.850/2013[315], que expõe em seu Art. 1º., parágrafo 2, II:

> Art. 1º Esta Lei define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal a ser aplicado.
> § 2º Esta Lei se aplica também:
> II - às organizações terroristas, entendidas como aquelas voltadas para a prática dos atos de terrorismo legalmente definidos.

Esta norma trata das questões ligadas ao Terrorismo, sendo que a mesma terá seu inciso II alterado com a entrada em vigor da Lei 13.260 de 2016. Tal norma marcou uma importante alteração na percepção do Terrorismo junto ao Brasil (uma vez adotada a alteração proposta pela Lei 13.260 de 2016), ao propor a figura de “Organizações Terroristas”, não definindo se são Organizações Terroristas Nacionais ou Internacionais, o que abarca as duas possibilidades.

---

[314] BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. **Lei No. 8072, de 25 de julho de 1990**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8072.htm>. Acesso em: 11 jul. 2018.

[315] BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. **Lei No. 12.850, de 2 de agosto de 2013**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm>. Acesso em: 11 de julho de 2018.

No entanto, cabe destacar que a regra proposta é importante nas possíveis investigações de ações terroristas, no entanto, a mesma não é objetiva quando se trata da prevenção de Atentados Terroristas Transnacionais no Brasil.

O Brasil é signatário de convenções internacionais sobre Terrorismo e nesse sentido, destaca Carvalho[316] as seguintes convenções:

> · Convenção para Prevenir e Punir Atos de Terrorismo – 1973, ratificada em 1999.
> · Convenção Interamericana contra o Terrorismo – 2003, ratificada em 2005.
> · Convenção Internacional para Supressão do Financiamento do Terrorismo – 2003, ratificada em 2005.

O país também assina e ratifica convenções internacionais que versarão sobre o Terrorismo, conforme apontou o autor. Importante observar que as três convenções promulgadas no ano de 2003, ou seja, após os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, foram rapidamente ratificadas pelo Brasil. Situação diferente, quando se observa a primeira convenção, que surgiu em 1973 e somente foi ratificada no ano de 1999, ou seja, 26 anos após a criação.

Nesse sentido, nota-se que o Brasil assinou diversas convenções internacionais que versam sobre o Terrorismo, conforme demonstra Lasmar[317] quando expõe que:

> De fato, o Brasil ratificou pelo menos 15 convenções e protocolos internacionais de combate ao terrorismo. São eles: Convenção Relativa às Infrações e Certos Outros Atos Cometidos a Bordo de Aeronaves; Convenção para Repressão ao Apoderamento Ilícito de Aeronaves; Convenção para Prevenir e Punir os Atos de Terrorismo Configurados em Delitos contra as Pessoas e a Extorsão Conexa Quando Tiverem Eles Transcendência Internacional; Convenção para a Repressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Aviação Civil; Convenção sobre a Prevenção e Punição de Infrações contra Pessoas que Gozam de Proteção Internacional, incluindo Agentes Diplomáticos; Convenção contra a Tomada de Reféns; Convenção sobre a Proteção Física dos Materiais Nucleares; Protocolo para a

[316] CARVALHO, Paulo Eduardo Bicalho. **Lei antiterrorismo (Lei 13.260/2016):** análise dos principais artigos. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,lei-antiterrorismo-lei-132602016-analise-dos-principais-artigos,589442.html>. Acesso em: 11 jul. 2018.

[317] LASMAR, Jorge Mascarenhas. A legislação brasileira de combate e prevenção do terrorismo quatorze anos após 11 de Setembro: limites, falhas e reflexões para o futuro. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 23, n. 53, p. 47-70, Mar. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782015000100047&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 jul. 2018.

> Supressão de Atos Ilícitos de Violência nos Aeroportos a Serviço da Aviação Civil; Convenção sobre a Marcação dos Explosivos Plásticos para Fins de Detecção; Convenção Interamericana Contra a Fabricação e o tráfico Ilícito de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos; Convenção Internacional sobre a Supressão de Atentados Terroristas com Bombas (com reserva ao parágrafo 1 do artigo 20); Convenção Internacional para a Supressão do Financiamento do Terrorismo; Convenção Interamericana Contra o Terrorismo; Convenção para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Navegação Marítima; Protocolo para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança de Plataformas Fixas localizadas na Plataforma Continental. Ademais, o Brasil assinou, em 13 de abril de 2005, a Convenção Internacional para a Supressão de Atos de Terrorismo Nuclear, mas ainda não a ratificou.

Nota-se que o Estado brasileiro participa das discussões internacionais sobre o Terrorismo, assinando e ratificando diversas convenções sobre Terrorismo e Segurança, o que demonstra para a Sociedade Internacional o engajamento do Brasil em evitar o financiamento de Grupos Terroristas Transnacionais; a ocorrência de Atentados Terroristas Transnacionais em seu Território e; a utilização de seus limites como local para a entrada e estabelecimento de grupos terroristas que poderão planejar e atentar contra outros Estados. Destarte, os diferentes objetos contemplados nas convenções expostas pelo autor estão voltados à segurança nacional e/ou internacional.

Não bastando a Carta Magna trazer em diversos momentos a posição do Brasil contra o Terrorismo, tal como as demais normas legais que complementam a mesma e as convenções internacionais, o país no ano de 2016, coloca em prática a Lei 13.260 de 2016, denominada como Lei Antiterrorismo, que versa mais detalhadamente sobre o Terrorismo, tipificando-o e classificando-o.

Nesses parâmetros, o Brasil, após os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, trabalha no sentido de colocar em prática regras para proteger o Estado contra possíveis Atentados Terroristas Transnacionais.

Cabe destacar ainda que, para a Lei Antiterrorismo proposta pela República Federativa do Brasil, utiliza-se nessa tese doutoral o mesmo padrão de quadro-explicativo proposto na apresentação das regras antiterror junto à UE, referentes aos Atentados Terroristas Transnacionais, conforme segue:

Quadro 05: Leis Antiterroristas do Brasil

Data	Norma	Resumo da Norma	Fonte da Pesquisa
17/03/2016	Lei Antiterrorismo (13.260/2016)	"A lei aprovada pelo Congresso Nacional classifica como atos de terror "incendiar, depredar, saquear, destruir ou explodir meios de transporte ou qualquer bem público ou privado". Também prevê as ações de "interferir, sabotar ou danificar sistemas de informática ou bancos de dados".	http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/03/18/lei-antiterrorismo-e-sancionada-com-vetos-pela-presidente-dilma. Acesso em 21 de setembro de 2017

Fonte: Elaborado pelo doutorando com base nos endereços eletrônicos destacados no quadro (2017)

No caso do Brasil, este não sofreu qualquer tipo de Atentado Terrorista Transnacional, no entanto, o mesmo aprovou em 17 de março de 2016, a Lei 13.260/2016, denominada de Lei Antiterrorismo. Esta lei traz em seu bojo núcleos/verbos específicos, tais como “incendiar”, “depredar”, “saquear”, “destruir” ou “explodir” meios de transporte ou bens públicos e privados, constatação que demonstra a preocupação com os bens de particulares e do próprio Estado.

Um ponto interessante da lei é o fato de apresentar ações contra sistema de informática ou banco de dados, sendo os verbos utilizados “interferir”, “sabotar” ou “danificar”. Tem-se aqui uma parte da regra geral mostrada por situação específica, qual seja, o *cyber* terrorismo.

A lei não apresenta outras ações como as propostas pela UE, por exemplo, que evidenciam inclusive a possibilidade de troca de informações sobre Grupos Terroristas e Atentados Terroristas Transnacionais.

Outro fato relevante das regras Antiterror propostas pela UE está no cuidado com os materiais considerados e utilizados como propaganda a favor do Terror nas redes sociais, uma preocupação voltada ao aliciamento de recrutas que poderão agir dentro e fora dos Estados em nome de determinado Grupo Terrorista.

No entanto, a própria Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), expõe a possibilidade de Atentados Terroristas em território nacional, conforme notícia exposta no *site* oficial de notícias UOL[318]:

> A possibilidade de ameaça terrorista no Brasil tomou fôlego novamente esta semana depois que a Abin (Agência Brasileira de Inteligência) confirmou a autenticidade de um perfil e de uma mensagem postada em novembro do ano passado.
> Um suposto integrante do Estado Islâmico postou no twitter uma ameaça ao país. A mensagem "Brasil vocês são nosso próximo alvo" foi postada em novembro do ano passado pelo francês Maxime Hauchard, logo após os atentados que deixaram 129 mortos e dezenas de feridos, na França.

A ABIN já teve acesso a informações de possíveis Atentados Terroristas Transnacionais junto à *internet*. Este tipo de divulgação necessita sempre de acompanhamento e ações para evitar que se tornem fatos reais, por meio da implantação de procedimentos aplicáveis na prevenção de qualquer possibilidade de atentados em território nacional.

A reportagem ainda complementa[319]:

> [...], o que antes era um monitoramento de pessoas que usavam o país como refúgio ou davam apoio financeiro a estes grupos, passou a ser uma preocupação mais intensa em função dos chamados "lobos solitários", ou seja, pessoas que não estão diretamente ligadas a grupos extremistas, mas sim simpáticas à causa e podem agir de maneira isolada.

Para tanto, novos locais e Estados podem ser tornar alvos para os Atentados Terroristas Transnacionais e o Brasil não está forma desse perfil, cabendo, às autoridades competentes criar estruturas legais e técnicas para evitar Atentados em solo brasileiro. Todavia, a Lei Brasileira Antiterrorismo demonstra estar mais voltada a controlar manifestações de rua, como as registradas a partir de 2013, e intensificadas em 2016, ano de aprovação da lei.

---

[318] NEVES, Marcio. Abin confirma ameaça terrorista contra o Brasil; 'lobos solitários' preocupam. **Uol Notícias**, 14 abr. 2016, Internacional. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ ultimas-noticias/2016/04/14/abin-identifica-ameaca-terrorista-no-brasil.htm>. Acesso em: 08 de out. 2017.

[319] NEVES, Marcio. Abin confirma ameaça terrorista contra o Brasil; 'lobos solitários' preocupam. **Uol Notícias**, 14 abr. 2016, Internacional. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ ultimas-noticias/2016/04/14/abin-identifica-ameaca-terrorista-no-brasil.htm>. Acesso em: 08 de out. 2017.

Importante destacar que nenhum Estado está a salvo de um possível Atentado Terrorista Transnacional, inclusive o Brasil, conforme verificado no decorrer desse trabalho.

PARTE II

CAPÍTULO 4

"GUERRA AO TERROR" X DIREITOS HUMANOS: PRINCIPAIS NORMATIVAS PROPOSTAS PELA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU) E ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE (EUA) VERIFICADAS À LUZ DA "SOCIEDADE DE RISCO" PROPOSTA POR ÜLRICH BECK

Este capítulo traz a evolução das principais regras propostas pela ONU com relação ao Terrorismo, em especial, o Terrorismo Transnacional e as legislações inferidas pelos EUA com relação ao Terrorismo Transnacional, ou seja, aponta-se as normativas aplicadas após os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, interna e externamente do território estadunidense.

Nesse sentido, existe uma dualidade entre a "Guerra ao Terror" imposta pelos EUA, em uma tentativa de impedir novos Atentados Terroristas Transnacionais, sobretudo em seu território, invade territórios, como o Iraque e impõe suas necessidades acima de outro Estado ou da esfera internacional, desrespeitando, muitas vezes, direitos já consagrados ou em processo de evolução. Isso ocorre com os Direitos Humanos, em especial a Liberdade e a Dignidade Humana, que nem sempre são respeitadas quando há invasões para a procura e captura de possíveis Terroristas Transnacionais.

O mundo vive um momento de Terror causado pelos Atentados Terroristas Transnacionais já perpetrados em diversos continentes, sendo intensificados após os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001.

Outra fonte de Terror, que surge como uma externalidade aos atentados já praticados é a dúvida de onde será o próximo ataque e de que maneira o mesmo ocorrerá, pois nota-se que as ferramentas utilizadas podem ser as mais usuais em situações de conflitos armados, como armas, estiletes e facas; ou não tão usuais, como aviões e caminhões lançados contra pessoas e prédios, tanto nos EUA, quanto na UE, por exemplo.

Instrumento também usados pelos Grupos Terroristas Transnacionais são as mídias, sejam elas próprias (gravações de filmes com o assassinato de pessoas) ou propagandas para recrutar jovens que queiram participar da “causa” proposta por determinado Grupo Terrorista Transnacional. Esses materiais são disseminados nas redes sociais, e veiculados indireta pelas imprensas nacionais e internacionais que fazem as coberturas jornalistas (muitas ao vivo) dos Atentados Terroristas Transnacionais, e as replicam nos mais diversos idiomas, horários e Estados.

Percebe-se, com isso, que determinadas ferramentas são fundamentais para os Atentados Terroristas Transnacionais, quais sejam, a Logística e as Tecnologias de Comunicação e de informática.

Observando o Terror causado pelos atentados e por possíveis novas investidas, os instrumentos utilizados para tal e a propagação da mídia, tem-se uma Sociedade Internacional que vive com Medo e na perspectiva que a qualquer momento e em qualquer local poderá haver um novo Atentado Terrorista Transnacional. É uma Sociedade de Risco, que trabalha para minimizar a precipitação de um novo ataque (como a “Guerra ao Terror”), nem que para isso seja preciso desrespeitar regras propostas pelos Direitos Humanos, tal como os Grupos Terroristas o fazem.

4.1 PRINCIPAIS NORMATIVAS PROPOSTAS PELA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU) E ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE (EUA), NO QUE TANGE AO TERRORISMO, EM ESPECIAL O TERRORISMO TRANSNACIONAL

Os EUA foram o primeiro Estado, que se tem conhecimento, a sofrer diretamente em seu território um Atentado Terrorista Transnacional, conhecido como

"Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001", marco para o surgimento do Terrorismo Transnacional, e o fundamento à revisão das relações entre os países, tal como a criação e colocação em prática de normas por diversos Estados, entre eles os EUA, objeto deste tópico da tese doutoral.

No que tange à "Guerra ao Terror" e os governantes, expõe Chomsky[320] que:

> [...] os dirigentes do mundo precisam deixar claro que eles não se submetem a nenhuma autoridade. Portanto, não aceitam a ideia de que deveriam apresentar provas, não concordam que deveriam solicitar a extradição; na verdade, eles rejeitam a autorização do Conselho de Segurança da ONU, rejeitam-na categoricamente. Os Estados Unidos poderiam ter obtido facilmente uma autorização clara e inequívoca – não por motivos justificáveis, mas poderiam tê-la obtido. No entanto, eles rejeitaram essa opção.

Para o autor, os governantes das denominadas Grandes Potências costumam demonstrar que não estão submetidos a regras de outros Estados, organizações nacionais e/ou internacionais. Essa situação fica visível na posição dos EUA em não solicitar à ONU autorização para invadir o Iraque, dando início à denominada "Guerra ao Terror", cujas consequências são observadas até os dias atuais.

Sobre os Atentados Terroristas Transnacionais e a reação dos EUA e da ONU, destaca Arend[321] que:

> Os ataques terroristas aos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001 foram imediatamente referenciados por boa parte da mídia, da academia e da opinião pública como marcos históricos incontestáveis. A partir daquele dia, uma nova era tinha início. O que ficava definitivamente para trás era a lógica da Guerra Fria e o curto período da indecisão política internacional que a seguiu, entre 1991 e aqueles inacreditáveis eventos. As diferenças, contudo, não estavam claras: o que seria da suposta hegemonia norte-americana? Os EUA usariam da diplomacia e multilateralismo como resposta aos ataques ou empregariam as velhas políticas do unilateralismo de superpotência? Como se comportaria o mundo e os aliados norte-americanos no caso de realinhamentos necessários por uma *Guerra ao Terror*? Qual seria o papel da ONU e das demais organizações internacionais frente ao

[320] CHOMSKY, Noam. **Mídia:** propaganda política e manipulação. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. p. 86-87.
[321] AREND, Hugo. O 11/9 e seus significados teóricos e políticos para a segurança internacional. *In*: BORGES, Rosa Maria Zaia; AMARAL, Augusto Jobim do; PEREIRA, Gustavo Oliveira de Lima (Orgs.). **Direitos Humanos e Terrorismo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 114.

> problema do terrorismo? [...].

Ressalta o autor que os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, foram mostrados pela mídia para todo o planeta, sendo estes propostos como marco de surgimento do Terrorismo Transnacional. Contudo, surgiram algumas dúvidas: como se daria a posição estadunidense com relação a tal agressão a seu território e de que maneira a ONU reagiria frente ao Terrorismo Transnacional.

O teórico apresenta algumas situações extremamente importantes e que mudaram a relação dos Estados após os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001.

Tais atentados demonstraram o poderio bélico e a capacidade política internacional que os EUA tinham e que mantinham discretos desde a Guerra Fria. A maior potência econômica e bélica ainda se mantinha, com certeza, nesse patamar, e sua força conseguiu aliados, como Inglaterra e Espanha, na “Guerra ao Terror”. Porém, todos pagariam mais tarde preços altos por tais atos.

Os Estados, a ONU e demais organizações internacionais encontravam-se perdidas com tais atentados e trabalhando ao máximo para evitar o início de uma guerra contra um inimigo sem rosto, território ou uniforme, mas provido de cidadãos de diversas nacionalidades espalhados por vários Estados, utilizando-se de tecnologia, da mídia, armamentos e veículos de transporte para colocar em prática o Terror e espalhar o medo em todo o planeta.

Sobre o exposto, complementa Arend[322] que:

> Mais de uma década se passou e a maior parte das perguntas e dúvidas levantadas naquele dia permanecem sem respostas, ou no mínimo, com respostas insuficientes. O que parece inegável é que o 11/9 – como foi enquadrado o evento – chocou todos que o testemunharam. O 11/9 tirou as pessoas de suas zonas de conforto

Muitas questões levantadas com os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 foram respondidas no decorrer da última

[322] AREND, Hugo. O 11/9 e seus significados teóricos e políticos para a segurança internacional. *In*: BORGES, Rosa Maria Zaia; AMARAL, Augusto Jobim do; PEREIRA, Gustavo Oliveira de Lima (Orgs.). **Direitos Humanos e Terrorismo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 114.

década e meia, nesse sentido, sabe-se a posição que os EUA adotaram mediante tais atentados, interna e externamente, tal como as medidas tomadas para evitar novos Atentados Terroristas Transnacionais. Tem-se ainda, diversas Resoluções propostas pela ONU, que expõe a questão do Terrorismo.

Se os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 chocaram o planeta, as medidas adotadas podem chocar ainda mais para se evitar um novo Atentado Terrorista Transnacional, conforme exposto nos tópicos abaixo.

4.1.1 Principais normativas propostas pelos Estados Unidos da América do Norte (EUA), no que tange ao Terrorismo Transnacional

Os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 fizeram com que a maior potência do planeta experimentasse um ataque terrorista em seu território. O número de perdas de vidas e materiais foi grande, tal como o número de feridos. Os atentados atingiram o centro financeiro e comercial do mundo, e o orgulho da maior nação do planeta, convicta de que jamais sofreria uma agressão de tal magnitude em seu território, especialmente de um grupo que não se utilizou de armamentos convencionais, e agiu sem gerar qualquer desconfiança entre as autoridades estadunidenses.

Esses atos fizeram com que os EUA levassem certo tempo para se recuperar do baque sofrido, ou seja, a maior potência econômica e bélica do planeta sofrer um Atentado Terrorista dentro de suas fronteiras. Em nenhum momento cogitou-se essa possibilidade e as autoridades apresentavam tanta perplexidade quanto aqueles que assistiam tudo pela televisão em todo o planeta.

As Torres Gêmeas vieram ao chão (inclusive a queda da segunda foi transmitida ao vivo para todo o mundo), o Pentágono teve parte de sua estrutura destruída e outro avião que havia sido rendido pelos terroristas foi lançado ao solo pelos tripulantes em uma tentativa de se evitar outro ataque contra estruturas nacionais.

Simultâneo ao processo de limpeza, reconstrução física e psicológica de todo o Estado, surgem legislações mais imponentes contra possíveis novos Atentados Terroristas Transnacionais em território estadunidense. No entanto, para funcionarem,

necessitavam ser colocadas em prática em outros Territórios para evitar a entrada de possíveis ameaças, como é o caso do *ISPS Code*[323].

Sobre as principais regras criadas e colocadas em prática pelos EUA, Rato[324] enfatiza:

> A resposta ao 11 de Setembro não se limitou à frente externa. O congresso americano aprova o Patriot Act[325], legislação antiterrorista que visava aumentar os poderes do estado americano para vigiar e monitorizar atividades terroristas. [...]. O Reino Unidos, a Alemanha, a China, a Rússia e outros países também aprovam a legislação antiterrorista que, em muitos casos, ameaça comprometer as liberdades cívicas e o direito à privacidade, as pedras basilares da democracia pluralista. As medidas não evitam novos ataques da al-Qaeda – em Bali, na Turquia, em Londres e outros locais. Mas alguns atentados são inviabilizados, e os Estados Unidos nunca mais foram objeto de ataque *jahadista*.

O autor destaca que os EUA criaram regras para evitar novos Atentados Terroristas Transnacionais, tanto externa quanto internamente. Externamente atacando e invadindo territórios que acreditavam albergar terroristas e internamente com a colocação em prática de Atos que tinham por fundamento aumentar a segurança dentro do território estadunidense.

---

[323] Sobre *ISPC Code*, destaca-se: "*2 Following the tragic events of 11th September 2001, the twenty-second session of the Assembly of the International Maritime Organization (the Organization), in November 2001, unanimously agreed to the development of new measures relating to the security of ships and of port facilities for adoption by a Conference of Contracting Governments to the International Convention for the Safety of Life at Sea, 1974 (known as the Diplomatic Conference on Maritime Security) in December 2002. Preparation for the Diplomatic Conference was entrusted to the Organizationís Maritime Safety Committee (MSC) on the basis of submissions made by Member States, intergovernmental organizations and non-governmental organizations in consultative status with the Organization*." Em tradução livre: "2 Após os trágicos eventos de 11 de setembro de 2001, a vigésima-segunda sessão da Assembléia da Organização Marítima Internacional (a Organização), em novembro de 2001, concordou unanimemente em desenvolver novas medidas relativas à proteção de navios e instalações portuárias para adoção por uma Conferência de Governos Contratantes da Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar de 1974 (conhecida como a Conferência Diplomática sobre Proteção Marítima) em dezembro de 2002. O Comitê de Proteção Marítima da Organização (MSC) ficou encarregado da preparação da Conferência Diplomática com base na apresentação de documentos submetidos pelos Estados Membros, organizações inter-governamentais e não-governamentais que possuem status consultivo com a Organização. " – Fonte: ANTAQ. Agência de Transportes Aquaviários. **ISPS Code.** Disponível em: <http://antaq.gov.br/Portal/IntInter_ISPSCode.asp#.>. Acesso em: 30 jul. 2018.

[324] RATO, Vasco. **Compreender o 11 de Setembro:** dez anos depois. São Paulo: Babel, 2011. p. 88.

[325] Em português: Ato Patriota, porém, também pode-se encontrar como Lei Patriótica.

Nesse sentido, o Decreto denominado *Patriot Act* foi assinado pelo então presidente dos EUA, George W. Bush, em 26 de outubro de 2001, ou seja, logo após os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001.

Este Decreto permitiu que órgãos de segurança, tal como de inteligência estadunidenses, pudessem ter acesso a ligações telefônicas e contas bancárias de pessoas e organizações, estadunidenses ou estrangeiras, que pudessem estar, direta ou indiretamente envolvidas com o financiamento ou com Ataques Terroristas Transnacionais propriamente ditos. Assim, o Estado passou a ter um poder de monitoramento maior sobre todos aqueles que circulavam em seu território, sem a necessidade qualquer autorização da justiça.

Nota-se importante destacar que durante o governo do presidente George W. Bush, o *Patriot Act* foi prorrogado, sendo posteriormente mantido pelo presidente Barack Obama até 2015.

Naquele ano, muitas previsões propostas pelo decreto expiraram e o Congresso estadunidense aprovou o *USA Freedom Act*, em substituição ao *Patriot Act*, contendo novas regras, em especial sobre o acesso aos dados de comunicação dos cidadãos, estrangeiros e estadunidenses. Nesse sentido, o *Act* tinha como fundamento equalizar a espionagem, apoiada na ideia de investigar possíveis Terroristas e, assim, evitar Atentados Terroristas Transnacionais.

O autor descreve que outros Estados também propuseram regras antiterror em seus territórios, como forma de se protegerem de possíveis Atentados Transnacionais, o que por sua vez, evitaria alguns, porém, outros ainda são colocados em prática em diversas partes do planeta.

Nesse sentido, as principais regras, propostas e colocadas em prática pelos EUA são o *Patriot Act* e o *USA Freedom Act*, conforme exposto no quadro-resumo:

Quadro 06: Quadro-resumo das Leis Antiterroristas dos EUA

Data	Norma	Resumo da Norma	Fonte de Pesquisa
26/10/2001	*Patriot Act*	"A “Lei Patriótica” permitiu levantar as restrições legais ao controle de telefonemas particulares, de trocas de e-mails, de registos médicos, de transações bancárias e até de investigações na ausência do visado: uma disposição considerada anticonstitucional."	http://pt.euronews.com/2014/12/09/a-adocao-da-lei-patriotica-que-permite-a-tortura-antiterrorismo. Acesso em 21 de setembro de 2017
03/06/2015	*USA Freedom Act*	"A USA Freedom Act, ou Lei da Liberdade dos EUA, busca um meio termo entre os defensores de uma espionagem opaca e com poucos limites, e os detratores ferrenhos da espionagem eletrônica. Um elemento central da lei é que retira da NSA[326] a capacidade de armazenar dados sobre as chamadas telefônicas de milhões de norte-americanos e coloca essa informação nas mãos das empresas de telefonia. Os espiões poderão ter acesso a esses dados caso a caso e sob prévia autorização judicial."	https://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/02/internacional/1433277585_519201.html. Acesso em 21 de setembro de 2017

Fonte: Elaborado pelo doutorando com base nos endereços eletrônicos destacados no quadro (2017)

Com base no quadro-resumo, percebe-se que, pouco mais de um mês após os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, tem-se a primeira legislação proposta pelos EUA. Trata-se de uma legislação que foi questionada, segundo diversos doutrinadores, por conter regras inconstitucionais, onde o Estado passou a ter acesso a todas as informações quanto julgasse necessárias para colocar em prática seus objetivos, qual seja, evitar que novos Atentados Terroristas Transnacionais como os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 ocorressem em território estadunidense, tirando vidas e gerando prejuízos econômicos e psicológicos.

O *Patriot Act*, ou seja, “Ato Patriota” ou “Lei Patriótica” entra em vigor nos EUA em 26 de outubro de 2001, logo após os Atentados Terroristas de 11 de Setembro de 2001, e permitiu ao Estado acessar, por exemplo, telefonemas

[326] *National Security Agency* (NSA). Em português: Agência de Segurança Nacional.

particulares e trocas de *e-mails* daqueles considerados suspeitos, mesmo sem haver qualquer formalização ou critérios para definir quem e porque determinado cidadão entrava para o rol dos investigados.

Sobre o exposto, destaca Tucker[327] que:

> O governo norte-americano afirma agora ter direito a deter pessoas aqui no país, inclusive cidadãos norte-americanos, coloca-los em confinamento por tempo indeterminado, sem acesso a suas famílias e advogados, e mantê-los detidos, sem acusação formal, até que o presidente resolva que a "guerra contra o terrorismo", ou como ele quiser chamá-la, tenha terminado.

O governo estadunidense passa, com o *Patriot Act,* a ter o direito de deter pessoas, nacionais e estrangeiros que estejam em seu território, sem ao menos ter uma acusação formal contra os mesmos. Esses "suspeitos-prisioneiros" não acessam advogados, famílias ou qualquer órgão que tenham capacidade formal de defendê-los, tal como restituir suas Liberdades ou a Dignidade Humana, que nesse momento, também é agredida. Aqui está mais uma página da "Guerra contra o Terror" proposta pelo *Patriot Act.*

Os acessos, poderiam se dar sem a necessidade de solicitação de autorizações, pois segundo a proposta, tratava-se de um ato para manter a organização e a segurança dos EUA.

Registros gerais médicos (fichas, atestados, receitas para compra de medicamentos controlados), por exemplo, eram alvo de análise por conta do Estado. Extratos bancários passaram a ser verificados de acordo com padrões definidos pelo próprio Estado. Transações bancárias nacionais e internacionais também entraram para a lista de "atos suspeitos" podendo os donos ou envolvidos direta ou indiretamente em transações, também ser considerados suspeitos.

Complementa ainda Balkin[328] que:

> O governo se arroga o direito de negar às pessoas seus direitos fundamentais de cidadania se o ministro da Justiça simplesmente

[327] TUCKER, Neely, *Washington* Post, 3 dez. 2002. Neil A. Lewis, *New York Times*, 9 jan. 2003 *Apud* Chomsky, Noam, **Ambições Imperiais:** o mundo pós-11/9 – em entrevista a David Barsamian. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. p. 40.
[328] BALKIN, Jack M. *Los Angeles Times*, 13 de fevereiro de 2003 *Apud* CHOMSKY, Noam, **Ambições Imperiais:** o mundo pós-11/9 – em entrevista a David Barsamian. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. p. 40.

> *inferir* – não é preciso ter qualquer prova - que de alguma forma a pessoa esteja envolvida em atos que possam ser prejudiciais aos Estados Unidos.

Segundo o autor, para ser suspeito e posteriormente preso não necessitava de muito, bastava ter uma conta ou uma movimentação financeira considerada suspeita pelo governo, por exemplo. Não havia necessidade de prova ou acusação formal contra o suspeito. O Direito à Liberdade era cerceado pelo governo estadunidense, que aplicava tais regras propondo aumentar a segurança interna e a liberdade de sua população, por ações contraditórias entre o que pregava e o que aplicava.

Esse Ato alterou a relação dos EUA com seus cidadãos e com muitos estrangeiros que estavam de passagem ou possuíam residência nos EUA. O país foi criticado por parte da população que considerava tais atos um exagero e uma invasão de privacidade (em um Estado que considera a privacidade algo essencial), outros apoiavam mecanismos utilizados, pois tratava-se de uma forma de se evitar novos Atentados Terroristas Transnacionais dentro do território dos EUA.

Ressaltam ainda Fernandes e Morella Junior[329] que:

> O Patriot Act foi uma das reações tomadas pelo governo americano para combater os atos de terrorismo perpetrados no dia 11 de setembro de 2001. Foi assinado pelo presidente George Bush em 26 de outubro de 2001, visando expandir o nível de atuação de agências nacionais de segurança (FBI), bem como das internacionais de inteligência (CIA), conferindo-lhes poderes ainda não conhecidos.

O Decreto serviu como uma alternativa do governo estadunidense para combater o Grupo Terrorista que atacou seu território, ao expandir o nível de atuação de suas principais agências de segurança interna e externamente. Assim, estas puderam trabalhar questões relacionadas à segurança no acesso à dados privados de estrangeiros e estadunidenses, dentro ou fora do território.

---

[329] FERNANDES, Fernanda Sell de Souto Goulart; MORELLA Junior, Jorge Hector. Garantia dos Direitos Fundamentais no combate ao terrorismo: a restrição à democracia no *Patriot Act*. *In* OLIVIERO, Maurizio; CRUZ, Paulo Márcio (Orgs). **As trajetórias multidimensionais da globalização** [recurso eletrônico]. Itajaí: UNIVALI, 2014. p. 254.

Complementam Fernandes e Morella Junior[330]: “Discute-se, então, até que ponto pode o Estado, sobre a pretensa justificativa de segurança nacional, sobrepor-se aos Direitos Fundamentais[331] dos cidadãos em um verdadeiro Estado Democrático”.

Para tanto, questionou-se até que ponto o Estado, alegando questões relacionadas à segurança pode se sobrepor aos Direitos Fundamentais dos cidadãos nacionais e estrangeiros em seu território. Tal Ato trouxe novas perguntas até então incomuns junto à sociedade estadunidense.

Torna-se importante também verificar o exposto por Willis[332] com relação à percepção dos estadunidenses por outras populações:

> Embora os EUA estejam sempre prontos para encontrar soluções militares para dilemas que, no fundo, são de natureza política e econômica, desde o 11 de Setembro tem havido alguma discussão sobre os motivos que criam tamanha hostilidade contra os norte-americanos.

O autor traz uma importante reflexão de que os EUA poderiam encontrar soluções para seus problemas a partir da economia e da política, no entanto, utilizam-se da força e dos armamentos bélicos para chegar aos seus objetivos, o que, por sua vez, cria uma hostilidade contra os estadunidenses. Tal reflexão se fez especialmente após os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001.

---

[330] FERNANDES, Fernanda Sell de Souto Goulart; MORELLA Junior, Jorge Hector. Garantia dos Direitos Fundamentais no combate ao terrorismo: a restrição à democracia no *Patriot Act*. *In* OLIVIERO, Maurizio; CRUZ, Paulo Márcio (Orgs). **As trajetórias multidimensionais da globalização** [recurso eletrônico]. Itajaí: UNIVALI, 2014. p. 254.

[331] Sobre Direitos Fundamentais, destaca Ferrajoli que: “Proponho uma definição teórica, puramente formal ou estrutural, de “direitos fundamentais”: são “direitos fundamentais” todos aqueles direitos subjetivos que dizem respeito universalmente a “todos” os seres humanos enquanto dotados do status de pessoa, ou de cidadão ou de pessoa capaz de agir. Compreendo por “direito subjetivo” qualquer expectativa positiva (a prestação) ou negativa (a não lesão) vinculada a um sujeito por uma norma jurídica, e por status a condição de um sujeito prevista também esta por uma norma jurídica positiva qual pressuposto da sua idoneidade a ser titular de situações jurídicas e/ou autor dos atos que estão em exercício”. FERRAJOLI, Luigi. **Por uma Teoria dos Direitos e dos Bens Fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011. p. 09.

[332] WILLIS, Susan. **Evidências do real:** Os Estados Unidos pós-11 de Setembro. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 56-57.

Sobre o exposto destaca Rato[333] que “A reação dos Estados Unidos aos dramáticos ataques de 11 de Setembro de 2001 polarizou opiniões mundiais ao longo destes últimos dez anos”.

As opiniões sobre as regras colocadas em prática pelos EUA foram apoiadas por determinado grupo e debatida por outro, uma vez que ambas as partes acreditavam possuir argumentos para advogar em nome de determinada causa.

Esses conflitos ideológicos passam ser replicados dentro e fora do território estadunidense, sendo o mesmo intensificado com a entrada em vigor do *USA Freedom Act.*

Em 03 de junho de 2015, sob o governo de Barak Obama, é sancionado nos EUA o *USA Freedom Act*, também chamado de “Ato de Liberdade” ou “Lei de Liberdade”. Este, por sua vez, surge em um momento em que os EUA passam a espionar pessoas, chefes de Estado, empresas e cidadãos comuns no seu e em outros territórios.

Esta situação tinha como escusa a ideia de se impedir novos Atentados Terroristas Transnacionais, sendo isso possível pelo combate aos planos na sua origem, antes de serem colocados em prática por Grupos Terroristas Transnacionais ou Lobos Solitários.

A espionagem poderia ser contra Estados, por exemplo, que não tinham qualquer relação com os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 e que eram inclusive denominados aliados dos EUA. Nesse sentido, o Ato pretendia criar limites para os excessos cometidos.

Um elemento controverso nesse Ato é que o mesmo retira da NSA a possibilidade de guardar dados sobre as chamadas telefônicas, colocando essa informação nas mãos das empresas de telefonia.

---

[333] RATO, Vasco. **Compreender o 11 de Setembro:** dez anos depois. São Paulo: Babel, 2011. p. 88.

Destaca-se ainda que esta legislação não exclui as legislações criadas e colocadas em prática pelos estados-membros que compõem os EUA, estando uma complementando a outra.

Assim, nota-se que a reação dos EUA com relação aos Ataques Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 foi sentida interna e externamente ao território estadunidense.

Os Atos Antiterror praticados pelos EUA inicialmente dividiram opiniões de estadunidenses e estrangeiros que naquele território se encontravam de passagem, tal como aqueles que lá viviam.

Depois, a divisão da opinião pública se deu em nível mundial, uma vez que tais decretos colocavam em risco direitos fundamentais de pessoas não mais somente em território estadunidense, mas também em outros locais do planeta, como, por exemplo, o Afeganistão, invadido pelos EUA e seus aliados com a desculpa de se capturar e prender membros do Grupo Terrorista Transnacional que atacara o solo estadunidense em 11 de setembro de 2001, evitando-se novos Atentados Terroristas Transnacionais.

Outra ação colocada em prática pelos EUA foi a “Guerra ao Terror” que tinha como finalidade prender os Terroristas Transnacionais que atentaram contra o território estadunidense, e para tal, utilizou-se de invasões, da privacidade de dados ao território em si.

Destaca-se ainda que a ONU também criará e colocará em prática regras que deverão ser seguidas por seus membros, como alternativa de se minimizar riscos e evitar novos Atentados Terroristas Transnacionais, conforme exposto no próximo tópico dessa tese doutoral.

4.1.2 Principais normativas propostas Organização das Nações Unidas (ONU), no que tange ao Terrorismo Transnacional

Os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, farão com que a ONU coloque em prática novas resoluções, no sentido, de minimizar ou

evitar Atentados Terroristas Transnacionais, como ocorrera em 11 de setembro de 2001.

Assim, cabe destacar o observado por Barber[334], no que tange aos Terroristas Transnacionais e o Medo:

> Os terroristas descobriram o sinistro segredo do estado de natureza hobbesiano: num mundo de medo e incerteza mesmo o mais fraco pode matar o mais forte; o medo da morte pode ser mais paralisante do que a própria morte; e para superar a insegurança, os homens podem se deixar tentar a renunciar à liberdade – a menos que consigam descobrir uma fórmula pela qual possam abandonar a anarquia natural sem deixar de lado a liberdade.

Os Grupos Terroristas Transnacionais aprimoraram a técnica do Terror, sendo esta uma das principais ferramentas utilizadas por eles. Os Atentados Terroristas Transnacionais já não são somente o ápice de tais grupos, também o é a propaganda divulgada pelas mídias, de maneira direta ou indireta para todo o planeta. Esta nova modalidade de Terrorismo propõe que qualquer pessoa em qualquer lugar pode ser mais uma vítima de um novo atentado.

Pessoas físicas ou jurídicas, tal como Estados passaram a ser alvos e com isso, tem-se que Grupos Terroristas Transnacionais, até então pouco conhecidos incidiram a aterrorizar as mais diversas sociedades, que vivem sob o risco de novas agressões. O medo proposto a partir do risco de um novo Atentado Terrorista Transnacional impulsiona governos e populações inteiras a alterar seu cotidiano, criando ferramentas de proteção contra algo que talvez nunca ocorra, mas cujo risco é real e iminente.

O medo se tornou a principal moeda imposta pelos Grupos Terroristas Transnacionais, especialmente o medo de morrer a qualquer hora, em qualquer lugar, por meio de um novo Atentado Terrorista Transnacional, pelo uso de armas de fogo, facas, estiletes, aviões colididos contra prédios e símbolos, ou caminhões e automóveis investidos para atropelar pessoas que estejam caminhando ou passeando pelas ruas, como ocorrido na França e na Alemanha, por exemplo.

---

[334] BARBER, Benjamin R. **O império do medo** guerra, terrorismo e democracia. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 93.

No que tange às regras propostas pelas ONU sobre Terrorismo Transnacional, lembra Cretella Neto[335]:

> A Segunda Guerra Mundial desviou a atenção da comunidade internacional para determinadas questões, à época mais prementes do que o terrorismo – sobretudo para conceituar crimes de guerra, crimes contra a Humanidade, genocídio e agressão, bem como para processar e julgar os responsáveis pelas atrocidades cometidas no conflito [...]

A Segunda Grande Guerra e suas externalidades, mesmo décadas depois de seu fim, continuaram a ocupar grande parte das agendas internacionais, uma vez que agressões de toda forma e crimes contra a Humanidade foram apurados e, sempre que possível, julgados sob forma de condenação dos responsáveis por tais atos de Terror.

Para tanto, os Atentados Terroristas, muitas vezes eram vistos como casos isolados ocorridos em determinadas partes do planeta, não sendo dado, nesse sentido, a atenção necessária às “mensagens” dos Terroristas.

Com raras exceções, somente após os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 que a Sociedade Internacional passou a observar e temer pela segurança de governos e populações inteiras. Em concomitância, partir desse momento, novas e contemporâneas regras, com condições de se contrapor a esta nova forma de Terror, foram colocadas em prática por Estados e Organismos Internacionais.

Sobre o exposto, ressalta Rato[336] que:

> O 11 de Setembro – e os impasses verificados no Conselho de Segurança das Nações Unidas nos meses que antecederam a guerra ao Iraque – consolidava a convicção de que era urgente definir uma nova configuração normativa e institucional. E para isso era, desde logo, necessário alterar, redefinir as regras que determinariam as relações entre os estados, particularmente as normas referentes à soberania, ao uso da força e à autodefesa. As novas regras exigiam novas instituições que garantissem a sua legitimidade e a sua operacionalidade. Considerado por esse prisma, o uso da força no Iraque seria, ao mesmo tempo, um primeiro passo para redefinir um conjunto vasto de regras. Contudo, a administração optou por não se

[335] CRETELLA NETO. José. **Terrorismo Internacional**: inimigo sem rosto – combate sem pátria. Campinas: Millennium Editora, 2008. p. 563.
[336] RATO, Vasco. **Compreender o 11 de Setembro:** dez anos depois. São Paulo: Babel, 2011. p. 87.

> empenhar numa redefinição da arquitetura multilateral.

O Conselho de Segurança da ONU, seguindo o movimento de muitos Estados após os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, reviu regras e instrumentos que pudessem combater esse antigo inimigo, agora munido de novas ferramentas.

Nesse sentido, a Guerra do Iraque serviu como trampolim para a criação e colocação em prática de novas regras para reduzir ou eliminar o Terrorismo Transnacional, porém, estas se deram sem alterar a estrutura internacional e multilateral há muito proposta.

Sobre os órgãos que constituem a ONU, ressalta Cretella Neto[337] que:

> É preciso assimilar que todos os órgãos da ONU já se manifestaram, de uma maneira ou de outra, acerca de atos de terrorismo e provavelmente se envolverão cada vez mais, sempre que necessário. Assim, a Assembléia-Geral atua por meio de resoluções, exaustivos debates, adoção de projetos de convenções [...]

A ONU manifestou-se em diversos momentos com novas ações contra possíveis Atentados Terroristas Transnacionais. Na existência do risco de novos atentados, a organização se envolve cada vez mais com esta questão que, atualmente, deixou de ser um tema de menor importância junto às agendas internacionais para assumir o centro de discussões em diversas partes do planeta.

Para tanto, a ONU cria e sanciona resoluções, propõe discussões sobre o tema e trabalha no sentido de se adotar convenções internacionais que possam, de alguma forma, reduzir o risco ou eliminar novos Atentados Terroristas Transnacionais.

Nesse sentido, é importante verificar junto a dois dos principais órgãos da ONU as ações propostas e praticadas desde os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, como alternativa de se reduzir ou evitar novos atentados.

---

[337] CRETELLA NETO. José. **Terrorismo Internacional**: inimigo sem rosto – combate sem pátria. Campinas,: Millennium, 2008. p. 565.

Expõe-se que, a partir da década de 1960, foram celebrados diversos instrumentos[338] legais, fundamentados na punição dos responsáveis por Atentados Terroristas, conforme segue:

[338] Existem outros instrumentos e resoluções sobre o tema, no entanto, para essa tese doutoral utilizou-se somente os mais relevantes na fundamentação da mesma. Destaca-se ainda, que o texto original se encontra em língua espanhola, conforme exposto no quadro-resumo em itálico, no entanto, no mesmo, encontra-se também a tradução do texto para a língua portuguesa, sendo esta feita livremente pelo doutorando.

Quadro 07: Quadro-resumo dos Instrumentos Antiterrorismo

Ano	Instrumento	Resumo do Instrumento
1963	"Convenção relativa às infracções e a Outros Atos Cometidos a Bordo de Aeronaves" *"Convenio sobre las Infracciones y Ciertos Otros Actos Cometidos a Bordo de las Aeronaves"*	• "Aplica-se aos atos que afetem a segurança durante o voo; • Autoriza o comandante da aeronave a impor medidas razoáveis, inclusive coercitivas, contra toda pessoa que o leve a crer que tenha cometido ou que está a ponto de cometer um ato nesse sentido; • Exige que os Estados contratantes assumam a custódia dos criminosos e devolvam o controle da aeronave ao seu legítimo comandante." • *"Se aplica a los actos que afecten a la seguridad durante el vuelo;* • *Autoriza al comandante de la aeronave a imponer medidas razonables, incluso coercitivas, contra toda persona que le dé motivos para creer que ha cometido o está a punto de cometer un acto de esa índole, siempre que sea necesario para proteger la seguridad de la aeronave; y* • *Exige que los Estados contratantes asuman la custodia de los delincuentes y devuelvan el control de la aeronave a su legítimo comandante."*
2005	"Emendas à Convenção sobre a Proteção Física dos Materiais Nucleares" *"Enmiendas a la Convención sobre la Protección Física de los Materiales Nucleares"*	• "Estabelece a obrigação juridicamente vinculante dos Estados-partes de proteger as instalações e os materiais nucleares de uso nacional com fins práticos, assim como seu armazenamento e transporte; e • Dispõem uma maior cooperação entre os Estados com respeito à aplicação de medidas rápidas para localizar e recuperar o material nuclear roubado ou contrabandeado, atenuando qualquer consequência radiológica ou sabotagem, e prevenir e combater os delitos conexos;" • *"Establecen la obligación jurídicamente vinculante de los Estados Partes de proteger las instalaciones y los materiales nucleares de uso nacional con fines pacíficos, así como su almacenamiento y transporte; y* • *Disponen una mayor cooperación entre los Estados con respecto a la aplicación de medidas rápidas para localizar y recuperar el material nuclear robado o de contrabando, mitigar cualquier consecuencia radiológica del sabotaje y prevenir y combatir los delitos conexos."*
2005	"Protocolo de 2005 do Convênio para a Repressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Navegação Marítima" *"Protocolo de 2005 del Convenio para la Represión de Actos Ilícitos contra la*	• "Criminaliza o uso de um navio como mais uma ferramenta a ser utilizada em ato de terrorismo; • Criminaliza o transporte a bordo de navio, de materiais, tendo-se conhecimento que os mesmos são destinados para armazenar ou para causar, morte, lesões graves ou danos em atos terroristas. • Criminaliza o transporte a bordo de um navio, de pessoas que tenham cometido atos de terrorismo; e • Apresenta procedimentos para regular o embarque de um navio suspeito de ter cometido uma infracção nos termos da Convenção."

	Seguridad de la Navegación Marítima”	• *“Tipifica como delito la utilización de un buque como instrumento para favorecer la comisión de un acto de terrorismo;* • *Tipifica como delito el transporte a bordo de un buque de diversos materiales a sabiendas de que se pretende usarlos para causar, o para amenazar con causar, la muerte, lesiones graves o daños, a fin de favorecer la comisión de un acto de terrorismo;* • *Tipifica como delito el transporte a bordo de un buque de personas que han cometido actos de terrorismo; e* • *Introduce procedimientos para regular el embarque en un buque sospechoso de haber cometido un delito previsto por el Convenio.”*
2005	“Convenção Internacional para a Repressão dos Atos de Terrorismo Nuclear” *“Convenio Internacional para la Represión de los Actos de Terrorismo Nuclear”*	• “Abrange uma vasta gama de atos e possíveis alvos, incluindo a energia nuclear e os reatores nucleares; • Contemplar a ameaça e a tentativa de cometer tais crimes ou para participar, como cúmplice; • Estabelece que os criminosos sejam julgados ou extraditado; • Incentiva os Estados a cooperar na prevenção de ataques terroristas através da partilha de informação e de assistência mútua em investigações criminais e processos de extradição; e • Abrange tanto as situações de crise (assistir os Estados-Membros para resolver a situação) e de pós-crise (eliminação de materiais nucleares através da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), de modo a garantir a sua segurança).” • *“Abarca una amplia gama de actos y posibles objetivos, entre ellos las centrales y los reactores nucleares;* • *Contempla la amenaza y la tentativa de cometer dichos delitos o de participar en ellos, en calidad de cómplice;* • *Establece que los delincuentes deberán ser enjuiciados o extraditados;* • *Alienta a los Estados a que cooperen en la prevención de atentados terroristas intercambiando información y prestándose asistencia mutua en las investigaciones penales y los procedimientos de extradición; y* • *Contempla tanto las situaciones de crisis (prestación de asistencia a los Estados para resolver la situación) como las situaciones posteriores a la crisis (disposición del material nuclear por conducto del Organismo Internacional de Energía Atómica (OIEA) a fin de garantizar su seguridad).”*
2010	“Convenção para a Repressão de Atos Ilícitos relativos à Aviação Civil Internacional” *“Convenio para la Represión de Actos Ilícitos Relacionados*	• “Criminaliza o ato de utilizar aeronaves civis como armas para causar a morte, ferimentos ou danos; • Criminaliza o ato de utilizar aeronaves civis para baixar biológicas, químicas e nucleares ou substâncias similares para causar a morte, ferimentos ou danos, ou o acto de utilização destas substâncias para atacar uma aeronave civil;

	con la Aviación Civil Internacional"	• Criminaliza o transporte ilícito de armas biológicas, químicas e nucleares ou certos materiais relacionados; • Um *cyber* ataque dirigido contra instalações de navegação aérea constitui uma infração; • Uma ameaça de cometer um delito pode ser um crime em si, se a ameaça for real; • A conspiração, ou seu equivalente, é punível." --- • *"Tipifica como delito el acto de usar aeronaves civiles como armas para causar la muerte, lesiones o daños;* • *Tipifica como delito el acto de usar aeronaves civiles para descargar armas biológicas, químicas y nucleares o sustancias similares para causar la muerte, lesiones o daños, o el acto de usar estas sustancias para atacar una aeronave civil;* • *Tipifica como delito el transporte ilícito de armas biológicas, químicas y nucleares o determinados materiales conexos;* • *Un ataque cibernético dirigido contra instalaciones de navegación aérea constituye un delito;* • *La amenaza de cometer un delito puede ser un delito en sí misma, si la amenaza es verosímil;* • *El concierto para delinquir, o su equivalente, es punible."*

Fonte: Elaborado pelo doutorando[339]

Nota-se que na "Convenção para a Repressão de Atos Ilícitos relativos à Aviação Civil Internacional", proposta no quadro-resumo, tem-se *"uma ameaça de cometer um delito pode ser um crime em si, se a ameaça for real"*. A situação proposta concorda com a ideia do Terrorismo Transnacional, que trabalha com a possibilidade de causar o Terror em qualquer lugar do mundo. Assim, percebe-se a "Sociedade de Risco", sendo o risco uma possibilidade plausível e real de novo Atentado Terrorista Transnacional.

Com base no quadro proposto, são diversos os instrumentos propostos para evitar Atentados Terroristas Transnacionais. Parte deles foram implementados especialmente em detrimento dos Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001. Também é importante apresentar a Assembleia-Geral da ONU e o Conselho de Segurança da ONU, conforme segue.

[339] Os dados para a elaboração do presente quadro foram extraídos de: ONU. Naciones Unidas. **Oficina de Lucha Contra el Terrorismo**. Disponível em: < http://www.un.org/es/counterterrorism/legal-instruments.shtml>. Acesso em: 30 mai. 2018.

4.1.2.1 Assembleia-Geral da ONU e o Conselho de Segurança da ONU

A ONU, através de seus órgãos e comitês, está em constante processo de criação e colocação em prática de resoluções no intuito de reduzir ou evitar a ocorrência de novos Atentados Terroristas Transnacionais no planeta. Nesse sentido, cabe destacar a Assembleia-Geral da ONU, tal como as principais resoluções propostas e colocadas em prática pela mesma.

Sobre a Assembleia-Geral, observa-se o que propõe o sítio oficial da ONU[340]:

> A Assembleia Geral da ONU é o principal órgão deliberativo da ONU. É lá que todos os Estados-Membros da Organização (193 países) se reúnem para discutir os assuntos que afetam a vida de todos os habitantes do planeta. Na Assembleia Geral, todos os países têm direito a um voto, ou seja, existe total igualdade entre todos seus membros.
> Assuntos em pauta: paz e segurança, aprovação de novos membros, questões de orçamento, desarmamento, cooperação internacional em todas as áreas, direitos humanos, etc. As resoluções – votadas e aprovadas – da Assembleia Geral funcionam como recomendações e não são obrigatórias.

A Assembleia-Geral da ONU é o principal órgão deliberativo da organização, local onde os Estados-Membros se reúnem para discutir temas que podem influenciar o planeta. Nesta, todos votam e, entre os assuntos discutidos, têm-se questões relacionadas ao desarmamento, cooperação internacional e Direitos Humanos, tópicos diretamente relacionados ao Terrorismo Transnacional. Ao final, as resoluções aprovadas por seus membros funcionam como recomendações, sem imposição legal ou obrigatoriedades.

Complementa ainda o sítio oficial da ONU[341] no que tange às principais funções da Assembleia-Geral:

- Discutir e fazer recomendações sobre todos os assuntos em pauta na ONU;
- Discutir questões ligadas a conflitos militares – com exceção daqueles na pauta do Conselho de Segurança;
- Discutir formas e meios para melhorar as condições de vida das

[340] ONU BR. Nações Unidas no Brasil. **A Assembleia Geral.** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca/como-funciona/assembleia-geral/>. Acesso em: 31 jul. 2018.
[341] ONU BR. Nações Unidas no Brasil. **A Assembleia Geral.** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca/como-funciona/assembleia-geral/>. Acesso em: 31 jul. 2018.

crianças, dos jovens e das mulheres;
- Discutir assuntos ligados ao desenvolvimento sustentável, meio ambiente e direitos humanos;
- Decidir as contribuições dos Estados-Membros e como estas contribuições devem ser gastas;
- Eleger os novos Secretários-Gerais da Organização.

Muitas temáticas são discutidas na Assembleia-Geral da ONU, destacando-se aquelas que envolvem conflitos militares e as alternativas para melhorar a condição de vida de pessoas em todo o planeta. Importante destacar ainda que os Direitos Humanos também são aventados junto à Assembleia-Geral, além de relacionarem-se direta ou indiretamente ao Terrorismo Transnacional, quando ligados a conflitos causadores do deslocamento de pessoas de sua terra-natal.

Destaca-se que a Assembleia-Geral da ONU aprovou a criação de um escritório voltado para situações que abarcam o Terrorismo Transnacional. Conforme o exposto no sitio oficial da ONU[342] que:

> [...] o Escritório teria cinco funções principais: a primeira é liderar os mandatos de combate ao terrorismo da Assembleia Geral administrados pelo secretário-geral em todo o Sistema das Nações Unidas. Outra função é reforçar a coordenação e a coerência entre as 38 entidades da Força-Tarefa de Implementação da Estratégia de Contraterrorismo, para assegurar a implementação equilibrada dos quatro pilares da estratégia global das Nações Unidas contra o terrorismo.
> O escritório também reforçará a assistência prestada aos Estados-membros pelas Nações Unidas no domínio do combate ao terrorismo; bem como melhorar a visibilidade, promoção e mobilização de recursos para os esforços das Nações Unidas contra o terrorismo. Por último, o escritório se certificará sobre a prioridade dada ao combate ao terrorismo em todo o Sistema das Nações Unidas, e que o importante trabalho sobre a prevenção do extremismo violento esteja firmemente enraizado na Estratégia.

O Escritório tem funções definidas na luta contra a prevenção de novos Atentados Terroristas Transnacionais, mais uma ferramenta criada pela ONU e apoiada por seus Estados-membros, transformada em local de ajuda e discussão sobre Terrorismo.

---

[342] ONU BR. Nações Unidas no Brasil. **Assembleia Geral da ONU cria escritório contra terrorismo**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca/como-funciona/assembleia-geral/>. Acesso em: 01 ago. 2018.

Outro importante órgão é o Conselho de Segurança da ONU, que também cunha e coloca em prática resoluções para evitar novos Atentados Terroristas Transnacionais em outras regiões do planeta. Trata-se de um importante órgão da Organização constante trabalho entre outras situações, naquelas relacionadas ao Terrorismo Transnacional.

Sobre o Conselho de Segurança da ONU, nota-se o exposto no seu sítio oficial[343]:

> O Conselho de Segurança é o órgão da ONU responsável pela paz e segurança internacionais.
> Ele é formado por 15 membros: cinco permanentes, que possuem o direito a veto – Estados Unidos, Rússia, Reino Unido, França e China – e dez membros não-permanentes, eleitos pela Assembleia Geral por dois anos.
> Este é o único órgão da ONU que tem poder decisório, isto é, todos os membros das Nações Unidas devem aceitar e cumprir as decisões do Conselho.

Esse órgão é importante quando se trata de Terrorismo Transnacional, uma vez que o mesmo é responsável pela manutenção da paz e da segurança global. O mesmo conta com membros permanentes e não-permanentes, eleitos pela Assembleia-Geral para se manter no posto pelo período de dois anos.

O Conselho é o único órgão da ONU que possui poder decisório, ou seja, todos os Estados-membros são obrigados a cumprir suas decisões do mesmo, o que não ocorre com a Assembleia-Geral da ONU, que propõe Recomendações (não obrigatórias) aos Estados-membros.

Observa-se ainda no sítio oficial da ONU[344] as principais funções do Conselho de Segurança:

- Manter a paz e a segurança internacional;
- Determinar a criação, continuação e encerramento das Missões de Paz, de acordo com os Capítulos VI, VII e VIII da Carta;
- Investigar toda situação que possa vir a se transformar em um conflito internacional;
- Recomendar métodos de diálogo entre os países;
- Elaborar planos de regulamentação de armamentos;

---

[343] ONU BR. Nações Unidas no Brasil. **A Assembleia Geral.** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca/como-funciona/assembleia-geral/>. Acesso em: 31 jul. 2018.
[344] ONU BR. Nações Unidas no Brasil. **A Assembleia Geral.** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca/como-funciona/assembleia-geral/>. Acesso em: 31 jul. 2018.

- Determinar se existe uma ameaça para o paz;
- Solicitar aos países que apliquem sanções econômicas e outras medidas para impedir ou deter alguma agressão;
- Recomendar o ingresso de novos membros na ONU;
- Recomendar para a Assembleia Geral a eleição de um novo Secretário-Geral.

Nota-se que entre as principais funções do órgão, tem-se a Segurança e a Paz, o que está atrelado aos movimentos para a redução ou eliminação do risco de novos Atentados Terroristas Transnacionais.

As decisões propostas por este órgão são de suma importância e devem ser seguidas por todos os Estados-membros que o compõem no sentido de se fazer a manutenção da Paz e de se criar um planeta mais seguro para a atual e as futuras gerações.

Para tanto, a ONU, dentro de seus organismos cria formas de manutenção da Mundial, respeitando as diferenças entre culturas, povos e tendo como fundamento a respeito às diversidades.

Importante destacar ainda, o exposto por Hobsbawn[345] “O mundo como um todo não teve paz desde 1914 e não está em paz agora”. Isso define a atual situação do planeta, onde se acredita que haja paz, no entanto, a mesma não pode ser alcançada enquanto muitas pessoas vivem com medo de novos Atentados Terroristas Transnacionais nas mais diversas partes do planeta.

Enquanto populações são obrigadas a deixar seus lares por conta de Grupos Terroristas Transnacionais; povos são expulsos de seus territórios por não concordarem com extremismos; e, principalmente, se há um risco eminente de novo Atentado Terrorista Transnacional, torna-se difícil fala que as comunidades que compõem a colcha de retalho denominada planeta terra estão em paz.

4.2 A “GUERRA AO TERROR” E OS DIREITOS HUMANOS

Os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 em solo estadunidense trouxeram consequências internas e externas para os EUA e para

[345] HOBSBAWN, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 22.

o mundo. A principal consequência observada pelos estadunidenses e demais cidadãos do planeta é a denominada “Guerra ao Terror”, proposta pelo presidente George W. Bush, para capturar os membros do Grupo Terrorista que atacaram os símbolos e locais tidos como orgulho dos EUA.

A “Guerra ao Terror” leva os EUA a invadirem outros territórios e Estados, como foi o caso do Iraque, em uma caçada longa aos terroristas atacaram o solo estadunidense. Muitos prisioneiros foram levados à base de Guantánamo em Cuba.

Essa “Guerra” dividiu opiniões em todo o planeta, onde de um lado tem-se os apoiadores desse movimento e, de outro, aqueles que compreendem tal procedimento como um risco relacionado aos Direitos Humanos. Assim, este tópico traz justamente a dualidade entre a “Guerra ao Terror” e os Direitos Humanos.

4.2.1 “Guerra ao Terror”

A “Guerra ao Terror” foi colocada em prática pelos EUA como alternativa para se chegar aos Terroristas Transnacionais que arquitetaram os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001. Essa, por sua vez, foi posta em prática pelo presidente dos EUA na época, George W. Bush.

A “Guerra ao Terror” também é conhecida como Guerra Global ao Terror e Guerra contra o Terrorismo. De qualquer forma, independentemente da terminologia utilizada, trata-se do mesmo conflito proposto pelos EUA e Estados aliados contra Terroristas Transnacionais, Grupo Terroristas Transnacionais e Estados que apresentem características de albergarem Terroristas Transnacionais.

Sobre os Atentados Terroristas Transnacionais, ressalta Raposo[346] que os mesmos surgem como um divisor de água, conforme expõe:

> Os Atentados da Al-Qaeda, em 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos da América (EUA), são o divisor de água desse novo ciclo. Desde então, houve ataques às cidades de Madri, na Espanha; Bali, na Indonésia; e Londres, na Inglaterra, entre outras, com grande número de vítimas. A metodologia, a estratégia e os meios utilizados por terroristas são variados e imprevisíveis. Hoje, há recursos mais poderosos e de acesso mais fácil do que os utilizados no passado. As

[346] RAPOSO, Alisson Campos *et al*. Terrorismo e contraterrorismo: desafio do século XXI. *In*: **Revista Brasileira de Inteligência**. Brasília, v. 3, n. 4, 2005, p. 40.

> variantes suicidas dos terroristas e o possível uso de armas de destruição em massa (ADM) mostram o quão vulneráveis são os Estados a toda sorte de ataques. Faz-se urgente a criação de mecanismos que, efetivamente, os contenham.

A forma de operar os Atentados Transnacionais pode ser diferente para cada situação, pois diversos elementos podem ser utilizados contra um grupo ou população, demonstrando que cada vez mais os Estados estão vulneráveis a Atentados Terroristas Transnacionais.

Mesmo com a "Guerra ao Terror" impetrada pelos EUA e Estados aliados, Atentados Terroristas Transnacionais ainda ocorrem em todo o planeta. Sobre a "Guerra ao Terror", destaca Visacro[347] que:

> A Casa Branca declarou formalmente "Guerra Global Contra o Terror". Porém o terrorismo nada mais é do que uma modalidade de guerra irregular, um mero recurso operacional. Então, quem eram os verdadeiros inimigos? Quais suas motivações? Quais seus objetivos políticos e militares? Em suma, qual guerra estava sendo, de fato travada?

Os questionamentos propostos pelo autor são importantes, uma vez que a maior potência econômica e bélica do planeta declara pela segunda vez na história guerra contra um inimigo sem rosto, território ou luta uniformizada, adaptando sua forma de resistir conforme a necessidade e a sociedade a qual o mesmo está infiltrado, tal como ocorreu na Alemanha e na França, por exemplo, que caminhões foram lançados contra cidadãos.

No que tange aos objetivos dos Grupos Terroristas e a "Guerra ao Terror", torna-se importante, observar o que destaca Hobsbawn[348]:

> Na Grã-Bretanha, em circunstâncias normais, descontados os descontroles ocasionais, pode-se ter confiança, grosso modo, no equilíbrio estabelecido pelo governo e pela força pública. Mas, desde o Onze de Setembro, as circunstâncias já não são normais. Estamos nos afogando em uma onda de retórica política a respeito dos perigos terríveis e desconhecidos que vêm do estrangeiro – a histeria das armas de destruição em massa, a inadequadamente chamada "guerra contra o terrorismo" e a "defesa do nosso estilo de vida" – e contra inimigos externos mal definidos e seus agentes terroristas internos.

---

[347] Governo do Reino Unido *apud* VISACRO, Alessandro. **Guerra irregular:** terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história. São Paulo: Contexto, 2009, p. 31.
[348] HOBSBAWN, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 149.

> Trata-se de uma retórica que visa mais arrepiar os cabelos dos cidadãos do que enfrentar o terror – [...], pois arrepiar os cabelos e criar pânico é exatamente o que os terroristas querem fazer. O objetivo político deles não é atingido pelo ato de matar, e sim pela publicidade dada aos seus atos, que quebra a moral dos cidadãos.

Os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 alteraram o cotidiano da Grã-Bretanha, como cita o autor. O mesmo destaca que os medos foram ampliados ao criarem indiretamente, via governo, uma onda de Terror sobre possíveis situações decorrentes com os cidadãos. A própria “Guerra ao Terror” contribui para ampliar o medo, pelo receio do contra-ataque “inimigo”.

Sobre os inimigos, importante destacar que se tratam de grupos, sem território, sem população, mas com “soldados”, pode exemplo, dentro da própria Grã-Bretanha e daquela nacionalidade, o que dificulta a prevenção de novos Atentados Terroristas Transnacionais.

Novamente percebe-se o objetivo do Terrorismo Transnacional sendo alcançado, qual seja, o Terror instalado, com base em um possível novo Atentado Terrorista Transnacional, capaz de alterar estilos de vidas pelo uso da mídia nacional e internacional como ferramenta.

Assim, todo este conjunto demonstra a “Sociedade de Risco” que se tornou o planeta, risco, por exemplo, de um Atentado Terrorista Transnacional nas proporções de 11 de Setembro.

Com relação ao exposto, complementa ainda Hobsbawn[349] que:

> Vamos então livrar-nos dessa balela. A chamada “Guerra contra o terror” não é uma guerra, exceto no sentido metafórico, assim como quando se fala da “guerra contra as drogas” ou da “guerra entre os sexos”. [...]. Mas devo repetir que isso não é nem pode ser uma guerra. É basicamente um problema muito sério de ordem pública.

Para o filósofo e sociólogo não há de se falar em “Guerra ao Terror”, uma vez que a mesma não se enquadra dentro do conceito jurídico de guerra. Esta trata-se de um grande problema, que se intensificou após a Segunda Guerra Mundial e que durante muito tempo foi negligenciado pelas agências internacionais e agendas de

[349] HOBSBAWN, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 149-150.

discussão. Não se trata mais de uma contenda isolada de um Estado ou região, mas sim, de uma situação a ser tratada e resolvida pela sociedade internacional.

No que tange à “Guerra ao Terror”, expõe Chomsky[350] que:

> [...] é que a guerra contra o terrorismo não foi declarada em 11 de setembro; mais precisamente, ela foi redeclarada nessa data, utilizando a mesma retórica da primeira declaração vinte anos antes. Como vocês bem sabem o governo Reagan anunciou que a guerra contra o terrorismo seria o núcleo da política externa americana [...]. O foco principal era o terrorismo internacional apoiado pelo Estado no mundo islâmico e, naquela época, também na América Central.

Para o autor, a declaração da “Guerra ao Terror” pelo ex-presidente George W. Bush na verdade é uma redeclaração da “Guerra ao Terror” de vinte anos antes e que, no atual cenário, com a ampliação dos Atentados Terroristas Transnacionais, parece não ter surtido o efeito esperado.

Os riscos aumentaram e atualmente pessoas em todo o planeta sofrem por conta dessa guerra, seja de maneira mais ampla ou não. Destaca-se como exemplo, o fato de muitas viagens aéreas internacionais seguirem padrões de segurança mais rígidos, tal como, a retirada de cintos, calçados, moedas, líquidos, entre outros.

Essas ações afetam pessoas em todo o planeta e demonstram novamente o risco e o medo de um novo Atentado Terrorista Transnacional. Nesse sentido, continua Chomsky[351] ao complementar que “[...] em 2001 foi a segunda vez que esse assunto foi o mais noticiado, e que a guerra contra o Terrorismo foi declarada mais ou menos como antes”.

O autor ainda expõe a pouca diferença entre uma ou outra “Guerra ao Terror”, sendo novamente esse assunto noticiado nas impressas nacionais e internacionais, demonstrando que os Terroristas Transnacionais alcançaram seu objetivo, qual seja, causar Terror em todo o planeta.

---

[350] CHOMSKY, Noam. **Mídia:** propaganda política e manipulação. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. p. 72-73.
[351] CHOMSKY, Noam. **Mídia:** propaganda política e manipulação. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. p. 73.

Sobre os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 e a “Guerra ao Terror” lembra Barber[352] que:

> A guerra do Iraque foi o produto de uma doutrina estratégica anunciada formalmente por Condoleezza Rice como “a estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos da América” em 20 de setembro de 2002. A doutrina pareceu ser novidade; no entanto, suas raízes são fundas. Foi provavelmente exposta como um conceito formal nos dias que se seguiram ao 11 de setembro; foi esboçada em numerosos discursos do presidente Bush no ano posterior [...]

A “Guerra ao Terror”, proposta após os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 está presente nos discursos do ex-presidente George W. Bush, no entanto, a mesma não possuía nada de inovador, sendo uma réplica da “Guerra ao Terror” proposta vinte anos antes.

No que tange aos Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 e a “Guerra ao Terror”, destaca Visacro[353] que:

> Após os atentados de 11 de Setembro, o “Estado talibã tornou-se o primeiro alvo da Casa Branca. Em virtude de suas estreitas ligações com a Al-Qaeda, o regime de mulá Omar foi deposto por uma Aliança do Norte revigorada, graças ao apoio das forças norte-americanas em seu primeiro ato da “guerra global contra o terror”. Das montanhas do Afeganistão, os militares do talibã, em retirada, renovaram o apoio internacional pela *jihad*[354], conclamando mulçumanos de todo o mundo a unirem-se a eles no derradeiro confronto entre o bem e o mal – a paz continuaria como um ideal distante.

A “Guerra ao Terror”, declarada após os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, parece ter aproximado mais os extremistas islâmicos. O ataque ao Afeganistão faz com que os líderes talibãs convoquem mulçumanos em todo o planeta para lutarem contra o mal, nesse caso, as forças aliadas contra o Talibã.

---

[352] BARBER, Benjamim. **O Império do medo.** Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 99.

[353] Governo do Reino Unido *apud* VISACRO, Alessandro. **Guerra irregular:** terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história. São Paulo: Contexto, 2009, 2009, p. 31.

[354] Sobre a Jihad, destaca Pereira que: “[...] não há no Islã nada que leve necessariamente à violência ou a Jihad. Sempre houve movimentos islâmicos violentos, mas os movimentos cristãos igualmente violentos não lhes ficam nada a dever.”. BRESSER-PEREIRA. Luiz Carlos. Fundamentalismo ou nacionalismo? **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 ago. 2006, Opinião, p. A3.

No que tange à Doutrina Bush, destaca Pecequilo[355] que:

> Estratégia de Segurança Nacional (NSS) dos Estados Unidos lançada pelo Conselho de Segurança Nacional (NSC) e a Casa Branca em setembro de 2002 que apresenta as diretrizes de ação norte-americanas na presidência de George W. Bush e visa consolidar uma nova agenda de prioridades para o exercício da liderança no longo prazo a partir dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001.

Destaca a autora que a Doutrina Bush foi uma ação do governo estadunidense contra os Atentados Terroristas Transnacionais que sofrera em seu território em 11 de Setembro de 2001.

A visão desta ação estava, entre outras, na capacidade de priorizar as ações do governo estadunidense sobre a segurança de seu território, esta, por sua vez, terá desdobramentos que afetarão inclusive outros Estados.

Ainda sobre a "Guerra ao Terror", os ataques contra Estados e a Doutrina Bush, lembra Chomsky[356] que "Passemos à segunda parte da doutrina Bush: 'Os que albergam terroristas são tão culpados quanto os próprios terroristas'. [357] Assim como temos o direito de atacar e destruir terroristas, temos o direito de atacar e destruir Estados que albergam terroristas".

Em contrapartida, o ex-presidente George W. Bush, em seus discursos propõe que os Estados que albergam terroristas também sejam considerados terroristas, e ainda fundamenta a imposição da "Guerra ao Terror" quando declara que os EUA têm direito de atacar terroristas. Ele propõe que: se o ataque ao terrorista se dá dentro de um Estado que o alberga, este também poderá ser atacado.

Para tanto, lembra Cretella Neto[358] sobre a "Guerra ao Terror" e ataques contra Estados:

> Outro fato que contribui para dificultar o panorama legal da "Guerra ao

---

[355] PECEQUILO, Cristina Soreanu. Estados Unidos da América, Política externa. In: KOCHER, Bernardno (Org.) **Globalização:** atores, ideias e instituições. Rio de Janeiro: Mauad X; Contra-Capa, 2011, p. 97.

[356] CHOMSKY, Noam. **Ambições imperiais:** o mundo pós-11/9 – em entrevistas a David Barsamian. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. p. 69.

[357] George W. Bush, Discurso do presidente sobre o Iraque, Cincinnati Museum Center, Cincinnati, Ohio, 7 de outubro de 2002.

[358] CRETELLA NETO. José. **Terrorismo Internacional**: inimigo sem rosto – combate sem pátria. Campinas: Millennium, 2008. p. 299.

> Terror" é que os Estados Unidos têm realizado incursões militares em outros países sempre que recebem informações de que terroristas lá mantêm bases ou se escondem, como as operações no lêmen e no Sudão.

Na segunda parte da Doutrina Bush, os EUA e aliados na "Guerra ao Terror" podem ser continuidade aos seus ataques a terroristas e Estados, se houver informações que nestes encontram-se terroristas albergados.

No que tange à "Guerra ao Terror" em um mundo Globalizado, ressalta Hobsbawn[359] que:

> A globalização da "guerra contra o terror", desde setembro de 2001, e a retomada das intervenções armadas estrangeiras por parte de uma grande potência que condenou formalmente em 2002 as regras e as convenções até então aceitas para os conflitos internacionais pioraram a situação.

Com isso, os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, apontados como o marco para surgimento do Terrorismo Transnacional, tem como consequência a denominada "Guerra ao Terror", que se dará contra Terroristas, Grupos Terroristas e todos que de alguma forma ameaçam a segurança internacional, utilizando-se do Terror. Frentes foram criadas para enfrentar esse novo fenômeno, que por sua vez, se faz presente em diversos continentes.

A "Guerra ao Terror" terá como principal incentivador os EUA, que implantarão regras de segurança para seu território, refletoras na balança comercial de muitos Estados, obrigados a se adaptar continuar negociando e exportando seus produtos para os estadunidenses.

Continua ainda Bresser-Pereira[360] quando expõe sobre a "Guerra ao Terror" que "Hoje está claro o sentido da 'guerra ao terrorismo' que o presidente Bush declarou em 2001, é a forma através da qual os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e Israel exercem supremacia sobre os países mulçumanos do Oriente Médio".

---

[359] HOBSBAWN, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 134-135.
[360] BRESSER-PEREIRA. Luiz Carlos. Fundamentalismo ou nacionalismo? **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 ago. 2006, Opinião, p. A3.

Para o autor, a “Guerra ao Terror”, proposta pelos EUA foi uma alternativa para determinados Estados imporem sua supremacia e necessidades sobre as necessidades e a soberania de outros Estados. Assim, para o autor, EUA, Grã-Bretanha e Israel, infligiram regras e normas, tal como invadiram outros Estados, com a desculpa de procurarem Terroristas Transnacionais, mas, na verdade, estariam ditando sua vontade sobre estes mesmos Estados.

Na “Guerra ao Terror”, Cretella Neto[361] destaca quatro posições doutrinárias importantes sendo:

> O exame das posições doutrinárias sobre a questão das normas aplicáveis aos atos de terrorismo e aos terroristas – bem como à “guerra ao terror” – revela, basicamente, a existência de quatro correntes:
> (1) o Direito da Guerra (DIH) é aplicável e na mesma medida em que se aplicam as normas e princípios aos conflitos armados regulares;
> (2) o Direito da Guerra (DIH) não é aplicável e os EUA dispõem de total liberdade de ação;
> (3) as normas para a guerra são aplicáveis, mas de forma diferente;
> (4) o Direito da Guerra não se aplica porque a propalada “guerra contra o terrorismo” não passa de uma ação repressiva criminal comum, aplicando-se apenas as leis penais dos diversos Estados.

O autor destaca quatro importantes posições no que tange aos Atentados Terroristas Transnacionais e a “Guerra ao Terror”. No primeiro, o prisioneiro tem direito ao mesmo tratamento que um prisioneiro de guerra, ou seja, entre outras situações, receber tratamento humanitário.

Com relação à segunda hipótese, o autor destaca que o exército estadunidense poderia dar o tratamento que considerasse conveniente aos prisioneiros, desde que se respeitassem os Direitos Humanos.

Na terceira possibilidade, haveria ambiguidades com relação às normas jurídicas, uma vez que não se tem cláusulas específicas sobre o tratamento a ser dado aos prisioneiros.

---

[361] CRETELLA NETO. José. **Terrorismo Internacional**: inimigo sem rosto – combate sem pátria. Campinas: Millennium, 2008. p. 279-280.

A quarta contingência, segundo o autor, tem características passíveis de aplicação com mais facilidade, pois a “Guerra ao Terror” é uma criação proposta para que os EUA e seus aliados pudessem invadir Estados e prender cidadãos sem qualquer tipo de prova, o que desrespeita as convenções propostas pelos Direitos Humanos.

Sobre a “Guerra ao Terror” destaca Posner[362]: “Argumenta-se que, ao contrário de uma guerra real, a guerra contra o terrorismo nunca terminará porque o terrorismo internacional é acéfalo e, assim, não há ninguém autorizado a pôr fim nele”.

Para o autor, a “Guerra ao Terror” não chegará a um fim, uma vez que o Terrorismo Transnacional não possui uma “cabeça”, um Estado, ou uma única pessoa que consiga ter acesso a todos os subgrupos existentes. Hoje, tem-se diversas células terroristas agindo em diversos Estados, caracterizando o Terrorismo Transnacional.

Das questões relacionadas a paz e guerra, podendo-se aplicar-se à “Guerra ao Terror”, destaca Hobsbawm[363]: “[...] a distinção clara entre guerra e paz tornou-se obscura”.

O autor afirma ser difícil compreender a diferença entre paz e guerra. Se, de um lado, têm-se Grupos Terroristas Transnacionais atacando, destruindo, ferindo e matando pessoas, declarando a *jihad* islâmica como argumento para praticarem o Terrorismo Transnacional; do outro estão grupos de Estados fortemente armados que invadem territórios de outros Estados, atacando, destruindo, ferindo e matando pessoas, declarando que estão em uma Guerra contra o Terrorismo.

Independente do curso, ambos vão contra princípios básicos dos Direitos Humanos, causando pânico e terror a pessoas em diversas partes do planeta e deixando a sociedade internacional com a sensação de que, a qualquer momento haverá mais cenas de destruição mediante um novo atentado transnacional, porém, sem saber em que lado o mesmo ocorrerá ou qual das partes o cometeu.

---

[362] POSNER, Ricard Allen. **Direito, pragmatismo e democracia.** Rio de Janeiro: Forense, 2010. p. 236.
[363] HOBSBAWN, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 26.

4.2.2 Direitos Humanos[364] x "Guerra ao Terror"

Como verificado no tópico anterior, o planeta vive um momento de medo e terror, pois a qualquer momento e em qualquer lugar pode-se ter um novo Atentado Transnacional. Estes por sua vez, colocam em risco o processo de criação e aprimoramento das regras propostas junto aos Direitos Humanos, uma vez que pessoas são presas (muitas sem provas), Estados são invadidos e civis são mortos.

Nesse sentido, objetiva-se demonstrar aqui de que forma a "Guerra ao Terror" proposta pelos EUA e seus aliados colocam em riscos tais dispositivos legais.

Sobre a Dignidade da Pessoa Humana e os Direitos Humanos, faz-se necessário destacar o proposto por Habermas[365] com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos:

> A Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada pelas Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, começa no artigo I com o princípio: "todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direito". O preâmbulo também menciona, em um mesmo fôlego, a dignidade humana e os direitos humanos. Confirma a "fé nos direitos fundamentais do Homem, na dignidade e no valor da pessoa humana.

A Declaração dos Direitos Humanos traz a Dignidade Humana, a liberdade e o respeito aos Direitos Humanos e aos Direitos Fundamentais em seu texto, na forma de importante instrumento que alicerça as relações entre os Estados, ao cita princípios básicos que devem ser respeitados em qualquer época.

Sobre a Dignidade da Pessoa Humana, destaca Piovesan[366]:

> Considerando que a Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial de 20 de dezembro de 1963 (Resolução 1.904 (XVIII) da Assembleia Geral)

---

[364] O doutorando, em comum acordo com a sua orientanda, optou por não detalhar os princípios dos Direitos Humanos, tal como a evolução histórica do mesmo. Nesse tópico será trabalhado de que maneira os Direitos Humanos passam a ser agradidos a partir os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, e da ação dos EUA juntamente com seus aliados quando da "declaração" da Guerra ao Terror contra os Grupos Terroristas Transnacionais que arquitetaram a agressão em solo estadunidense. Nos Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, invasões, prisões, mortes e mutilações a partir da Guerra ao Terror é presente a agressão a princípios já aceitos internacionalmente, como o da Dignidade Humana.

[365] HABERMAS, Jürgen. **Sobre a constituição da Europa: um ensaio.** São Paulo Unesp, 2012. p. 07.

[366] PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e Direito Constitucional Internacional.** 14. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 619.

> afirma solenemente a necessidade de eliminar rapidamente a discriminação racial no mundo, em todas as suas formas e manifestações, e de assegurar a compreensão e o respeito à dignidade da pessoa humana.

Para a autora, a Dignidade da Pessoa Humana tem por finalidade eliminar qualquer tipo de preconceito e discriminação de pessoas ou populações em todo o planeta. Assim, afastada a discriminação, tem-se maior espaço para manifestações sociais e culturais por parte dos diferentes povos e culturas que enriquecem a sociedade internacional.

Complementa Kaufmann[367] sobre a Dignidade da Pessoa Humana:

> Através do elo entre os direitos humanos e o princípio moral do homem como fim em si mesmo, também se estabelece a estreita ligação entre os direitos humanos e a dignidade humana. O conceito de dignidade humana (*Menschenwürde*) possui uma presença bem particular no debate alemão, talvez por aparecer no primeiro artigo da constituição da República da Alemanha ("a dignidade humana é inviolável") e pelo fato de que seu emprego, na jurisdição alemã, frequente e nem sempre imediatamente compreensível, já ter suscitado uma viva discussão a propósito de seu uso sensato. Entretanto, o conceito de dignidade humana há muito que goza de um especial significado também no debate internacional. Nos últimos anos, ele se tornou particularmente central na polêmica sobre a questão bioética relativa às possibilidades técnicas de manipulação e intervenção nos processos de nascimento e morte.
> Quando se fala de dignidade humana, entende-se uma dignidade que inere ao homem, que lhe é concedida independentemente de outro qualitativo, seja biológico, social ou moral. Dessa forma, ela se distingue das diversas formas de dignidade contingente.

Lembra o autor que a Dignidade Humana necessita de uma discussão maior internacionalmente, por observar situações que colocam em risco este importante conceito. No caso da "Guerra ao Terror", EUA e aliados invadiram territórios, prenderam cidadãos os levaram a Base de Guantánamo.

Os Direitos Humanos passaram também por processo de aproximação de culturas e povos, tal como de internacionalização. Para Piovesan[368], no que tange a importância da internacionalização dos Direitos Humanos:

---

[367] KAUFMANN, Mathias. **Em defesa dos direitos humanos:** considerações históricas e de princípio. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2013. p. 54-55.
[368] PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e Direito Constitucional Internacional.** 14. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 188.

> O Direito Humano, a Liga das Nações e a Organização Internacional do Trabalho situam-se como os primeiros marcos do processo de internacionalização dos direitos humanos. [...] para que os direitos humanos se internacionalizassem, foi necessário redefinir o âmbito e o alcance do tradicional conceito de soberania estatal, a fim de permitir o advento dos direitos humanos como questão de legítimo interesse internacional. Foi ainda necessário redefinir o *status* do indivíduo no cenário internacional, para que se tornasse verdadeiro sujeito de Direito Internacional.

Com o processo de internacionalização dos Direitos Humanos houve a necessidade de se reavaliar a soberania estatal e as constituições federais dos Estados na adoção de abordagens relacionadas aos Direitos Humanos, como forma de protegê-los dentro de seu ordenamento jurídico e, assim, resguardar sua população e o próprio Estado, uma vez que este está à disposição de ambos.

Ainda sobre a evolução dos Direitos Humanos, destaca Piovesan[369]:

> [...] a proteção dos direitos humanos não deve se reduzir ao âmbito reservado de um Estado, porque revela tema de legítimo interesse internacional. Sob esse prisma, a violação dos direitos humanos não pode ser concebida como questão doméstica do Estado, e sim como problema de relevância internacional, como legítima preocupação da comunidade internacional.

Lembra a autora que o desrespeito às regras de Direitos Humanos por parte de um Estado implica em relevante preocupação da sociedade internacional, pois a estrutura proposta pelos Direitos Humanos serve como alternativa na manutenção do respeito constante às culturas e diferenças benéficas entre os Estados formadores desta sociedade. Para tanto, a "Guerra ao Terror", impetrada pelos EUA e seus aliados esbarra contra a Dignidade da Pessoa Humana e coloca em risco o fio que costura esses delicados e diferentes tecidos de legislações internas, componentes da colcha de retalhos dos Estados que os une.

Sobre a "Guerra ao Terror" e a Doutrina Bush, lembra Chomsky[370] que:

> Depois da Segunda Guerra Mundial, estabeleceu-se uma estrutura de direito internacional relativamente nova, inclusive as Convenções de Genebra. Nessa estrutura não está incluído de forma alguma o conceito de "combatente ilegal" na forma em que está sendo

---

[369] PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e Direito Constitucional Internacional.** 14. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 192.
[370] CHOMSKY, Noam. **Ambições imperiais:** o mundo pós-11/9 – em entrevistas a David Barsamian. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. p. 69.

> atualmente. Na verdade, essa categoria é anterior à Segunda Guerra Mundial, quando em tempo de guerra podia-se praticamente qualquer coisa. Mas segundo as Convenções de Genebra, que foram instituídas para criminalizar formalmente as atividades nazistas, a situação mudou. Supõe-se que os prisioneiros de guerra tenham *status* especial. Assim, o governo Bush, com a colaboração da mídia e dos tribunais, está regressando ao período anterior à existência de qualquer estrutura internacional sobre crimes contra a humanidade ou crimes de guerra. Washington se arrogou o direito não apensas de executar atos específicos de agressão, mas também de classificar as pessoas que são alvo de bombardeios, ou que são capturadas, como "combatentes ilegais", que não têm direito à proteção legal.

A Segunda Guerra Mundial alterou a estrutura política, de poder e de direito internacional que se conhecia até então. Para o autor, o ex-presidente estadunidense George W. Bush, ao colocar em prática a "Guerra ao Terror", foi contra as estruturas criadas para proteger os prisioneiros de guerra, algo adverso ao proposto pelos Direitos Humanos. Além disso, seus atos invadiram territórios e prenderam pessoas sem qualquer tipo de prova de sua participação em Grupos Terroristas Transnacionais.

Do fim da Guerra Fria e do Princípio da Intervenção alvitrada pelos Direitos Humanos, destaca Kaufmann[371]:

> Com o fim da Guerra Fria, assiste-se a um combate entre aqueles que acentuam o princípio da não intervenção e a estrita soberania estatal (também diante das críticas à violação dos direitos humanos), e aqueles que – devido às lições da Guerra Fria – viram surgir um "dilema de segurança", a partir do momento em que o armistício, inevitável sem a presença de uma estrutura jurídica abrangente, torna a guerra cada vez mais provável.

O autor destaca que, com o fim da Guerra Fria avivam-se as discussões sobre o princípio da não intervenção, tal como o questionamento de segurança, uma vez que não se tem uma estrutura internacional que se imponha em momentos de ameaças aos Direitos Humanos ou a uma possível guerra.

No que tange aos Direitos Humanos, propõe Morais[372]:

> Se de um lado, o reconhecimento dos conteúdos das várias gerações

[371] KAUFMANN, Mathias. **Em defesa dos direitos humanos:** considerações históricas e de princípio.São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2013. p. 146.
[372] MORAIS, José Luís Bolsan. Constituição ou barbárie: perspectivas constitucionais. *In:* SCARLET, Ingo Wolfgang **A Constituição concretizada:** construindo pontes com o público e o privado. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000. p. 16-17.

> de direitos humanos parece ser algo com o que as diversas correntes ideológicas sustentadoras dos mais diferentes governos podem conviver e, mais do que isso, buscar legitimação interna e internacional, de outro a *tentativa de dar-se efetividade* aos mesmos esbarra nos mais diferentes empecilhos, seja de *ordem prático-política* – e aí estão os inúmeros governos autoritários espalhados pelo mundo -; seja de *ordem teórico-jurídica* – e aí estão as posições da tradição jurídica do Estado Moderno, em especial aqueles países orientados pela tradição jurídica romano-germânica, que impõem uma postura contraditória em face de uma convivência de ordens jurídicas diversas, particularmente entre o direito interno e o direito internacional, ou pela supremacia de um discurso jurídico liberal que privilegia a figura do indivíduo como titular do direito desvinculada de suas relações sociais; seja, ainda, de *ordem econômica* – e aí estão as propostas neoliberais por um projeto econômico globalizado, onde a orientação da política e do jurídico – reféns da economia financeira do capitalismo neoliberal – se dá sob a égide de um discurso calcado na ideia de eficácia, flexibilização, desregulação, etc., [...]

Destaca o autor que os Estados tendem a aceitar os Direitos Humanos como ferramenta importante para o planeta e para os povos, mas, para muitos, essa aceitação se dá somente no papel e na teoria. Na prática, tem-se um planeta com diferentes governos autoritários, frutos da necessidade proposta pela ordem econômica em que Estados passam a se inserir na Globalização, tornando-se sobremaneira seus reféns, de modo a desrespeitar os Direitos Humanos, os quais teriam que proteger. Nesse sentido, os Direitos Humanos têm na teoria uma perspectiva aceita pela maioria dos Estados, mas na prática o mesmo sofre agressões e desrespeito.

No que tange à agressão e o Terrorismo, importante destacar o proposto por Raposo[373]:

> Freqüentemente, a expressão “terrorismo” é utilizada para definir qualquer tipo de ação violenta, de caráter físico ou psicológico e de natureza “radical”, “fanática” ou “extrema”. Verifica-se, no cotidiano, que rotular um ato ou pessoa como terrorista dependente, também, de quem sofre ou pratica a ação.

Para ele, a percepção de Terrorismo deve ir além dos conceitos formulados por apresentarem fragilidades em serem aceitos, propondo uma percepção mais aguçada que compreenda o Terrorismo como agressão ou violência,

---

[373] RAPOSO, Alisson Campos *et al*. Terrorismo e contraterrorismo: desafio do século XXI. **Revista Brasileira de Inteligência**. Brasília, ABIN, v. 3, n. 4, 2005. p. 40.

partindo do pressuposto que toda ofensiva injustificada ou sem motivo real pode ser considerada um Ato de Terror.

Se os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 foram atos de Terror, a “Guerra ao Terror” proposta e colocada em prática pelos EUA e seus aliados contra Estados e populações também pode ser considerada Ataque Terrorista Transnacional reiterado, uma vez que fere cidadãos, violenta a liberdade, cria pânico e coloca em risco os Direitos Fundamentais e os Direitos Humanos.

Da “Guerra ao Terror”, expõe Chomsky[374] que:

> Por exemplo, o 11 de Setembro é um caso especialmente chocante de uma atrocidade terrorista. Outro exemplo igualmente claro é a reação dos Estados Unidos e da Inglaterra, que foi anunciada pelo almirante sir Michael Boyce, chefe do Estado-Maior britânico, e reproduzida numa matéria de primeira página no New York Times do final de outubro (28 de outubro de 2001). Ele informava a população do Afeganistão que os Estados Unidos e a Inglaterra continuariam a atacá-los "até que eles trocassem sua liderança".
> Percebam que, de acordo com a definição oficial, este é um exemplo clássico de terrorismo internacional; [...]
> Duas semanas antes dessa declaração, George Bush havia informado os afegãos, a população do Afeganistão, de que o ataque prosseguiria até que eles entregassem os suspeitos procurados. Lembrem -se de que a derrubada do regime Talibã foi uma espécie de ideia tardia que veio à baila algumas semanas depois do bombardeio, basicamente para ajudar os intelectuais, de modo que eles pudessem explicar quão justa era a guerra.
> É claro que este também foi um ato de terrorismo clássico: vamos continuar a bombardeá-los até que vocês nos entreguem quem queremos. Na verdade, o regime talibã pediu que se apresentassem provas, mas os Estados Unidos rejeitaram o pedido com desdém.

Os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 mudaram a história da humanidade em diversos aspectos, criando novas regras de proteção a pessoas e Estados, por exemplo.

Para muitos, não há dúvidas que se trata de um Ataque Terrorista Transnacional, porém, cabe destacar que a “Guerra ao Terror” travada pelos EUA e seus aliados contra Estados considerados suspeitos de abrigar Terroristas também o seria, por tratar-se de uma agressão das mesmas proporções que os Atentados

[374] CHOMSKY, Noam. **Mídia:** propaganda política e manipulação. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. p. 86-87.

Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001. Essa investida matou, agrediu e invadiu territórios de Estados Soberanos sem qualquer prova de que lá se encontravam terroristas. Dessa forma, o conceito de Soberania foi desrespeitado, tal como o Direito à Dignidade Humana.

Com relação aos Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, a "Guerra ao Terror" e as represálias dos Estados aliados, ressalta Visacro[375], que:

> Com os Atentados de 11 de Setembro, juristas de todo o mundo voltaram-se para novos e acalorados debates acerca da adequação das normas legais aplicáveis à guerra irregular, especificamente ao terrorismo internacional. Governos e institutos não governamentais têm difundido listas atualizadas contendo o nome das organizações rotuladas como terroristas, quando sequer existe uma definição comum de terrorismo útil como instrumento jurídico. Discussões também se formaram em torno da legitimidade das ofensivas militares convencionais desfechadas em nome da guerra contra o terror, bem como das represálias aos Estados nacionais que, direta ou indiretamente, fomentam essa atividade irregular.

Com os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, passou-se a debater mais efetivamente temas sobre segurança e, em especial, o Terrorismo. Multiplicaram-se as listas com nomes de supostos Grupos Terroristas Transnacionais, sem ao menos ter-se um conceito que possa definir o Terrorismo Transnacional.

O autor destaca ainda, que as discussões também se dão por conta das agressões que Estados sofreram durante a "Guerra ao Terror" proposta pelos EUA e seus aliados, sem qualquer autorização formal ou aceitação moral por parte da Comunidade Internacional. Aqui, o desrespeito às regras propostas pelos Direitos Humanos aparece novamente, sobretudo contra a dignidade da pessoa humana e a soberania dos Estados.

Complementa ainda Visacro[376], que:

> O vulto e as consequências dos atentados perpetrados pela Al-Qaeda em Washington, Nova Iorque, Madri e Londres; a "guerra global contra

[375] VISACRO, Alessandro. **Guerra irregular:** terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história. São Paulo: Contexto, 2009, p. 277.
[376] VISACRO, Alessandro. **Guerra irregular:** terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história. São Paulo: Contexto, 2009, p. 280.

> o terror" proclamada pelos Estados Unidos e a violência sectária no Iraque denotam o destacado papel que essa forma de guerra irregular vem assumindo no início do século XXI.

Os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 e as consequências do mesmo, em especial a "Guerra ao Terror" travada pelos EUA e seus aliados demonstram que tais forma de agressões crescendo no Século XXI. Em paralelo tem-se ataques de Grupos Terroristas Transnacionais na Europa, África e América; e Estados sendo atacados por outros Estados em total desrespeito às regras propostas pelo Direito Internacional e pelos Direitos Humanos.

Sobre os Direitos Humanos e "Guerra ao Terror" destaca Rato[377] que:

> Com efeito, a administração americana sugeria que as normas internacionais relativas à proliferação, aos direitos humanos e ao direito de intervenção tinham deixado de coincidir com os mecanismos institucionais existentes. Daí a conclusão lógica de que era preciso criar outras instituições. Até porque, na ótica da administração, a ordem criada após a Segunda Guerra Mundial era inadequada para manter a estabilidade e a segurança internacionais. O 11 de Setembro – e os impasses verificados no Conselho de Segurança das Nações Unidas nos meses que antecederam a guerra no Iraque – consolidava a convicção de que era urgente definir uma nova configuração normativa institucional.

Com os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, os EUA e seus aliados investiram na ideia de que o Direito de Intervenção poderia ser aplicado, mas a intervenção torna-se negativa no que tangem os Direitos Humanos. Uma nova figura normativa deveria surgir, configurada na realidade de um planeta em que grande parte dos Estados se encontram em Processo de Globalização e de Transnacionalização.

A atual estrutura internacional não consegue trabalhar com fenômenos transnacionais, colocando em risco (como na "Guerra ao Terror") estruturas já em processo de sedimentação, como é o caso dos Direitos Humanos.

No que tange à "Guerra ao Terror", expõe Bauman[378] que "As oportunidades de ter medo estão entre as poucas coisas que não se encontram em

---

[377] RATO, Vasco. **Compreender o 11 de Setembro:** dez anos depois. São Paulo: Babel, 2011. p. 92-93.
[378] BAUMAN, Zygmunt. **Medo Líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 30.

falta nesta época, altamente carente em matéria de certeza, segurança e proteção. Os medos são muitos e variados".

Possivelmente o autor descreveu uma das maiores impressões do final do século passado e início do século atual - o Medo e o Terror. Medo de novas relações, de novas tecnologias, de novas e velhas doenças, de novos políticos com ideias ultrapassadas e velhas ditaduras com nova roupagem. Todavia, nada causa mais medo que a sensação de insegurança, de risco de a qualquer momento sofrer um Atentado, seja Terrorista ou não. O arrojo imposto em uma sociedade que vive em medo parece ser o maior vilão de pessoas e sociedades inteiras.

Não bastando todo esse medo disseminado e apresentado cotidianamente pela mídia, soma-se o desrespeito a princípios básicos dos Direitos Humanos e da Dignidade Humana, como o que ocorre na denominada "Guerra ao Terror".

No que tange à "Guerra ao Terror", expõe Chomsky[379] que:

> Chamá-la de "guerra contra o terrorismo", entretanto, é simplesmente uma boa dose a mais de propaganda, a não ser que a guerra tenha como alvo, de fato, o terrorismo. Mas não é o que está ocorrendo, pelo menos não sem subterfúgios, já que as potências ocidentais não poderiam assumir suas próprias definições oficiais do termo, como no *U.S.Code* ou nos manuais do Exército. Se o fizessem, isso revelaria de imediato que os Estados Unidos são um Estado líder do terrorismo, assim como os países que se constituem seus principais aliados.

Os EUA e seus aliados mantinham o discurso da "Guerra ao Terror" por compreender que esta é a única forma de convencer a mídia e a Sociedade Internacional a apoiarem suas ações ou simplesmente não interferir junto às mesmas. Não se trata de uma guerra, mas de uma forma assumida pelos mesmos para não serem denominados "tão terroristas" quanto os Grupos Terroristas Transnacionais que atualmente tem-se conhecimento.

No que tange ao contraterrorismo, propõe Castells[380]:

> [...] o que se instalou no âmbito global transformou a vida política é o terrorismo de origem islâmico-fundamentalista e o contraterrorismo dos Estados, que fizeram do planeta um campo de batalha onde

[379] CHOMSKY, Noam. **11 de setembro.** 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 17.
[380] CASTELLS, Manuel. **Ruptura:** a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. p. 30.

> sobretudo morrem civis e sobretudo morrem mulçumanos.

Para Castells, os Atentados Terroristas Transnacionais e os Ataques dos EUA e seus aliados contra Estados e populações coloca em risco a harmonia internacional, transformando o planeta em um campo de batalha, com mortes de ambos os lados, todavia em maior escala do lado dos Estados e populações atacados. Isso gera a percepção de uma Sociedade de Risco, onde os Direitos Humanos nem sempre são respeitados.

Do risco que a sociedade atual apresenta e os Direitos Humanos complementa Kaufmann[381]:

> Mais difícil é delinear a relação com aqueles grupos de violência, não estatais e operantes em escala global, a exemplo das redes terroristas. Sem querer contestar a necessidade de uma relação flexível com tais ameaças, é geral a preocupação com o risco de que isso seja utilizado como pretexto para a remoção daqueles direitos que no curso das seções precedentes foram definidos como irrenunciáveis. No longo prazo, isso leva a apagar a diferença entre violência legitima e ilegítima.
> Por outro lado, uma distinção necessária entre diversos tipos de terrorismo em relação à legitimidade possível dos objetivos originais não deveria gerar nenhuma justificação potencial para o assassinato de inocentes. Ted Hinderich, por exemplo, parece querer uma distinção entre os atentados suicidas palestinos e aqueles de 11 de setembro de 2001. Ainda que se reconheça a situação radicalmente diversa com respeito à situação de vida, ataques violentos deliberados contra pessoas inocentes permanecem sem justificativa. De todo modo, no caso de autores/autoras palestinos, parece plausível reivindicar uma imputabilidade diminuída, portanto, “razões de desculpa”, dadas as suas experiências traumáticas de vida.

A “Guerra ao Terror”, como qualquer artifício imputado para derrubar ditadores, desbaratar Grupos Terroristas Internacionais ou qualquer outra ação nesse sentido, pode servir como desculpa às invasões de território que atingem direitos já consagrados internacionalmente, como é o caso dos Direitos Humanos. Essas situações não justificam o desrespeito à Dignidade da Pessoa Humana e tão pouco a morte de inocentes na comprovação de uma violência sofrida, como foi o caso dos Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001.

---

[381] KAUFMANN, Mathias. **Em defesa dos direitos humanos:** considerações históricas e de princípio. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2013. p. 149-150.

Não se justificam quaisquer Atentados Terroristas Transnacionais que matam e mutilam inocentes, tal como também é injustificável qualquer tipo de ação semelhante à “Guerra ao Terror”, que invade territórios, mata e mutile inocentes. Em ambos os casos há um desrespeito a Princípio da Soberania e ao Princípio da Dignidade Humana, o que, pode colocar em risco toda a estrutura jurídica e os Direitos Internacionais já consagrados.

4.3 MODERNIZAÇÃO REFLEXIVA, DIREITO TRANSNACIONAL E A SOCIEDADE DE RISCO PROPOSTA POR ÜLRICH BECK

Este tópico tem por fundamento apresentar a Modernização Reflexiva por meio de Anthony Giddens e Ülrich Beck, seus maiores representantes. Destaca-se ainda o conceito de Sociedade de Risco proposto por Ülrich Beck, tal como a participação do indivíduo junto a este processo.

No decorrer desta parte da tese de doutorado, faz-se uma correlação com os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 e uma das principais consequências dessa agressão: a “Guerra ao Terror”, declarada pelos EUA e seus aliados. Tais fatores propõem uma intensificação da Sociedade de Risco, observando o Direito Transnacional.

4.3.1 A Modernização Reflexiva

Para se falar sobre a Modernidade Reflexiva, cabe ressaltar um pequeno período da evolução histórica da Humanidade, uma vez que a Modernidade Reflexiva faz parte de um processo proposto a partir de acontecimentos históricos, e possui reflexos sobre diversas sociedades em todo o planeta. Dessa forma, a Modernidade Reflexiva e os riscos que esta propõe, tal como a percepção dos instrumentos na diminuição desses riscos são importantes nessa fase da tese doutoral.

Sobremaneira, expõe Beck[382]:

> É razoável prever que o ano de 1989 vai ficar na história como a data simbólica que marca o fim de uma época. Sabemos muito bem que

[382] BECK, Ülrich. **A reinvenção da política:** rumo a uma teoria da modernização reflexiva *In* BECK, Ülrich, GIDDENS, Anthony e LASH, Scott Lash. **Modernização Reflexiva:** política, tradição e estética na ordem social moderna. Tradução de Magda Lopes. Revisão técnica de Cibele Silaba Rizek. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012. p. 11-12.

> 1989 foi o ano em que, de forma bastante inesperada, acabou o mundo comunista. Mas isto será membrado desta forma daqui a cinquenta anos? Ou o colapso dos Estados-nações comunistas do Centro e do Leste Europeu será então interpretado de modo similar ao atentado de Sarajevo? Apesar de sua aparente estabilidade e postura autoindulgente, já podemos perceber que o Ocidente também foi afetado pelo colapso do Leste. “As instituições afundaram em seu próprio sucesso”, diria Montesquieu. Uma afirmação enigmática, mas excepcionalmente atual. O Ocidente é confrontado por questões que desafiam as premissas fundamentais do seu próprio sistema social e político, a principal questão que ora enfrentamos é a simbiose histórica entre o capitalismo e a democracia – que caracterizava o Ocidente – pode ser generalizada em uma escala global, sem consumir suas bases físicas, culturais e sociais. Será que não veremos o retorno do nacionalismo e do racismo na Europa precisamente como uma reação aos processos de unificação global? E – depois do final da Guerra Fria e da redescoberta da amarga realidade da guerra “convencional” – não chegaremos à conclusão de que temos de repensar, na verdade reinventar, nossa civilização industrial, agora que o velho sistema da sociedade industrializada está se desmoronando no decorrer do seu próprio sucesso? Será que não estão por surgir novos contratos sociais?

Novamente encontra-se menção ao fim da Guerra Fria e a Queda do Muro de Berlim, a exemplo de outras passagens presentes no trabalho. Dados os acontecimentos, a sociedade internacional passa a se remanejar de maneira diferente do que ocorrera até então: as agendas internacionais incorporaram outras matérias até então não observadas e muitos Estados passam abrir seu mercado mais intensamente para o resto do mundo, como a República Federativa do Brasil.

Novas situações surgem, blocos econômicos passam a ser realidade na Europa e na América do Sul e a Globalização se intensifica alicerçado pelas tecnologias de informação, telecomunicação e informática.

A logística também atinge novos locais e, juntamente com a Globalização, tem-se Transnacionalidade, que reconfigurará antigos conceitos, como a Soberania, em uma nova perspectiva junto à UE. São as novas realidades nascidas nas mais diversas áreas do planeta.

Novos a antigos problemas também são encontrados ou se intensificam, como as lutas por independência e os Atentados Terroristas, que passam a ser transnacionais, comuns e mais ousados que do que até então podia-se imaginar.

Ainda na Modernidade Reflexiva, destaca-se o proposto por Giddens[383] quando expõe o “Eu” e a “Sociedade”, nesse caso, “Moderna” e “Reflexiva”:

> As transformações na auto-identidade e a globalização, como quero propor, são os dois pólos da dialética e do global nas condições da alta modernidade. Em outras palavras, mudanças em aspectos íntimos da vida pessoal estão diretamente ligadas ao estabelecimento de conexões sociais de grande amplitude. [...]. Mas o nível de distanciamento tempo-espaço introduzido pela alta modernidade é tão amplo que, pela primeira vez na história humana, “eu” e “sociedade” estão inter-relacionados num meio global.[...]
> A reflexividade da modernidade se estende ao núcleo do eu.

Para o autor, alterações sociais de grande amplitude estão relacionadas com as mudanças da vida pessoal dos indivíduos e nos dias atuais o indivíduo e a sociedade estão tão intimamente relacionados no meio global, que por sua vez, atinge muito mais que uma vila ou uma cidade, que as relações em partes distantes do planeta podem influenciar o indivíduo e as relações do mesmo em seu círculo social, o que poderá influenciar o círculo global.

Nesse sentido, o risco de um novo Atentado Terrorista Transnacional como foi o 11 de Setembro de 2001 cria no indivíduo medo e este, por sua vez, somados ao mesmo sentimento de toda uma sociedade pode alterar relações sociais pré-estabelecidas.

Exemplo do exposto foi quando, após o Atentado Terrorista Transnacional de Madri, a população espanhola com medo de um novo Atentado Terrorista Transnacional votou após algumas semanas em um Primeiro-Ministro que retirara seus soldados que lutavam enquanto aliados dos EUA junto à “Guerra ao Terror”.

Complementa ainda Giddens[384]:

> A modernidade, pode-se dizer, rompe o referencial protetor da pequena comunidade e da tradição, substituindo-as por organizações muito maiores e impessoais. O indivíduo se sente privado e só num mundo em que lhe falta o apoio psicológico e o sentido de segurança oferecidos em ambientes mais tradicionais.

---

[383] GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. p. 36-37.
[384] GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. p. 38.

A modernidade impõe a sensação de insegurança ao indivíduo, que por sua vez, assume que não tem condições de lutar sozinho contra os medos e riscos que estão disponíveis a ele.

A pequena sociedade, seja uma vila ou uma cidade, já não tem o poder seus habitantes, poder que é delegado a instituições maiores, como as Organizações Internacionais e o próprio Estado, que nem sempre conseguem resguardar ou criar um ambiente social menos arriscado ou inseguro ao cidadão. O medo do risco passa a dominar o cotidiano do indivíduo, que toma decisões (como o voto para presidência) embasadas somente nesse sentimento.

Propõe Giddens[385] que:

> Viver no universo da alta modernidade é viver num ambiente de oportunidade e risco, concomitantes inevitáveis de um sistema orientado para a dominação da natureza e para a feitura reflexiva da história. Sina e destino não têm papel formal a desempenhar em tal sistema, que opera (por princípio) através do que chamarei de controle humano aberto dos mundos natural e social. O universo dos eventos futuros está aberto para ser moldado pela intervenção do homem – dentro de limites que, tanto quanto possível, são regulados pela aferição de risco.

Na ideia da modernidade tem-se o risco e o medo de um futuro que nem mesmo consegue compreender ou evidenciar o que é este medo. O risco molda o próprio futuro, alterado a partir de ações solitárias ou em grupos, com a finalidade de minimizar riscos e medos, detentores de uma ideia de segurança que nem sempre é real.

Muitos Estados considerados seguros, com baixas chances de sofrer Atentados Terroristas Transnacionais, os sofreram, e alguns mais de uma vez. Assim, em muitas ocasiões, a sociedade atual é guiada pelo medo e pelo risco.

Sobre a Modernização Reflexiva complementa Beck[386]:

> “Modernização reflexiva” significa a possibilidade de uma (auto)destruição criativa para toda uma era: aquela da sociedade industrial. O “sujeito” dessa destruição criativa não é a revolução, não

[385] GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. p. 104.
[386] BECK, Ülrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva *In* BECK, Ülrich, GIDDENS, Anthony e LASH, Scott Lash. **Modernização Reflexiva:** política, tradição e estética na ordem social moderna. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012. p. 12.

> é a crise, mas a vitória da modernização ocidental.

A Modernização Reflexiva está presente no cotidiano das pessoas, uma vez que a ideia é proposta na percepção que a Modernização Tradicional reduz as discussões, conceitos e práticas no que tange ao emprego, agricultura, tecnologia, violência e segurança, para não citar outras áreas.

Ainda sobre a Modernidade Reflexiva ressalta Giddens[387]:

> Se a transformação é hoje mais visível do que nunca é porque suas conseqüências a longo prazo são agora mais extensamente vivenciadas e mais intensamente assumidas. Nossos bisavós eram de fato modernos, mas sua sociedade apresentava uma forma de "modernização simples", ao passo que hoje ingressamos numa época de "modernização reflexiva". Tal expressão significa que a era contemporânea se caracteriza por um alto grau de "reflexibilidade social" [...]. a reflexibilidade social diz respeito a uma sociedade onde as condições em que vivemos são cada vez mais o resultado de nossas próprias ações, e, inversamente, nossas ações visam cada vez mais a administrar ou enfrentar os riscos e oportunidades que nós mesmos criamos.

Para o autor, as consequências que vivenciamos atualmente são externalidades de um longo processo de evolução. Nesse sentido, complementa o autor que as gerações anteriores sempre foram modernas dentro do período que viveram.

Hoje o planeta experimenta a Modernidade Reflexiva, aonde as pessoas passam a refletir sobre aspectos os sociais enquanto processos da própria relação entre indivíduos e destes com os elementos mantenedores da sociedade.

Assim, a sociedade passa a ser observada no ponto sobre como as ações dos indivíduos propõem riscos, e a reflexão sobre ações e riscos assumidos gera alternativas para exclui-los ou minimizá-los, tal como ferramentas para que os indivíduos enfrentem tais riscos.

Sobre a Modernidade Reflexiva expõe Giddens[388]:

---

[387] GIDDENS, Anthony; PIERSON, Christopher. **Conversas com Anthony Giddens:** o sentido da modernidade. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 20.

[388] GIDDENS, Anthony. Modernidad y Autoindentid. *In:* BERIAIN, Josexto (Comp.). **Las Consecuencias perversas de la modernidade:** Modernidad, contingencia y riesgo. Barcelona: Anthropos, 1996. p. 22.

> A modernização "reflexiva" significa não uma mera reflexão, senão auto confrontação da modernidade consigo mesmo, já que a transição da sociedade industrial à sociedade de risco se consuma como não desejada, como não pretendida, e adota a forma de uma dinâmica modernizadora independente (*verselbständigt*) em frente ao modelo de consequências colaterais latentes.

A Modernização Reflexiva não é um processo de análise que se encerra em si mesmo, este é o primeiro momento de um mecanismo maior, onde existe a auto confrontação da sociedade industrial com a sociedade de risco.

Esta sociedade não é necessariamente aceita ou desejada por grande da coletividade nacional e/ou internacional, assumindo uma forma independente, racional e humana quando se trata de analisar as ações e os riscos surgidos, como alternativas para minimizar, extinguir ou criar ferramentas no intuito do indivíduo possa viver em associação com os riscos que a mesma oferece.

Entre os riscos propostos pela atual sociedade, destacam-se o medo de vazamentos nucleares como ocorrido no Japão em 2001 e o de novos Atentados Terroristas Transnacionais, como os ocorridos em 11 de Setembro de 2001 nos EUA e, posteriormente, em outros Estados, tais como Espanha, Inglaterra, Alemanha e França.

Complementa Beck[389]:

> *La modernización 'reflexiva' significa no mera reflexión, sino autoconfrontación de la modernidad consigo misma, ya que la transición de la sociedad industrial a la sociedad del riesgo se consuma como no deseada, como no pretendida, y adopta la forma de una dinámica modernizadora independiente (verselbständigt) bajo el modelo de consecuencias colaterales latentes*. [390]

Nesse momento, o crescimento exagerado por parte de determinados Estados e um progresso "relativamente" global confronta-se à destruição de conceitos e paradigmas antigos de sociedades em diversas partes do planeta.

---

[389] BECK, Ülrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva *In* BECK, Ülrich, GIDDENS, Anthony; LASH, Scott Lash. **Modernização Reflexiva:** política, tradição e estética na ordem social moderna. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012. p. 13.

[390] Em tradução livre: "A modernização 'reflexiva' significa não mera reflexão, mas autoconfrontação da modernidade consigo mesma, uma vez que a transição da sociedade industrial para a sociedade de risco é vista como não desejada, não pretendida, e adota a forma de uma dinâmica modernizadora independente (verselbständigt) sob o modelo de consequências colaterais latentes."

Com base no exposto, essa capacidade de mudança que a Modernidade Reflexiva traz, não necessariamente coloca em risco tradições e conceitos sociais de gerações antigas, mas analisa o indivíduo, suas ações e relações, assim como os riscos que surgem a partir dessas interações sociais.

Nesse sentido, pode ser denominado de Modernidade Reflexiva, um estágio de reflexão da própria modernidade e do que se espera da mesma com relação às áreas apresentadas e diretamente relacionadas com a vida de pessoas em todo o planeta.

4.3.2 O Direito Transnacional

Dentro do contexto da Transnacionalidade, a tecnologia da informática, da comunicação e a logística alteraram as relações entre os Estados, especialmente após a Queda do Muro de Berlim, a abertura para o Comércio Internacional e a aceleração da Globalização, tal como da Transnacionalidade, no despertar à necessidade de se ter regras que pudessem comportar essas novas perspectivas abertas à Sociedade Internacional.

Para tanto, o Direito Transnacional surge para regular as novas relações dos mais diversos atores internacionais e que refletem nas agendas internacionais e cotidiano de pessoas, como é o caso da Supranacionalidade junto à UE.

Nesse sentido, completam Cruz e Oliviero[391]:

> A produção jurídica, em tempo de globalização, parece transtornar [...] paradigma, propondo um esquema relacional inédito, baseado na centralidade como entidade “libertada” das relações comunitárias, no qual o órgão judicial perde grosseiramente seu caráter de territorialidade.

Em um mundo globalizado a percepção e a aplicabilidade do direito passam para uma nova esfera, qual seja, os órgãos e tribunais nacionais competentes trabalham com novos conceitos devendo, por sua vez, aplicá-los a casos reais, porém, dentro de uma perspectiva transnacional. Nesse sentido, guardada a devida

[391] CRUZ, Paulo Márcio; OLIVIERO Maurizio. Reflexões sobre o Direito Transnacional. **Revista NEJ – Eletrônica,** v. 17, n. 1, p. 18-28, jan-abr 2012, p. 19.

proporção, pode-se observar o que ocorre junto à UE e suas *Directivas*[392] que servem de instrumento a ser seguido pelos Estados parte do bloco econômico. Os Estados-membros, por sua vez, criam e colocam em práticas suas próprias legislações observando estas regras comuns a todos os Estados.

A UE possui ainda tribunais[393] específicos e tal situação é possível pois os Estados-membros passam parcelas de soberania para o Bloco Econômicos, ou seja, a denominada Supranacionalidade, conforme já verificado.

---

[392] Sobre as *Directivas* destaca-se: "Uma «diretiva» é um ato legislativo que fixa um objetivo geral que todos os países da UE devem alcançar. Contudo, cabe a cada país elaborar a sua própria legislação para dar cumprimento a esse objetivo. É disso exemplo a Diretiva sobre direitos dos consumidores, que reforça esses direitos em toda a UE através designadamente da eliminação de encargos e custos ocultos na Internet e da extensão do período de que os consumidores dispõem para se retirar de um contrato de venda.". Fonte: UNIÃO EUROPEIA. **Regulamentos, Diretivas e Outros Atos Legislativos.** Disponível em: <https://europa.eu/european-union/eu-law/legal-acts_pt.>. Acesso em: 16 set. 2018.

[393] Sobre o tema, nota-se o texto que segue, escrito em língua portuguesa com grafia utilizada por Portugal, Estado-membro da UE: "O sistema judicial da União Europeia (UE) tem três vertentes: Tribunal de Justiça, Tribunal Geral e tribunais especializados em domínios específicos. Estes tribunais da UE garantem a interpretação e aplicação do direito da UE.

- O Tribunal de Justiça da União Europeia constitui a autoridade judicial suprema da UE. Garante, em cooperação com os tribunais dos Estados-Membros, a aplicação e a interpretação uniforme do direito da União Europeia. O Tribunal de Justiça é composto por um juiz de cada Estado-Membro.
- O Tribunal Geral conhece em primeira instância das acções que não competem aos tribunais especializados nem directamente ao Tribunal de Justiça. Conhece também de recursos contra decisões (em primeira instância) dos tribunais especializados. O Tribunal Geral é composto por, pelo menos, um juiz de cada Estado-Membro.
- Os tribunais especializados podem ser criados para domínios específicos. Têm competência para decidir em primeira instância, com possibilidade de recurso para o Tribunal Geral.

Os tribunais têm sede no Luxemburgo e são instituições multilingues. Qualquer língua oficial da UE pode ser a língua de uma acção interposta nestes tribunais. Os tribunais da UE devem respeitar o princípio do multilinguismo, atendendo à necessidade de comunicar com as partes na língua do processo e de garantir a divulgação da respectiva jurisprudência em todos os Estados-Membros.
É importante não esquecer que a aplicação do direito da UE não deve ser garantida apenas pelos tribunais da UE: os tribunais dos Estados-Membros também devem aplicá-lo. Por outras palavras, os tribunais da UE e dos Estados-Membros trabalham em conjunto para a aplicação e interpretação correcta e uniforme do direito da UE.
Para decidir os litígios entre a UE e os seus funcionários (por exemplo, em matéria de recrutamento, carreira ou segurança social) foi criado um Tribunal da Função Pública, composto por sete juízes.
O Tribunal de Justiça e o Tribunal Geral são assistidos por Advogados-Gerais, que formulam pareceres imparciais nos processos para os quais tenham sido nomeados, antes da decisão final.
O Tribunal de Justiça da UE não deve ser confundido com o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (TEDH). O TEDH não é um tribunal da UE, mas sim um tribunal criado no âmbito do Conselho da Europa pela Convenção Europeia dos Direitos do Homem, para garantir o respeito pelos direitos e liberdades previstos nessa convenção. No entanto, a jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem pode exercer uma influência considerável sobre o direito da UE, uma vez que os direitos fundamentais garantidos na Convenção Europeia constituem também princípios gerais do direito da UE". Fonte: PORTAL EUROPEU DA JUSTIÇA. **O sistema judicial da União Europeia (UE) tem três vertentes:** Tribunal de Justiça, Tribunal Geral e tribunais especializados em domínios específicos. Estes tribunais da UE garantem a interpretação e aplicação do direito da UE. Disponível em: <https://e-justice.europa.eu/content_eu_courts-15-pt.do>. Acesso em: 16 set. 2018.

Nesse sentido, o Estado se preocupa e trabalha com situações que necessariamente não o atinge, mas que pode atingir um dos Estados-membros do bloco.

Completa Staffen[394]:

> Todavia, a existência de um direito global alimenta, nesta quadra da História, uma pluralidade de desafios, a iniciar pelas próprias bases de globalização, múltipla em sua essência. Ao passo que a globalização guarda vastidão de caráteres, tais signos observam-se também nos ordenamentos jurídicos, nacionais e nos sistemas transnacionais. Há um forte problema decorrente do conflito entre uniformidade global e diferenças nacionais (locais), da concorrência entre normas globais, normas nacionais e normas locais.

Ressalta o autor que o Direito Transnacional teria uma série de desafios a ultrapassar, iniciando pela Globalização, que traz em sua base medidas e pesos diferentes nos diversos Estados. Estes, por sua vez, precisariam de ajustes para a aproximação. Outra situação importante a ser ultrapassada é a capacidade que o novo direito teria de trabalhar com regras estatais, locais e transnacionais, estando estas em harmonia e respeitando-se mutuamente.

Expõem ainda Cruz e Oliviero[395]:

> Cada prática persegue um resultado: a noção de “direito”, exatamente como a noção de “desenvolvimento”, vem submetida a uma análise crítica que visa desmentir a sua “aparente neutralidade” e recolocar a atenção na direção seguida pelas transformações ocorridas no panorama jurídico.
> Nesse contexto, a produção normativa modifica os seus caracteres históricos e assume dois traços exteriores: a ausência de um “vínculo territorial estável”, por um lado, e o pluralismo dos sistemas jurídicos de referência, por outro.
> No que diz respeito, sobretudo ao primeiro perfil, os atributos da transnacionalidade das instituições jurídicas sugerem a ideia de que tenha ocorrido uma superação da tradicional “medida territorial” do poder normativo (ou seja Estado Constitucional), mas que, ao mesmo tempo, não entrou em cena outra do tipo “fixo”, considerando a inclinação “aberta” e “progressiva” da maior parte dos processos.

---

394 STAFFEN, Márcio Ricardo. Hegemonia e Direito Transnacional?. **Novos Estudos Jurídicos – Eletrônica**, v. 20, n. 3, p. 1166-1187 set./dez 2015. Disponível em: <http:www.univali.br/periodicos>. Acesso em: 14 set. 2018. p. 1175

395 CRUZ, Paulo Márcio; OLIVIERO Maurizio. Reflexões sobre o Direito Transnacional. **Revista NEJ – Eletrônica,** v. 17, n. 1, p. 18-28, jan-abr 2012, p. 20.

Com base na perspectiva transnacional, o Estado tem a necessidade de trabalhar com duas situações distintas entre si. Na primeira, de perder o direito de aplicar normas da maneira que até então fazia dentro de seu território (novas regras que não são necessariamente as mais importantes para determinado Estado deverão ser colocadas em prática pelo mesmo), estando estas, inclusive, acima das próprias regras estatais. Por outro lado, tem-se o pluralismo de sistemas jurídicos que deverão se comunicar para criar uma estrutura que facilite a tomada de decisão por parte dos tribunais nacionais.

Nesse sentido, completam Cruz e Oliviero[396] "Atualmente, o Estado não consegue mais dar respostas consistentes à Sociedade diante da complexidade das demandas transnacionais que se avolumam continuamente. Os problemas sociais aumentam em proporções preocupantes".

Os Estados, de maneira geral, não conseguem mais resguardar direitos e garantias aos seus cidadãos, tampouco sanar demandas transnacionais. Exemplos dessa situação são os Atentados Terroristas Transnacionais dentro de territórios e Estados, e a entrada em grande escala de imigrantes que tentam reconstituir em novas terras suas vidas. Alguns saem de seus Estados de origem fugidos de Grupos Terroristas Transnacionais, de guerras ou de Atentados Terroristas Transnacionais.

Para tanto, o Estado vivencia de maneira intensa antigas e novas cenas, que trazem consigo a essência de um planeta Globalizado, tal como de Transnacionalizado.

Destaca Dias[397] que "O Direito Transnacional já deve ser visualizado, não como um campo em que o indivíduo seja visto como sujeito pleno de direito, mas sim como sempre deveria ser visto, como finalidade do Direito".

Para o autor, o Direito Transnacional deve ser uma finalidade, ou o caminho para unificar normas individualizadas focadas nos problemas que afligem a

---

396 CRUZ, Paulo Márcio; OLIVIERO Maurizio. Reflexões sobre o Direito Transnacional. **Revista NEJ – Eletrônica,** v. 17, n. 1, p. 18-28, jan-abr 2012, p. 22.

397 DIAS, Bruno Smolarek. Direito Transnacional e a Premissa de uma Comunidade Internacional Universalista. **Revista Brasileira de Direito**. [s.l.], v. 11, n. 1, 2015. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/842/961.>. Acesso em: 14 set. 2018, p. 05.

Humanidade, criando-se regras comuns e aplicáveis a todos os Estados. Entre os problemas citados, destacam-se os Atentados Terroristas Transnacionais.

Ressaltam ainda Cruz e Oliviero[398]:

> O debate sobre o Direito Transnacional justifica-se, então, principalmente no fato de que o Direito Nacional e o Direito Internacional – mesmo considerando a criação de novas estruturas e organizações interestatais – não geraram mecanismos eficazes de governança, regulação, intervenção e coerção para as demandas transnacionais. [...].
> O que nos autoriza a estimular o debate sobre o Direito Transnacional é a necessidade da existência de espaços públicos transnacionais, ou seja, da criação de espaços públicos que possam perpassar estados nacionais.

O Direto Nacional e o Direito Internacional não foram capazes de sanar ou reduzir as externalidades expostas pelos movimentos e demandas transnacionais. Assim, o debate, conforme proposto pelos autores, é fundamental para que se repense espaços públicos capazes de transpassar o Estado em diversos setores e áreas, tais como Educação, Cultura e Direito, sempre resguardando as especificidades de cada Estado.

Nesse sentido, completam Cruz e Oliviero[399]:

> Os novos poderes transnacionais, presentes na nova ordem mundial, influenciada por diversos fatores decorrentes da intensificação do fenômeno da globalização, torna oportuna e necessária a discussão sobre o Direito Transnacional, que viabilize a democratização das relações entre estados fundada na cooperação e na solidariedade, com o intuito de assegurar a construção das bases e das estratégias para a governança, a regulação e a intervenção transnacionais [...].

A Transnacionalidade traz consigo novas situações à agenda de prioridades proposta desde a queda do Muro de Berlim.

O crescente desenvolvimento da Globalização pelo globo e a necessidade de se criar espaços para discussões de situações transnacionais, como o Terrorismo

---

[398] CRUZ, Paulo Márcio; OLIVIERO Maurizio. Reflexões sobre o Direito Transnacional. **Revista NEJ – Eletrônica,** v. 17, n. 1, p. 18-28, jan-abr 2012, p. 22.
[399] CRUZ, Paulo Márcio; OLIVIERO Maurizio. Reflexões sobre o Direito Transnacional. **Revista NEJ - Eletrônica**, v. 17, n. 1, p. 18-28, jan./abr. 2012. p. 23.

Transnacional, alternativa esta para os Estados Transnacionais, faz surgir novos questionamentos, a exemplo do Direito Transnacional e a sua colocação em prática.

O Direito Transnacional, por sua vez, objetiva viabilizar encontros entre os Estados, baseados na cooperação e na solidariedade

Completam Cruz e Oliviero[400]:

> [...] a expressão latina *trans* significaria que vai "além de" ou "para além de", a fim de evidenciar a superação de um *locus* determinado, que indicaria que são perpassadas diversas categorias unitárias, num constante fenômeno de desconstrução e construção de significados.

Ressaltam os pesquisadores que o termo *"trans"* de "Transnacionalidade", mostra que o "Nacional" é perpassado por regras comuns a outros Estados, dando possibilidade à desconstrução de conceitos, como "Local" e "Nacional", para "Espaço Público Transnacional", por exemplo.

Mange[401] ressalta "[...] ao considerar uma pluralidade de fontes normativas, o processo jurídico transnacional não excluiria normas criadas por ordenamentos jurídicos autônomos [...]".

Para a autora as normas jurídicas dos Estados não seriam excluídas em função das regras transnacionais, uma complementaria a outra, ambas aplicadas em casos concretos conforme as demandas propostas junto aos Estados.

Ressaltam Cruz e Oliviero[402]:

> O Direito Transnacional, que seria destinado a limitar poderes transnacionais, estaria "desterritorializado", sem uma base física definida, o que é uma das circunstâncias que molda o cenário transnacional, especialmente porque diz respeito ao aspecto além fronteira, pois não é o espaço estatal e também não é espaço que está acima dele ou entre eles. Está para todos eles ao mesmo tempo, ou seja, desvinculado da delimitação precisa do âmbito territorial em que o Direito Nacional tenta exercer soberania e tenta impor

---

400 CRUZ, Paulo Márcio; OLIVIERO Maurizio. Reflexões sobre o Direito Transnacional. **Revista NEJ – Eletrônica,** v. 17, n. 1, p. 18-28, jan-abr 2012, p. 23.

401 MANGE. Flávia Foz. As características do Direito Transnacional como Metodologia: Análise sob o enfoque dos Aspectos Processuais da Arbitragem. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 13, n. 3, 2016. 37-1036, p. 131

402 CRUZ, Paulo Márcio; OLIVIERO Maurizio. Reflexões sobre o Direito Transnacional. **Revista NEJ – Eletrônica,** v. 17, n. 1, p. 18-28, jan-abr 2012,. p. 24.

coercitivamente as suas leis.

O Direito Transnacional vem desacompanhado de qualquer territorialização, não possuindo qualquer tipo de base física ou Estatal, uma vez que o mesmo deve ser condizente com a perspectiva além da fronteira, trata-se de um espaço para dentro e para fora das fronteiras dos Estados, servindo e sendo a base jurídica para todos os Estados ao mesmo tempo.

Completam Cruz e Oliviero[403]:

> O ordenamento jurídico transnacional tenderia a aparecer como um conjunto ou sistema, no sentido de que suas normas responderiam a pautas axiológicas comuns, que justificariam sua consideração como um todo e que atualmente são praticamente impossíveis de serem alcançadas pelos direitos nacionais, [...] e internacionais.
> Considerando-se que toda organização jurídica supõe um ordenamento ou conjunto de normas coordenadas, que tornam possível sua própria existência e funcionamento, o ordenamento jurídico transnacional dificilmente não acompanha essa lógica. O ordenamento jurídico transnacional apresentaria características próprias, capazes de limitar os novos poderes transnacionais, em espaços de governança regulatória e de intervenção até agora existentes.

O Direito Transnacional colocado em prática nos mais diversos Estados seria alternativa para o tratamento de situações similares, a quem infringisse as regras transnacionais. Este Direito, por sua vez, seguiria uma lógica própria, que acompanha a Transnacionalidade e a Globalização.

Sobre as características do Direito Transnacional completam Cruz e Oliviero[404]:

> Assim sendo e considerando-se os tipos de poderes atualmente existentes nesses espaços transnacionais, seriam possíveis características de um Direito Transnacional:
> a) Quanto ao *conteúdo*, o ordenamento jurídico transnacional seria a expressão de todas as nações jurídicas a ele submetidas. Com isso se pode teorizar que este ordenamento tenderia a refletir a vontade política de uma comunidade quanto a seus valores e objetivos essenciais, ou seja, as decisões básicas que confeririam unidade e coerência à sua organização. Estas decisões versariam sobre os valores nos quais se funda (como a questão ambiental, direitos

[403] CRUZ, Paulo Márcio; OLIVIERO Maurizio. Reflexões sobre o Direito Transnacional. **Revista NEJ – Eletrônica,** v. 17, n. 1, p. 18-28, jan-abr 2012, p. 24.
[404] CRUZ, Paulo Márcio; OLIVIERO Maurizio. Reflexões sobre o Direito Transnacional. **Revista NEJ – Eletrônica,** v. 17, n. 1, p. 18-28, jan-abr 2012, p. 24-25.

> humanos, paz mundial e solidariedade) e sobre a distribuição do poder social e político. O ordenamento jurídico transnacional tenderia a um reflexo da realidade material obtida por meio das decisões políticas dos estados e suas respectivas nações jurídicas. É esta realidade que torna possível falar em ordenamento jurídico transnacional ou Direito Transnacional;
> b) Quanto à sua *forma*, a unidade do ordenamento jurídico transnacional provavelmente se traduzirá num sistema ordenado de produção de normas jurídicas. Estas seriam formal e materialmente válidas à medida que fossem geradas ou produzidas de acordo com os procedimentos e pelos órgãos previamente estabelecidos no respectivo espaço público transnacional. Como consequência, o ordenamento jurídico transnacional se figuraria de forma escalonada.

Os autores destacam importantes características sobre o Direito Transnacional como o *Conteúdo*, forma de exprimir as regras jurídicas propostas pelos Estados que o compõem, propondo as decisões primárias desse grupo de Estados.

No que tange à *Forma,* o Direito Transnacional seria colocado em prática à medida que o mesmo fosse elaborado para situações específicas, sem haver um Direito Transnacional completo, acabado, mas um direito colocado em prática conforme a sociedade solicitasse e as situações ocorressem.

Para tanto, o Direito Transnacional partiria de um processo construído pelos Estados, dadas as suas necessidades, aplicável a todos, porém, respeitando as questões relacionadas, por exemplo, com a religião e a cultura. Este direito também seria acessível a todos, sem qualquer tipo de distinção.

4.3.3 Sociedade de Risco

Este tópico da tese de doutorado, tem por fundamento explicitar o conceito de Sociedade de Risco proposto por Ülrich Beck, aparentemente mais visível e latente nos últimos anos, em especial, após os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 e demais Atentados Transnacionais ocorridos na Europa, Ásia e Oriente Médio.

Ressalta-se que os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 inauguraram uma nova fase do Terrorismo, o Terrorismo Transnacional, cuja resultante foi a colocação em prática pelo governo estadunidense

e seus aliados da “Guerra ao Terror”, o que, por sua vez, também colocará em risco questões já consagradas dos Direitos Humanos.

Esse caldeirão de (in)justificada legítima defesa, de atacar antes de ser atacado, nos dois lados dessa explosiva relação (Grupos Terroristas Transnacionais, EUA e aliados), cria o medo de novos Atentados Terroristas Transnacionais, além de uma Sociedade Internacional embasada no medo e no risco de novas mortes de civis e inocentes em ambos os lados.

Para tanto, faz-se importante observar as propostas de Ülrich Beck sobre a sociedade de risco que, parece estar mais evidente para grande parte da Sociedade Internacional.

Nesses parâmetros, é necessário conhecer Ülrich Beck e sua proposta enquanto Moderno Reflexivo. Expõe Wilkinson[405]:

> Nascido em 1944, Ülrich Beck é conhecido principalmente por sua inovadora tese da “sociedade de risco”. O argumento é o de que uma ruptura fundamental está ocorrendo no âmbito da história social da modernidade, ruptura marcada pela dissolução das velhas formas de “sociedade industrial” e pela ascensão de uma nova sociedade de risco. Beck afirma que as gerações anteriores das sociedades industriais eram cegas com relação aos perigos ecológicos da modernização, e que uma consciência social acerca dos riscos em larga escala do mundo industrial está começando a exercer uma enorme influência sobre as atitudes culturais e comportamentos sociais na sociedade de risco emergente.

Ressalta o autor que Ülrich Beck traz uma tese inovadora pela quebra com as antigas propostas da Sociedade Industrial, surgindo uma nova sociedade, qual seja, a Sociedade de Risco. Para as gerações anteriores, os perigos da modernização não eram percebidos, tão pouco, tinha-se consciência acerca do coletivo e das externalidades com relação às ações individuais ou coletivas para o indivíduo e a sociedade, local e internacional.

---

[405] WILKINSON, Iain. Ülrich Beck. *In*: SCOTT John (org). **50 Grandes sociólogos contemporâneos.** São Paulo: Contexto, 2009. p. 40.

No que tange à Modernidade e os fundamentos da mesma, destaca Beck[406] que:

> [...], os fundamentos da primeira modernidade precisam ser revistos: o que quer dizer tolerância? Quais serão os direitos humanos que devem valer para todos apesar da diversidade cultural? Quem irá garantir os direitos humanos em um mundo pós-Estado nacional? Como salvar e reformar as garantias sociais – que até o momento foram sempre, na sua maior parte, concebidas pelo Estado nacional – diante do agravamento da pobreza mundial e do desemprego? Se os estados nacionais implodirem, teremos novas guerras santas, agravadas por catástrofes ecológicas? Ou caminhamos para um mundo sem violência e que encontrará a paz depois do triunfo do mercado mundial? [...].

Beck ressalta que o mundo caminha para uma nova fronteira em que diversos questionamentos se fazem mais presentes do que em outros momentos. Dúvidas com relação aos Direitos Humanos, agravamento da pobreza, guerras santas (e neste caso, pode-se enquadrar os Atentados Terroristas Transnacionais e a "Guerra ao Terror"), desemprego, entre outros passam a assombrar os indivíduos, tal como sociedades estatais e a Sociedade Internacional. Estes questionamentos, a qual tem-se poucas ou nenhuma resposta, incorporam-se às dúvidas inerentes da Sociedade de Risco.

Sobre o exposto complementa Bauman[407] que "El mundo contemporáneo es un recipiente colmado de miedo y frustración que buscan desesperadamente una vía de escape común".

Nesse sentido, o mundo é um local em que as pessoas vivem com medos e frustrações, dada a incapacidade imposta pelo risco e pelo próprio medo, o que gera situações de fugas desesperadas, muito arriscadas quando esse cidadão com medo e frustrado encontra Grupos Terroristas Transnacionais que utilizam esses sentimentos para colocar em prática seus objetivos.

---

[406] BECK, Ulrich. **O que é globalização?** equívocos do globalismo: respostas à globalização. São Paulo: Terra e Paz, 1999. p. 38.

[407] Em tradução livre: *"*O mundo contemporâneo é um recipiente cheio de medo e frustração que busca desesperadamente uma maneira comum de fuga". *In:* BAUMAN, Zygmunt. **Em busca de la política.** 1. ed. 4. reimp. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009. p. 64.

Sendo o Risco a base da tese de Beck, cabe, para tanto, conceituar o mesmo, assim, destacam Giddens e Sutton[408] “Segundo Ulrich Beck, tentativas de evitar ou mitigar potenciais perigos, sobretudo os “riscos fabricados” que são produtos da atividade humana”.

Para o autor, na visão de Beck, o Risco pode ser fruto da atividade humana e da interação social. Assim, cabe ainda ao indivíduo trabalhar para evitar o Risco ou minimizá-lo.

No que tange aos Riscos Globais destaca Beck[409]:

> Os riscos globais têm uma característica notável: eles introduzem a dupla ameaça existencial – primeiro, para a vida e a soberania dos cidadãos e, segundo, para a autoridade e soberania do Estado-nação. Não só o Estado, mas até a possibilidade do Estado, depende fundamentalmente de garantir a segurança e a proteção de seu povo. Um governo que admite e reconhece seu fracasso diante de riscos globais ameaça sua legitimação e existência ou se envolve em uma metamorfose da política (um exemplo dessa segunda possibilidade é a virada na política de energia nuclear da Alemanha após o desastre de Fukushima). Isso implica que a política de invisibilidade é uma estratégia importante para estabilizar a autoridade do Estado e a reprodução da ordem social e política pela negação da existência de riscos globais e seus efeitos de “apropriação ecológica e de risco”, e efeitos sobre a saúde para grandes partes da população.

Os Riscos Globais trazem duas ameaças, uma para o cidadão e outro para o Estado. O autor ressalta que uma das funções do Estado é manter a segurança dos cidadãos dentro de seu território, para tanto, um Estado que não consegue sustentar tal propositura, mediante Riscos Globais, como é o caso de Atentados Terroristas Transnacionais coloca em xeque sua legitimação.

Outra situação levantada pelo autor é a possibilidade do Estado se envolver em uma metamorfose política, como o caso da Espanha, quando dos Atentados Transnacionais no metrô de Madri, que alterou suas políticas naquele ano, conforme verificado em momento adequado dessa tese doutoral.

---

[408] GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. **Conceitos essenciais da Sociologia.** São Paulo: Editora Unesp, 2016. p. 96.

[409] BECK, Ulrich. **A metamorfose do mundo:** novos conceitos para uma nova realidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. p. 133.

Complementa ainda Beck[410] com relação à Sociedade Mundial de Risco:

> [...] de uno u otro modo, espacios transnacionales de actividad en cuanto que los actores sociales los buscan, producen y mantienen. [...] en la teoría de la sociedad de riesgo mundial, vemos como, en el lugar de la unidad fundamental del quehacer funcional, penetra la categoría de la secuela no deseada. Según dicha teoría, existen riesgos globales (su construcción social y política) […]

Os espaços transnacionais são locais que existem a partir da procura, produção e manutenção dos atores internacionais, em especial dos Estados. Na teoria proposta por Beck sobre a Sociedade Mundial de Risco, tem-se as sequelas oriundas das ações dos indivíduos ou de sociedades, não sendo estas esperadas ou desejadas.

Assim, surgem os riscos globais como produtos da atuação social ou política e que atingirão um indivíduo, um grupo de indivíduos, uma sociedade, sociedades ou a Sociedade Internacional.

Propõe Beck[411] sobre a Sociedade Mundial de Risco:

> Riscos globais se caracterizam fundamentalmente pela problemática da invisibilidade. Essa problemática está conectada de forma intrínseca à problemática do poder. Para analisar as novas paisagens das relações de definição, é útil introduzir um dualismo diagnóstico do tempo entre a invisibilidade *natural* (“dada”) de riscos altamente civilizacionais e uma invisibilidade *fabricada* (política da invisibilidade).

Para Beck os Riscos Globais são invisíveis, mas diretamente ligados com o emprego do Poder. Assim, torna-se importante observar duas situações específicas, em que se tem uma Invisibilidade *Natural* dos riscos da vida em sociedade; e uma Invisibilidade *Fabricada*, por meio da política, para que esta seja imperceptível ao cidadão e a sociedade nacional e internacional.

---

[410] Em tradução livre: *“*De uma maneira ou de outra, os espaços transnacionais, surgem, a partir do momento em que os atores os procuram, os produzem e os mantêm. [...] na teoria da sociedade mundial de risco, tem-se a categoria das sequelas não desejadas, em substituição à unidade fundamentada por uma ação que deseja atingir um fim determinado. Segundo esta teoria, existem riscos globais (sua construção social e política) [...]” *In:* BECK, Ulrich. **Qué es la Globalización?** Falacias del globalismo, respuestas a la globalización. Barcelona: Paidós Ibérica Ediciones S.A., 1998. p. 49.

[411] BECK, Ulrich. **A metamorfose do mundo:** novos conceitos para uma nova realidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. p. 131.

Ainda sobre o Risco Naturais e o Risco fabricado Giddens e Sutton[412] ponderam:

> Os seres humanos sempre enfrentaram riscos, de violência de outros humanos, catástrofes naturais, incêndios e acidentes. Ainda enfrentam. No entanto, os teóricos do risco veem os riscos de hoje como qualitativamente diferentes dos perigos externos de antigamente. Esses riscos externos – secas, terremotos, fome e tempestades – eram temidos, pois emergiam do ambiente natural, eram imprevisíveis e fugiam ao controle humano. Os principais perigos de hoje, como aquecimento global ou a proliferação de armas nucleares, são exemplos de *risco fabricado*, criados pelos próprios seres humanos por meio do impacto de seu conhecimento e suas tecnologias.

Os Seres Humanos sempre estiveram sobre riscos desde a sua origem. Em alguns momentos poderiam ser predadores, em outros, presas. Catástrofes naturais também eram motivo de medo, e imprevisíveis. Ainda se tem esses mesmos medos (terremotos, furacões, tsunamis, vulcões entre outros), todavia, somados aos Riscos Fabricados pelos próprios homens, através de práticas a partir de estudos, conhecimentos e tecnologias, no desenvolvimento de armas químicas, biológicas e nucleares que colocam em temeridade sociedades inteiras.

Atentados Terroristas Transnacionais e a “Guerra ao Terror” utilizam-se de tecnologias de comunicação, de informática, logística e armamentos, elaborados a partir de estudos, do conhecimento e do desenvolvimento humano, Riscos estes Fabricados que podem arruinar vastas áreas do planeta, dependendo de como e de quem centraliza o Poder para utilizá-las.

Sobre o teor do Risco destaca Beck[413]:

> Riscos não se esgotam, contudo, em efeitos e danos já ocorridos. Neles, exprime-se sobretudo um componente *futuro*. Este baseia-se em parte na extensão futura dos danos atualmente previsíveis e em parte numa perda geral de confiança ou num suposto “amplificador de risco”. Riscos têm, portanto, fundamentalmente que ver com antecipação, com destruições que ainda não ocorreram mas que são iminentes, e que, justamente nesse sentido, já são reais hoje.

---

[412] GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. **Conceitos essenciais da Sociologia**. São Paulo: Editora Unesp, 2016. p. 97.

[413] BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco:** rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2011. p. 39.

Os Riscos são constantes e a lembrança do Risco é tão complexa quanto sua presença, pois há uma perda da confiança no futuro, uma vez que estes são imprevisíveis e que podem deixar de ser Risco para tornarem-se Ação em qualquer lugar do planeta.

Tais Riscos são observados quando se fala de Atentados Terroristas Transnacionais, porque um novo ataque é iminente e pode ocorrer em qualquer lugar do planeta. Essa incerteza é que cria pânico e terror em populações inteiras em todo o planeta.

Da Sociedade de Risco e a Consciência de Risco complementa Wilkinson[414]:

> A nova "consciência de risco" resulta da percepção, estimulada pelos meios de comunicação de massa, de que vivemos em meio a uma época em que os custos ambientais da industrialização estão começando a sobrepujar os benefícios sociais. Os quadros de referência que configuram o enfoque da teoria social de Beck, bem como moldam seus termos de análise política, estão enraizados na crença de que, onde os habitantes e ocupantes da sociedade industrial da modernização estão cegos para os riscos da modernização, os que vivem na sociedade de risco devem chegar a termos com futuros possíveis, em que a ameaça de "auto-aniquilação" assoma, preocupante, no horizonte cultural.

Com a Sociedade de Risco tem-se a Consciência de Risco, produto da percepção da sociedade através do maior acesso aos meios de telecomunicação e informática. Esta consciência faz com que haja uma maior análise e reflexão dos custos das ações da Sociedade Industrial e de que forma estes começam a influenciar as ações e os benefícios sociais.

Entre estas ações, destaca-se a falta de interação entre o Ocidente e o Oriente, o que levou durante muitas décadas à desconstrução da capacidade de convivência e do trabalho mútuos, embasada em fundamentalismos[415] por ambas as

---

[414] WILKINSON, Iain. Ülrich Beck. *In*: SCOTT John (org). **50 Grandes sociólogos contemporâneos.** São Paulo: Contexto, 2009. p. 40.

[415] Sobre Fundamentalismo Kamel que: "A origem da palavra 'fundamentalismo' está no fim do século XIX, quando protestantes conservadores americanos pregaram o retorno dos cristãos ao que eles chamaram de fundamentos da fé. O termo se consolidou depois que, entre 1910 e 1913, mais de três milhões de cópias de uma série de 12 livros intitulados *Os fundamentos* foram distribuídas em todos os estados americanos. O que se pregava era leitura absolutamente literal dos textos sagrados. Se a Bíblia diz que Adão foi feito de barro, Adão foi feito de barro e não se discute mais isso. Eles próprios não se davam conta de que o chamavam de "leitura literal" das Escrituras era ela própria uma leitura, porque

partes, geradores dos momentos de violência que culminaram nos Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, e nos demais Atentados Transnacionais após os ataques aos EUA.

Ações passadas geram externalidades no presente e assombram quando observado que a "Guerra ao Terror" suscitaria uma cadeia de Atentados Terroristas Transnacionais, e de contra atentados, ambos galgados na ideia de segurança, proteção, legítima defesa e tendo como base fundamentalismos que colocam em risco garantias reconhecidas internacionalmente, sob tutela dos Direitos Humanos.

No que tange à Política e ao Medo, propõe Castells[416] que:

> Terrorismo, medo e política, embora sempre tenham formado um sinistro *ménage à trois*, foram ocupando nas duas últimas décadas o frontispício da vida cotidiana, de tal modo que, em muitos países, entramos em um mundo no qual crianças crescem com medo. E no qual os cidadãos aceitam que os vigiem e os controlem eletronicamente, que os revistem em suas viagens, que os detenham preventivamente, que militarizem o espaço público.

Para Castells o Terrorismo Transnacional, o medo e a política, assumiram nas últimas duas décadas uma posição cotidiana na vida das pessoas, sem que as mesmas percebessem. Com a desculpa de se eliminar o Terrorismo Transnacional de um determinado território, Estados criam sistemas de segurança que invadem a vida das pessoas, controlando seus passos, dentro e fora de seu território. Nos dias atuais, qualquer um que pretenda fazer uma viagem de férias por rota aérea, utilizando-se de aeroportos, passará por sistemas de segurança considerados normais e necessários.

No que tange aos Atentados Terroristas Transnacionais nos últimos vinte anos, destacam Giddens e Sutton[417]:

> Os últimos vinte anos foram palco de inúmeros ataques terroristas que também mudaram as visões das pessoas sobre o quanto suas comunidades estão protegidas de ameaças de violência e como os

não existe texto sem interpretação, não existem signos de significados únicos, não existem homens sem consciência, sem capacidade de interpretar. De qualquer forma, o termo se consagrou e, com o surgimento do radicalismo islâmico, por empréstimo, passou-se também a chama-lo de fundamentalismo. Acredita-se erroneamente que os fundamentalistas islâmicos pregavam o retorno do Islã à literalidade do Alcorão". KAMEL, Ali. **Sobre o Islã:** a afinidade entre mulçumanos, judeus e cristãos e as origens do terrorismo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007. p. 172.

[416] CASTELLS, Manuel. **Ruptura:** a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. p. 29.

[417] GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. **Conceitos essenciais da Sociologia.** São Paulo: Editora Unesp, 2016. p. 97.

> governos podem proteger seus cidadãos. Embarcar em um avião para um voo nacional hoje em dia pode envolver um conjunto de medidas de segurança, como escaneamento completo do corpo, cujo intuito é reduzir os riscos de os passageiros virarem vítimas. Como são produtos de nosso modo de vida moderno, esses riscos nos apresentam novas escolhas e novos desafios.

Na perspectiva dos autores, as últimas duas décadas foram marcadas por Atentados Terroristas Transnacionais, tendo como ápice os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, que levaram Estados como Espanha, Inglaterra, França, Israel e EUA, a reverem políticas de segurança e reanalisarem suas ferramentas para proteger cidadãos e territórios de tais atentados, o que nem sempre funciona como o esperado.

Procedimentos simples também seguem novos protocolos de segurança e atingem pessoas nas mais diversas partes do planeta sem relação alguma com os Atentados Terroristas Transnacionais já ocorridos (ou que poderão ser colocados em prática). Isso se observa, por exemplo, no embarque junto a aeronaves, munido de instrumentos de segurança usados para coibir ou evitar que aeronaves sejam utilizadas como ferramentas em novos Atentados Terroristas Transnacionais.

Tem-se, nesse sentido, um Risco Fabricado que alcança pessoas em todo o planeta, indiferente de classe social, religião ou etnia. Tais riscos estão presentes, com novos Atentados Terroristas que incitam contra-ataques, utilizando-se como escusa a autodefesa, e em ambos os casos ferem-se princípios consagrados dos Direitos Humanos, criando pânico em cidadãos de diversos Estados.

Entre os recursos utilizados estão as tecnologias de informática, de comunicação e logística, imersas em um caldeirão de medo e riscos denominado Sociedade Internacional. Tais Riscos Fabricados (Atentados Terroristas Transnacionais, “Guerra ao Terror”, desrespeito aos princípios dos Direitos Humanos) são constantes, porém, a Consciência do Risco também serve como instrumento para nortear as novas gerações sobre ações a serem tomadas na manutenção da vida no Planeta Terra com qualidade, respeito às diferenças culturais, filosóficas e religiosas, fomentando as futuras Relações Transnacionais (que ainda estão em vias de serem criadas e colocadas em prática).

CONCLUSÃO

A escolha de um tema para a tese de doutorado pode ser uma das situações mais difíceis na vida acadêmica, pois o êxito da escolha pressupõe a conversa entre variáveis internas e externas para que se tenha a melhor monografia doutoral dentro do prazo temporal exigido.

Entre as variáveis externas pode-se destacar a base bibliográfica que deve ser sólida, precisa e cirúrgica, o que por sua vez, nem sempre se tem acesso em quantidade e qualidade suficiente para se escrever dentro da proposta inicial imaginada pelo doutorando.

Outra situação importante é a relação entre orientador(a) e orientando, construída pelo respeito mútuo, dedicação e apreço, uma vez que, ao final, de certa forma ambos escrevem e colhem juntos e os frutos propostos para tese.

Entre as variáveis internas eleva-se a capacidade que o doutorando desenvolve para ir além das linhas redigidas, de não se contentar com uma única fonte, de questionar a bibliografia à sua disposição e de adolescer, caso ainda não a tenha, a habilidade de ser humilde e compreender que, possivelmente, o desejado pode estar fora do seu alcance naquele momento.

Resta assim rever objetivos, objeto, justificativa, hipóteses e demais componentes de uma tese doutoral para, talvez, mudar um pouco a bússola e aportar em outros portos tão interessantes quanto aquele traçado inicialmente.

Existem ainda outras situações que não estão diretamente envolvidas com a tese doutoral, mas que influenciarão a mesma, fruto de um cotidiano nem sempre controlável.

Um curso de Doutorado dura em média quatro anos e esse tempo, uma vez transcorrido, observado cuidadosamente com os olhos já um pouco mais cansados nota-se que a vida mudou, as pessoas ao seu redor mudaram, alguns chegaram e as vezes em dose dupla, trazendo alegria, complemento e paz, por mais que os primeiros dias sejam ainda de separação e apreensão.

Passados estes momentos, a paz perpetua em seu Espírito, Mente e Corpo; outros, por sua vez, nos deixam e nem sempre se teve tempo para o último adeus, pois não contávamos que “aquele” seria o último, na esperança de ter mais um... mais um.... mais um...; levamos mais sustos com os sustos que a vida nos prega.

Observa-se também que a biblioteca particular do doutorando está com novos títulos e com vários textos a serem lidos em noites e madrugadas de calma e silêncio.

Confesso que passei por todos esses estágios nesses quatro anos. Escolhi minha tese (achei que tinha escolhido), mas não compreendia ainda que tese não se escolhe, nós é que somos escolhidos por ela; tenho uma relação de respeito e apreço por minha orientadora; passei várias noites lendo e escrevendo para, no outro dia, após dormir algumas horas, descobrir que o que escrevi não era exatamente o que queria e assim, recomeçava a escrever; ganhei pessoas que mudaram minha vida para sempre, que esquentaram o sol do verão já presente em minha vida; perdi pessoas e esta perda lançou um denso e frio inverno ártico sobre mim, entre uma estação e outra, não tive tempo para o outono.

Também revi a tese, tal como todos os elementos que a constituem, o que me levou à construção de uma conexão de profundo respeito e admiração por todos que me ajudaram e estiveram presentes nesse longo processo. Assim, compreendi que a desconstrução é uma porta para a construção, tal como ocorre com as chapadas golpeadas por raios, incendiadas pelo fogo, mas que, ao final desse doloroso e árduo processo, a terra mais fértil reserva novas flores coloridas e árvores frutíferas. No meu caso foi a construção de uma tese, intensificar relações já existentes e construir novas.

Trabalhar Terrorismo Transnacional, a “Guerra ao Terror”, a Globalização, a Transnacionalidade e (In)Segurança Internacional pelo olhar de autores consagrados, me fez ir além de minha compreensão, pois em diversos momentos as referências e as bibliografias se encaixavam perfeitamente, em outros, havia a necessidade de encontrar materiais que as uniriam, em um procedimento artesanal, porém gratificante.

Esta tese doutoral foi proposta e inserida na linha de pesquisa Estado, Transnacionalidade e Sustentabilidade, vinculada à área de concentração Constitucionalidade, Transnacionalidade e Produção do Direito, do Doutorado em Ciência Jurídica da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) e Produção do Direito. O objetivo geral proposto foi verificar dentro da perspectiva da "Sociedade de Risco" proposta por Ülrich Beck, de que forma a "Guerra ao Terror", alvitrada após os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 colocaram o mundo em (in)segurança global. Este objetivo, por sua vez, deu origem a três objetivos específicos.

Dos objetivos específicos tem-se enquanto primeiro, a apresentação da evolução histórica do Terrorismo, especialmente do Terrorismo Internacional; o segundo objetivo específico foi identificar os Atentados Terroristas de 11 de Setembro de 2001 como marco para o surgimento do Terrorismo Transnacional; e o terceiro e último objetivo específico, tratou também identificar as regras antiterror criadas após os Atentados Terroristas de 11 de Setembro de 2001, pela União Europeia (UE) e Brasil, tal como o Terrorismo Transnacional; avaliar a "Guerra ao Terror" e suas consequências dentro da perspectiva da "Sociedade de Risco" proposta por Ülrich Beck.

Para tanto, as hipóteses levantadas no início dessa tese doutoral foram comprovadas, estando os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, como os primeiros a utilizaram instrumentos até então pouco ou nunca empregados, como a logística (transporte comercial) e a telemática. Observou-se ainda que normas antiterroristas foram criadas, por diversos Estados, como alternativa de proteger suas populações e fronteiras. Por fim, nota-se a "Sociedade de Risco" evidenciada por Ulrich Beck, uma sociedade que vive, em muitos aspectos sob a tutela do medo e da insegurança.

Esta foi uma longa e complexa tarefa em reunir tantas informações sobre temas, no início tão distintos entre si, em especial pela falta de bibliografia específica para tratar dos temas expostos.

Uma alternativa posta em prática foi o uso, sempre que possível, de bibliografia internacional, traduzida ou não para a língua portuguesa, para se ter fontes mais fiéis e com viés científico no desenvolvimento dessa tese doutoral.

O Terrorismo e sua evolução foram apresentados nas linhas iniciais do trabalho e por sua vez, pode-se perceber que o Terrorismo tem suas origens em tempos antigos e evoluiu com a Humanidade, especialmente nos últimos séculos, pelo advento de tecnologias que propunham reduzir as distâncias entre os povos e Estados.

Importante destacar que, com a Queda do Muro de Berlim no final do século XX, e a disseminação das tecnologias de informática, comunicação, e da logística internacional, as informações passaram a circular no planeta, de maneira a se saber, em minutos e segundos, o que aconteceu em determinado local, em uma dimensão global.

Estas ferramentas ganharam utilidades menos nobres nas mãos de Grupos Terroristas Transnacionais, que usaram a Tecnologia de Informática para programar seus planos e trocá-los com outros Terroristas Transnacionais em diversas partes do mundo.

A Tecnologia de Informação, em especial os telefones móveis, foram um avanço para o deslocamento e a troca de dados *online* entre os mesmos. Aliada a ela tem-se a logística que levará Terroristas Transnacionais de um lado a outro do planeta ou (como viu-se nos Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 e em outros ataques na Inglaterra, Alemanha e França) será empregada como arma para mutilar e matar pessoas, uma vez que pode ser lançada contra grupos de pessoas nas ruas, lojas, restaurantes e prédios.

Nesse sentido, os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 inauguram uma nova fase do Terrorismo, qual seja, o Terrorismo Transnacional, utilizando-se dos instrumentos já mencionados e das mídias nacionais e internacionais, configuradas em ferramentas para proliferar ideias, mostrar atos de terror e criar medo em populações inteiras de todo o planeta, uma vez que não se sabe onde ocorrerá um novo Atentado Terrorista Transnacional.

As mídias e as tecnologias de informação e informática podem ser ainda alternativas utilizadas por Grupos Terroristas Transnacionais no recrutamento de jovens combatentes.

Todos estes movimentos possuem ainda duas grandes molas que indiretamente moldam a atual Sociedade Internacional e servem de esteira para o desenvolvimento de tecnologias e da maior circulação de bens, produtos, serviços e pessoas em todo o planeta, qual seja, a Globalização e a Transnacionalidade, presentes nas mais diversas ações das pessoas em todo o planeta.

Os Grupos Terroristas Transnacionais “pegam carona” nesses processos, utilizando-se da disponibilidade de informações e tecnologias para aprimorar seus conhecimentos (hábitos cotidianos e culturas de povos) até aprender a utilizar armamentos para praticar seus objetivos.

Com os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, o risco e o medo de novos Atentados Terroristas Transnacionais, os EUA colocam em marcha ações para se proteger dessa nova ameaça, entre elas a denominada “Guerra ao Terror” colocada em prática por este Estado juntamente com seus aliados contra ditos Grupos Terroristas Transnacionais e Estados que davam refúgio a Terroristas.

Se, por um lado, os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 e os demais que o sucederam no Oriente Médio, Continente Africano e Continente Europeu (em especial UE, tendo como principais Estados atingidos, a Espanha, Alemanha, França, Inglaterra entre outros), foram consideradas formas de agressão contra a soberania, o território de tais Estados e uma afronta a direitos e garantidos internacionalmente através, por exemplo dos Direitos Humanos. A “Guerra ao Terror” não deixa a desejar nesse quesito: os EUA e seus aliados invadiram territórios, mataram civis, destruíram monumentos históricos e colocaram em risco culturas e populações, utilizando como escusa a “caça” a terroristas Transnacionais.

Nesse sentido, ambos os lados, dentro de suas percepções e objetivos, feriram e colocaram em risco a paz e a segurança internacionais dentro de suas ações.

Outras medidas foram tomadas por diversos Estados em todo o planeta, e uma das mais comuns prescreveu a criação de normas para inibir novos Atentados Terroristas Transnacionais, tanto que EUA, UE e até mesmo o Brasil cunharam e/ou atualizaram suas normas relacionadas à segurança e ao Terrorismo.

Passa a existir uma maior comunicação entre os Estados sobre temas de segurança, possíveis Atentados Terroristas Transnacionais e cooperação, que apresentou avanços discretos, porém, tudo leva a crer que não foram o suficiente para evitar novos Atentados Terroristas Transnacionais.

Tem-se, com base no exposto, uma Sociedade Internacional com crescente medo da constante inobservância de costumes e regras internacionais, especialmente sobre o respeito à dignidade da pessoa humana e à soberania dos Estados. Este medo se dá pelos ataques dos EUA e Estados aliados a outros Estados que dizem dar cobertura e albergar Grupos Terroristas Transnacionais.

Em contrapartida está o Risco, que sempre existiu e acompanhou a História da Humanidade. O Risco pode ser dividido de duas maneiras, segundo Ülrich Beck. A primeira é o Risco Natural, proveniente de ações da própria natureza, tais como terremotos, tsunamis, enchentes, erupção de vulcões, maremotos, entre outros. Estes são naturais e o Ser Humano não tem relação direta com tais acontecimentos. A outra são os Riscos Fabricados, ligados intimamente com a atividade humana, sendo desenvolvidos e praticados pelos mesmos. Estes atos acompanham a História da Humanidade, seja pelas invasões entre povos rivais ou ataques de uma pessoa contra a outra.

Os Riscos Fabricados se intensificaram a partir do século XX, quando as tecnologias nas mais diversas áreas, conforme já observado, passam a ser ativas e acessíveis em todo o planeta. Estas tecnologias, disseminadas com a Globalização e com Transnacionalidade, podem propor duas situações que ao final se complementam.

A primeira situação que se tem é a acessibilidade às tecnologias de comunicação, em que pessoas em todo o planeta acessam e observam estilos e padrões de vidas de outras comunidades e populações. Muitos povos à margem do

desenvolvimento e esquecidos por outros Estados passam a questionar e a comparar tais estilos de vida. Nessa esteira surgem grupos que prometem devolver a dignidade perdida a tais povos, roubada por potências que utilizam o melhor sem pagar um preço justo. Tem-se, dessa forma, o caldeirão perfeito para o surgimento de grupos extremistas que têm em suas mãos estas populações, formadas de pessoas que se candidatariam a rever o que lhes fora roubado.

Em um segundo momento estão as próprias tecnologias aplicadas no estudo, análise e compreensão dos padrões de ação de povos e populações. Estas tecnologias servem ainda para a promoção de transações econômicas, transferências financeiras entre Grupos Terroristas e lavagem de dinheiro investido no pagamento de documentos falsos, compra de armas, aquisição de equipamentos de comunicação e para a locomoção de Terroristas Transnacionais pelos diversos locais do planeta, tal como a manutenção dos mesmos até o momento de colocarem em prática seu objetivo, qual seja, um novo Atentado Terrorista Transnacional.

Assim, tanto o Risco Natural quanto o Risco Fabricado são reais e acessíveis às pessoas em diversas partes do planeta, tal com as suas externalidades. Entre as externalidades dos Atentados Terroristas Transnacionais, destaca-se a Política do Medo, trabalhada pelos Grupos Terroristas Transnacionais através das mídias, criando em populações o medo de um novo Atentado Terrorista Transnacional.

Essa política também pode ser trabalhada por um possível Estado-alvo, de forma a suscitar na população a percepção que devem se proteger por meio da compra de comprar medicamentos, armas, pilhas, lanternas, alimentos e equipamentos, como alternativas de sobreviverem a Atentados Terroristas Transnacionais.

A justificativa dada para se comprar, muito mais comercial, pode ser sustentada por grandes corporações nacionais e transnacionais para manter a lucratividade em períodos de crise econômica, onde tem-se o medo se sobrepondo a padrões de vida e consumo tradicionais.

Mediante informações reais e criadas, medos e ansiedades provocados nas pessoas, estilos de vidas construídos por séculos e descontruídos em poucos meses de guerra, pelo desrespeito a tradicionais princípios do Direito e em especial aos Direitos Humanos, tem-se uma Sociedade Internacional de Risco, em que não se sabe onde será o próximo Atentado Terroristas Transnacional, ou qual será o próximo Estado invadido, com a escusa de salvar o mundo dos Grupos Terroristas Transnacionais que assolam a Sociedade Internacional.

A Sociedade de Risco está mais presente do que se imagina e ganha novas dimensões a cada passo que a Humanidade dá em gerar alternativas para se proteger dos riscos fabricados por ela mesma, pela incapacidade de compreender as diferenças, ser tolerante e de auxiliar os Seres Humanos necessitados.

Nas “conversas” com os autores foi possível compreender o quanto estamos suscetíveis aos riscos naturais e fabricados, ambos são eminentes a qualquer local do planeta. Com certeza, o Risco Fabricado aterroriza mais, pois existe o interesse de alguém ou de um grupo de pessoas que o mesmo se torne fato, pois estão envolvidas instâncias e necessidades nem sempre acessadas ou compreendidas.

O mundo passa por um novo momento, interesses convergem no mesmo sentido, cidadãos comuns trabalham por causas nobres e as agendas internacionais apontam para possibilidades partilhadas, seja em questões ambientais, sociais e de segurança internacional, todavia, o risco se faz presente, em maior ou menor grau a todas as sociedades.

O medo foi incorporado cotidiano das pessoas, das atitudes mais simples como entrar em um avião, até circular pelas ruas da Europa, por exemplo. Não se sabe de onde poderá vir uma nova onda de Atentados Terroristas Transnacionais e quem poderá ser a próxima vítima.

Pessoas em todo o planeta reveem atos que costumavam fazer tranquilamente, como observou-se nessa tese doutoral. Pegar um avião exige disposição do passageiro em passar por artefatos de segurança antes de embarcar na aeronave. Esta situação se faz necessária como alternativa para evitar, por

exemplo, que esta seja utilizada como arma para matar e destruir. Prioridades e sistemáticas mudaram, tudo em nome do medo e do Risco Fabricado.

Não teria condições de dizer se o mundo ficou mais perigoso; creio que esteja mais arriscado. Viver é mais arriscado, digo isto, pois, estar no lugar errado, no momento errado, pode ser complexo.

As estruturas estatais, em contrapartida, trabalham na tentativa de minimizar os Riscos Fabricados e criam, em momentos oportunos a Política do Medo, que carrega viés comercial importante, porque o medo vende, o medo gera negócios, o medo passou a ser um grande mercado para os dois lados da moeda, quem aterroriza e quem tem medo.

Assistimos calados uma guerra que tecnicamente não se justificava como tal, tratava-se da “Guerra ao Terror” que mais aterrorizou, matou, mutilou pessoas e Estados do que ajudou a alterar o clima de medo instalado na Sociedade Internacional. Foi eficaz sim, em gerar pavor e pânico, pois direitos e princípios foram rechaçados.

O medo foi formatado como produto comerciável e, em pouco tempo, poderá ser comprado e vendido nas bolsas de valores como uma *commoditie*. E isso não ocorre somente porque há muito medo em todo o planeta, pois, se existe muito produto o preço despenca e assim, não seria tão rentável.

As Relações Internacionais também passaram por transformações após os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001, e as relações ficaram, em parte mais observadoras e conservadoras, como testemunham as políticas de grandes potências na criação de barreiras para coibir a entrada de produtos estrangeiros.

Os Atentados Terroristas Transnacionais de 11 de Setembro de 2001 mudaram determinados aspectos das relações entre os Estados e, com certeza, marcaram e marcarão por muito tempo essa nova perspectiva de medo e Risco Fabricado. O ato foi tão forte que é uma das poucas ações que quem assistiu ao vivo na televisão lembra do que estava fazendo.

Destarte, as experiências acumuladas no decorrer dessa tese doutoral servirão de inspiração para tomadas de decisões futuras em diversas áreas de minha vida. Compreendo que o risco está presente em todos os momentos, mas também entendo que este é inerente ao Ser Humano, cabendo ao mesmo somente intensificá-lo ou não.

A tese doutoral também me fez notar outras realidades distantes da minha e, ao mesmo tempo, muito parecidas, me fez crescer a partir das leituras efetuadas.

Hoje, um quente e agradável sol começa a romper a dura bruma do inverno a qual estava submetido. Já posso sentir o calor do verão se aproximando em minha pele.

Para tanto, concluo minha tese doutoral, observando o cumprimento dos objetivos e a adequação da justificativa proposta para a mesma, deixando um registro para as próximas gerações darem continuidade a este tema que tende a crescer ainda mais nos próximos anos.

REFERÊNCIAS

AL-BAB. **Arab Convention on Terrorism**. Disponível em: <http://www.al-bab.com/arab/docs/league/terrorism98.htm>. Acesso em: 16 jun. 2016.

AMIA. **Causa AMIA – Informe de lo actuado** Disponível em: <http://www.amia.org.ar/upload/download/2016/08/16/download_147134680681.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2018.

AMORIM, Celso. **Conversas com jovens diplomatas.** São Paulo: Benvirá, 2011.

ANTAQ. Agência de Transportes Aquaviários. **ISPS Code.** Disponível em: <http://antaq.gov.br/Portal/IntInter_ISPSCode.asp#.>. Acesso em: 30 jul. 2018

ARARIPE, Luiz de Alencar. Primeira Guerra Mundial. *In* MAGNOLI, Demétrio. **História das guerras**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

AREND, Hugo. O 11/09 e seus significados teóricos e políticos para a segurança internacional. *In* BORGES, Rosa Maria Zaia; AMARAL, Augusto Jobim do; PEREIRA, Gustavo Oliveira de Lima. **Direitos humanos e terrorismo.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

ARRAES, Virgílio; GEHRE, Thiago. **Introdução aos estudos das relações internacionais.** São Paulo: Saraiva, 2013.

BARBER, Benjamin R. **O império do medo** guerra, terrorismo e democracia. Tradução de Renato Bittencourt. Rio de Janeiro: Record, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **En busca de la política.** 1. ed. 4. reimp. Tradução de: Mirta Rosemberg. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009. Título original: *In Search of Politics*.

_____. **Globalização:** as consequências humanas. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. Título original: *Globalization: The Human Consequences*

_____. **Medo Líquido**. Tradução de: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. Título original: *Liquid Fear*

_____. **Modernidade Líquida.** Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. Título Original: *Liquid Modernity.*

BECK, Ulrich. **A metamorfose do mundo:** novos conceitos para uma nova realidade. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Revisão Técnica Maria Claudia Coelho. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. Título original: *Metamorphosis of the World: How Climate Change is Transforming our Concept of the World.*

_____. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva *In* BECK, Ülrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização Reflexiva:** política, tradição e estética na ordem social moderna. Tradução de Magda Lopes. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2012. Título Original: *Reflexive Modernization: politics, tradition and aesthetics in the modern social order.*

_____. **La sociedade del riesgo**: hacia una nueva modernidad. Tradução de André Carone. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Título original: *Risk society. Towards a New Modernity.*

_____. **O que é globalização?** Equívocos do globalismo: respostas à globalização. Tradução: André Carone. São Paulo: Terra e Paz, 1999. Título original: *What´s Globalization?*

_____. **Qué es la Globalización?** Falacias del globalismo, respuestas a la globalización. Barcelona: Paidós Ibérica Ediciones S.A., 1998. Título original: *What´s Globalization?*

_____. **Sociedade de Risco:** rumo a uma outra modernidade. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2011. Título original: *The Risk the Society and Beyond: Critical issues for social theory.*

BERCOVICI, Gilberto. As possibilidades de uma Teoria do Estado. *In* LIMA, Martonio Mont ‘Alverne; ALBUQUERQUE, Paulo Antônio de Menezes. (Orgs). **Democracia, Direito e Política:** estudos internacionais em homenagem a Friedrich Muller. Florianópolis: Fundação Boiteux/Conceito Editorial, 2006.

BORGES, Rosa Maria Zaia. Terrorismo, Estado de Exceção e Direitos Humanos: quanto vale ou é por quilo?. *In*: BORGES, Rosa Maria Zaia; AMARAL, Augusto Jobim do; PEREIRA, Gustavo Oliveira de Lima (Orgs.). Direitos Humanos e Terrorismo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

BRANDÃO. Ana Paula. A security actorness e o terrorismo transnacional. *In:* _____. **A União Europeia e o Terrorismo Transnacional**. Coimbra: Edições Almedina S.A., 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos. 1/92 a 39/2002 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos. 1 a 6/94: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2003.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. **Lei No. 8072, de 25 de julho de 1990**.Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8072.htm>. Acesso em: 11 jul. 2018.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. **Lei No. 12.850, de 2 de agosto de 2013**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm>. Acesso em 11 de julho de 2018.

BRESSER-PEREIRA. Luiz Carlos. Fundamentalismo ou nacionalismo? **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 ago. 2006, Opinião, p. A3.

BURKE, Jason. **Al-Qaeda:** a verdadeira história do radicalismo islâmico. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007. Título original: *Al-Qaeda: The true story of radical islam.*

BYERS, Michael. **A lei da guerra**. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2007. Título original: *War law: understanding international law and armed conflict.*

CALIXTO, Robson José. **Incidentes marítimos:** história, direito marítimo e perspectiva num mundo em reforma da ordem internacional. 2. ed. São Paulo: Lex Editora, 2006.

CAMPOLLO, Fabiana Filipa Câmara. **Terrorismo Transnacional:** a guerra fantasma. Disponível em: <http://www.academia.edu/33223298/O_Terrorismo_-_A_Guerra_Fantasma>. Acesso em: 08 jul. 2018.

CARNEIRO, Henrique. Guerra dos Trinta anos. *In* MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História das guerras**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

CARR, Caleb. **A assustadora história do terror.** Tradução de Mauro Silva. São Paulo: Ediouro, 2002. Título original: *The Lessons of Terror: a history of warfare against civilians.*

CARVALHO, Paulo Eduardo Bicalho. **Lei antiterrorismo (Lei 13.260/2016):** análise dos principais artigos. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,lei-antiterrorismo-lei-132602016-analise-dos-principais-artigos,589442.html>. Acesso em: 11 jul. 2018.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade:** a era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol. 2. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. 9. ed. rev. ampl. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018. Título original: *The Power of Identity.*

_____. **Ruptura:** a crise da democracia liberal. Tradução de Joana Angélica d`Avila Melo. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. Título original: *Rupture: the crisis of liberal democracy.*

CASTRO JUNIOR, Osvaldo Agripino. **Direito Regulatório e Inovação nos Transportes e Portos nos Estados Unidos e Brasil.** Florianópolis: Conceito Editorial, 2009.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital.** Tradução Silvana Finzi Foá, São Paulo, Xamã, 1996. Título original: *La mondialisation du capital.*

CHOMSKY, Noam. **Ambições Imperiais:** o mundo pós-11/9 – em entrevistas a David Barsamian. Tradução de: C. E. Andrade. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. Título Original: *9-11.*

_____. **11 de setembro.** Tradução de Luiz Antonio Aguiar. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. Título original: 9-11: *Was there na alternative?*

_____. **Mídia:** propaganda, política e manipulação. Tradução: Fernando Santos. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013. Título Original: *Midia Control: The spetacular archivements of propaganda.*

CICV. Comitê Internacional da Cruz Vermelha. **Direito Internacional Humanitário (DIH):** respostas às suas perguntas. Genebra, 2015, p. 80 Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/publication/direito-internacional-humanitario-dih-respostas-suas-perguntas>. Acesso em: 10 fev. 2018.

CLUTTERBUCK, Richard. **Guerrilheiros e terroristas**. Tradução de Virgínia Bombeta. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980. Título original: *Guerilla and Terrorist Oganizations: a world directory and bibliography*.

CRETELLA NETO. José. **Terrorismo Internacional**: inimigo sem rosto – combate sem pátria. Campinas: Millennium Editora, 2008.

CRUZ, Paulo Márcio; BODNAR, Zenildo. A transnacionalidade e a emergência do Estado e do direito transnacionais. In: CRUZ, Paulo Márcio; STELZER, Joana (Org.). **Direito e transnacionalidade**. Curitiba: Juruá, 2009.

_____. **Globalização, transnacionalidade e sustentabilidade.** Itajaí: Univali, 2012. *ebook*. Disponível em:< http://siaiapp28.univali.br/LstFree.aspx. p. 24>. Acesso em 10 ago. 2013.

CRUZ, Paulo Márcio; LACERDA, Emanuela Cristina Andrade. **Da soberania à transnacionalidade:** democracia, direito e estado no século XXI. Itajaí: UNIVALI, 2014. p. 170.

CRUZ, Paulo Márcio; OLIVIERO Maurizio. **Reflexões sobre o Direito Transnacional**. Revista NEJ – Eletrônica, v. 17, n. 1, p. 18-28, jan-abr. 2012.

CRUZ, Paulo Márcio; STELZER, Joana. (Orgs.). **Direito e Transnacionalidade.** Curitiba: Juruá, 2011.

DIAS, Bruno Smolarek. Direito Transnacional e a Premissa de uma Comunidade Internacional Universalista. **Revista Brasileira de Direito**. [s.l.], v. 11, n. 1, 2015. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/842/961>. Acesso em: 14 set. 2018.

DIAS, Reinaldo. **Relações Internacionais:** introdução ao estudo da sociedade internacional global. São Paulo: Atlas, 2010.

ELIAS, Luís. "**Desafios da Segurança na Sociedade Globalizada"**, *Working Paper* #11, Observatório Político. 15 maio 2012. Disponível em: <www.observatoriopolitico.pt>. Acesso em: 02 fev. 2018.

ESTEVENS, João. Os desafios da segurança num mundo global. **Relações Internacionais**, Lisboa , n. 51, p. 135-138, set. 2016 . Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992016000300010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 fev. 2018.

EUR-LEX. **Conselho da União Europeia**. Disponível em: <http://register.consilium.europa.eu/pdf/pt/05/st14/st14469-re04.pt05.pdf.>. Acesso em: 06 set. 2008.

_____. **Estratégia de Luta Contra o Terrorismo**. Disponível em: <http://europa.eu/legislation_summaries/justice_freedom_security/fight_against_terrorism/l33275_pt.htm>. Acesso em: 07 ago. 2009.

EUROPARL. **Como impedir os ataques terroristas?** As medidas da EU em síntese (Infografia). Disponível em: <http:/www.europarl.europa.eu/News/pt/headlines/security/20180316STO99922/como-impedir-os-ataques-terroristas-as-medidas-da-eu-em-sintese-infografia>. Acesso em: 11 jul. 2018.

FERNANDES, Fernanda Sell de Souto Goulart; MORELLA Junior, Jorge Hector. Garantia dos Direitos Fundamentais no combate ao terrorismo: a restrição à democracia no *Patriot Act*. *In* OLIVIERO, Maurizio; CRUZ, Paulo Márcio (Orgs). **As trajetórias multidimensionais da globalização** [recurso eletrônico]. Itajaí: UNIVALI, 2014.

FERRAJOLI, Luigi. **Por uma Teoria dos Direitos e dos Bens Fundamentais**. Tradução de Alexandre Salim, Alfredo Copetti Neto, Daniela Cademartori, Hermes Zaneti Júnior, Sérgio Cademartori. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011. Título original: Derecho y Razon.

FERRAZ, Daniel Amin; HAUSER, Denise. **A nova ordem mundial e os conflitos armados**. [s.l.]: Mandamentos, 2002.

FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. **Arbitragem:** jurisdição e execução: análise crítica da Lei 9.307, de 23.09.1966. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

FONSECA, Guilherme Damasceno; LASMAR, Jorge Mascarenhas. **Passaporte para o terror:** os voluntários do Estado Islâmico. Curitiba: Appris, 2017.

FRIEDEN, Jeffry. **Capitalismo global:** história econômica e política do século XX. Tradução de Vivian Mannheimer. Revisão técnica de Arthur Ituassu. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008. Título original: *Global Capitalism: Its fall and rise in the Twentieth Century.*

GARCIA, Marcos Leite. Reflexões sobre o fenômeno dos "novos" direitos fundamentais e as demandas transnacionais. *In*: **Revista do Direito Unisc**. Santa Cruz do Sul. n. 33, 2010. Disponível em: http://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/view/1801. Acesso em: 07 out. 2014.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade.** Tradução: Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991. Título original: *Consequences of modernity.*

_____. Modernidad y Autoindentid. *In:* BERIAIN, Josexto (Comp.). **Las Consecuencias perversas de la modernidade:** Modernidad, contingencia y riesgo. Tradução de: Celso Sánchez Capdequí. Barcelona: Anthropos, 1996. Título original: *Modernity and Self-Identity.*

_____. **Modernidade e identidade.** Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. Título original: *Modernity and Self-Identity – Self and Society in the Late Modern Age*.

GIDDENS, Anthony; PIERSON, Christopher. **Conversas com Anthony Giddens:** o sentido da modernidade. Tradutor de Kuiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: FGV, 2000. Título original: *Making Sense of Modernity.*

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. **Conceitos essenciais da Sociologia.** Tradução de Claudia Freire. São Paulo: Unesp, 2016. Título original: *Essencial Concepts in Sociology.*

GONÇALVES, Everton das Neves; STELZER, Joana. As transformações do Direito na formação do Mercado Europeu à luz da transnacionalidade e do princípio do reconhecimento mútuo. In: Encontro Preparatório do Conselho Nacional de Pós-Graduação em Direito – CONPEDI, XVIII, 2009. **Anais...** Maringá: Fundação Boiteux, 2009, v. 1, p. 7626-7646. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/anais/36/04_1253.pdf.htm>. Acesso em: 28 fev. 2015.

GUIDOLIN, Benedito. **Economia e comércio internacional ao alcance de todos**. São Paulo: Aduaneira, 1991.

HABERMAS, Jürgen. **Sobre a constituição da Europa**: um ensaio. Tradução de Denilson Luis Werle, Luiz Repa e Rúrion Melo. São Paulo: Ed. Unesp, 2012. Título original: *Zur Vertfassung Europas.*

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914 – 1991. Tradução Marcos Santarrita. Revisão Técnica: Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Título original: *The Age of Extremes: a history of the World, 1914-1991.*

_____. **Globalização, democracia e terrorismo.** Tradução de: José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Título original: *Globalization, Democracy And Terrorism*.

IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização.** 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

IMF. International Monetary Fund. **Working for a Better Globalization** - Remarks by Horst Köhler, Managing Director. Disponível em: <http://www.imf.org/en/news/articles/2015/09/28/04/53/sp012802>. Acesso em: 21 mar. 2018.

INSTITUTE FOR ECONOMICS & PEACE. **Global Terrorism Index 2017:** measuring and understanding the impact of terrorism. START – National Consortium for the **study of terrorisms and responses to terrorism.** A Center of Excellence of the U.S. Department of Homeland Security Led by the University of Maryland.

JACKSON, Robert H.; SORENSEN, George. **Introdução às relações internacionais**: teorias e abordagens. Tradução: Bárbara Duarte. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. Título original: *International Relations: an introduction.*

KAMEL, Ali. **Sobre o Islã:** a afinidade entre mulçumanos, judeus e cristãos e as origens do terrorismo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

KAUFMANN, Mathias. **Em defesa dos direitos humanos:** considerações históricas e de princípio. Tradução de Rainer Patriota. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2013. Título Original: *In the Defense of Human Rights.*

KHANNA. Parag. **Como governar o mundo:** um roteiro para o próximo renascimento. Tradução: Barilo Vargas. Revisão Técnica: Marcio Scalércio. Rio de Janeiro: Intríseca, 2011. Título Original: *How to Run the World: Charting a Course to the Next Renaissance.*

KISSINGER, Henry. **Diplomacia.** Tradução de Saul S. Gefter, Ann Mary Fighiera Perétuo. Revisor Heitor Aquino Ferreira. São Paulo: Saraiva, 2012. Título original: *Diplomacy.*

KLEIN, Aaron J. **Contra-ataque**. Tradução de Marilena Moraes e Iva Sofia. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

LACERDA, Antonio Corrêa de. **Globalização e investimento estrangeiro**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

LACERDA, Gustavo Biscaia. O estado e o ambiente internacional: algumas questões relativas às organizações interestatais, supranacionais e transnacionais. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v. 1, n. 1, p. 01-21, 2007.

LASMAR, Jorge Mascarenhas. A legislação brasileira de combate e prevenção do terrorismo quatorze anos após 11 de Setembro: limites, falhas e reflexões para o futuro. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba , v. 23, n. 53, p. 47-70, Mar. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782015000100047&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 jul. 2018.

LUNA, E.P. **Essencial de Comércio Exterior de A Z**. 2. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2002.

LUZ, Rodrigo. **Relações Econômicas Internacionais:** teoria e questões. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

MADRID presta homenagem às vítimas dos atentados de 11 de março de 2004. **EuroNews**, 11 mar. 2017, Espanha. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2017/03/11/espanha-madrid-presta-homenagem-as-vitimas-dos-atentados-de-11-de-marco-de-2004>. Acesso em: 30 set. 2018.

MAGNOLI, Demétrio. **Relações Internacionais:** teoria e história. São Paulo: Saraiva, 2004.

MALUF, Sâmia Nagib. **Administrando o Comércio Exterior do Brasil**. São Paulo: Aduaneiras, 2000.

MANGE. Flávia Foz. As características do Direito Transnacional como Metodologia: Análise sob o enfoque dos Aspectos Processuais da Arbitragem. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 13, n. 3, 2016. 37-1036, p. 131.

MATIAS, Eduardo Felipe Pérez. **A Humanidade e suas fronteiras do estado soberano à sociedade global.** 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

MERCOSUL. Mercado Comum do Sul. **MERCOSUL**. Disponível em: <http://www.mercosul.mg.gov.br/mat111.stm.>. Acesso em: 06 set. 2008.

_____. **Adequação do plano geral de Cooperação e Coordenação Recíproca para a Segurança Regional entre os Estados Partes do MERCOSUL"** – MERCOSUL/CMC/DEC. No. 09/02. Disponível em: < http://www.mercosur.int/msweb/portal%20intermediario/Normas/normas_web/Decisiones/PT/Dec_009_002_Plano%20Gral_Seguran%C3%A7a%20Regional_Ata%201_02.PDF>. Acesso em: 11 jul. 2018.

MESQUITA. Paulo Estivallet de. **A Organização Mundial do Comércio.** Brasília: FUNAG, 2013.

MESSARI, Nizar. Existe um novo cenário de segurança internacional?. *In:* GOMES, Jose María. **América Latina y el (des)orden global neoliberal.** Hegemonía, contrahegemonía, perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2004.

MOITA, Luís. “Nine/eleven”: repercussões no pensamento europeu. *In:* SOUZA, André de Mello e; NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi de (Orgs.). **Do 11 de setembro de 2001 à guerra ao terror:** reflexões sobre o terrorismo no século XXI. Brasília: Ipea, 2014.

MORAIS, José Luís Bolsan. Constituição ou barbárie: perspectivas constitucionais*. In:* SCARLET, Ingo Wolfgang **A Constituição concretizada:** construindo pontes com o público e o privado. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

NAÍM, Moisés. **Ilícito:** o ataque da pirataria, da lavagem de dinheiro e do tráfico à economia global. Tradução de Sérgio Lopes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. Título original: *Illicit: How smugglers, traffickers and copycats are hjacking the global economy.*

NAPOLEONI, Loretta. **A fênix islâmica:** o Estado Islâmico e a reconfiguração do Oriente Médio. Tradução: Milton Chaves de Almeida. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015. Título original: *The Islamist Phoenix: The islamic state and redrawing of the middle east.*

NEVES, Marcio. Abin confirma ameaça terrorista contra o Brasil; ‘lobos solitários’ preocupam. **Uol Notícias**, 14 abr. 2016, Internacional. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2016/04/14/abin-identifica-ameaca-terrorista-no-brasil.htm>. Acesso em: 08 de out. 2017.

NOGUEIRA, Alberto. **Globalização, regionalizações e tributação**: a nova matriz mundial. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

NOGUEIRA, Patrícia. O Terrorismo Transnacional e suas implicações no cenário internacional. **Universitas** – Relações Int., Brasília, v. 2, p. 221-244, jul./dez. 2004. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/viewFile/300/267>. Acesso em: 27 set. 2017.

OEA. Organização dos Estados Americanos **Terrorismo**. Disponível em: <http://www.oas.org/pt/topicos/terrorismo.asp.>. Acesso em: 10 fev. 2018.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **Relações Internacionais:** estudos de introdução. Curitiba: Juruá, 2008.

ONU BR. Nações Unidas no Brasil. **Assembleia Geral da ONU cria escritório contra terrorismo**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca/como-funciona/assembleia-geral/>. Acesso em: 01 ago. 2018.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Convenção Internacional sobre a Supressão de Atentados Terroristas com Bombas**. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/doc_terroristas.php.>. Acesso em: 06 set. 2008.

_____. **Oficina de Lucha Contra el Terrorismo**. Disponível em: < http://www.un.org/es/counterterrorism/legal-instruments.shtml>. Acesso em: 30 mai. 2018.

_____. **ONU e o Terrorismo.** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/terrorismo/>. Acesso em: 08 fev. 2018.

_____. **Resolução 1373 (2001) Adotada pelo Conselho de Segurança em 28 de Setembro de 2001**. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/reso_terror.php.>. Acesso em: 06 set. 2008.

PARDO, Pablo. Treinta años de terrorismo: Del 'comando' al 'lobo solitario'. ***El Mundo.*** 20 jul. 2016. Disponível em: <http://www.elmundo.es/internacional/2016/07/20/578e6ce9468aebc24c8b458b.html>. Acesso em: 18 out. 2017.

PASCUAL. Alejandra Leonor. **Terrorismo de Estado: a Argentina de 1976 a 1983.** Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática. 13 ed.rev. atual.amp. Florianópolis: Conceito Editorial, 2015.

PAVIANI, Jayme. O humanismo latino no processo de globalização. *In:* PAVIANI, Jayme; DAL RI JÚNIOR, Arno. (Orgs.). **Globalização e humanismo latino.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. Estados Unidos da América, Política externa. In: KOCHER, Bernardno (Org.) **Globalização:** atores, ideias e instituições. Rio de Janeiro: Mauad X; Contra Capa, 2011.

_____. **Teoria das Relações Internacionais:** o mapa do caminho – estudo e prática. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

PEREIRA, João Serra. Terrorismo Transnacional. *In* BORGES, João Vieira; RODRIGUES, Teresa Ferreira. **Ameaças e riscos transnacionais no novo mundo globalizado.** Porto: Fronteira do Caos Editores Ltd., 2016.

PIANAGO, Paulo de Tarso Resende *et al*. O desafio do terrorismo internacional. *In*: **Revista Brasileira de Inteligência.** Brasília, v. 3, n. 4, 2005.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e Direito Constitucional Internacional.** 14. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013.

PLATCHEK, Ricardo Moisés de Almeida. As Bandeiras de Conveniência e a Segurança Mundial*. In* CASTRO JÚNIOR, Osvaldo Agripino. (Org.) **Direito marítimo made in Brasil**. São Paulo: Lex Editora, 2007.

PORTAL EUROPEU DA JUSTIÇA. **O sistema judicial da União Europeia (UE) tem três vertentes:** Tribunal de Justiça, Tribunal Geral e tribunais especializados em domínios específicos. Estes tribunais da UE garantem a interpretação e aplicação do direito da UE. Disponível em: <https://e-justice.europa.eu/content_eu_courts-15-pt.do>. Acesso em: 16 set. 2018.

POSNER. Ricard Allen. **Direito, pragmatismo e democracia.** Tradução de: Teresa Dias Carneiro. Rio de Janeiro: Forense, 2010. Título original: *Law, pragmatism and democracy.*

PUCEIRO, Zuleta. O Processo de Globalização e a Reforma do Estado. In FARIA, José Eduardo (Org). **Direito e Globalização Econômica**: Implicações e Perspectivas. São Paulo: Malheiros, 1996.

RAPOSO, Alisson Campos *et al*. Terrorismo e contraterrorismo: desafio do século XXI. *In*: **Revista Brasileira de Inteligência**. Brasília, v. 3, n. 4, 2005.

RATO, Vasco. **Compreender o 11 de Setembro:** dez anos depois. São Paulo: Babel, 2011.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **A condição da transnacionalidade**. Série Antropológica. Disponível em: <http://www.unb.br/ics/dan/Serie223empdf.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2009.

RUDZIT, Gunther. O debate teórico em segurança internacional: mudanças frente ao terrorismo?. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 5. n. 2, jul-dez. 2005.

SANT'ANNA. Ivan. **Plano de Ataque**: a história dos vôos de 11 de setembro. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 18. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SARFATI, Gilberto. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial.** Tradução de Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2016. Título original: *The Fourth Industrial Revolution*.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **Relações Internacionais**. Barueri: Manole, 2004.

SHAW, Malcolm N. **Direito Internacional.** Tradução de Marcelo Brandão Cipolla, Lenita Ananias do Nascimento, Antônio de Oliveira Sette-Câmara; coordenação e revisão de tradução Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2010. *Título original: International Law.*

SILVA, Karine de Souza; COSTA, Rogério Santos da (Org.) **Organizações Internacionais de integração regional:** União Europeia, Mercosul e Unasul. Florianópolis: Ed. da UFSC; Fundação Boiteux, 2013.

SOUZA, Alisson de Bom de; NASCIMENTO, Rafael do. A efetividade do Direito na perspectiva transnacional *In:* OLIVIERO, Maurizio; CRUZ Paulo Márcio (Orgs.) **As trajetórias multidimensionais da globalização** [recurso eletrônico]. Itajaí: UNIVALI, 2014.

SOUZA, André de Mello; MORAES, Fracalossi de. A relevância do terrorismo na política internacional contemporânea. *In:* SOUZA, André de Mello; NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi de (Orgs.). **Do 11 de setembro de 2001 à guerra ao terror:** reflexões sobre o terrorismo no século XXI. Brasília: Ipea, 2014.

STAFFEN, Márcio Ricardo. Hegemonia e Direito Transnacional?. **Novos Estudos Jurídicos – Eletrônica**, v. 20, n. 3, p. 1166-1187 set./dez 2015. Disponível em: <http:www.univali.br/periodicos>. Acesso em: 14 set. 2018.

STELZER, Joana; GONCALVES, Everton das Neves. Comércio e Atividade Portuária sob a ótica da segurança internacional contemporânea. *In*: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 2007, Campos de Goytacazes. **Anais...** XVI Encontro Preparatório para o Congresso Nacional do CONPEDI., Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007. v. 1

STELZER, Joana. **Introdução às relações do comércio internacional**. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2007.

_____. **União Europeia e supranacionalidade:** desafios ou realidade? 2. ed. Curitiba: Juruá, 2009.

SUTTI, Paulo; RICARDO, Silvia. **As diversas faces do terrorismo**. São Paulo: Harbra, 2002.

TORRES, Igor Gonçalves. **Comércio internacional no século XXI.** São Paulo: Aduaneiras, 2000.

TOTA, Pedro. Segunda Guerra Mundial. *In* MAGNOLI, Demétrio. **História das guerras**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

TRAINMAR. **Código ISPS** (ISPS Code). Disponível em: <http://www.trainmar.com.br/paginas/ isps.htm>. Acesso em: 02 ago. 2009.

UNIÃO EUROPEIA. **28 Países da UE**. Disponível em <https://europa.eu/european-union/about-eu/countries_pt#28members>. Acesso em: 16 set. 2018.

_____. **Regulamentos, Diretivas e Outros Atos Legislativos.** Disponível em: <https://europa.eu/european-union/eu-law/legal-acts_pt.>. Acesso em: 16 set. 2018.

VALIM, Alexandre Busko. Hollywood e Globalização. In: KOCHER, Bernardo (Org.). **Globalização**: atores, ideias e instituições. Rio de Janeiro: MAUAD X; Contra Capa, 2011.

VIOLA, Eduardo. A multidimensaionalidade da globalização, as novas forças sociais transnacionais e seu impacto na política ambiental do Brasil, 1989-1995. *In*: FERREIRA, Leila da Costa; VIOLA, Eduardo (Orgs.) **Incertezas de sustentabilidade na globalização***.* Campinas: UNICAMP, 1996.

_____. Globalização, democracias de mercado, radicalismo islâmico e terrorismo. *In* HERZ Mônica; AMARAL, Arthur Bernardes do. (Org.) **Terrorismo e relações internacionais:** perspectivas e desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010.

VISACRO, Alessandro. **Guerra irregular:** terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história. São Paulo: Contexto, 2009.

VOCES contra la globalización. Direção Carlos Estévez. Espanha. 2006-2007 [Documentário]. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=zjZOzt_au0w>. Acesso em: 04 set. 2009.

WILKINSON, Iain. Ülrich Beck. *In*: SCOTT, John (Org.). **50 Grandes sociólogos contemporâneos.** Tradução de Renato Marques de Oliveira. São Paulo: Contexto, 2009. Título original: *Fifty key sociologists.*

WILLIS, Susan. **Evidências do real:** Os Estados Unidos pós-11 de Setembro. Tradução de Marcos Fabris e Marcos Soares. São Paulo: Boitempo, 2008. Título original: *Portents of the Real: a primer for post-9/11 America.*

WTO. World Trade Organization. **Globalización y Comércio***.* Disponível em: <http://www.wto.org/spanish/res_s/booksp_s/anrep_s/wtr08-2b_pdf>. Acesso em: 01 jun. 2009.

ZÜRN, Michal From Interdependence to Globalization. *In* CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth A. (Edit.) **Handbook of International Relations**. London: Sage, 2002.